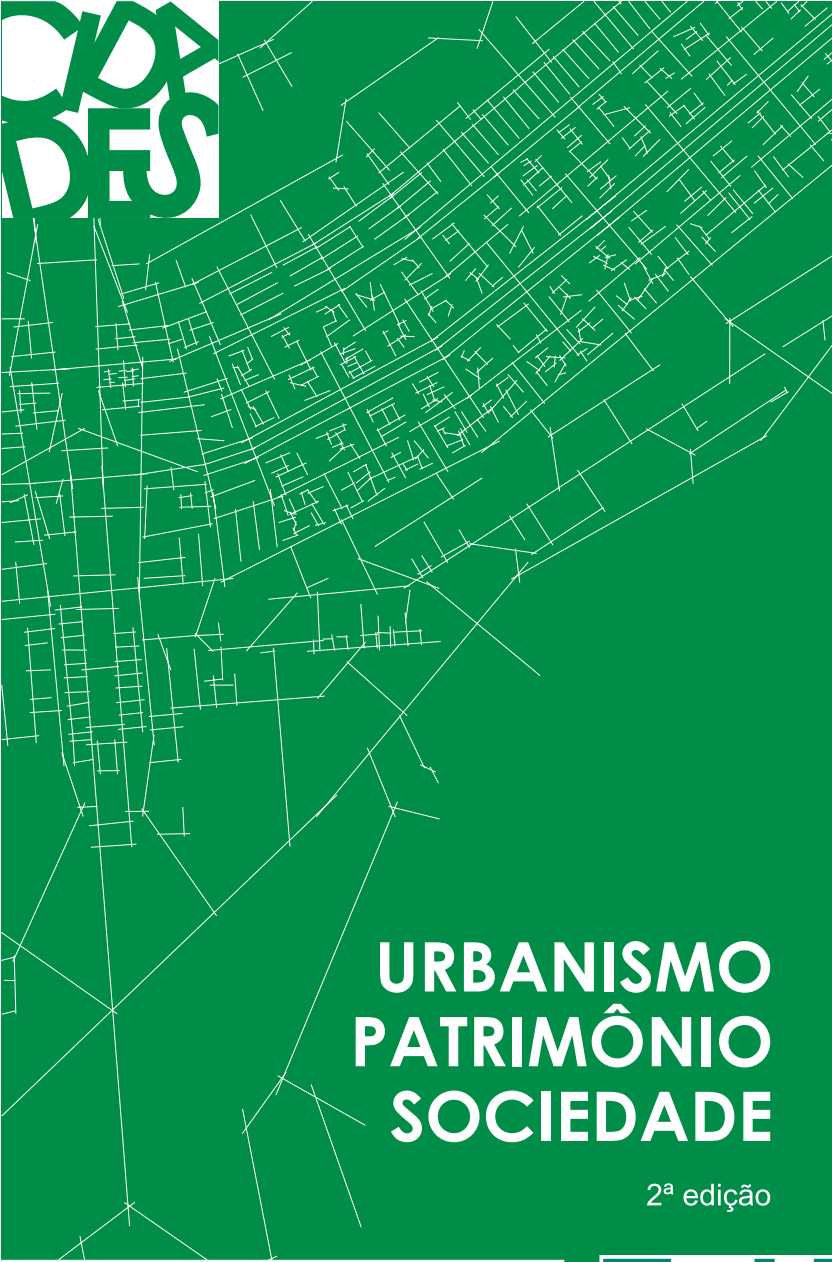


URBANISMO PATRIMÔNIO SOCIEDADE

2ª edição

Luiz Amorim e Cristiana Griz
organizadores

Para
Claudia Loureiro e Adriana Veras

URBANISMO PATRIMÔNIO SOCIEDADE

2ª edição

Luiz Amorim e Cristiana Griz
ORGANIZADORES

BRASÍLIA | 2020

Idealizador e editor fundador da Série Cidades
Luiz Amorim

Organizadores
Luiz Amorim e Cristiana Griz

Copirraite © Luiz Amorim e Cristina Griz

Capa e projeto gráfico | *Romero Pereira*
Ilustração da capa | *Mapa axial de Brasília © DIMPU, FAU-UnB*
Edição de texto | Margarida Michel

Direitos para esta edição:
Frederico Rosa Borges de Holanda
Cond. Vivendas Colorado, Mod. J, Casa 1
73105-907 Brasília DF
Brasil
Tel: (0xx61) 34859824
Página da internet: http://*www.fredericodeholanda.com.br*
Endereço eletrônico: *fredholanda44@gmail.com*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito de Frederico Rosa Borges de Holanda.

Publicação:

Apoio:

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FADE UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
laboratório de estudos avançados em arquitetura

Sumário

Apresentação da série
Luiz Amorim 8

Prefácio da primeira edição
Luiz Amorim e Cristiana Griz 10

Prefácio da segunda edição
Cristiano Borba 16

Parte I

A ordenação dos fluxos indesejáveis como matrix de ordenação da cidade industrial. Barcelona 1849-1917
Francisco Xico Costa 24

O saneamento físico e moral do Recife
Roberto Araújo 56

A contribuição do engenheiro Saboya Ribeiro para o urbanismo, sua atuação na cidade do Rio de Janeiro
Vera Rezende 93

Capital moderna e cidade colonial: a preservação nao história do urbanismo ludovicense
José Antônio Lopes 124

Planos urbanísticos e intervenções de modernização: o Recife dos anos 30 do século XX
Virgínia Pontual 162

Patrimônio de segunda | Geraldo Gomes 221

Parte II

O espaço do Novo Urbanismo: seus fundamentos e suas relações com outras teorias urbanísticas
Adriana Veras 228

Brasília - a trajetória perversa de comodanificar qualidades e amplificar problemas
Frederico de Holanda 254

Flexibilidade espacial entre o princípio e o mito
Luiz Amorim 291

A ordem do cristal: classe, controle e encontro no espaço escolar 320
Claudia Loureiro

O espaço da justiça em Pernambuco 343
Cristiana Griz

Apresentação da série

Luiz Amorim

O Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Urbano (MDU) foi criado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco em 1975. Inicialmente, seu foco de interesse residia no planejamento urbano e regional, mas nestas três décadas de existência, o MDU ampliou seu campo de interesse ao criar as linhas de Conservação Urbana e de Ambiente Construído, incorporando, assim, estudos nas áreas de teoria e projeto da arquitetura e do urbanismo.

Até esta data, foram defendidas no MDU, precisamente, 228 dissertações de mestrado e 19 teses de doutorado. Algumas delas foram publicadas *in totum*, com as devidas revisões e adaptações, e as demais publicadas parcialmente em periódicos e anais de congressos acadêmicos nacionais e internacionais. Essa divulgação coube, quase sempre, ao esforço dos mestres e doutores, bem como dos seus respectivos orientadores.

Ao assumir a responsabilidade pela organização dos Seminários de Pós-Graduação, estruturei-o como um canal para a divulgação da produção acadêmica, realizada em dois momentos. No primeiro, as defesas de dissertação e de tese passaram a ser feitas em um evento aberto ao público, denominado *Seminário Cidades*, de tal forma a permitir uma avaliação do nosso produto pelos nossos pares e pela sociedade. Esse evento contou, além das defesas, com a participação de palestrantes convidados, dentre os examinadores internos e externos. No segundo momento, um livro com as

diversas contribuições apresentadas no seminário seria publicado, segundo o calendário das defesas públicas e a disponibilidade de recursos. Surge daí, a *Série Cidades*, que agora se inaugura.

O primeiro seminário foi realizado entre os dias 28 de junho e 2 de julho de 2004. Naquela semana, foram realizadas as defesas públicas de uma tese de doutorado e de três dissertações de mestrado, além de palestras e debates. Na oportunidade, todos os participantes foram convidados a escrever um artigo para compor o primeiro volume da série, intitulado *Urbanismo, patrimônio e sociedade*.

O hiato entre a realização do evento e a publicação deste livro superou, por vários motivos, aquele planejado inicialmente. O envolvimento da professora Cristiana Griz nesse projeto editorial, em 2006, e o suporte do *Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura* (lA2), que assumiu a responsabilidade pela edição da série, foram fundamentais para, finalmente, torná-lo viável.

A minha expectativa é de que a *Série Cidades* se consolide como um meio de interação entre pesquisa e sociedade e, principalmente, como um instrumento para o alargamento das reflexões coletivas sobre os problemas urbanos contemporâneos: um exercício pleno de integração de saberes.

Prefácio | Primeira edição

Luiz Amorim e Cristiana Griz

Cidades: urbanismo, patrimônio e sociedade reúne a contribuição dos participantes do *Simpósio Cidades I*. Adriana Veras[1], Cristiana Griz[2] e José Antônio Viana Lopes[3] são mestres pelo MDU, cujas defesas fizeram parte do seminário. Os demais autores atuaram como examinadores e palestrantes, sendo Geraldo Gomes da Silva, Luiz Amorim e Virginia Pontual professores do programa, e Claudia Loureiro, Francisco Costa, Frederico de Holanda e Vera Rezende examinadores externos, e Roberto Araújo palestrante.

O livro é organizado em duas partes. A primeira é formada por capítulos dedicados à história da cidade e do urbanismo, e a segunda aos estudos da configuração do espaço.

Os dois primeiros capítulos tratam do pensamento

[1] Dissertação intitulada *New Urbanism: sobre princípios e regras compositivas*, orientada pelo professor Luiz Amorim. A banca examinadora contou com a participação do orientador e dos professores Frederico de Holanda, da Universidade de Brasília, como examinador externo, e Tomás de Albuquerque Lapa, como examinador interno.

[2] Dissertação intitulada *Poder, hierarquia e controle: o espaço da justiça em Pernambuco*, orientada pelo professor Luiz Amorim. A banca examinadora contou com a participação do orientador e dos professores Claudia Loureiro, da Universidade Federal de Pernambuco, como examinador externo, e Ney Dantas, como examinador interno.

[3] Dissertação intitulada *Da capital moderna à cidade colonial: a preservação na história do urbanismo ludovicense*, orientada pela professora Virgínia Pontual. A banca examinadora contou com a participação da orientadora e dos professores Vera Resende, da Universidade Federal Fluminense, e Antônio Montenegro, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, como examinadores externos, e Ana Rita Sá Carneiro, como examinadora interna.

higienista nas teorias urbanísticas, observando suas repercussões nos contextos ibérico e brasileiro. Francisco Costa apresenta o problema específico da gestão dos resíduos urbanos em Barcelona, acompanhando a implantação e as diversas etapas de modernização do sistema de saneamento público da capital catalã. Ressalta como os avanços científicos e tecnológicos, principalmente na medicina, foram determinantes para a constituição de modelos de gestão dos resíduos urbanos, principalmente na consolidação de redes públicas. Roberto Araújo estuda o Plano de Saneamento do Recife, da autoria de Saturnino de Brito, parte das obras de modernização da cidade realizadas no primeiro quartel do século XX, das quais também fizeram parte as reformas do porto, com a ampliação da rede de infra-estrutura para dar suporte, principalmente, à produção açucareira da região, e do núcleo histórico de formação da cidade – o Bairro do Recife. O autor apresenta uma ampla revisão crítica do plano de Saturnino de Brito e destaca suas contribuições para a estruturação do desenvolvimento urbano da cidade.

Em seguida, Vera Rezende, José Antônio Viana Lopes e Virgínia Pontual apresentam a experiência de urbanização de três capitais brasileiras – Rio de Janeiro, São Luiz e Recife, em recortes históricos que evidenciam os processos peculiares de modernização pelos quais cada cidade passou. Os três capítulos têm em comum a reflexão sobre a consolidação do urbanismo no cenário nacional.

O texto de Vera Rezende trata da contribuição do engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro para o processo de consolidação do urbanismo do Rio de Janeiro, entre 1930 e 1960. Da análise da sua produção,

a autora constrói uma rica narrativa que, além de contribuir para o conhecimento da produção do engenheiro, também faz uma reflexão sobre aspectos importantes do urbanismo carioca da época.

O mesmo engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro é estudado por José Antônio Viana Lopes em seu capítulo, cujo interesse reside no estudo da relação entre o urbanismo moderno de São Luiz do Maranhão e a herança do urbanismo lusitano. Essa narrativa é construída com base em análises de planos urbanísticos, leis e decretos durante a breve administração de Saboya Ribeiro (1936 – 1937) e a do seu sucessor, o médico Neiva de Santana (1937 – 1945).

Os planos urbanísticos e intervenções de modernização ocorridos no Recife na década de 1930 são tratados no texto de Virgínia Pontual. A narrativa desenvolve -se com a análise desses planos, que conferiram uma maior visibilidade aos preceitos do modernismo na arquitetura e no urbanismo no Recife, onde havia um ambiente favorável de efervescência cultural, destacando a arquitetura de Luiz Nunes, a formação do grupo da *Revista do Norte*, o movimento Ciclo do Recife, o Movimento Regionalista de Gilberto Freyre e a diversificação do ensino superior.

Encerrando a primeira parte, Geraldo Gomes da Silva traz à tona o conflito permanente entre os processos de renovação e conservação urbana destacados nos capítulos anteriores, ao se debruçar sobre os limites dos instrumentos legais de conservação na cidade do Recife. Gomes da Silva apresenta suas reflexões críticas acerca da Lei nº 16.284 que, em 1997, regulamentou os Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), no Recife. O

instrumento legal tem como objetivo proteger imóveis isolados sem levar em consideração sua ambiência. Em outras palavras, quer promover a conservação desses imóveis e a renovação urbana em áreas de interesse imobiliário. O autor argumenta que conferir a um imóvel o caráter de monumento significa considerar sua vizinhança; caso contrário, sua integridade ficará comprometida, e encerra seu artigo com uma provocação: "Os IEPs seriam, também, monumentos, mas de segunda, para os quais devemos abrir mão de certos conceitos e ser mais tolerantes?"

Os cinco capítulos seguintes formam a segunda parte do livro, dedicada às reflexões sobre a arquitetura entendida como um fenômeno de maior completitude que se manifesta em diversas escalas – a urbana e a edilícia, fundamentadas na teoria da lógica social do espaço de Hillier e Hanson. O primeiro deles, de autoria de Adriana Veras, reflete criticamente sobre os fundamentos do *New Urbanism*, vertente urbanística originada nos Estados Unidos da América nos anos 1980, e procura demonstrar os limites e contradições do movimento urbanístico ao discutir em que medida seus princípios e regras compositivas apresentam alternativas para superar "a fragmentação urbana e resgatar a vitalidade dos espaços públicos" nas cidades contemporâneas. A autora se vale de argumentos tomados de empréstimo à teoria da lógica social do espaço, em particular das reflexões críticas de John Peponis, para destacar o caráter normativo e pouco analítico do movimento, bem como evidenciar que suas experiências urbanísticas aprofundam alguns dos conflitos das cidades contemporâneas apontados pelos novos urbanistas.

Em seguida, Frederico de Holanda, precursor dos estudos conuracionais do espaço no Brasil, debruça-se sobre o seu objeto de estudo preferido, o Distrito Federal, portanto englobando Brasília e todos os assentamentos planejados e não-planejados ali existentes, incluindo os que precederam o plano de transferência da capital para o cerrado e aqueles que surgiram como conseqüência dessa ocupação. O texto procura ressaltar a diversidade de padrões morfológicos que compõe o DF e as conseqüências da dispersão, excentricidade e segregação que o caracterizam.

Os últimos capítulos transferem o foco para a escala arquitetônica. Luiz Amorim percorre dois séculos da história da cidade do Recife para identificar em edifícios residenciais típicos desse período as alterações nas relações familiares e nos modos de vida de seus residentes. Para fundamentar esse olhar panorâmico, narrativas não-ficcionais de viajantes, romances e imagens revelam o diálogo entre a arquitetura e o cotidiano familiar, enquanto documentos profissionais oferecem a pauta de prescrições que arquitetos estabelecem para o *bem viver*.

A ordem do cristal, de Claudia Loureiro, tem início com a introdução de algumas acepções da palavra escola – um espaço, uma instituição e uma idéia, e a ressalva de que o edifício escolar deve apresentar os atributos espaciais e físicos necessários ao atendimento das expectativas de ordem institucional – social, portanto. A autora toma as idéias de Basil Bernstein, sobre os sistemas e processos educacionais, e de Thomas Markus sobre a dimensão social do artefato arquitetônico, para estudar em que medida o estoque de edifícios escolares da rede pública estadual do estado de Pernambuco atende às expectativas institucionais relacionadas com

a transmissão de conhecimento – expressiva, e a de formação de caráter – instrumental.

O livro é encerrado com a contribuição de Cristiana Griz. Adotando os fóruns construídos em Pernambuco como objeto de estudo, a autora buscou verificar se as características da estrutura social da instituição (o fórum) – resumidas nas palavras poder, hierarquia e controle – estão refletidas na estrutura espacial dos edifícios que a abrigam. Seu estudo demonstra que os edifícios da justiça não respondem adequadamente às demandas da ordem social, pois não refletem os graus de poder, hierarquia e controle necessários. Revela, no entanto, que essas demandas se expressam apenas nos espaços de maior formalidade, as varas e os tribunais do júri.

Luiz Amorim e Cristiana Griz
Recife, setembro de 2008

Prefácio | Segunda edição

Cristiano Felipe Borba do Nascimento

Como este prefácio é de uma segunda edição que traz todos os textos originais da primeira publicação, não faria sentido reapresentar os conteúdos de cada capítulo: isto já foi plenamente realizado no texto de abertura da edição original, escrito por seus organizadores e mantido nesta nova versão.

Este meu preâmbulo, portanto, é mais próximo de uma revisão pessoal do momento original e uma tentativa de contar um pouco do processo e do contexto daquele primeiro livro. O meu ponto de vista, que pode ser considerado interessante pelos novos leitores, é de quem olhava para os acontecimentos a partir dos bastidores – quando se realizou o Seminário Cidades, em 2004, eu ainda nem diploma tinha; havia há pouco regressado de um período de intercâmbio e começava meu trabalho de conclusão do curso da graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFPE; quando saiu o livro, porém, estava no ano de conclusão do mestrado, no MDU.

Eu já vinha de mais de dois anos de Iniciação Científica vividos dentro do MDU sob a orientação de Luiz Amorim junto com Claudia Loureiro, e acompanhei algumas sessões de assessoramento deles a Cristiana Griz. Salvo alguns curtos períodos de interrupção, portanto, hoje se vão quase vinte anos ocupando papéis distintos dentro do programa e transitando entre ele, o curso de Arquitetura, outras funções públicas fora da universidade e algumas atuações voluntárias pela nossa Cidade do Recife. Os meus ciclos de imersão no MDU não foram banais: após a Iniciação Científica e

o mestrado, depois ainda vieram um doutorado e, nos últimos anos, estive do lado de lá das bancas, como colaborador componente do corpo docente.

Rever uma publicação como esta, fruto de um programa como o MDU, portanto, significa rever o próprio sentido da instituição para mim e também para as pessoas que o fizeram – seus erros e acertos, suas escolhas e polaridades, tudo num sentido um tanto mais amplo do que escopo da divulgação da sua produção científica, como é de se esperar desse tipo de publicação. É bem possível que em 2004, no seminário, e em 2008, na impressão, não houvesse mesmo tal pretensão ao realizá-lo – e claro que o livro poderia ser muito bem reconhecido "apenas" como uma valorosa contribuição só em ter expressado os resultados de pesquisas. Mas entendo que há mais coisas além disto – este é um livro que representa a instituição na virada do século, consolidando ao longo da sua primeira década uma nova fase de temáticas de interesse, em que deixa de ser reconhecido somente pelas linhas de planejamento e gestão e começa a abraçar novas frentes e novos perfis, de pessoas e de conteúdos.

Entre quatro e cinco anos antes do seminário que viria a originar a primeira tiragem do livro, Amorim e Loureiro tinham defendido suas teses. Como documentos, foram referenciais não só dentro do próprio campo dos estudos da morfologia, mas também como aprofundamento dos seus objetos – casas pernambucanas e edifícios escolares. Também, entre 2000 e 2001 foi a época em que me aproximei daquele grupo – e de toda aquela teoria. Justamente a percepção de uma abordagem não excludente e não dualista das relações do espaço com as pessoas foi o que reverberou para mim do que a dupla

de recém-doutores tinha estudado: a Teoria da Lógica Social do Espaço – ou da Sintaxe Espacial, o seu sonoro nome mais popular.

Diferentemente do que estava acostumado a ver ao longo do curso de graduação, naquele momento ouvi falar que sociedade e espaço são construções interdependentes, que um é parte do outro, diferentemente de outros olhares, que terminam por ser muito empiristas (e se aproximarem mais das ciências duras), ou por se bastarem nas construções mentais (e transitarem mais entre as ciências sociais e humanas). Junto com as fotogênicas representações de linhas axiais coloridas e grafos justificados mais ou menos profundos, encontrei ali um reduto para aprender a pesquisar.

Voltando ao livro, afirmo que seleção dos seus textos é a prova de que outros contemporâneos, antes e além de mim, também tiveram a mesma percepção por aquela mesma época. Quando os trabalhos foram apresentados no I Seminário Cidades, em 2004, Amorim e Loureiro tinham conquistado os resultados de uma primeira geração de orientandos: os quatro ou cinco anos desde o retorno dos doutorados são o período suficiente para garantir a conclusão de um primeiro ciclo de produção – de pelo menos duas levas de dissertações e uma de teses. É também o resultado de uma parceria científica das mais inspiradoras, fomentando um ambiente de produção e orientação em que circulavam colegas e alunos e que viriam a constituir o Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura (lA2). Uma dessas crias, que comprovam meus argumentos, viria a ser exatamente Cristiana Griz, que houvera concluído recentemente sua dissertação no MDU e que, ao longo dos anos seguintes, organizaria a edição de 2008 juntamente com Amorim, já como sua colega de universidade.

É curioso, portanto, que essa produção "de sintaxe espacial" seja apresentada só na segunda parte do livro. A sua primeira parte, na verdade, reúne exatamente trabalhos daquele MDU mais "clássico" e que consolidava a incorporação das mais recentes teorias de conservação do patrimônio ao planejamento. Neste sentido, é uma curadoria tão atenciosa quanto representativa daquele momento. Ao mesmo tempo, afirma a linha de morfologia da arquitetura e da cidade como um dos pilares deste MDU do começo do século XXI, mas não renega a pluralidade de visões que marca e torna reconhecível o programa.

Nesta segunda edição, também merece elogio a reafirmação de um desenvolvimento da capacidade editorial do grupo. Aquela primeira edição foi realizada de modo quase independente: não foi publicada nem pela Editora Universitária, mas foi viabilizada com bastante qualidade a partir do financiamento das próprias pesquisas vigentes naquele tempo e saiu pela Livro Rápido, editora também independente do emblemático livreiro recifense Tarcísio "Livro 7" Pereira. Incrível notar que tal capacidade de autogestão, atualmente, é algo que pode parecer distante ou até impossível para o futuro. Agora, a FHRB, empreitada do professor – e autor de um dos capítulos – Frederico de Holanda, é quem assume a edição, dando continuidade a uma parceria que vai além do plano científico e comprova que o grupo se estende para além da UFPE.

O importante de compreender a obra como registro de uma fase de transformações é observar que agora, em 2020 – quase quinze anos depois do seminário, mais de dez depois do livro – é possível que estejamos mais uma vez sendo chamados a superar um ponto de virada,

tanto epistemológica como institucional. Lembrando que escrevo este prefácio ainda no período em que a vida cotidiana segue afetada pela pandemia da Covid-19, em que muitos dos nossos paradigmas e dos nossos conceitos até então vigentes podem necessitar de ser revistos, também as práticas profissionais, os currículos, as instituições e as nossas expectativas sobre tudo isso, inevitavelmente, também virão a ser repensados.

As demandas por maior produtividade e a tendência a cada vez mais restrições nos recortes dos objetos e dos campos teóricos dos estudos caminham ao lado de mais dificuldades na obtenção de recursos para as pesquisas — e para publicações, principalmente em formato impresso. Trazer de volta o livro tal e qual foi lançado anos atrás, mas em um necessário formato digital, é em si um ato de resistência: de olhar para o passado com mais generosidade do que o habitual e de pensar como poderemos sobreviver daqui para frente – na Arquitetura e no Urbanismo, no MDU, nas instituições públicas, nas universidades e nas cidades.

Por um lado, tudo leva a crer que a tarefa será mais árdua que nunca, pois nem todos os autores dos textos e companheiros daquela época continuam conosco. Faz alguns que já não temos mais as presenças de Claudia Loureiro nem de Adriana Veras. Outros já encerraram a sua história no programa e na pesquisa, como Geraldo Gomes. Por outro lado, buscando manter o otimismo, vemos que Roberto Araújo e Cristiana Griz dão firme seguimento às carreiras de docentes na UFPE. Frederico de Holanda dá continuidade ao seu arco narrativo pessoal e segue como referência internacional e parceiro pessoal. Num movimento por vezes não explicável, muitos novos orientandos continuam a nos procurar.

Eu – e vários outros – nos juntamos a todos os citados como uma comunidade em expansão e que, apesar das diferenças, sempre sabe que, na dificuldade e quando necessário, existem aquelas causas críticas que nos unem incondicionalmente para alavancar os esforços de superação aos pontos de inflexão dessa jornada coletiva.

Dizer que a arte é duradoura, mas que a vida é mais breve do que gostaríamos, é quase como repetir uma oração de alento para tempos difíceis. Mas é uma máxima que não deixa de ser verdade quando nos deparamos com documentos tão ricos em textos e subtextos como é o caso desse livro de Luiz e Cristiana.

E é assim que se perpetuam as boas intenções nas lutas institucionais: registram-se os esforços pessoais e coletivos em nome de questões maiores do que as nossas trilhas pessoais, e alimenta-se a fé por uma constante e perene produção do crítico-porém-sincero conhecimento em Arquitetura e Urbanismo, Cidade, Patrimônio e Planejamento.

Cristiano Felipe Borba do Nascimento
Recife, setembro de 2020

Parte I

A ordenação dos fluxos indesejáveis como matrix de ordenação da cidade industrial. Barcelona 1849-1917

Francisco Xico Costa

Aqui sugerimos uma aproximação que diz respeito, particularmente, a duas características fundamentais da modernização da cidade europeia industrial: as novas atribuições da administração municipal na instituição e defesa de interesses públicos, fazendo-se cargo de gestões até então de âmbito privado, e o impacto das inovações científicas e tecnológicas que acompanham essas medidas. O ano de 1848, marco inicial deste estudo, destaca-se como um ponto a partir do qual as administrações européias, referência de modernização das grandes cidades brasileiras, tomam consciência da necessidade de configurar um marco institucional e operativo para levar a cabo as intervenções necessárias à modernização da cidade. Essa modernização, enquanto adequação da cidade aos novos modos produtivos, apóia-se, por um lado, num tipo de aproximação tecnicista dos problemas e, por outro, na necessária reconfiguração daquilo que se inscreve no âmbito do público e no âmbito do privado. De forma concreta, realizamos tal aproximação apoiados num estudo sobre a questão específica da gestão dos resíduos urbanos da cidade de Barcelona (Espanha), cujas práticas urbanas dos últimos 20 anos ganharam notoriedade e são referência obrigada para os mais variados tipos e escalas de intervenções urbanas em todo o planeta.

A questão residual, estudada desde um ponto de vista amplo e não dissociado da construção do modelo de cidade ocidental que se gesta durante o século XIX, tem merecido pouca atenção dos historiadores. Temos encontrado trabalhos que tratam isoladamente do saneamento das cidades, do papel de algumas personalidades históricas determinantes, mas sempre à distância no que diz respeito a aspectos de fundamental interesse para o conhecimento da problemática urbana

atual. As relações entre os processos de modernização industrial e a consolidação de um tipo de urbanização que atendesse ao novo modelo produtivo encontra sua matriz na incorporação sistematizada e racionalizada da lógica funcional das redes técnicas que organizam os fluxos de pessoas, mercadorias, energia, informação, resíduos, etc. Dentre os serviços organizados segundo esse modelo, aqueles relacionados com a saúde pública ocupam uma posição estratégica determinante. Durante muito tempo entendido como um problema de conjuntos sociais independentes, a intersecção aqui forçada pela lógica das redes colocará em relevo o papel fundamental do poder público na determinação dos modelos de modernização da cidade."

O ponto de partida é uma idéia de cidade medieval, fixada pelos historiadores, que nos faz imaginar cenas de Pasolini. Pela janela se joga o lixo e se esvaziam os recipientes com os excrementos noturnos, e junto às muralhas se depositam cinzas e animais mortos. Mas não foi diferente na cidade industrial nem é diferente na cidade contemporânea. O costume seguiu sendo o de jogar todo o resto indesejável pela *janela*. Não necessariamente na rua – rompendo com as regras municipais – mas também um pouco mais longe, nos

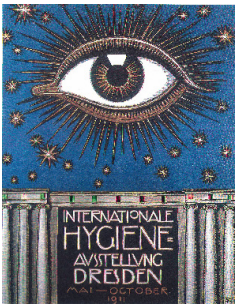


Fig. 1 - Cartaz da Exposição Internacional de Higiene de Dresden, 1911.

limites do município –, amparados nas mesmas regras. Afinal, talvez a única diferença entre uma cidade e outra esteja no maior ou menor cuidado com que cada uma se preocupa com seus resíduos, ou nesta espécie de agrimensura (LAPORTE, 1989), inaugurada pelo grande reformador social inglês Edwin Chadwick (1965) e dedicada a identificar a miséria e a sujeira, que resultará na estratégia ambientalista sintetizada em distribuir água e recolher resíduos (RODGER, 1989). Procurar referências históricas sobre a gestão de resíduos na cidade contemporânea leva, irremediavelmente, aos conceitos de limpeza e decência dos primórdios da revolução industrial. É lógico que o conceito moderno de limpeza e decência, que balizarão a modernização das grandes cidades ocidentais, tenha nascido onde nasceu a industrialização. Na Inglaterra, a *Poor Law Act*, de 1834, tem origem nas averiguações e denúncias sobre as condições de vida da classe trabalhadora inglesa e na constatação de que era necessário fazer algo

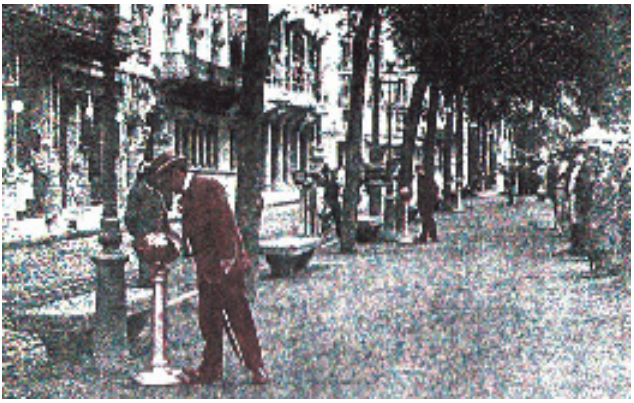


Fig. 2 - Fotografia das *escupideras higiénicas* instaladas em 1919 na Rambla de Catalunya, Barcelona. Fonte: *Arxiu Administratiu de la Ciutat de Barcelona.*

pelas denominadas *classes inferiores*, sob pena de perda efetiva da força que movia a grande revolução (S.G. e E.O.A, 1974). Embora o modelo de todo esse processo de modernização não esteja reservado ao aspecto de melhoria das condições infra-estruturais da cidade, ele pode expressar-se neste aspecto fundamental: fazer chegar água, em quantidade adequada, a toda a população e distanciá-la, o mais rapidamente possível, de seus excrementos. De fato, como é notório, não somente Londres e Paris mas todas as grandes cidades europeias afetadas pelas conseqüências estruturais e sociais dos novos modos produtivos, promoveram, durante o século XIX, grandes reformas urbanísticas para a melhoria de suas condições higiênicas.

Barcelona, no entanto, apesar de ter apresentado um dos mais importantes projetos urbanísticos daquele século, o *Proyecto de Reforma y Ensanche* redatado pelo engenheiro Ildefonso Cerda, não realiza uma reforma da cidade pré-existente. Na cidade que é considerada então o motor industrial da Espanha, tal inércia oferece uma grande oportunidade para entendermos a dinâmica de implantação das novas lógicas de urbanização que estão basicamente vinculadas com a ideia da cidade enquanto um corpo – metáfora já utilizada desde a antiguidade – e, portanto, com uma lógica de funcionamento de redes. As razões de saúde pública – que teria a capital catalã para sensibilizar sua classe dominante no que diz respeito à necessidade de reformas – não eram diferentes daquelas de Paris, mas em Barcelona esse argumento tardará mais a funcionar que em qualquer daquelas muitas cidades européias que realizaram reformas saneadoras no decorrer do século XIX. Primeiro, porque a população com maiores recursos tinha a possibilidade de passar a residir no *Ensanche* e fora dos problemas

da velha cidade. Segundo, e principalmente, porque determinados aspectos relacionados com a gestão das condições de salubridade da cidade eram diferenciados, como o sistema de latrinas, e garantiam certa segurança aos proprietários e moradores mais ricos. Essa condição de segurança, no entanto, mudaria radicalmente com a introdução da lógica das redes que, mais que uma simples inovação tecnológica, vai significar a prevalência do interesse público sobre o privado, reduzindo a importância do papel dos proprietários particulares nas condições de salubridade urbana. Parecia haver uma situação relativamente cômoda que impedia generalizar a ideia das ameaças epidêmicas – geradas pelos focos de pestilência de bairros infectos – como impulsionadoras das reformas urbanas do século XIX. Em Barcelona, o estabelecimento do novo modelo será tardio – durante as duas primeiras décadas do século XX – e não se fará sem polêmicas, especialmente perceptíveis no nível sociotopográfico, revelando duas cidades enfrentadas, uma que se quer *pública,* e outra que se quer *privada*.

O olhar médico

Não restam dúvidas, graças a uma extensa e rica bibliografia específica produzida principalmente na segunda metade do século XX, de que a utilização da necessidade de limpeza e de decência é um dos principais argumentos deflagradores do processo de modernização da cidade industrial europeia, ainda que, como bem destacou Elias (1989), as razões médicas substituam pouco a pouco as razões civilizadoras como dispositivo de coação mais importante na normalização do indivíduo enquanto cidadão. A construção de grandes estruturas subterrâneas para a circulação ordenada de fluxos indesejáveis, imaginadas desde o

Renascimento, é por isso um indicativo e um aspecto fundamental no modelo de modernização que se consolidará. Efetivamente, as inovações tecnológicas, embutidas nesse modelo, atendem a um agudo e vigilante olhar médico que impõe referências, por meio de publicações especializadas, palestras e participações em comissões municipais de remodelação urbana. Com um rigor que se antecipa ao dos urbanistas, desde o século XVIII os médicos elaboram cuidadas topografias médicas e antecipam não somente aspectos próprios da disciplina urbanística, naquilo que se refere à análise e ao desenho da cidade, mas naquilo que diz respeito à sua lógica territorial. Essa incursão médica, portanto, não é metafórica. Não somente trata especificamente de aspectos que dizem respeito às condições sociais e físicas do indivíduo, mas também dos aspectos ambientais a eles relacionados. Desde então, o espaço construído e o entorno natural são objeto de um estudo médico cada vez mais afinado. Tudo parece cair sob seu controle. O temor quanto ao ato de cuspir deixa de ser motivado pela influência de deuses, espíritos ou demônios e reduz-se às leis de uma enfermidade com seus agentes transmissores (ELIAS, 1989).

Mas, se a idéia de limpo e decente se constrói a partir do olhar médico, a ordenação dos fluxos caracterizará a obra dos engenheiros e arquitetos dos séculos XIX e XX, ou seja, o papel do médico passa a estar restrito ao diagnóstico, afastando-se das tarefas diretamente relacionadas com as decisões técnicas necessárias para a solução dos problemas, tal como vinha ocorrendo de forma sistemática até meados do século XIX. De fato, as diversas comissões, formadas pelas administrações públicas para analisar e propor soluções para questões relacionadas com a higiene urbana, sofrem uma

mudança importante quanto aos quadros que dela fazem parte, notadamente em relação à substituição dos médicos por engenheiros e arquitetos. Por outro lado, também é verdade que esses técnicos, não vinculados às Academias de Medicina, farão um uso cada vez mais sistematizado de procedimentos próprios dos médicos (COSTA, 1999).

Isso se deve ao fato de que engenheiros e arquitetos entendem, como os médicos haviam entendido, que não basta o conhecimento das condições físicas relacionadas com os problemas sanitários, mas que se fazia necessária uma interação com o quadro social envolvido, ou seja, que não basta controlar o continente. Esse reconhecimento da importância do conteúdo representa uma incursão que supera o que poderíamos considerar uma metafórica percepção anatômica por que passa um olhar sociotopográfico. Esse olhar, que é determinado pelo médico, permite relacionar um continente específico com uma determinada enfermidade. De fato, as enfermidades não se desenvolvem a partir do nada (CIPOLLA, 1993), algo aparentemente óbvio, razão pela qual Engels (1979) realiza suas visitas aos bairros e lugares mais pestilentos de Manchester, combinando uma certa atitude de medicina clínica e de anatomia patológica. A primeira, tratando de fazer observações sistematizadas de sintomas e afetações – os habitantes –, e a segunda, observando o órgão afetado – as condições de habitação.

De fato, um médico poderia viver anos tomando notas ao lado do leito do enfermo sobre o comportamento dos órgãos que pareciam funcionar mal, e tudo resultaria numa pilha de informações sobre sintomas e fenômenos incoerentes. No dia em que morrer o pobre doente e o

médico puder abrir seu cadáver para observar os órgãos enfermos, verá desaparecer a dúvida (FOUCAULT, 1996). Esse olhar, ou essa metodologia que combina observação clínica e anatomia patológica como forma de observar aquilo que passa na cidade, nasce na Alemanha com o Dr. Virchow, e na França com o Dr. Villermé. O médico prussiano, que também se interessa por política e manifesta simpatia pelos revolucionários de 1848, funda com alguns amigos o semanário *Medicinische Reform* (Reforma Médica) e redige em 1849 as primeiras anotações de história e geografia médica sobre a miséria em Spessart. O Dr. Virchow estava consciente de que a medicina não tinha somente a incumbência de tratar as enfermidades mas de cuidar da sede mesma dessas enfermidades, ou seja, das condições ambientais que as determinam. Não podia ser diferente, porque não se trata apenas de um catedrático de anatomia patológica, um especialista em identificar o lugar do mal, mas, como se apresenta o próprio Virchow, trata-se de um médico social especialista em identificar o *corpo vivo da enfermidade*.

Como vimos, os engenheiros e arquitetos herdarão esse olhar, ou melhor, essa metodologia no decorrer da segunda metade do século XIX. Dentre eles, Ildefonso Cerda, autor do projeto de ampliação de Barcelona, e Pedro García Faria, autor do projeto de modernização do saneamento de Barcelona. Ambos, de certa forma, empregam métodos próprios da clínica e da anatomia patológica quando tomam notas estatísticas, observam as tipologias urbanas e arquitetônicas e, o mais importante, abrem alguns *cadáveres*, ou seja, realizam visitas pessoais às habitações de vítimas de enfermidades epidêmicas (COSTA, 1999). García Faria, particularmente, publicará vários artigos e trabalhos

que estabelecem uma relação direta entre os casos de enfermidades e as condições físicas e morais dos lugares visitados, destacando a *Insalubridad de las Viviendas de Barcelona* (1890) em que condena, apoiado em desenhos das plantas das habitações e das casas, suas disposições e condições de uso .

No entanto, existe um detalhe importante, sobre essa relação entre o olhar médico e o olhar do engenheiro, que tem sido menos merecedora de atenção. Trata-se da convivência antagônica entre a ideia de cidade enquanto organismo, portanto uma totalidade funcional indissociável de suas partes, e a ideia de cidade enquanto um somatório de órgãos autônomos. A primeira alimentou fortemente o discurso higienista da primeira metade do século XIX, quando se premiava

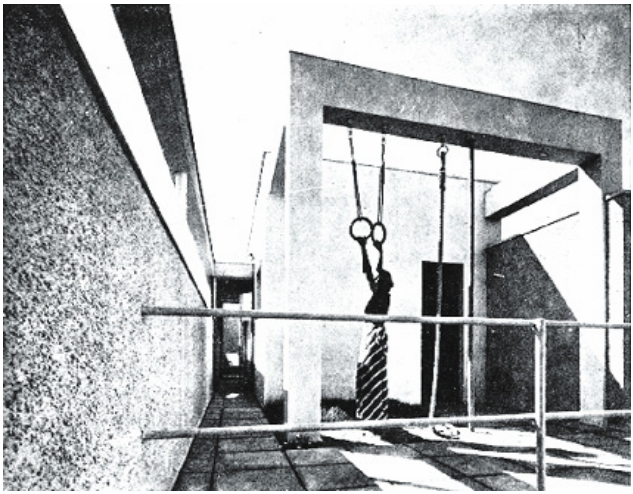


Fig. 3 - Casa no bairro dos jornalistas. Arquiteto Luigi Figini, Roma. Fonte: A.C.: DOCUMENTOS DE ACTIVIDAD CONTEMPORÁNEA : 1931-1937 (1975)

a necessidade de condicionamento do espaço urbano às condições produtivas sem precedentes. Mas será no estabelecimento das redes técnicas, onde vamos poder considerar sua verdadeira força. Algumas serão incorporadas como sinal de progresso, enquanto outras, em maior ou menor medida, serão recebidas com certa desconfiança. Dentre as primeiras, os serviços de gás e água, e dentre os últimos, o sistema de esgotamento sanitário. De certa maneira, no caso específico de Barcelona, a burguesia enfrenta, num período de reformas modernizadoras das cidades europeias, o desafio de impedir a construção de um modelo de cidade que funcione, desde o ponto de vista de gestão dos seus resíduos, como o sistema venoso e arterial do corpo humano. durante E quase todo o século XIX, tratará de impedir, a toda custa, que essa metáfora da cidade como um corpo passasse a uma condição real; que a ideia de cidade incorporasse, efetivamente, a lógica da capilaridade. Ao contrário, verifica-se um esforço por assegurar a permanência de uma ordem segregada, onde órgãos sadios pudessem conviver de forma segura com órgãos enfermos. Percebe-se um esforço contra a histórica imagem que associa corpo e cidade e, portanto, contra os fluxos das matérias indesejáveis que, no imaginário, disseminariam as enfermidades epidêmicas.

Neste sentido, é preciso destacar a formação do olhar que os paradigmas médicos de cada época determinam, não somente nos meios médicos mas também nas engenharias. De forma lenta, mas gradual, a ideia de disseminação das epidemias por meio dos miasmas dá passagem à bacteriologia: concretamente, com o descobrimento dos vetores da tuberculose (*Mycobacterium tuberculosis*, em 1882) e depois com o isolamento do bacilo do cólera-morbo (*Vibrio cholerae,* em 1883), enfermidade

epidêmica que serviu de referência na modernização sanitária das cidades decimonônicas. No âmbito da história da cidade e do urbanismo, a importância dessas descobertas está na formação de um novo olhar, não somente para o médico – auxiliado pelo microscópio – mas também para os arquitetos, engenheiros, técnicos e cidadãos. Ao contrário do paradigma miasmático, a bacteriologia indica um olhar diferente sobre o entorno e introduz uma ameaça não apenas invisível mas também inodora. Faz-se necessário um olhar especializado e aparelhado; a condição cristalina e inodora da água já não é condição que assegura sua pureza. Por outro lado, o mau cheiro dos esgotos e dos poços negros, que representavam um foco de infecção miasmática, já não é, necessariamente, uma ameaça concreta à saúde pública. Sem deixar de valorizar as benesses de um ar saudável, a luz solar será por isso um grande protagonista para o urbanismo e a arquitetura da primeira metade do século XX. O urbanismo progressista alia-se ao espírito novo e racional que o trabalho da bacteriologia inspira. Para esse caso é exemplar o trabalho desenvolvido pelo *Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per al Progrés de l'Arquitectura Contemporània* (GATCPAC)", liderado pelo arquiteto catalão Josep Lluis Sert, entre 1930 e 1936.

A grande ênfase ambiental dada pelas propostas do GATCPAC à modernização de Barcelona tem um aliado claro na bacteriologia, ainda que essa aliança se deve, curiosamente, a certa limitação do conhecimento científico, ou seja, os laboratórios bacteriológicos ainda não haviam sido capazes de sintetizar antibióticos realmente efetivos. Quando as primeiras experiências resultam finalmente na produção comercial de antibióticos, como a penicilina e a estreptomicina, no final da Segunda Guerra Mundial, a ênfase ambiental das

referências médicas que olham a cidade como um corpo e alimentam o olhar gestor da cidade dará vez às *cápsulas mágicas* (MEYER, 1986) que curam. Estabelece-se uma idéia errônea de que, no futuro, existiria uma *cápsula mágica* para cada tipo de enfermidade, e que a medicina preventiva havia deixado de ser realmente importante (ASHTON, 1991). Hoje, quando visitamos o centro de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, constatamos a existência de uma enorme quantidade de farmácias e drogarias que confirmam esta triste opção, no Brasil, por uma medicina curativa. Enquanto falta o saneamento básico, abundam antibióticos cada vez mais poderosos.

Fluxos indesejáveis

Se, como vimos, a ideia de limpeza, decência e salubridade se constrói a partir do olhar do médico, será o engenheiro (e o arquiteto) o responsável pela materialização da nova ordem que aproximaria a cidade da lógica do corpo humano. Um corpo que atende a uma lei de sistemas venais, arteriais, nervosos, ou seja, trata-se de uma lógica de rede que tem a ver não apenas com as relações entre elementos físico-espaciais, mas também socioespaciais. Dessa maneira, esses fluxos fazem ir e vir coisas e pessoas, como mercadorias, energia, forças produtivas, etc., fazendo com que se relacionem entre si as diversas unidades físicas e sociais que compõem a cidade (habitantes, terrenos, edifícios comerciais, habitações, unidades produtivas, etc.). Por isso mesmo, ainda que no cenário de atualização que vive a cidade industrial, essa organização dos fluxos (superficiais, subterrâneos ou aéreos) esteja tecnicamente relacionada com uma idéia positivista de progresso e modernidade, tal transformação não se realiza sem conflitos e reservas

contra esse tipo de *funcionalidade orgânica*. O que provoca esse medo de que a cidade funcione como um corpo tal como nas elaborações esquemáticas utópicas? Medo de Utopia?

Entre 1880 e 1893, a mortalidade devido ao cólera-morbo em Barcelona era, aproximadamente, um terço daquela motivada pela tuberculose. No entanto, a cada declaração de uma epidemia colérica, a população apresenta preocupantes sintomas, segundo as autoridades locais, de desespero, comoção e alarme. Com urgência são estabelecidas medidas de controle de fluxos e condições ambientais e, para o olhar especializado, a epidemia parece respeitar determinados lugares de um bairro, às vezes lados de uma rua e até cidades inteiras. Considera-se que as correntes de ar deveriam desempenhar um papel importante na disseminação do vírus e que pessoas ou objetos provenientes de fora seriam responsáveis pela contaminação: "Teorias de contágio ou infecção à parte, o certo é que ninguém, ainda, é capaz de identificar com segurança a lei que regula tal imunidade" (GARCÍA FÀRIA, 1894). Essas circunstâncias geram um clima de insegurança e suspeita que incidirão, de forma determinante, na adoção de um modelo de saneamento e, portanto, na organização urbana.

Os modelos

A prova da importância desse olhar médico está no fato de que tanto a cidade industrial como a cidade funcional constroem seus projetos de cidade limpa e decente, tendo como referência básica os respectivos paradigmas médicos. A cidade industrial, diante da ameaça miasmática, procura distanciar, de forma rápida,

segura e discreta todas aquelas matérias produtoras de gases miasmáticos. A procura por uma ventilação adequada alcançará o anedótico. Por outro lado, a cidade funcional, com o olhar posto na microbiologia, expõe seus cidadãos aos efeitos antissépticos do sol.

Para o primeiro caso, a referência é dada pelo Reino Unido, onde se desenvolve o conceito de saneamento urbano total (onde chega a água chegará também o esgoto), e Paris, onde esse modelo ganha uma dimensão ainda mais emblemática: evacuação completa das águas residuais e dos resíduos sólidos, e acessibilidade completa a todas as galerias. Inspirado nos trabalhos realizados em Londres, o Barão de Haussmann havia encarregado, em 1856, um estudo ao engenheiro chefe do *Service Municipal des Travaux Publics* sobre o sistema de aprovisionamento de água e evacuação de águas usadas que se havia construído segundo as indicações de Chadwick. O engenheiro francês encarregado viaja a Londres, Glasgow, Manchester e Liverpool, e conclui ser necessário verter diretamente não somente as águas servidas mas também o conteúdo das latrinas que também seriam aproveitadas como adubo: é o *tout à l'égout*.

Esse modelo sinaliza uma imagem, de certa forma utópica, de um ciclo vital fechado que permite a transformação contínua da energia que alimenta o homem, que de resíduo se transforma no adubo que alimentará a planta, que dará o fruto, etc. Mas entre essa idéia e sua operacionalidade existe mais de um impedimento. Imaginar que os resíduos fecais seriam lançados diretamente no esgoto era também imaginar que as galerias serviriam para disseminar a ameaça miasmática de forma sistemática por toda a cidade,

sem respeitar condições sociais ou econômicas, contar, especialmente no caso de Paris, certa desgraça econômica para as empresas de serviços de extração de latrinas, responsáveis pelo reaproveitamento e elaboração de adubo. Ambas as questões foram um argumento suficientemente forte, ainda que não possamos assegurar qual tenha tido maior importância, para que o Barão de Haussmann não autorizasse o modelo do *tout à l'égout* inicialmente previsto no projeto de modernização de Paris. Efetivamente, esse projeto somente terá sua característica original adotada em 1899, a partir de uma lei de 1894, quase cinqüenta anos depois de ter sido tornada obrigatória a utilização dos esgotos para verter as águas servidas de edifícios particulares, pelo decreto-lei de 1852 (BELGRAND, 1887). Neste sentido, em París a resistência por compartir os resíduos se dá de maneira similar que em Barcelona, com a diferencia importante de que, na capital francesa, a rede já estava construída e projetada para o *tout à l'égout*.

As dificuldades relativas à utilização e aceitação das redes, nessa fase da modernização das cidades europeias, indicam um enfrentamento de interesses que divergem no que diz respeito ao modelo que determinará as características da nova urbanização. A utilização da lógica das redes técnicas significa, como comentamos anteriormente, uma ideia utópica de cidade enquanto corpo, sem partes independentes e totalmente articulado por cadeias, redes e sistemas complementares. A disseminação e a importância dadas a esse modelo serão evidentemente desiguais. Na Espanha, verificando a publicação técnica especializada mais importante – *Revista de Obras Públicas,* publicada a partir de 1853 –, somente encontramos uma referencia importante sobre as obras de saneamento de Paris, em 1878. Ainda assim,

a grande importância dada ao tema pela revista a partir dessa data equipara a temática do saneamento das grandes cidades com uma que é percebida muito mais positivamente, a engenharia de transporte. Na capital catalã, o sistema utilizado até princípios do século XX era o da rede de esgotos específica para as águas servidas e os poços negros para as latrinas. As matérias dos poços eram recolhidas periodicamente por particulares autorizados pela administração pública local, e conduzidas para sua utilização como adubo nos campos de cultivo. Isso representava um atrativo econômico para os que recolhiam e posteriormente vendiam o adubo, mas também para o proprietário do edifício onde estava localizado o poço, pois ele geralmente vendia as matérias fecais. Com a crescente distância entre o lugar da coleta e os campos de depuração, devido a uma expansão urbana particularmente importante na segunda metade do século XIX, os papéis são invertidos e os proprietários passam a pagar para que as matérias sejam recolhidas dos depósitos (COSTA, 1999). Curiosamente, também se levou em conta uma desvalorização da qualidade das matérias recolhidas, tendo em vista uma maior disseminação do uso da água, havendo por isso quem afirmasse que de melhor qualidade eram aquelas do pobre, não afetadas pela diluição da água, muito cara na época. A questão do reaproveitamento do poço negro e da rede de águas residuais são elementos-chave para a definição de um modelo para o sistema de saneamento da cidade de Barcelona. De fato, o engenheiro Ildefonso Cerda considerava que o modelo que então se adotava em Barcelona era mais racional que aqueles adotados por Londres e Paris. Em 1884, quando se forma na cidade uma comissão para estudar os problemas de saneamento, existem oito mil e quinhentos depósitos ou poços negros, em melhores ou piores estados de

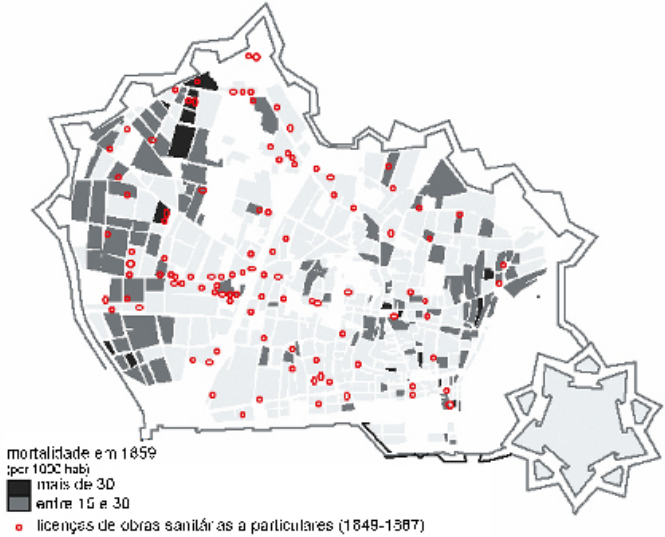


Fig. 4 - Os índices de mortalidade marcam a diferença mais importante entre as duas cidades: oitenta das cento e três obras particulares, realizadas entre 1849 e 1867, estão fora das quadras que registram uma mortalidade superior a quinze mortes por mil habitantes. Elaboração própria a partir dos registros de expediente de obras públicas do *Arxiu Administratiu Municipal de Barcelona*.

funcionamento e manutenção. Em paralelo, dezenas de pequenas empresas familiares de limpeza de latrinas fazem circular suas carroças pelas ruas da cidade, segundo trajetos e horários prestabelecidos pela Prefeitura.

O entendimento da nova ideia de cidade, que se estabelece a partir do processo de modernização da cidade industrial, passa pelo entendimento da diferença entre esses modelos e a repercussão deles sobre a ideia de cidade pré-existente.

A característica básica do modelo de saneamento proposto por Chadwick é constituída pela existência de

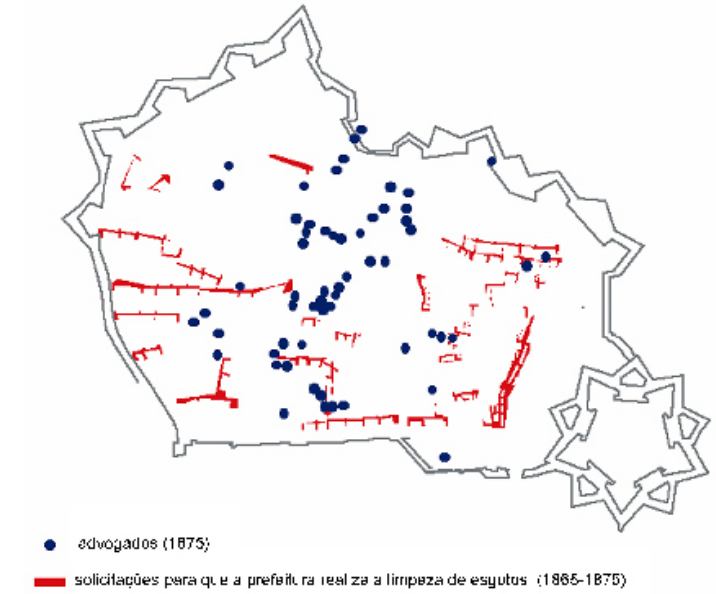


Fig. 5 - Neste mapa, verificamos a ausência quase total de coincidência entre uma categoria específica da elite barcelonesa, os advogados e as áreas mais mal servidas pelo serviço municipal. Verificamos que somente dez dos cinqüenta e nove advogados localizados no *Casco Antiguo*, em 1875, estão em ruas que tenham feito alguma reclamação devido às más condições de limpeza e conservação do esgoto. Elaboração própria a partir dos registros de expediente de obras públicas do *Arxiu Administratiu Municipal de Barcelona.*

uma única rede e a aportação, ao sistema, de quantidades mínimas e constantes de água que permita uma vazão rápida das matérias. Mas esse sistema representa para alguns, dentre eles Ildefonso Cerdá, uma perda de dez vezes da capacidade fertilizante dos excrementos que fossem, da forma como propõe ele, armazenados em depósitos individuais protegidos da "*actuación diluente del agua*". Cerdá, que propõe depósitos individualizados para as latrinas (CERDÁ, 1991), havia calculado que cerca de noventa por cento da capacidade fertilizante

das matérias se perderiam e, com isso, a possibilidade de que um indivíduo pudesse com seus excrementos fertilizar dois mil metros quadrados de terrenos agrícolas cada ano. Essa era a idéia utópica de um homem que, com seus próprios excrementos, fertiliza o horto que produzirá os alimentos necessários para seu consumo, fechando um círculo vital ideal. De fato, alguém já teria dito (SICA, 1981) que a idéia do Falansterio, desenvolvida na França por Fourier, não havia logrado êxito precisamente por falta desse adubo.

Modernização [público x privado]"

Como complemento às aproximações anteriores, propomos agora uma incursão empírica que nos possa revelar de que forma, efetivamente, as ideias até aqui colocadas repercutem na organização social e espacial da cidade. Mais especificamente, verificar indícios do impacto da introdução destes modelos: como era antes, como foi durante e em que resultou depois de construído.

Em Barcelona, enquanto a cidade se expande além dos antigos limites da muralha, a população que permanece no Centro Histórico dispõe, em quase toda a sua totalidade, de serviço de esgotos; cerca de quarenta quilômetros de uma rede descontínua e qualitativamente diversa. Em sua maior parte, trata-se de pequenas galerias inadequadas para o saneamento de uma quantidade cada vez maior de matérias. O resultado é que, além do cuidado com o esvaziamento e a limpeza dos poços negros particulares, os proprietários enfrentam os problemas decorrentes da falta de manutenção das instalações sob a responsabilidade da administração pública. Durante o período que vai de

1848, ano da demolição das muralhas, até 1867, ano do final da primeira fase de expansão do *Ensanche* projetado por Cerdá, as condições de funcionamento da rede de esgotos revelam-se particularmente espantosas e alcançam seu momento mais crítico.

Nesse intervalo, constata-se a existência de uma parte importante de proprietários que realizam a limpeza e as obras de manutenção, não somente em suas edificações mas também nas instalações do saneamento público de seu entorno imediato. É uma população que, como poderemos observar, tem uma situação econômica que lhe diferencia claramente de um outro grupo que não tem condições de realizar obras em suas instalações particulares e que apelam para a intervenção do poder municipal. Ou seja, enquanto uma parte da cidade toma medidas, de forma particular, para sua proteção e comodidade, criando sua casa e seu entorno limpo, uma outra fica dependendo da iniciativa e das possibilidades do poder público. Tal fato nos mostra, espacialmente, duas situações antagônicas e dois grupos social e topograficamente diferentes na cidade e nos permite constatar que o projeto de cidade limpa e decente, que a iniciativa privada constrói, tem, apesar das insistentes ameaças dos surtos epidêmicos do cólera-morbo ou da febre amarela, uma situação efetivamente mais segura. Nesse sentido, deveríamos matizar determinadas afirmações, historicamente aceitas, que outorgam a esses surtos epidêmicos a qualidade de motores das grandes reformas sanitárias da cidade industrial. Segundo semelhante afirmação, a impossibilidade de isolamento das camadas sociais, considerando-se o paradigma miasmático, havia impulsionado a classe dominante a realizar melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, de modo a proteger, dessa maneira, a sua própria.

No entanto, o que vemos em Barcelona, antes da realização das obras de modernização do sistema de saneamento que somente ocorrerá no século XX, são duas situações distintas: a primeira é uma segurança sanitária controlada graças a iniciativas isoladas e privadas; e a segunda, uma situação sanitária insegura sofrida por aqueles que dependiam da iniciativa do poder público. A seqüência de mapas, que podemos ver a seguir, fala por si mesma. No primeiro, constatamos a existência dessa espécie de *cidade privada*, cujo poder econômico permite a realização de gastos com a infra-estrutura sanitária, localizada em áreas de menor índice de mortalidade. No segundo, mapa a constatação é de que efetivamente a população economicamente mais bem situada não habita as áreas em que a manutenção do saneamento depende da administração pública.

Essa cidade, que parece formada por conjuntos sociais que não se interseccionam e por uma administração que parece pretender consolidar tal separação, passará a uma lógica fundamentalmente distinta graças à implantação das redes de serviço, notadamente a de saneamento.

Modernização do sistema

Considerando-se que, de maneira geral, a administração, a inovação tecnológica e as mentalidades sociais são elementos estruturais da modernização urbana, no que tange ao caso específico de Barcelona, devemos citar três etapas bastante exemplares. A primeira, antes da modernização, está marcada por um período em que houve tentativas de administrar a rede existente sem mudanças estruturais importantes. Esse período, bem ilustrado nos mapas vistos anteriormente, representa uma última tentativa da burguesia de fazer valer um

modelo que beneficia os interesses privados e, por conseguinte, aqueles estratos economicamente mais bem situados da população. O segundo, a inovação tecnológica, corresponde ao período de reorientação do modelo e estará bem exemplificado nas contribuições teóricas e técnicas do projeto de modernização do sistema de saneamento elaborado pelo engenheiro Pedro García Faria e entregue ao poder municipal em 1891. Esse período corresponde ao de maior enfretamento teórico em relação a que modelo de gestão residual deveria ser adotado e, por extensão, que modelo de organização socioespacial teria a cidade. Mais que um ponto de partida para a modernização do sistema de saneamento, trata-se de um ponto de inflexão que determinará um modelo organizativo de cidade. Mais que o ponto de partida para a modernização de um sistema de saneamento, é o ponto de inflexão que determinará um novo modelo organizativo da cidade. O terceiro e último

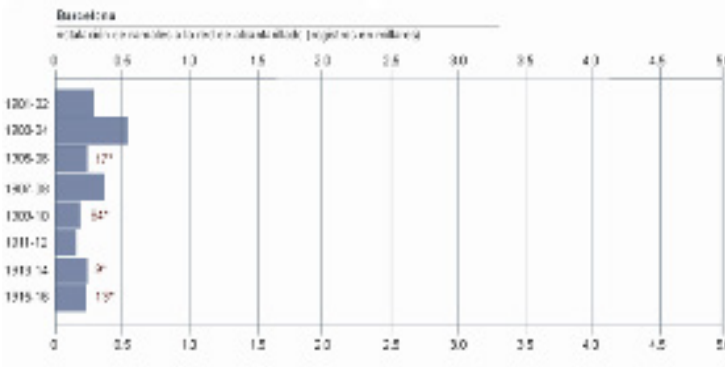


Fig. 6 - O gráfico mostra a quantidade de ligações aos esgotos realizadas entre 1901 e 1916 (os algarismos com asteriscos indicam a quantidade em quilômetros de novas galerias de esgoto). Elaboração própria a partir de dados da *Comisión de Fomento. Arxiu Administratiu de Barcelona*.

período, correspondente às duas primeiras décadas do século XX, mostra-nos a construção e reforma da rede e seu impacto sobre as formas de organização anteriores, revelando uma insistente resistência quanto à utilização dos novos preceitos higiênicos.

A inércia do poder público, durante o que consideramos a primeira etapa do processo de modernização, a respeito da realização de uma obra geral de reforma do sistema de saneamento de Barcelona pode considerar-se parte mesma do modelo de gestão residual. Essa postura está caracterizada pelo entendimento da cidade enquanto um conjunto de fragmentos, que se relacionam, mas não são interdependentes. De maneira que se viabilizam as gestões particulares, como vimos anteriormente. A sujeira não afeta o grupo socialmente dominante, como podemos comprovar do debate sobre o modelo de gestão e pelas obras e intervenções realizadas na cidade, durante a segunda metade do século XIX.

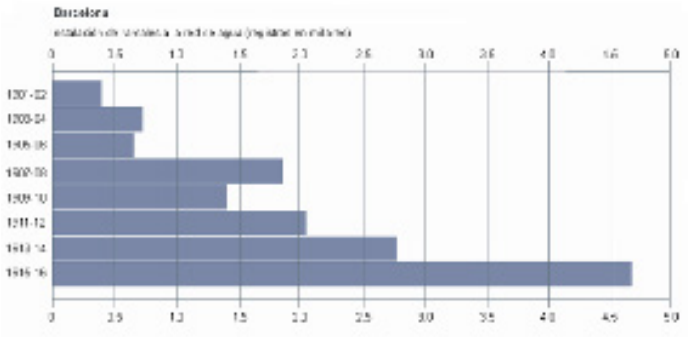


Fig. 7 - Número de novos ramais instalados na rede de distribuição de água. Elaboração própria a partir de dados da *Comisión de Fomento. Arxiu Administratiu de Barcelona.*

Nesse período, e particularmente nas primeiras décadas desta segunda metade do século XIX. Nesse período, e particularmente no terceiro quartel do século, é mantida uma lógica que favorece aquela população com capacidade para atuar de forma individualizada, enquanto a maioria da classe trabalhadora permanece totalmente depende de uma atuação pública ineficiente.

As inovações técnicas do projeto elaborado por García Faria partem de um pressuposto já conhecido e testado, em que o destaque está na opção por um tipo de urbanização subterrânea isenta de uma lógica sociotopográfica discriminadora. Além de ser usada para conduzir as águas servidas e os excrementos, essa urbanização está pensada para possibilitar a incorporação das redes técnicas de distribuição de água, gás, eletricidade, telefonia, correios, etc., ou aqueles serviços considerados incômodos, insalubres ou perigosos. Deveria assim liberar as vias públicas das águas servidas,

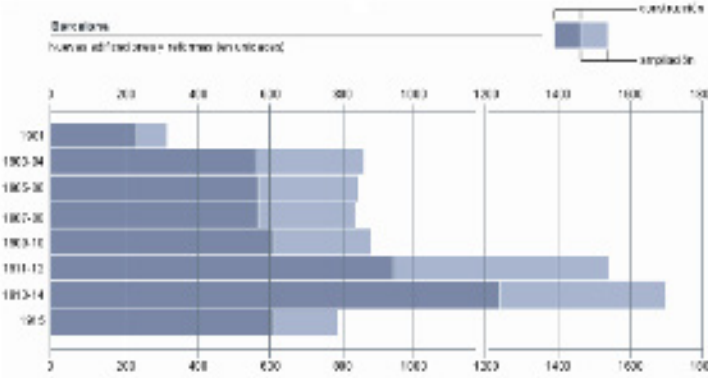


Fig. 8 - Gráfico correspondente à construção de novos edifícios e reformas com ampliação. Elaboração própria a partir do *Anuari Estadístic de la Ciutat de Barcelona. Tomo XVII, 1918-1919-1920. Henrich y Comp. Barcelona, 1923.*

Fig. 9 - Limpo e decente. Detalhe de uma fotografia tomada no interior de uma coletora da rede de esgotos de Madri, em 1924. Fonte: SOCIEDAD (1924).

do transporte de carvão e dos conteúdos dos poços negros, do lixo doméstico ou proveniente da varredura das ruas, etc. Qualquer um que tenha a oportunidade de visitar o museu dos esgotos de Paris ou de Barcelona entenderá melhor a dimensão e o contexto em que foram pensadas essas obras. Assim, a *haussmanização* não poderia nunca ser um termo utilizado para caracterizar operações de aberturas de ruas, simples *percée*, ou regularização viária supraterrânea. Não é de estranhar, portanto, que o engenheiro catalão tenha previsto no seu projeto conceder ao pessoal de manutenção dessas áreas o status de *guardas jurados* ou policiais, como forma de assegurar às autoridades e à população que essas ruas subterrâneas não estariam sujeitas a atividades delitivas.

Mas é no primeiro aspecto destacado anteriormente, referente a uma lógica de urbanização subterrânea fundamentalmente diferente da urbanização supraterrânea, que o projeto de García Faria realmente

fará que as condições de saneamento deixem de depender das características qualitativas da superfície. Entre outras coisas porque, do ponto de vista técnico, a rede deverá estar acomodada às características topográficas das bacias onde se assenta a urbanização e não às características socio topográficas da cidade.

Tal mudança, no entanto, não se faz sem reservas e oposições, e aqui aparece também a questão das mentalidades sociais. Primeiro, porque será necessário convencer os proprietários dos imóveis para que cedam suas matérias fecais ao domínio da gestão municipal e, segundo, assegurar que a existência de uma rede geral de saneamento, comunicando entre si cada uma das edificações da cidade, não trará riscos de contágio ou contaminação. Em relação a primeira reserva, observamos que as matérias residuais haviam deixado de ser um negócio economicamente rentável e passaram a ser um ônus para os proprietários dos edifícios. Isso significa que os proprietários não tinham, desde esse ponto de vista, razões de rejeição quanto a troca de suas instalações privadas por uma instalação pública. Pelo contrário, a conexão com a rede pública representava uma redução dos gastos anuais com os serviços de limpeza de setecentas para somente noventa pesetas. Mas quando na segunda década do século XX a rede geral de saneamento de Barcelona está construída e modernizada, o número de ligações, mesmo cinco anos depois de pronta, revela percentuais preocupantes.

La ciudad limpia real

A princípios da segunda década do século XX, nessa que seria a terceira etapa do processo de modernização do sistema de saneamento da cidade de Barcelona,

a rede está construída e preparada para o *tout à l'égout*. Nessa rede deveriam estar conectados, por determinação do poder municipal e segundo os novos padrões técnicos (sifão, etc), tanto as novas edificações como as antigas. No entanto, segundo as declarações do engenheiro-chefe das obras de saneamento de Barcelona (AYUNTAMIENTO, 1923), verifica-se que uma parte muito importante dos proprietários não havia realizado a operação de ligação ao novo sistema. De fato, quando verificamos e comparamos o número de ligações realizadas e o número de novas construções no mesmo período, constatamos uma grande defasagem. No período em que se realizam as obras, entre 1902 e 1916, é registrada uma média anual de aproximadamente duzentos e cinqüenta novos ramais de ligação, quando a média de novas edificações é de quinhentas por ano, o que significa que pelo menos metade dos proprietários não estava realizando a ligação regulamentar com a rede de esgoto. Essa defasagem, no entanto, não acontece com a ligação de novos ramais de água, a qual aumenta progressivamente à medida que cresce a rede de galerias. Se os proprietários realizam a conexão de água, cuja rede está instalada nas mesmas galerias, por que não fariam o mesmo com a rede de esgoto?

Além do fato de que grande parte dos proprietários parecia optar pela continuidade da solução mais individualizada de cidade limpa, conservando as fossas individuais, a conclusão da reforma e a construção da nova rede tocará em um problema maior. Trata-se da necessidade de quantidades mínimas diárias de água, que deveriam circular pela rede de saneamento, para que pudesse funcionar o sistema de desinfecção compreendido por seiscentos tanques de inundação então existentes, dos dois mil previstos, e instalados nas

cabeceiras das galerias. A cada seis horas, esses tanques deveriam realizar uma descarga de quinhentos litros de água que totalizariam um milhão e duzentos mil litros de água por dia. Quando estivesse completa a rede, os dois mil tanques consumiriam quatro milhões de litros de água por dia. E o problema não acabava aqui. Para solucionar o problema de acumulação de gases nas galerias, devido a falta de quantidade suficiente de água para arrastar os resíduos, a solução adotada vai significar uma importunação ainda maior do poder público sobre as unidades privadas de habitação. Ou seja, os proprietários serão obrigados a construir, em suas edificações, chaminés para a evacuação dos gases da rede pública.

Cem anos depois dessa experiência modernizadora, Barcelona, essa cidade que parece conviver naturalmente com tal rede de esgotos e suas chaminés, tornou-se um modelo de cidade e de desenvolvimento estratégico para nossas grandes cidades pobres. De fato, do ponto de vista da consolidação de um modelo de urbanização, a enorme dependência (de água) e a incerta vontade dos cidadãos (de participarem de uma rede) preconizam duas crises que caracterizam as grandes cidades de princípios do século XXI: por um lado, a insustentabilidade do modelo de gestão residual, do ponto de vista dos recursos naturais, e, por outro, a persistência de um conflito de classes que, especialmente para o caso das cidades brasileiras, tem se configurado num tipo de organização espacial cada vez mais segregado. A utilização da lógica de redes já não significa, necessariamente, uma aproximação da ideia orgânica de cidade, a menos que imaginemos um corpo disforme e esquizofrênico. Do condomínio residencial fechado, passando por centros comerciais semipúblicos até as cordas que isolam os

trios elétricos no carnaval, constatamos que as áreas de intersecções sociais, culturais e econômicas são cada vez menores. Utopia era, quase, aqui: metade dos habitantes do planeta vivem hoje em zonas urbanas e a maior parte, ou seja, dois de cada três, pertence a um país em via de desenvolvimento, sendo que setenta e cinco por cento da energia mundial é consumida pelas metrópoles ricas. Enfim, o modelo de desenvolvimento desta cidade não é um modelo que se possa reproduzir. Está baseado, desde o princípio, na má utilização de recursos (solo, matérias, água, energia) e na segregação social.

Referências bibliográficas

GATEPAC. **A.C.: Documentos de Actividad Contemporánea: 1931-1937**. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

ASHTON, J. La salud y la ciudad. In: Ciudad y Territorio. **Revista de Ciencia Urbana**, nº 3, Madrid: IEAL, 1991.

AYUNTAMIENTO. **Anuari Estadístic de la Ciutat de Barcelona.** Tomo XVII, 1918-1919-1920. Barcelona: Henrich y Comp., 1923.

BELGRAND. M. **Les travaux souterrains de Paris V.** Les égouts. Planche 11. Paris: Dunod, 1887.

CERDÁ, I. Memoria del Anteproyecto de ensanche de Barcelona (1855). Teoría de la construcción de ciudades. In: **Cerdà y Barcelona**. Madrid: MAP, 1991

.

CIPOLLA, C. M. **Contra un enemigo mortal e invisible**. Barcelona: Editorial Crítica, 1993.

COSTA, F. de A. **La compulsión por lo limpio en la idealización y construcción de la ciudad contemporánea.** 1999. 558 pp. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 1999.

CHADWICK, Edwin**. Report on the sanitary condición of the labouring population of Great Britain (1842).** Edimburgo: University Press, 1965.

ELIAS, N. **El proceso de la civilización.** Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ENGELS, F. **La situación de la clase obrera en Inglaterra.** Barcelona: Ed. Júcar, 1979.

BARCELONA. **Expediente relativo al nombramiento de una Comisión encargada de estudiar una reforma general en el sistema del alcantarillado de esta Capital.** Sección de Fomento. Negociado de Obras Públicas, Ayuntamiento de Barcelona, 1884-85. Arxiu Administratiu de la Ciutat de Barcelona.

FOUCAULT, M. **El nacimiento de la clínica.** Una arqueología de la mirada médica. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

GARCÍA FÀRIA, P. **Insalubridad de las viviendas de Barcelona**. Barcelona: Imprenta de J. Balmas Planas, 1890.

GARCIA FARIA, P. **Medios de aminorar las enfermedades y mortalidad en Barcelona. Memoria**

leída en la Academia de Higiene de Cataluña. Barcelona: Administración de Industria e Invenciones, 1894.

LAPORTE, D**. Historia de la mierda**. Valencia : Pre-Textos, 1989.

MEYER, P. **La revolución de los medicamentos.** Mitos y realidades. Madri: Espasa Calpe, 1986.

S.G. e E.O.A. Checkland (eds.). **The poor law report of 1834**. Harmondsworth: Penguin, 1974.

REVISTA DE OBRAS PÚBLICAS, 1290 (1900). Madri: cuerpo nacional de ingenieros de caminos, canales y puertos.

RODGER, R. **Housing in urban britain, 1780-1914:** class, capitalism and construction**.** Londres: McMillan, 1989.

SICA, P. **Historia del urbanismo.** El siglo XIX. Madrid: IEAL, 1981.

SOCIEDAD **Fomento de Obras y Construcciones.** Catálogo de Obras**.** Imprenta Barcelona: Barcelona, 1924.

O saneamento físico e moral do Recife

Roberto Araújo

Introdução

A partir de 1906, o Recife passaria por transformações radicais. As reformas do Porto, do Bairro do Recife e o Saneamento do Recife, conformariam um conjunto de intervenções típicas da agenda da Primeira República: não se tratava apenas de otimizar o escoamento da produção, de criar um espaço cênico para suas elites ou de prover as principais cidades brasileiras de serviços essenciais, mas, de *consolidar* o próprio regime. No caso da capital pernambucana, esses três grandes projetos deram à cidade uma outra *face* ainda claramente reconhecível nos dias atuais (Figuras 10, 11 e 12).

Antecedentes: a primeira república e o sanitarismo, Barbosa Lima e seus reclamos

É fácil constatar a proeminência de questões sanitaristas nas mensagens presidenciais do período. Também é de se notar uma mudança paulatina de *enfoque* nessas questões. É o que se conclui após uma análise dos discursos dos presidentes do chamado *período de consolidação da República* -- de Floriano Peixoto a Nilo Peçanha. Entretanto, nota-se uma rápida *evolução* no conteúdo dos discursos: dos simples reclamos da insalubridade na Capital e de providências pontuais, chega-se aos serviços de água e esgoto; da necessária intervenção da União; da elaboração de leis mais adequadas; da criação de instituições científicas; da reforma urbana em geral. E da Capital, pretende-se uma *generalização* dessas medidas para a Nação. Tudo isto antes de 1910, podendo-se afirmar que, a partir de Rodrigues Alves, o *sanitarismo* passa a representar o núcleo de uma verdadeira política de intervenção urbana do Estado brasileiro (MENSAGENS..., 1978).

Em Pernambuco, percebe-se a sintonia das preocupações e propostas entre o governo Federal e o Estadual desde 1892, quando Barbosa Lima assumia o posto de Governador, o primeiro a ser eleito pela República. O seu programa de governo terá como mote um conjunto de ações sanitaristas, além da adequação do porto para uma projeção nacional. Trazia o título de engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, depois, pela Escola Militar da Praia Vermelha, e com ele, os ideais positivistas de uma administração *eminentemente técnica* que pretendia pairar acima de injunções político-partidárias. Estava ausente das tradicionais listas locais sugeridas a Floriano. Nem era natural que figurasse nessas listas. É que, embora pernambucano, era de todo desconhecido no Estado. Ativo propagandista da República, fora eleito em 1890 deputado federal pelo Ceará. Assim, tornara-se homem de inteira confiança de Floriano Peixoto, daí a indicação...

São carregadas de um otimismo cientificista as mensagens de Barbosa Lima ao Congresso Legislativo. Por exemplo, quando trata da autorização conferida pela Lei nº 136 de 3, de junho de 1896, que dava ao Dr. Rodolfo Galvão a seguinte missão: fazer no Instituto Pasteur (em Paris) estudos precisos para a fundação de um laboratório de bacteriologia destinado à produção de soro antidiftérico e da linfa anti-rábica; quando se refere ao relatório de 300 páginas desse médico que tem como conteúdo a análise dos micróbios do ar, das águas e do solo, carbúnculo bacteriano e sua etiologia, vacinação contra o carbúnculo, cólera das galinhas, *rouget* do porco, lepra, tuberculose, pneumonia, difteria e veneno diftérico, cólera e vibrião; quando trata da aquisição de fornos de incineração do lixo; quando trata da criação de um passeio público para a cidade (o

Parque 13 de Maio), pelo qual levanta um empréstimo de 500:000$000. Por outro lado, tais mensagens evidenciam questões pendentes*:*

> Por mais que me houvesse esforçado segundo os meus mais fervorosos desejos [...] pouco é que deixo feito. Todos os serviços primordiais indispensáveis a uma capital como o Recife, encontrei-os contratados pelos administradores que me precederam desde 1838 (privilégio por 35 anos da Companhia do Beberibe, abastecimento d'água potável) e 1856 (privilégio por 30 anos da Companhia Recife Drainage, esgoto de matérias fecais, águas servidas e remoção de lixo) e ainda 1858 (privilégio por 30 anos da Companhia de Gás), até 1890 (privilégio da viação suburbana por 10 anos da *Brazilian Railway Limited*) e finalmente 1890 privilégio do serviço de bondes com a Companhia Ferro-Carri). (LIMA, 1931. p.176-177).

Não se tratava apenas de uma crítica aos *alongados privilégios*. Partes das mensagens estavam reservadas à denúncia de uma situação que obstaculizara a sua administração: péssimo estava o serviço de transporte de passageiros e bagagens pela Companhia de Bonds, com seu material rodante mal conservado e insuficiente, horários não observados, pessoal mal retribuído e de pouca urbanidade, rede de viação estacionária... Conhecidas eram as dificuldades da Companhia do Beberibe, obrigada a contrair empréstimos por *debêntures* quase todas tomadas por capitais ingleses, sem hidrômetros e, ao mesmo tempo, obrigada a pensar em novos mananciais, enquanto o governo do Estado lhe negava apoio para o levantamento de capitais na Europa... Dramática também era a situação da *Recife Drainage Co*. Faltando oito anos para o término do

privilégio, era pressionada a estender sua rede a bairros recém-conformados, como Capunga, Afogados, Madalena. Obrigada à instalação de novos equipamentos sanitários, responderia a Companhia com *ligeiros remendos* e com um pedido de aumento de remuneração sobre os serviços prestados!

Enquanto isso, a complacência do Governo do Estado tomaria para si o transporte do lixo e, para cada aparelho obstruído – o que era comum em vista da precariedade das instalações e da falta de água para o funcionamento destes – aplicaria multas mínimas... A lista destes reclamos poderia ser continuada, por exemplo, no que se referia à Companhia do Gás, responsável pela iluminação, ou à *Brazilian Street Railway*, que fazia o serviço de transportes para Caxangá, Apipucos e Arraial, sugerindo uma *crise generalizada* nesse tipo de empresa, cujas razões, não poderão ser aprofundadas aqui (JUCA, 1979, p. 190).

E após narrar a periclitante posição em que se encontravam tais empresas, incapacitadas de seguir os ditames dos Novos Tempos, o Governador citaria o artigo 120 da Constituição do Estado, que lhe *amarrara as mãos*, já que cumpria respeitar e fazer respeitar todas as cláusulas dos contratos, fora das quais *nenhum meio coercitivo* lhe era lícito empregar...

O saneamento do Recife

Do Plano Douglas Fox à decisão do Estado de executar e administrar os serviços de esgotos

No outono de 1905, de conformidade com os contratos feitos com o Governador Sigismundo Gonçalves, parte

para o Recife o engenheiro H. Michell Whitley, da firma *Douglas Fox & Paterns*, de Londres, a fim de elaborar um diagnóstico que visava ao projeto de um novo sistema de drenagem de esgotos. No início de dezembro de 1906, o plano, de 60 folhas, está completo, incluindo-se *a cidade inteira e seus arredores*. Logo é remetido à Inglaterra, para detalhamento. Em setembro de 1906, retorna o Sr. Whitley para uma revisão final. As principais características do plano eram as seguintes:

a) Estabelece que os limites para o futuro deverão estender-se para além dos terrenos compreendidos *dentro dos limites* da Companhia de Drenagem de Recife, já que a cidade teria excedido bastante o plano elaborado no ano de 1873. Quatro distritos seriam posteriormente incluídos: Torre Sul (nº 19), Torre Norte (nº 20), Ponte D'Uchoa (nº 21) e Campo Grande (nº 22);

b) Apesar disso, visto a água ser indispensável para a lavagens dos aparelhos e dos esgotos, determina a linha dos distritos de drenagem projetados pelos antigos *limites* da rede de abastecimento d'água da Companhia do Beberibe;

c) Utiliza, para o cálculo da população a ser provida, dados da obra de Otávio de Freitas, *O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife*, onde se calcula a população da Municipalidade do Recife e de seus arredores no ano de 1904, em 195.000 pessoas;

d) Toma a presente população da cidade no distrito de drenagem, a qual chega a 114.175 pessoas, e a proporção do crescimento anual que já está acrescentada à população futura. Observa Douglas Fox que esses números *não incluíam* os que moravam em *cubículos*

anti-higiênicos, de que já se fez menção, porque aquelas habitações sem acessórios sanitários e, na maior parte, temporárias, apesar da urgente necessidade sob o ponto de vista de saúde pública, aguardariam *um plano extenso de reconstrução*. Tomando isso em consideração, afirma que o escoadouro principal de desvio teria sido dimensionado para uma população de 200.000 habitantes, tendo em vista o projeto de melhorar as condições sanitárias a que está sujeita a classe pobre;

e) Perspectiva do plano de 30 anos;

f) Segue os ditames da teoria pasteuriana, divulgando modos de ação preventiva contra a febre amarela e a febre tifóide.

O Plano de Douglas Fox reservará um item ao que chama de *Colônias de Negros*. Essas estariam espalhadas extensamente por uma grande parte da cidade e agrupadas em certos distritos especialmente. Os *Mucabos* – é assim que o autor grafa a palavra em seu relatório – são descritos como *pequenas choupanas na maior parte construídas de estrutura de madeira emplastadas de barro seco e cobertas com velhas pastas de ferro* (folhas de zinco?). E o autor continua sua descrição:

> Estes cubículos não tem drenagem, abastecimento d'água nem aparelhos sanitários de qualquer espécie e muitos deles são cercados de imundos tanques de água estagnada (V. JUCA, 1979, p.190).

Três observações do autor estabelecem o nível de relação entre o seu Plano de Saneamento e essas populações pobres:

a) Seria *desnecessário* levar canos de esgoto para esses *mucabos*, já que na maioria seriam temporários;

b) Essas colônias interfeririam no bem-estar da população de melhores casas, contribuindo para o aumento excessivo da mortalidade;

c) Tais conjuntos de habitações deveriam ser reconstruídos *por casas próprias para essa classe de população*, segundo os novos princípios da técnica sanitária, quando então receberiam drenagem e água.

Resumindo, justamente as extensas áreas ocupadas por mocambos (as Colônias de Negros) e os estreitos limites das áreas servidas pela *Recife Drainage Co.* haveriam de servir como fronteiras para uma nova rede de abastecimento d'água.

Em 24 de agosto de 1907, o Governo publicaria o Edital de Concorrência Pública para a execução do plano e exploração desse serviço, tomando como base o Projeto Douglas Fox, *modificado no que respeita à sua área de abrangência*.Três firmas concorrentes se apresentaram ao Edital público para a construção da nova rede: *João Teixeira Soares, Almeida Pernambuco* e *Tapajós*. De acordo com um Parecer do Dr. Cotrim (Ver JUCA, 1979, p. 87), no que respeita a área a sanear, a proposta do Dr. João Teixeira Soares referia-se unicamente à área proposta pelos Srs. Douglas Fox & Paterns, isto é, à área do edital menos os distritos No. 19, 20, 21 e 22 do projeto dos mesmos Douglas Fox & Paterns. Os Srs. Almeida Pernambuco e Tapajós se propunham a sanear desde logo a área mencionada no edital. Tal exclusão logo seria declarada inconveniente.

Outras questões seriam consideradas na análise do Dr. Torres Cotrim. A primeira referia-se à disponibilidade de água para o serviço de esgotos. A segunda, ao destino e ao tratamento dados aos seus efluentes. E a terceira referia-se às formas de exploração do serviço. Sobre a primeira questão, os três proponentes aceitavam a obrigação imposta pela cláusula IV do edital e comprometiam-se – resolvendo uma pendência da *Recife Drainage Co* – a adquirir mananciais de água de boa qualidade e a instalar o abastecimento completo para a lavagem dos *water-closets* e dos encanamentos.[4]

No que diz respeito ao tratamento dos efluentes, havia sérias divergências. Por exemplo, o Dr. João Teixeira Soares propunha o tratamento biológico, instalando uma estação terminal na Ilha do Nogeira. O Dr. Tapajós utilizaria fossas sépticas e leitos percoladores, dividindo a rede em blocos distritais de forma que o destino final dos efluentes pudesse ser o braço de rio mais próximo. Já o Dr. Almeida Pernambuco nenhuma referência fazia ao tratamento dos efluentes. Quanto às formas de exploração do serviço, que incluíam as taxas sobre sanitários esgotados, a velocidade dos investimentos e os prazos para a duração dos privilégios, era inquestionável a superioridade do Dr. Manuel Tapajós.

Em 25 de fevereiro de 1908, uma reviravolta no caso: o Governador Sigismundo Gonsalves, após examinar as propostas oferecidas pelos concorrentes, que se apresentavam para a construção da rede de esgotos da Capital e a exploração do respectivo serviço, tornaria *sem efeito* tal concorrência. Também anunciaria que tomaria

[4] Essa questão, que parece absurda hoje, foi importante no período da Recife Drainage Company e muitas vezes apontada como um dos pontos críticos dos serviços dessa empresa.

para si, por administração direta, o serviço que estava a cargo da *Recife Drainage Company* e para tanto, abriria um crédito extraordinário de Cinqüenta Contos de Réis (50.000$000).
A *Resolução* (V. JUCA, 1979, p. CVIII) alegaria, para a nova tomada de rumo, duas razões: o término, em 30 de junho de 1903, do prazo do privilégio para a exploração do serviço, *quando então todos os bens e obras da companhia reverteriam em favor do Estado*, e a disponibilidade dessa para continuar prestando os serviços pelo tempo que conviesse ao Governo.

A convocação de Brito e a Campanha Salvacionista

Santos, junho de 1909. Encontrava-se Brito nessa cidade paulista dirigindo as obras de saneamento, quando recebe do então Ministro da Viação, Miguel Calmon, um telegrama, convidando-o a um encontro com o *todo poderoso, o dono do norte*, o Conselheiro Rosa e Silva. Estavam em pauta os serviços de esgotos do Recife. O engenheiro pensara tratar-se de um simples parecer sobre o serviço projetado, mas fora surpreendido pelo convite feito em nome de Herculano Bandeira de Mello, então Governador do Estado, para a direção efetiva dos trabalhos.

A 7 de julho, um novo apelo por carta de Miguel Calmon que, além de propor as condições dos vencimentos, chamava a atenção para a emergência da situação, pois *o empréstimo estava realizado e os juros eram avultados*.[5]

[5] As *condições* e *a natureza administrativa e financeira* de tal empréstimo representam uma importante questão para a história do urbanismo. Fogem, entretanto, dos objetivos desta dissertação.

Em fins de 1910, Brito parte definitivamente de Santos. Por conveniência própria, não firma contrato algum com o Governo. Aparentemente, o sucesso da empreitada se revestia de motivações *superiores*, melhor diria, *positivas*:

> O engenheiro sanitário, no que lhe compete fazer, para evitar ou corrigir a insalubridade nas aglomerações humanas, deverá atender as relações recíprocas entre o meio físico e o social de cada localidade, para promover o projeto e a execução normal dos trabalhos sanitários necessários, e para manter o seu funcionamento de um modo seguro, **alheio às influências perturbadoras dos favores e dos temores da política** (BRITO, 1917. p.12, grifo nosso).

Os anseios de Brito, explicitados logo no início de um relatório técnico, contrabalançavam com as intenções político-urbanísticas de Rosa e Silva. O fato era que a vinda do técnico coincidiu com o momento dramático da montagem de uma espetacular campanha eleitoral

Fig. 10 - Reforma do Porto do Recife - Docas.

e quando a oposição se reestruturava preparando o lançamento do general Dantas Barreto. Considerando-se o montante dos recursos envolvidos no empréstimo contraído pelo Governo Estadual para as obras do Saneamento do Recife e o próprio alcance social da obra, não seria de estranhar que esses (os empréstimos e a própria obra) fossem, desde cedo, alvo de críticas e denúncias por parte de grupos oposicionistas.

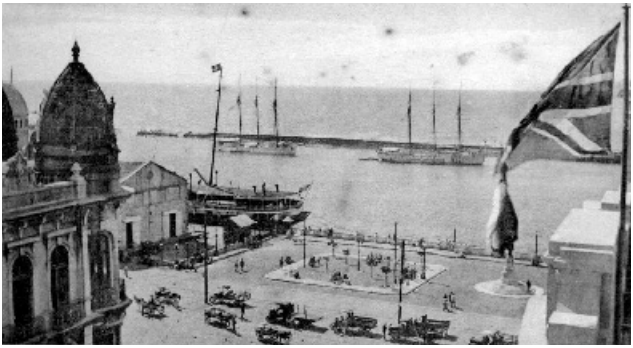


Fig. 11 - A Reforma do Bairro do Recife - A Praça Rio Branco

Fig. 12 - Reforma do Bairro do Recife - Footing no Bairro do Recife.

Com a ascensão de Hermes da Fonseca, empossado na Presidência da República em 15 de novembro de 1910, o prestígio das oligarquias, como a do rosismo, decresceu para dar lugar aos militares. Surgiu assim a candidatura do General Emídio Dantas Barreto, pernambucano natural de Bom Conselho, que então exercia as funções de Ministro da Guerra. Enquanto Rosa e Silva era apoiado pelas forças políticas, os partidários do General tinham a seu favor as tropas do Exército. Assim, coalizões

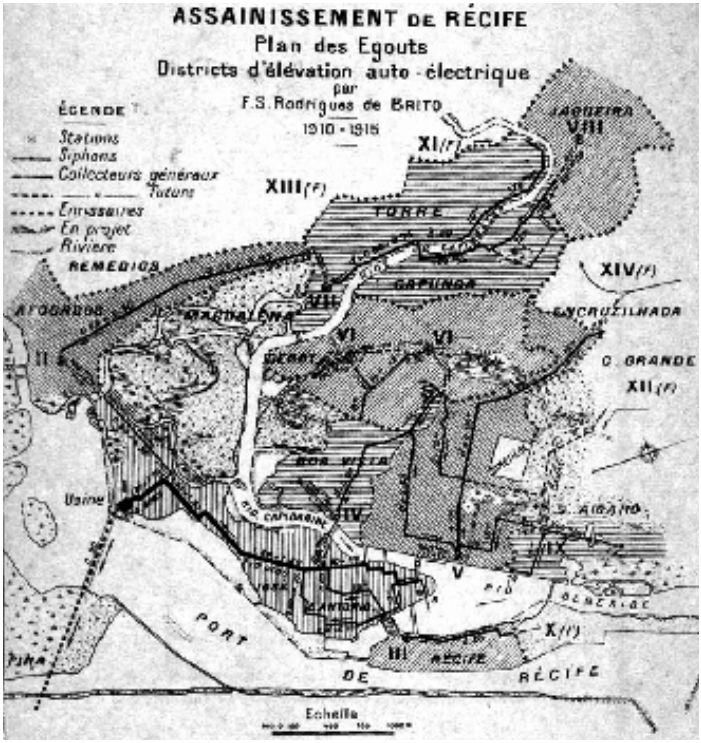


Fig. 13 - Rede de Esgotos. Fonte: BRITO, 1917.

Fig. 14 - Abastecimento de água. Fonte: BRITO, 1917.

de políticos hostis ao PRF, ajudados e assistidos por grandes comerciantes e pela classe média emergente, escolheriam um herói da Guerra do Paraguai.

A primeira tentativa de levantar a candidatura do Gal. Dantas Barreto teve então início em maio de l910, com a publicação de um artigo em *Pernambuco* sobre o general, destacando o caráter patriótico e moral daquele militar. Segundo o autor do artigo - que bem iria caracterizar o *tom ideológico* dessa candidatura, Dantas Barreto seria o único capaz *de libertar a terra pernambucana do cativeiro das oligarquias vigentes.*

A partir de agosto de 1911, em virtude do lançamento oficial da candidatura militar, o clima político tornou-se mais tenso, o que acarretou conflitos de rua entre *dantistas e rosistas*:

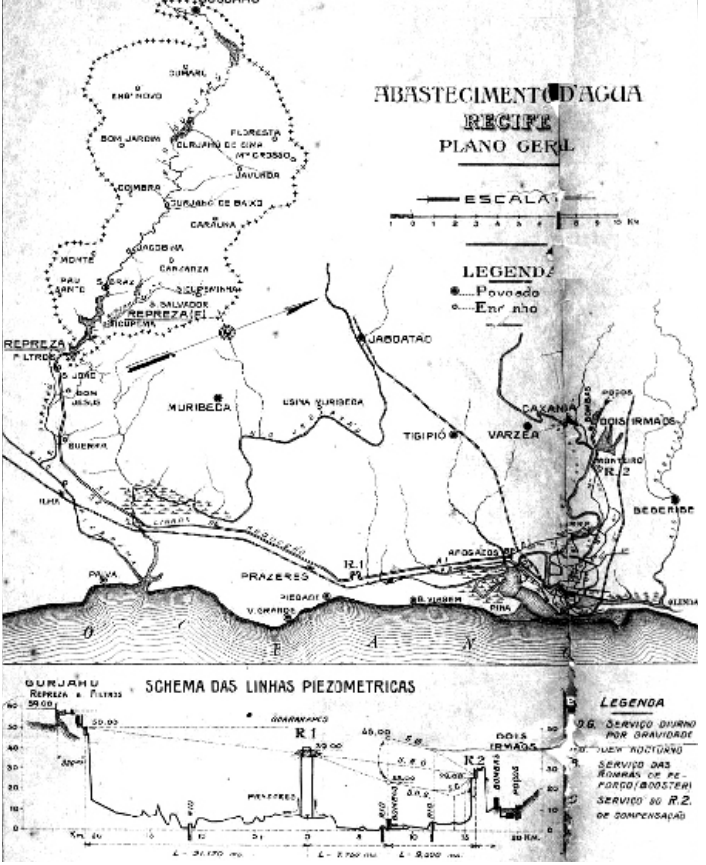


Fig. 15 - Plano Geral de Abastecimento d'água. Fonte: BRITO, 1917.

Os partidários do senador Rosa e Silva lançaram mão de estratégias jurídicas para enfraquecer seus adversários. Segundo a Constituição do Estado, a renúncia do governador em exercício permitiria à Câmara, proceder nova eleição para governador dentro de sessenta dias. Ao lançar mão a este dado constitucional, o governador Dr. Herculano Bandeira, a 5 de setembro de 1911, renunciou ao cargo de governador; o Dr. governador interino marcou o dia 5 de novembro para a eleição do governador do estado. (ADHIKARI, 1988. p. 104).

O objetivo dessa estratégia fora diminuir o tempo da campanha eleitoral. Mas agora era tarde. Restava apenas reprimir violentamente a população que ia às ruas, convenientemente manipulada.

A campanha em prol do senador Rosa e Silva somente começou a partir de setembro de 1911. Surgiu o Centro Acadêmico Rosa e Silva, constituído de estudantes da Faculdade de Direito do Recife. A partir de 28 deste mês, o Centro começou a editar a *Tribuna Acadêmica*, tendo como redator-chefe Assis Chateaubriand. Juntavam-se a esse os artigos do *Diário de Pernambuco* e os do *Jornal do Recife,* com o objetivo de defender principalmente a

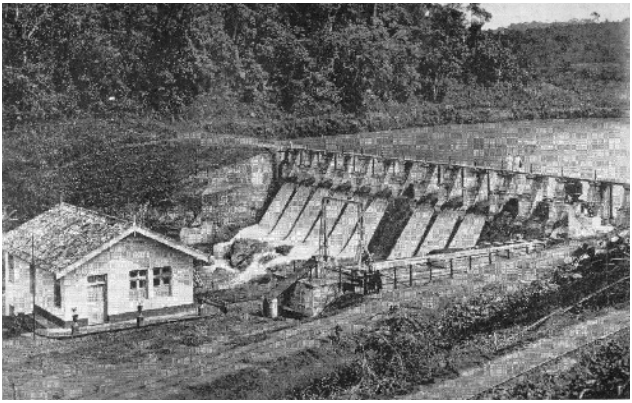


Fig. 16 - Barragem de Gurjaú. Fonte: BRITO, 1917.

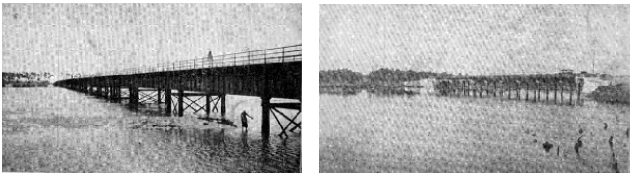


Fig 17 - Pontes do Saneamento e Carvalho. Fonte: BRITO, 1917.

política econômica do Estado de Pernambuco, *pois este era o tema mais explorado pela imprensa oposicionista.*

A 12 de outubro, desembarca no Recife o General Dantas Barreto, sendo alvo de uma verdadeira apoteose, que contou com a presença estimada pela imprensa de 50.000 pessoas. Escaramuças de todo tipo, correrias e até assassinatos espantavam os recifenses e recheavam os noticiários locais (o Diário de Pernambuco, que pertencia a Rosa e Silva, tornar-se-ia exemplar nesse sentido). Enfim, com a posse de Dantas, vem a típica *derrubada geral*, com demissões em massa de autoridades e servidores, com as chefias municipais substituídas de alto a baixo. Eram os *Marretas* substituindo os *Vassouras* (Ver PORTO, 1986). Diante de tal fato, Brito, contrariamente à sua propagada neutralidade política, reage violentamente pensando, até em deixar o cargo. Abandonaria a Comissão de Saneamento como exemplo de sua fidelidade a Rosa e Silva. Não o faz por conselho de um dos mais importantes articuladores da campanha rosista, o jornalista Assis Chateaubriand, na época, diretor de *O Jornal.*

O Plano

A lógica e a dimensão do empreendimento

Uma análise no conjunto da obras empreendidas por Brito em Recife evidencia prontamente a sua complexidade. Evidencia-se igualmente a hipótese de que, embora concatenadas, *de início,* nem o governo estadual nem o autor do projeto houvessem planejado muito do que delas foi realizado! A seguir, são listados os resumos de fatos importantes e serviços executados no Saneamento do Recife, entre setembro de 1910 e 28 de fevereiro de 1918.

a) A *Recife Drainage Co.* entra em colapso e o Governo do Estado abre concorrência para a construção de uma nova rede;

b) É contratada a firma Douglas Fox & Paterns para a realização do projeto da nova rede;

c) O prazo de *privilégio* da *Recife Drainage Co.* para a exploração do serviço se extingue. O Governo do Estado resolve encampar a essa empresa;

d) Empréstimos internacionais são feitos (1.500.000 Libras) a juros altos;
e) O Governo do Estado resolve cancelar a licitação pública para a construção da nova rede. Três empresários locais participam dessa licitação. Esses são os motivos oficialmente alegados para a desistência: é que o governo resolve *ele mesmo* construir tal rede;

f) Brito é convidado para a elaboração de um novo projeto e para o gerenciamento da execução, pelo Governo do Estado, do novo sistema de esgotos da cidade (Figura 13);
g) São realizados serviços topográficos numa extensão de 877 km;

h) Brito conclui que o valor dos empréstimos já efetuados seria suficiente para a execução de outras obras, bem como de um Sistema de Abastecimento d'Água;

i) A nova rede de esgotos necessitaria de água para funcionar. A antiga Companhia do Beberibe mostrava-se incapacitada para qualquer forma de expansão dos serviços prestados;

j) A Companhia do Beberibe é também *encampada* e o Governo do Estado decide-se pela construção de uma nova rede de água (Figuras 14 e 15), igualmente sob o gerenciamento e projeto de Brito;

k) As tubulações da nova rede de água e esgotos estendem-se por toda a malha urbana *rarefeita* de uma cidade cortada por rios, ilhas e manguezais;

l) São expropriados 511 ha na bacia do Gurjaú (Figura 16) na construção de uma barragem para o sistema de abastecimento d'água projetado;

m) Três pontes são executadas: a Ponte de Saneamento, a Ponte dos Carvalhos (Figura 17) e a Ponte Nova, em um total de aproximadamente 900m, e uma é restaurada, a Ponte Santa Isabel;

n) As novas redes igualmente necessitam de força elétrica para estações elevatórias, etc. Assim, uma usina eletrógena é construída. (Brito também cogita sobre a construção de uma pequena hidrelétrica na barragem de Gurjaú, projetada para o Sistema de Abastecimento d'Água);

o) Brito propõe a proteção do manancial hídrico do Gurjaú (leis que proibiam a devastação florestal de suas margens, expropriação progressiva de toda a bacia, plano de aproveitamento econômico (lavoura e habitação) da área, conciliando interesses privados com o do Estado);

p) É construída uma fábrica de tubulações de concreto onde se realizam estudos e pesquisas sobre desenhos de tubulações e tecnologia de novos materiais;

q) Vários edifícios de apoio são construídos (escritório, almoxarifado, estações de distrito, estações de bombas e etc.), em um total de 10.312m2;

r) 31.776 metros de linha férrea construída servem a 3 locomotivas;

s) Para o serviço de telefone, 657 postes são implantados e 523 postes e torres para força;

t) Um Plano de melhoramentos (plano urbanístico) é esboçado para a cidade;

u) Para gerir ambas as redes de água e esgotos e mantê-las em funcionamento, Brito cria um departamento especial: a Repartição de Saneamento, burocraticamente organizada (no sentido weberiano do termo), pretensamente insulada na máquina estadual;

v) Diversas ruas são abertas além, é óbvio, do alargamento de algumas, em um total de 20.692m^2;

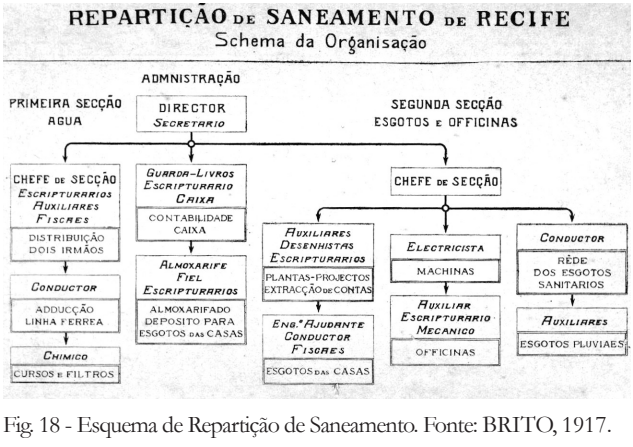


Fig. 18 - Esquema de Repartição de Saneamento. Fonte: BRITO, 1917.

w) É criado e aprovado um suporte legal: são os *Códigos* da Repartição de Saneamento;

x) Finalmente, Brito desenvolve todo um trabalho de divulgação e, principalmente, doutrinação, por meio de congressos, artigos de jornais e publicação de livros.

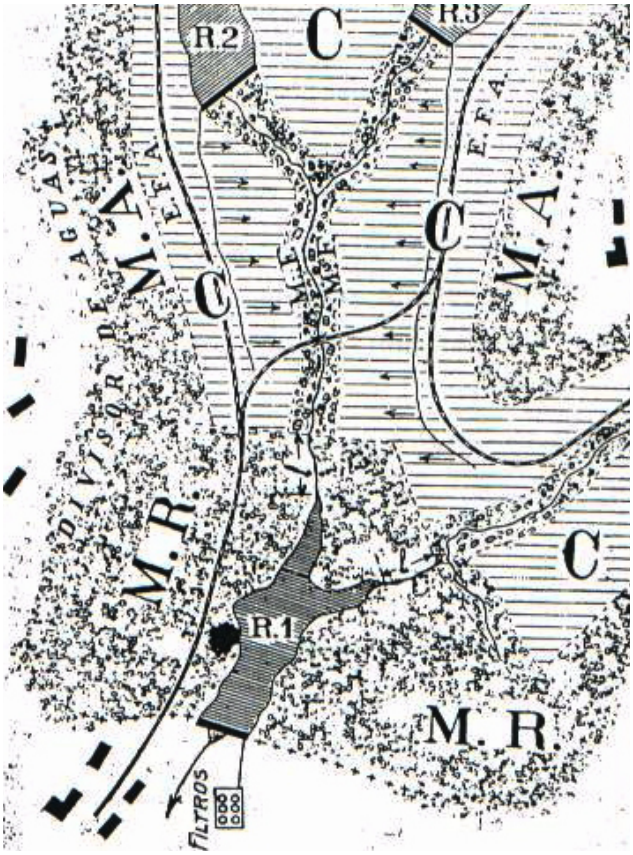


Fig. 19 - Proteção de Manaciais. Fonte: BRITO, 1917.

Deste modo, as obras do saneamento do Recife se avolumaram como uma conseqüência do seu pioneirismo e de sua natureza: tudo (ou quase tudo) haveria de ser *inventado*. Foi um empreendimento gigantesco que mobilizou, de forma inédita no Estado pernambucano, recursos humanos e financeiros. Com um considerável volume de emprego, garantido pelo menos por uma década, evidencia-se a hipótese de um*a paz social, e* neste sentido, o saneamento *físico* e *moral* haviam se cumprido plenamente. Adiante-se que só a construção civil, sorvendo mão-de-obra desqualificada de forma intensiva, seria capaz de tal ação.

O positivismo e os micróbios

As idéias de um urbanismo sanitarista transformaram radicalmente a paisagem de cidades como o Recife, que doravante não seria apenas construída sob novos códigos, como também literalmente *reconstruída*. Mas, à parte as razões propriamente técnicas do discurso sanitarista, havia outras, mais afins a teorias sociais ou sistemas filosóficos em moda na época, como o Positivismo.

Um recente artigo publicado em o *Jornal* (BOTELHO, 1979) discorre sobre um tema bastante peculiar na obra de Brito: os reflexos da ideologia positivista nas suas *soluções tecnológicas*. Esse tema refere-se à forma como tal base epistemológica (a filosofia positivista) interferiu na *qualidade técnica* de seu trabalho como engenheiro sanitarista. Botelho, o autor do artigo, observa que, embora Brito tenha atuado com destaque em todos s campos do saneamento urbano, ao se analisar, com mais detalhes, qual foi sua ação no campo específico do tratamento de esgotos, conclui-se que suas idéias

foram, pelo menos, reticentes ou mesmo contraditórias. É que Brito *nunca recomendou nenhuma estação de tratamento de esgotos por via biológica* e preferia indicar tratamentos físicos extensivos (irrigação de terrenos, deposição no mar), ou tratamentos de esgotos estritamente químicos. Esse autor notou, ainda, que sua obra de deposição de esgotos, tanto em Santos quanto em São Vicente na Praia Grande, teria se baseado em critérios de projeto ligados à dispersão e diluição no mar, ou seja, processos físicos e químicos, fazendo abstração dos aspectos microbiológicos envolvidos.

Nos relatórios do *Saneamento de Recife*, Brito discute insistentemente essa questão, mantendo-se inflexível no que respeita à sua rejeição ao tratamento biológico dos esgotos. E embora aplique a descarga de esgotos *in natura* no mar por meio de emissores, não deixa de levar em consideração as possibilidades de contaminação (apenas química), prevendo, para tanto, uma estação de tratamento no Pina. Além disso, acrescenta aos motivos de sua escolha uma série de argumentos que vão desde a necessidade de economia de recursos ao direcionamento das correntes marítimas locais, já que se constatara uma particularidade natural residente – as correntes marítimas se deslocavam na direção norte/sul – e certamente *fertilizariam,* na medida em que levariam os esgotos até regiões próximas da cidade praticamente despovoadas, quais sejam, *as planícies arenosas do Pina e do Nogueira e os extensos coqueirais da contígua Praia de Boa Viagem!* [6]

[6] Curiosamente, foi a renúncia ao tratamento biológico dos esgotos que levará Brito à construção de uma ponte entre o Cabanga e o Pina (no início, uma simples passarela para suportar o emissário submarino e logo depois ampliada para a passagem de veículos) que resultou na ocupação urbana do futuro bairro de Boa Viagem!

A centralização dos serviços públicos urbanos pelo Estado era algo imprescindível para Brito. A sua hipótese era esta: no dia em que o Estado centralizasse tais serviços, sujeitando-os a estudos prévios rigorosos, feitos por uma repartição técnica sanitária, adequada e criada exclusivamente para tal fim, ver-se-ia logo a mortalidade diminuir em todas as zonas fiscalizadas, compensando assim, fartamente, o que chamava sarcasticamente de *pequena violência*, a chamada *tirania sanitária*. Imaginava então uma ação urbanística democrática e, ao mesmo, tempo, não-partidária (BRITO, 1917).

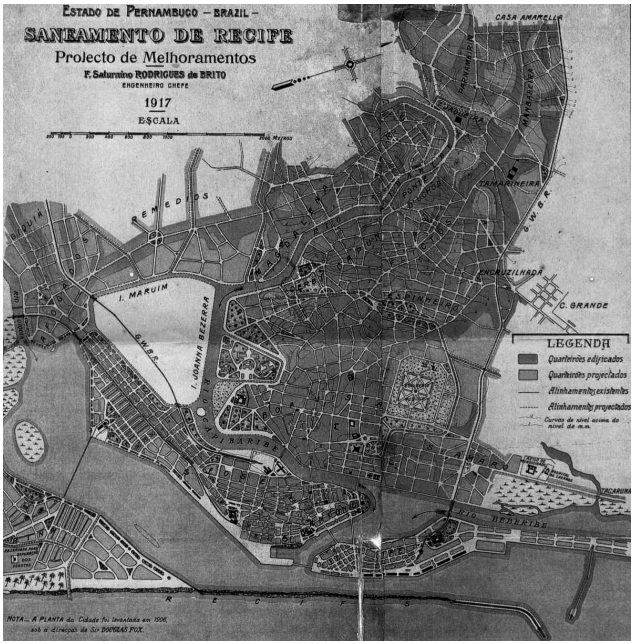


Fig. 20 - Plano Geral. Fonte: BRITO, 1917.

Nesse esquema (Figura 18), caberia um importante papel aos técnicos: enquanto o higienista e o médico cuidariam do indivíduo, o engenheiro sanitário, no que lhe competia fazer, para evitar ou para corrigir a insalubridade nas aglomerações humanas, atenderia as relações recíprocas entre os meios físico e social de cada localidade: "para promover o projeto e a execução normal dos trabalhos sanitários necessários, e para manter o seu funcionamento de um modo seguro, alheio às influências perturbadoras dos favores e dos temores da política". (BRITO, 1917, p. 12)

O *Regulamento Geral da Repartição de Saneamento do Recife*, (BRITO, 1917) elaborado pela Comissão criada em virtude da Lei nº 1247, de 29 de abril de 1915, é complexo e, ao mesmo, tempo, surpreendente. São 130 artigos muito detalhados, que apresentam três características gerais: o *autoritarismo*, particularmente visível no poder de polícia conferido à Repartição; os avanços em determinados conceitos legais utilizados, como o de *contribuição de melhoria*, ausente nas incipientes *posturas municipais* então em vigor; o novo *papel gerencial* pretendido para a Repartição de Saneamento no planejamento urbano. Eis um resumo:

No Art. 4, é notável o nível de preocupação no que diz respeita a Mananciais Hídricos (Figura 19). Para tanto, estabelece normas que tratam das *formas de desapropriação, d*as *ações repressivas* e da *conservação, replantio e exploração das matas nas bacias.*

O Art. 13, distanciando-se dos códigos da Companhia do Beberibe, estabelece cotas de consumo d'água e taxas correspondentes, calculadas sobre os *valores locativos* das propriedades, sobre tipologias e até sobre diferentes usos. Assim, são criadas 11 classes: 6 classes referentes

aos valores locativos das habitações, repartições públicas, instituições religiosas e de caridade, habitações coletivas (inclusive cortiços), estabelecimentos industriais e estabelecimentos portuários. Essas classes expressam as preocupações redistributivas de Brito ante a diversidade social e econômica da população servida pelo sistema.

O Art. 28 trata das exigências da Repartição ante os *habilitados*. Esses deveriam estar incluídos em um *quadro oficial*. Serviços mal executados levariam os proprietários a serem multados e à inclusão dos nomes dos *artistas* em um *quadro dos excluídos*.

O Art. 71 observa que a ação fiscalizadora da Repartição, na parte relativa aos serviços de esgotos, será estendida aos prédios situados *fora do perímetro da rede,* tendo a Repartição competência para mandar inutilizar instalações que não satisfizessem os princípios de higiene.

O Art. 72, em seu quarto parágrafo, afirma: a Repartição fornecerá os aparelhos (latrinas, lavatórios, pias, caixas de lavagem, canalizações, etc.) e materiais de construção que julgar convenientes e indicará aos proprietários os tipos e qualidades.

O Art. 106, em seus diversos parágrafos, faz uso do conceito de *contribuição de melhoria*. Assim, os proprietários dos terrenos atravessados pelos canais de drenagem pagariam uma certa quantia *por metro corrente* de frente de terreno em cada uma das avenidas marginais. Já os proprietários beneficiados por meio de aterros, pagariam uma anuidade de juros de 8%, e amortização em dez anos sobre o valor do benefício feito.

No Art. 108, presencia-se a proeminência da Repartição sobre outros órgãos municipais. Estabelece que os projetos de desenvolvimento das ruas, a cargo da Prefeitura, seriam feitos de acordo com um *esquema geral* organizado pela Comissão de Saneamento para os arrabaldes e para a subdivisão dos grandes quarteirões.

Finalmente, o Art. 130 esboça uma política de saneamento estadual. De acordo com ele, os projetos de saneamento (água potável, esgotos sanitários e pluviais) deveriam estender-se não apenas pelos arrabaldes da Capital mas por todas as cidades do Estado. Tais projetos deveriam ser previamente submetidos ao Governo do Estado e examinados pela Repartição ou por um técnico sanitário de *reconhecida competência*.

As sugestões urbanísticas

O Plano Geral: adensamento e parques públicos

Embora Brito confesse não ter sido possível à Comissão de Saneamento apresentar um Plano Geral *mais amplo e detalhado* (Figura 20), o que foi organizado, fixou os elementos principais de acordo com o esquema da rede de esgotos, *sugerindo* outros melhoramentos a estudar e adotar "sensatamente, sem a preocupação onerosa, e por vezes absurda, dos rasgos de avenidas em longas linhas retas, demolidoras de valiosas construções existentes" (BRITO, 1917, p. 17). Porém, um fato bastante surpreendente deve ser salientado: os itens listados como *melhoramentos urbanísticos* surgem como simples *sugestões,* não sendo detalhados ou aprofundados.

Na análise do Plano, a primeira conclusão é que se trata de uma proposta geral de *adensamento*. Assim, a estratégia

do desenho foi a incorporação dos numerosos espaços intersticiais, cujos vazios, de acordo com o autor, não eram apenas uma conseqüência das características naturais do sítio urbano recifense, assentado sobre uma formação geológica composta por rios, ilhas, manguezais e gamboas. Para Brito, o deslocamento centrífugo da população tinha também razões de ordem administrativa: tal deslocamento estaria sendo favorecido pela compressão dos impostos dentro do perímetro urbano e pelo descuido, fora dele. E ainda alerta que "conduzir a população a *habitar bairros saneados em lugar de criar bairros insalubres*" (BRITO, 1917, p. 24), seria a solução.

É evidente o esforço de *consolidação* de determinadas áreas como grandes parques públicos[7] (13 de Maio, Derby e entorno do Cemitério de Santo Amaro). Para essas áreas verdes, o autor sugere algumas idéias que parecem nunca ter sido consideradas pelas administrações locais: um exemplo é a indicação como *parque* de uma área que ocuparia parte do atual bairro do Espinheiro. Outro exemplo é o aproveitamento de grande extensão de mangues e de áreas sujeitas a inundações, situada ao lado da ilha Joana Bezerra, entre a antiga ilha do Suassuna e os Coelhos. (Nota-se que a ilha de Joana Bezerra está representada como um *vazio* destituído de qualquer tipo de informação a não ser a linha da G. W. B. R.) A existência do Hospital Pedro II sugere a Brito a localização, no entorno, de outras edificações de

[7] Referindo-se à área do Derby, Brito observa: "Esta indicação está prejudicada em grande parte. Poder-se-ia ter feito aí um belo parque, de freqüência fácil para os moradores da cidade; o plano geral poderia compreender alguns edifícios de utilidade, como escolas, museus, etc. postos em diferentes situações, de modo a em nada diminuírem o belo efeito do conjunto e o caráter do logradouro" (BRITO, 1917, p.319-320).

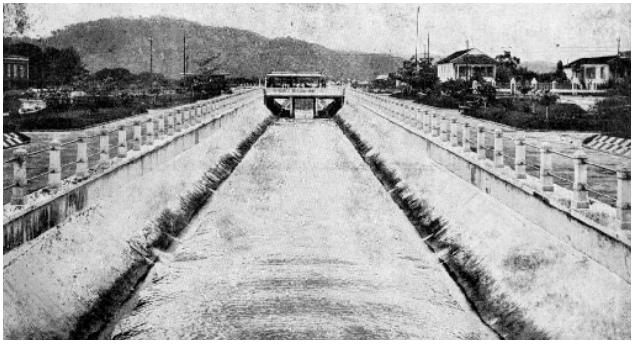


Fig. 21 - Canal concretado. Fonte: BRITO, 1917.

porte (instituições públicas?), cercadas de parques. Isso se daria após a conveniente macrodrenagem da área e a retificação do leito do Capibaribe nesse trecho, o qual passa a assumir, no desenho proposto, uma feição bem regular. Partes de alguns bairros são parceladas numa retícula de quadras retangulares, apenas concordando com a malha urbana existente. Não há uma proposta de zoneamento rígida. Ainda assim, o autor localiza em área próxima ao centro uma futura vila de trabalhadores da Repartição de Saneamento (Cabanga) e nela projeta uma série de quadras e lotes estreitos, destinados à *habitação proletária*.

Aterros, canais e avenidas

Afim de resolver os problemas de drenagem de um sítio urbano entre rios, ilhas, mangues e gamboas, Brito propõe a abertura de canais e o aterro de baixios (Figura 21), mais especificamente, canais de cimento armado, como os que foram construídos em Santos. Entendia o autor que, além do benefício saneador e valorizador dos terrenos, eles seriam os troncos principais de uma

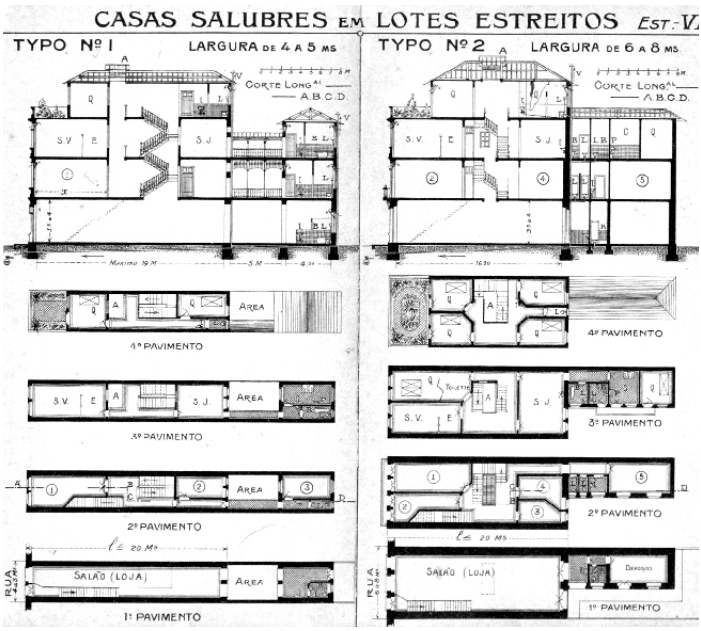


Fig. 22 - Casas Salubres em lotes estreitos. Fonte: BRITO, 1917.

rede pluvial nas regiões baixas por onde se haveria de expandir a cidade. Mesmo assim, recomendava critérios que salvaguardassem certos aspectos físico-ambientais de uma cidade assentada sobre um estuário. Projetou, dentre outros canais, um a partir do Derby (tendo pequeno ramal pela Paissandu), atravessando o Parque Amorim e o baixio entre Espinheiro e Boa Vista, passando pelo cemitério e a E. F. Limoeiro, saneando o mangue entre a Rua 13 de Maio e a Rua Luiz do Rego, vindo atravessar o Parque 13 de Maio para sair sob a Ponte da Gamboa, na Rua da Aurora.

O autor entendia ser essa uma obra fundamental. Tais canais, ao receberem a contribuição pluvial das zonas de Boa Vista, Capunga, Espinheiro, Santo Amaro e outras,

saneariam extensos baixios pela drenagem e pelo aterro com as terras da própria escavação. Além disso, o autor chama a atenção para uma nova *estética urbana*, cujos arremates se dariam com a arborização das avenidas laterais a cada canal, sinalizando e estruturando a malha urbana mediante um verdadeiro *sistema* de parques. Essas obras viabilizariam antigos projetos, como o do Parque 13 de Maio, *sempre adiado*.

Vislumbrando um *boom* demográfico e o conseqüente desenvolvimento do mercado imobiliário, tratava também de instruir sobre a preservação dos espaços livres recém-saneados. Assim, entendia que o Campo do Derby não deveria ser *arruado* e edificado, o que seria para o autor *um atentado inqualificável contra a estética municipal*, sendo também prejudicial à higiene da cidade, que precisava cuidar desde então de salvar o que pudesse de espaços destinados aos Parques. E propõe que no Derby se deixem "tabuleiros apropriados para os jogos de esporte, mantendo-se a preferência que já se lhe dá para a útil diversão" (BRITO, 1917, p. 319-320).

Na planta, indica o traçado de outros canais além do acima citado. Para evitar o efeito das enchentes do Capibaribe, no trecho compreendido entre o bairro da Torre e a ponte da Madalena, propõe que seria de utilidade a execução de um grande canal que partisse proximamente do Taquary, passando por Zumby e Lucas, atravessando a Estrada dos Remédios, indo ter ao braço do Capibaribe, a montante da ponte da Great Western Railway (linha central), ou então diretamente ao rio Giquiá, a oeste dos Afogados. Assim, o excesso das águas das enchentes viria a ter no estuário do Giquiá, em lugar de se encaminhar pelo Capibaribe. Esse canal de extravasão e derivação das águas das inundações

teria pelo menos 4 quilômetros de extensão e sua profundidade poderia descer a uma cota superior ao nível médio do mar, a fim de tornar menos dispendiosa a sua execução. O volume (cerca de 200.000 m^3) de terras escavadas a preço baixo serviria para os aterros dos terrenos pantanosos.

Para a construção dos canais *em um futuro próximo*, observa o autor, o Governo disporia do material de instalação deixado pela Comissão de Saneamento (linha férrea e material rodante, excelentes guindastes, locomotivas, bombas e automóveis).

O sobrado salubre

Brito se oporá cientificamente ao que sempre deu fama à cidade – os quarteirões assobradados –, imaginando preceitos que regulassem, sob a luz dos conhecimentos sanitaristas, as novas construções. Por isso, seria preciso dispor as construções de modo que o *efeito do sol e dos ventos* se exercesse no interior de todos os compartimentos, principalmente dos quartos.

Entende que para *sanear um prédio, não bastaria o serviço de água potável e esgotos perfeitos* (Figura 22). Outras condições haveriam de ser atendidas: a boa iluminação solar e a ventilação natural em todos os compartimentos e, especialmente, nos de dormida, nos de trabalho diurno e nos gabinetes sanitários. Se isso não pudesse ser conseguido nos estreitos e compridos prédios antigos, de vários pavimentos, infestados de alcovas – esses prédios deveriam ser demolidos por insalubridade: seriam *casas assassinas*. Não seria coincidência, portanto, que uma lei, promulgada pelo ato do Governo de 4 de novembro de 1913, concederia isenção de imposto

predial aos prédios construídos ou reconstruídos em certo prazo, segundo princípios higiênicos. Mas, Brito proporia ainda medidas mais complexas e abrangentes:

a) Restringir o uso de clarabóias, substituindo janelas em dormitórios;

b) Não admitir construções em lotes estreitos, ou exigir que as construções nesse caso tenham pouca profundidade;

c) Exigir que o proprietário de dois ou mais lotes estreitos, contíguos, não venda nenhum deles em separado;

d) Proibir que o comprimento dos novos edifícios excedesse a dimensão determinada de acordo com a sua largura, com a altura e com o terreno disponível, deduzida a área livre nos fundos;

e) Evitar os quarteirões compactos, pela obrigação de limitar a edificação a um terço da área total do lote (ou um quinto, quando o quarteirão fosse comercial), sem moradias domésticas;

f) Reservar, nos fundos de cada prédio, uma área cuja dimensão, no sentido do comprimento ou da profundidade do lote, seria sempre determinada de acordo com a altura do prédio;

g) A altura do prédio deveria ser *deduzida* da largura da rua, consideradas as condições de insolação resultantes da latitude local e da orientação do prédio;
h) Dotar os novos lotes de terreno edificável de uma largura mínima de 8 metros no centro da cidade, e 10 metros nos arrabaldes;

i) Ficaria sempre um espaço livre de 2 metros a um lado do prédio a edificar fora do perímetro central da cidade.

E seguindo os exemplos da legislação urbanística européia de vanguarda, imaginava leis que resultassem em prédios com fachadas *escalonadas* e perfeitamente iluminadas. Nesse caso, propunha, para a regulamentação dos recuos das fachadas dos edifícios sobre as calçadas, não afastamentos *fixos*, mas fórmulas matemáticas, resultaria em diversas variantes.

Um bairro operário

No *Saneamento de Recife*, Brito chamava a atenção dos *futuros governos de Pernambuco* para o seguinte detalhe do seu Projeto de Melhoramentos: a construção de *quarteirões operários* próximos à Usina terminal de esgotos. Para preparar e facilitar a realização do empreendimento, a Comissão de Saneamento aí adquiriu para o Estado duas faixas de terreno. A área, contando com 8.940 metros quadrados, situando-se no Cabanga, deveria ser aterrada e ocupada com uma praça em frente à usina e com ruas e praças operárias. Apesar de sua utilidade, o projeto foi *abortado*, restando a Brito relatar a sua decepção:

> Está longe o dia em que a execução deste projeto, dando aos operários o lar confortável, substituir os miseráveis "mocambos" que presentemente infestam esta região o alagada pelas marés? Se longe estiver esse dia, tanto pior, -- não somente para os proletários, mas também para a burguesia, para os patrões e para os governos (BRITO, 1917, p.87).

Por que essa proposta não foi adiante? É o próprio Brito quem responde. Ele se remete a uma denúncia sobre

o mau uso do dinheiro público pelo próprio Governo Dantas Barreto:

> Se mais de 6 mil contos não tivessem sido retirados do empréstimo de 1909, para serem empregados no pagamento de juros e amortizações do próprio empréstimo, a Comissão de saneamento teria realizado esta importante parcela do seu programa: os operários da futura Repartição de Saneamento teriam habitações confortáveis e salubres, pagando módicas quantias de aluguel, e assim se desenvolveria o amor do lar e a solidariedade entre eles e os chefes de serviço, entre os governados e os governantes (BRITO, 1917, p. 87).

Uma cidade-jardim em Tegipió

A mais surpreendente das suas *sugestões* se refere à criação de uma *cidade-jardim* em uma área urbana que claramente desconsiderava os vetores *espontâneos* da evolução espacial do Recife. E nesse caso, Brito sugere uma solução radical:

> No arrabalde de Tegipió, por exemplo, salubre e pitoresco, poderá surgir no futuro uma cidade-jardim, se a municipalidade estabelecer um programa e um plano para o seu desenvolvimento. Estas e outras questões relativas ao "urbanismo", merecem ser estudadas para se tornarem mais perfeitas e eficientes as soluções práticas resultantes desse estudo; citamos acima algumas, apenas para que se julgue da importância do assunto, especialmente agora que se vem cuidando de organizar o progresso da capital (BRITO, 1917, p.88-89).

Deve-se observar que na pesquisa bibliográfica realizada pelo autor deste artigo só foi encontrada uma outra ligeira referência de Brito ao conceito de *cidade-jardim* (em *O Traçado Sanitário das Cidades*), porém, nada que se referisse a suas idéias em Tegipió. Analisando as características do local onde Brito situa tal proposta, podem-se deduzir alguns dos critérios adotados na escolha da área:

a) Altimetria (por se tratar de uma área livre de enchentes);

b) Proximidade da rede de abastecimento d'água;

c) A idéia de interiorizar a evolução futura da expansão urbana, com a criação de um novo vetor, com a previsão de conurbação de arrabaldes.

Conclusão

Se a reforma do Porto se revelou um esforço algo despropositado – no seu objetivo de salvaguardar do colapso iminente a indústria agroaçucareira – se a remodelação do bairro do Recife se mostrou efêmera em seus efeitos *revitalizadores*, porque já na década de 1950 era evidente a sua decadência como centro comercial e administrativo, o Saneamento do Recife, estendendo-se literalmente por a toda a cidade, não apenas a proveu de uma rede de água e abastecimento, até bem pouco tempo insuperável em sua magnitude, como também a proveu de uma nova forma de pensar e planejar a cidade.

Referências bibliográfica

ADHIKARI, R. **A Campanha Salvacionista em Pernambuco:** as articulações políticas nos primórdios da Primeira República. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

BOTELHO, M. H. C. Saturnino de Brito e o Saneamento Urbano. In: **Suplemento Cultural.** O Estado de São Paulo, São Paulo**,** 21 jan. 1979.

BRITO, S. Saneamento de Recife – Descrição. In: **Imprensa Official.** Recife, 1917. p. 12.

JUCÁ, G. N. M. **A Implantação dos Serviços Urbanos no Recife:** o caso da Companhia do Beberibe. 1838-1912. 1979. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História/UFPE, Recife, 1979.

LIMA, A. J. B. Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado em 1893,1895 e 1896. In: **Imprensa Official**, Recife, 1931, pp. 176-177.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS. **Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação**. Brasília, 1978.

PORTO, C. **Os Tempos da República Velha**. Recife: Fundarpe, 1986.

A contribuição do engenheiro Saboya Ribeiro para o urbanismo, sua atuação na cidade do Rio de Janeiro

Vera Rezende

Este capítulo busca aprofundar a compreensão sobre do processo de consolidação do urbanismo como teoria e prática no período de 1930 a 1960 na cidade do Rio de Janeiro, utilizando a trajetória do engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro[8], um dos urbanistas que contribuíram para a sua construção nesse período.

A sua produção se dá sob a forma de textos teóricos, artigos, livros e projetos desenvolvidos em sua maioria para cidades do Estado do Rio de Janeiro, em especial a capital, onde atua em colaboração com a Comissão do Plano da Cidade. Desse levantamento e análise, além de buscarmos contribuir para o conhecimento de sua produção, alguns aspectos nos parecem merecer uma reflexão.

O primeiro diz respeito à sua atuação junto à Comissão do Plano da Cidade, criada em 1937 pelo Prefeito Henrique Dodsworth, de modo a consolidar o caminho da institucionalização do urbanismo como intervenção, que mais tarde dá lugar a órgãos ligados à gestão da cidade. O segundo relaciona-se com a transferência de valores ligados à prática do planejamento regional, com as ações de descentralização urbana e com a gestão municipal, presentes na obra do engenheiro, em que

[8] Esse capítulo é o resultado de pesquisa no acervo pessoal do Engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro. Além de livros, artigos, planos e projetos, foram pesquisados documentos de próprio punho, textos originais e contratos de trabalho cedidos pela família do engenheiro. A pesquisa, visando ao levantamento, à sistematização e à interpretação do material, faz parte da pesquisa integrada *Levantamento Documental do Urbanismo no Brasil – Sub-projeto Rio de Janeiro, 1900-1995*, coordenada por Vera F. Rezende e é parte de uma rede de pesquisa para oito cidades brasileiras coordenada por Maria Cristina da S.Leme.

ficam evidentes fortes vínculos com o planejamento urbano de raiz americana. O terceiro relaciona-se com o processo de adesão sob restrições, porém gradual e crescente, de profissionais urbanistas, e em especial de Saboya Ribeiro, aos princípios do urbanismo modernista a partir da década de 1930. No final, para melhor compreendermos o autor estudado, buscamos identificar as relações entre seus princípios e as correntes político-ideológicas na época de seus escritos e de sua atuação, com ênfase no período do Estado Novo.

Para situar a contribuição de Saboya Ribeiro, devemos relembrar alguns pontos. Nas primeiras décadas do século XX, o urbanismo cresce como teoria e prática em diversas cidades brasileiras, e o Rio de Janeiro é um dos principais palcos desse processo alimentado por fatores como a transferência de valores e exemplos do exterior, bem como a disposição dos governos locais e da União de promoverem reformas e contratarem planos e projetos.

Dentro da literatura técnica da época, artigos e livros reproduzem modelos do exterior. Os princípios em que se baseiam esses modelos e textos doutrinários são divulgados num claro processo de transferência de conteúdos no interior do qual, a partir da década de 1930, são também transferidos os princípios do urbanismo modernista (REZENDE, 2000).

A contratação de Donat Alfred Agache para elaborar o plano para o Rio de Janeiro no final da década de 1920 é resultado, em grande parte das recomendações de Armando de Godoy[9] ao Prefeito Prado Junior.

[9] Entrevista concedida pelo Engenheiro José de Oliveira Reis (1903-1994) em 09/05/1992 para a pesquisa Levantamento Documental

Apesar de não ser implantado, o plano contribui para a discussão sobre os problemas mais urgentes. A partir dele, após 1930, a reflexão sobre a cidade é freqüente, e inúmeros artigos evidenciam a preocupação com o seu ordenamento.

A real atuação do Estado no campo do urbanismo, por outro lado, expressa-se na sua vertente melhoramentos, obtendo sucesso quando se encontram conjugados o poder de decidir sobre as intervenções e os recursos para realizá-las. Um desses momentos[10] é aquele em que é projetado e executado o conjunto de obras definidas pela Comissão do Plano da Cidade, empreendido pelo Prefeito Henrique Dodsworth em 1937, em pleno Estado Novo, sob o Governo de Getúlio Vargas.

É dentro desse processo que se inclui a atuação do engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro.[11] Forma-se em engenharia no mesmo ano em que Agache conclui o seu plano para a cidade, em 1930, num ambiente favorável à discussão sobre a cidade.

Com a Revolução de 1930 e com as mudanças administrativas, o Plano Agache não é implantado, apesar de avaliado por uma comissão.[12] Dentre as vozes

do Urbanismo no Brasil, subprojeto Rio de Janeiro.

[10] Essa conjugação de fatores dá-se também na administração Pereira Passos (1902-1906) e na administração do Prefeito Negrão de Lima (1956-1958).

[11] Nasce no Ceará em 1903 e morre em 1969 com 66 anos. Forma-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua atuação profissional se dá principalmente da cidade do Rio de Janeiro.

[12] O Plano é examinado em 1932 por uma comissão da qual fazem parte Armando de Godoy (pres.), Henrique Novaes, Lúcio Costa, Arquimedes Memória, Ângelo Bruhns, Raul Pederneiras e José Mariano Filho, que decidem pela aprovação do plano com modificações.

que discordam do abandono do instrumento, destaca-se a de Armando Godoy (GODOY, 1935, 1936). O prefeito Henrique Dodsworth justifica-se por não implantá-lo.[13] Autores como Saboya Ribeiro e Mário de Souza Martins alertam para a necessidade de um plano sem citar Agache (MARTINS, 1937). Entretanto, já em 1936 diminuem as esperanças de que o plano seja colocado em prática. Valdemar de Mendonça (1936),[14] evidenciando a intenção oficial de não aplicá-lo, lamenta que o plano teve a duração *das rosas de Malherbes*[15] e sugere um concurso internacional para outro plano. Em 1937, a aprovação do Aeroporto Santos Dumont,[16] em desacordo com o plano na sua área mais nobre, afasta ainda mais alguma possibilidade de sua aplicação.

A Comissão do Plano da Cidade

A recriação da Comissão do Plano da Cidade (REIS, 1977), em 1937, e do Serviço Técnico do Plano é a tentativa empreendida por H. Dodsworth (1937-1945) de responder às críticas de ausência de um plano

[13] Segundo H. Dodsworth (1943, p.3): "Nunca houve Plano Agache. Houve esboço de planos de urbanização sistemática da cidade elaborado pelo ilustre arquiteto urbanista de 1928 a 1930. O esboço elaborado não foi convertido, por ato oficial, em plano, razão pela qual não foi obedecido e muito menos desobedecido como é corrente invocar-se".

[14] Trata-se de parecer da Diretoria de Engenharia da Secretaria de Viação e Obras, em processo no qual o Centro Carioca apela para a adoção de um plano diretor para a cidade.

[15] Trata-se de referência ao Castelo de Malherbes, situado entre Nimes e Montpellier na França, famoso por seus parques e atividade agrícola, de propriedade dos bisnetos de Victor Hugo.

[16] O Aeroporto é aprovado pelo PA 2825/37, por uma comissão com representantes do Departamento de Viação Civil e do Instituto de Arquitetos do Brasil, ainda na administração do prefeito Olímpio de Melo.

ordenador para o Rio de Janeiro. Trata-se do momento em que Saboya Ribeiro começa a atuar como consultor da Prefeitura do Distrito Federal, inspirando, inclusive a sua criação. Seu primeiro presidente é o engenheiro José de Oliveira Reis, com quem mantém relações profissionais e de amizade.[17]

A estruturação da Prefeitura do Distrito Federal (PDF) a partir de 1937 coincide com o período em que Saboya Ribeiro se encontra ligado a essa comissão como colaborador. Em tese de 1936, o autor defende a instituição da gestão das cidades por comissões, citando expressamente uma Comissão do Plano da Cidade com o fim de "velar pelo crescimento das cidades e por seus melhoramentos; comissão apolítica e fora dos quadros administrativos das municipalidades e que grandes serviços tem prestado a cidades como N. York" (SABOYA RIBEIRO, 1936, p.92). Enquanto seus textos defendem a atividade de planejamento, a Prefeitura institucionaliza essa atividade e, em 1945, a comissão se transforma no Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras,[18] incorporando formalmente a atividade de urbanismo na administração local.

Como resposta à ausência de um instrumento regulador para o Rio de Janeiro, a comissão define um plano por meio da reunião de projetos viários e de urbanização, resultantes do desmonte de morros e do aterro de áreas, o que expressa a opção pelo urbanismo entendido como um conjunto de obras e não pelo urbanismo proposto

[17] Entrevista com J. O. Saboya Ribeiro Filho, em 21 de outubro de 2002.
[18] O engenheiro José de O. Reis ocupa a direção até 1948. Posteriormente, alternam-se no cargo os arquitetos Hermínio de Andrade e Silva, Afonso Eduardo Reidy e o próprio Oliveira Reis.

por D. A. Agache, baseado em dados e levantamentos, embora contemplando intervenções locais.

A dificuldade de denominar essa reunião de grandes projetos, ora mencionada de forma equivocada plano diretor, ora mais propriamente plano de conjunto ou de melhoramentos,[19] parece perseguir os autores de artigos de divulgação dos feitos da administração. Dodsworth quer responder aos que pedem um plano; entretanto, não oferece um plano da dimensão do Plano Agache, mas importantes obras que apresentam a vantagem da disposição oficial para realizá-las.

Inicia-se um período de intensa atividade para a Prefeitura, propiciada pela centralização do poder de decisão e de recursos, característica da administração em diversos setores durante o Estado Novo. Na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938, a Prefeitura apresenta os projetos da Comissão do Plano da Cidade na administração de Dodsworth para a área da Esplanada do Castelo, do desmonte do Morro de Santo Antônio e do aterro resultante nos bairros da Glória e Flamengo, bem como os projetos de diversas vias (PASSOS, 1945).

A exposição é visitada pelo Presidente Getúlio Vargas, que se compromete com a abertura da Avenida do Mangue (REIS, 1994), posteriormente Presidente Vargas. Dentre outras obras realizadas no período,[20]

[19] Plano diretor ou de conjunto são denominações utilizadas em artigo de divulgação da atuação da Comissão (ADMINISTRAÇÃO, 1940). A denominação *plano de melhoramentos* aparece em artigo de Edison Passos (1941).

[20] Sobre o assunto cf. O Plano Diretor (1943); S/ autor (1941); Passos (1941).

encontram-se a Avenida Brasil, a Avenida Tijuca, o Túnel do Leme, o Corte do Cantagalo e a urbanização da Esplanada do Castelo.

A contribuição de Saboya Ribeiro para a Comissão está registrada nos projetos (PAs)[21] da Avenida Botafogo-Leme (1938) (Figura 23) e Túnel do Pasmado (1938), Avenida Glória-Lagoa (1939) (Figura 24), urbanização de parte dos bairros do Leblon (1939), Laranjeiras (1939) e da Esplanada de Santo Antônio (1941). Sua atuação na Prefeitura como consultor ou colaborador dá-se sob a forma de soluções viárias, vias arteriais, urbanização e novos loteamentos. Com o prolongamento da Avenida do Mangue, é projetada por Saboya Ribeiro,[22] mas não executada, a Avenida Diagonal, que corta a área de desmonte do Morro de Santo Antônio e liga a Lapa ao Campo de Santana.

No caso da Praia de Botafogo (SABOYA RIBEIRO, 1935), além da parte viária, são de sua autoria os projetos de urbanização e de paisagismo. Esses projetos incluem a área da Paria Vermelha e do bairro da Urca, onde o autor reafirma a proposta de Agache de localização da Cidade Universitária. Para a Avenida Perimetral, o seu projeto propõe a via no nível do solo e envolve-se em uma grande polêmica contra a adoção da solução de via suspensa nas proximidades da Igreja da Candelária e da Praça XV. Acaba por perder a disputa na década de

[21] PA 3612/41, urbanização da Esplanada do Morro de Santo Antônio, PA 3335/40, túnel ligando Botafogo a Copacabana, PA 2991/38, Avenida Botafogo–Leme e Túnel do Pasmado, PA 3315/40, Avenida Glória-Lagoa, PA 3297/39, Urbanização do bairro Jardim Lagoa, parte do bairro do Leblon, PA 3247/39, urbanização de parte do bairro de Laranjeiras e PA 3130/39, Avenida Glória-Lagoa.

[22] Segundo entrevista com J. O. Saboya Ribeiro Filho, em 21 de outubro de 2002.

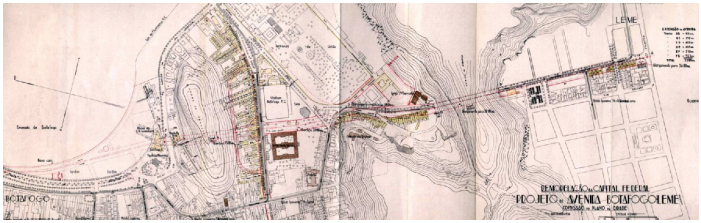


Fig. 23 - Contribuição para a Comissão do Plano da Cidade. Botafogo-Leme, 1938. Fonte: Planta acervo pessoal da família Saboya Ribeiro.

1950, e na administração do Prefeito Sá Freire Alvim (1958-1960) é executada parte do projeto em elevado, concluído na administração do governador Carlos de Lacerda (1960-1965).[23]

A gestão de cidades

O urbanismo, segundo ele, deve suprimir o direito com que cada cidadão se acha de fazer a cidade desenvolver-se segundo seus interesses, sem atenção aos interesses da coletividade. Daí o conflito entre o Individualismo e o Urbanismo (SABOYA RIBEIRO, 1936). Sua cidade é a cidade aristotélica: "O urbanismo, ciência da síntese, destina-se a integrar o cidadão na cidade e a cidade na Nação" (SABOYA RIBEIRO, 1936, p.36). Essa é a sua visão em 1936, quando ele e vários outros autores tentam alertar para a importância do urbanismo.

Contra o liberalismo, argumenta que nos países em que este último dominava, o urbanismo encontrou dificuldades em se estabelecer. Enquanto na Alemanha

[23] Segundo J. O.Saboya Ribeiro Filho (entrevista em 15 de março 2002), Saboya Ribeiro não privava de boas relações com o governador Carlos de Lacerda, que acaba por cancelar alguns projetos viários da PDF, como a Avenida Glória-Lagoa e a Avenida Diagonal.

Fig. 24 - Contribuição para a Comissão do Plano da Cidade. Bairro do Catete. Fonte:Visonti, Tobias Ângelo. Estudo da Legislação vigente sobre urbanismo na França, Revista Municipal de Engenharia, RJ, nº 1, vol. VI, janeiro de 1939.

Adickes obteve sucesso no estabelecimento de zoneamento e restrições, que foram acompanhadas pelos países escandinavos, a França e os Estados Unidos (HAROLD, 1948 *apud* SABOYA RIBEIRO, 1936) tiveram dificuldades em adotá-las. Apesar de a civilização americana caracterizar-se pelo extraordinário desenvolvimento urbano, uma civilização de cidades, repetindo Marcel Poëte (SABOYA RIBEIRO, 1936, p.86), nesses países os direitos que cercam a propriedade aumentaram essas dificuldades.

Apóia-se em Saturnino de Brito ao afirmar que só um poder estranho às competições locais, isto é, o Poder de Estado, poderá encarregar-se das questões de interesse coletivo ou de segurança pública (SABOYA RIBEIRO, 1936, p.69).[24] Sua visão de Estado é a de um governo forte, externo às disputas locais, com condições de implantar as normas necessárias de urbanismo.

[24] Saboya Ribeiro cita Saturnino de Brito e seu livro "*Traçés Sanitaires des Villes*".

Seus textos, em especial aqueles referentes ao planejamento regional, vão se tornando mais técnicos e detalhados ao longo das décadas de 1940 e 1950 e reflete as iniciativas dos EUA. Ainda que cite os casos de sucesso do planejamento regional inglês (SABOYA RIBEIRO, 1983)[25] – já que suas referências parecem estar inicialmente no *town and country planning* adotado por ato legal de 1923, orientado para a ocupação do território na Inglaterra – fica evidente a grande e crescente influência que o planejamento urbano e regional americano tem sobre o autor, deixando para trás outros modelos. Após a Segunda Guerra Mundial, ainda que mencione as iniciativas inglesas de planejamento e de reconstrução de cidades e o *New Towns Act* de 1946, a formulação de suas propostas de gestão estão modeladas no que fazem as municipalidades americanas.

Seu modelo para a gestão de cidades são os conselhos ou comissões independentes de representantes eleitos utilizados pela administração local nos EUA. Nesse país, a introdução do sistema de gestão de cidades por comissões inicia-se por volta de 1900 (SABOYA RIBEIRO, 1936) e irradia-se por vários estados, chegando a 400 cidades por volta de 1915. Algumas contemplam a figura do *manager*, um técnico sem vinculação política que gerencia vários departamentos municipais (SABOYA RIBEIRO, 1936). Além das comissões de gestão, o autor sugere, a exemplo dos EUA, a criação de comissões voltadas para a preparação de planos para o desenvolvimento de cidades,[26] as quais inspiram a Comissão do Plano da Cidade.

[25] Esse livro reúne idéias desenvolvidas a partir da década de 1940 e textos das décadas de 1950 e 1960, segundo informações de J. O . Saboya Ribeiro Filho, em entrevista em 21 de outubro de 2002.

[26] O estado de New Jersey introduz essa figura em 1913 e o de N.York em 1915. (SABOYA RIBEIRO, 1936).

Nessa época, irradia-se também nos EUA o zoneamento, defendido pelo autor, que inicialmente tivera dificuldade de penetrar na sociedade americana, consolidando-se como instrumento por volta de 1930 (SABOYA RIBEIRO, 1936). Além de instrumento de planejamento, visa expressamente preservar as propriedades dos efeitos do crescimento da cidade. Em suas palavras:

> se vincula a um plano e guarda estreita relação com a densidade, pois que regula o volume dos prédios e tem como característica a preservação dos valores imobiliários (SABOYA RIBEIRO, 1948, p.327).

Apresenta funções específicas e regras de ocupação, com a preservação de elementos naturais e a criação de parques.

As preocupações de Saboya Ribeiro (1938) com a questão dos espaços livres e dos parques, presentes em artigo de 1938, refletem também o discurso urbanístico internacional na época, bem como as iniciativas empreendidas nos EUA para a criação de parques e o planejamento regional (SABOYA RIBEIRO, 1938). Em 1930, o Plano Regional de Nova York,[27] atingindo 420 municípios, é finalizado. Entre nós, a partir de 1932, artigos de autores como Saboya Ribeiro (1953) e Armando de Godoy (1935) – segundo este último, o mais gigantesco e complexo plano até hoje elaborado – tratam de divulgá-lo ao lado da defesa do planejamento urbano e regional.

[27] O Plano Regional de Nova York atingiu uma área de 100,00 km², 22 condados para uma população futura (1960) de 20 milhões de habitantes, realizado após sete anos de pesquisas.

Defende o municipalismo e a autonomia dos municípios.[28] A ausência de planejamento deve ser substituída pela descentralização político-administrativa e tributária (SABOYA RIBEIRO, 1983). A descentralização de recursos, a exemplo dos Estados Unidos, permitiria que os municípios promovessem melhoramentos em seu território. No Brasil, segundo ele, os municípios dispõem de uma renda insignificante e dependem dos governos estaduais e federais, enquanto nos EUA os municípios detêm 52,8% dos recursos, cabendo 47,2% aos estados e à União. No Brasil os municípios detêm 15,81%, cabendo à União 52,4% (SABOYA RIBEIRO, 1983).

Saboya Ribeiro alerta, desde a década de 1930, para a necessidade de definição de uma política urbana regional, para ele inseparável da definição de uma hierarquia urbana em termos nacionais (SABOYA RIBEIRO, 1936). A cidade, a seu ver, tem uma função nacional, podendo ligar-se à rede internacional, tal como acontecia com Buenos Aires na década de 1930, desfrutando de enorme prestígio como capital internacional (SABOYA RIBEIRO, 1936).

O planejamento com vista à descentralização, segundo o autor, ainda na década de 1930, pressupõe pequenos núcleos no interior, com indústrias capazes de garantir a fixação da população na área de implantação e desestimular o crescimento dos grandes centros. O elemento estruturador do seu sistema de cidades são as indústrias, limitadas em número, tamanho e número de empregados. Sua proposta aproxima-

[28] As suas propostas são formuladas, em parte, devido às dificuldades encontradas como prefeito nomeado de São Luiz do Maranhão, em 1936, por curto período de tempo. Elabora um plano de remodelação da cidade. Jornal *Imparcial*, São Luiz, 26 de fevereiro de 1937.

se, segundo o próprio autor, da cidade-jardim de Howard, de população limitada, com as fábricas no exterior, operadas por várias empresas, embora sem a socialização do território, impossível, para ele, de ser atingida numa economia liberal. Posteriormente, em 1967, sua proposta está mais detalhada no conjunto: o ideal da descentralização urbana e industrial seria alcançado com cidades distantes até 100 km umas das outras e em tempo não superior a 4 horas (SABOYA RIBEIRO, 1967).

Na década de 1950, seus textos já mencionam o termo planificação, traduzindo-se por uma política integrada federal, provincial e local que tem o desenvolvimento como objetivo. Os planos municipais ou para um conjunto de municípios, além de físicos, devem contemplar o desenvolvimento social e econômico. As comissões formuladas por ele na década de 1930 são, nessa nova fase, substituídas por juntas de planificação urbana e regional. A planificação passa a ser defendida pelo autor após um seminário realizado em Nova Delhi, em 1954, quando tem contato com o Departamento de Planificação Urbana e Regional do MIT (SABOYA RIBEIRO, 1983). [29]

Nos congressos, iniciativas internacionais são divulgadas e propostas, inclusive visando à institucionalização do planejamento, são discutidas. A criação de um Departamento Nacional de Urbanismo, ao lado da elaboração de planos diretores, regionais e nacionais é tese de Mário de Souza Martins (1941) no Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, em 1941, evento em que Saboya Ribeiro se encontra na comissão

[29] O autor se reporta às universidades de Harvard, a primeira a instituir o curso de urbanismo com o apoio da Fundação Rockfeller, do MIT, Cornell e Colúmbia, que possuem cursos de planificação.

de organização. Um Ministério de Urbanismo e Povoamento e a elaboração de planos regionais são propostas de Saboya Ribeiro (1953) no VII Congresso Inter-americano de Municípios, realizado em 1953.

Na década de 1960, quando diminui a sua atuação na administração local da Cidade do Rio de Janeiro ou federal, o engenheiro ainda defende a necessidade de um planejamento regional. Discorda das propostas do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado após o golpe de 1964, por considerar que esse órgão volta as suas preocupações para o tratamento dos grandes centros, quando um sistema de cidades e o fortalecimento dos municípios deveriam merecer atenção especial por parte do governo central.[30] Nesse período, a sua atenção se orienta para o ensino do urbanismo, continuando a defender o planejamento regional.[31]

Resistências e adesões ao modernismo

Quanto aos princípios modernistas que se irradiam entre nós a partir da década de 1930, Saboya Ribeiro junta-se, na época, a outros autores que temem suas consequências para as cidades existentes, autores como Lewis Mumford e, no Brasil, Adalberto Szilard (SZILARD; REIS, 1950). Considera a Carta de Atenas "eivada de prejulgados

[30] Entrevista com J. O. Saboya Ribeiro Filho em 21 de outubro de 2002.

[31] A sua contribuição nesse campo dava-se desde 1937, como professor por concurso da cadeira de Urbanismo-Arquitetura Paisagística da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, substituindo Atílio Correia Lima. Leciona no Curso de Urbanismo, curso de pós-graduação da Faculdade Nacional de Arquitetura criado no ano de 1955, atuando como coordenador. No ano de 1967, após assumir a direção da Escola Nacional de Belas-Artes, encerra a sua carreira.

acadêmicos, onde se pretende estabelecer processos que não se ajustam no desenvolvimento histórico da formação das cidades" (SABOYA RIBEIRO, 1952, p.129), ainda que afirme reconhecer a importância dos CIAM quanto às soluções arquitetônicas.

Afirma, em 1952, que o melhor local para o urbanismo modernista são as zonas de expansão das cidades, os trechos sujeitos a menores remodelações, e as novas áreas onde se localizam as indústrias, as cidades universitárias e os hospitais (SABOYA RIBEIRO, 1952),[32] ou seja, as áreas recém-criadas. Para apoiá-lo, cita J. L. Sert (SABOYA RIBEIRO, 1952) que afirma o sentimento presente na geração de jovens arquitetos da Europa, Estados Unidos e América Latina diante das possibilidades limitadas da arquitetura moderna quando aplicadas a construções isoladas. Somente no campo do planejamento urbano a arquitetura moderna encontraria, segundo Sert, sua verdadeira expressão e um largo campo para a descoberta de novas soluções, o que podemos entender, mais uma vez, como uma indicação de que o modernismo estaria destinado somente às áreas recém-criadas ou em expansão.

Contudo, suas posições quanto ao urbanismo modernista sofrem modificações ao longo do tempo. Em 1936, opõe-se fortemente aos seus princípios, mas na década de 1940 parece render-se à hegemonia dos valores modernistas e elabora projetos inspirados nesses princípios. A cidade-máquina de Le Corbusier,

[32] Tal incapacidade do urbanismo modernista de se realizar de forma harmônica com a cidade existente é posteriormente comprovada na prática, em exemplos concretos no Rio de Janeiro, já que é nos espaços de expansão da Barra da Tijuca e nas áreas criadas de desmonte do Morro de Santo Antônio e de aterro da Cidade Universitária que ele se concretiza.

na década de 1930, seria apenas

> a sistematização de todos os erros do capitalismo urbano, dando às cidades uma função racionalista, ficando o homem totalmente sujeito ao funcionamento das máquinas, dos elevadores e subterrâneos, a grande massa proletária expulsa do trabalho iria viver nas mediações dessas cidades-região, tendo como único consolo os vastos e bem cuidados jardins entre os arranha-céus (SABOYA RIBEIRO, 1936, p.113).

Posteriormente, deixa de fazer oposição aos novos princípios, passando inclusive a adotá-los no projeto para a Esplanada do Morro Santo Antônio e no projeto da Avenida Marquês de São Vicente, na Gávea.

Para a Esplanada de Santo Antônio (Figura 25) (SABOYA RIBEIRO, 1945), em 1941, apoiando-se em exemplos internacionais de planos urbanísticos, como o de Washington e o de Londres, elabora um plano de ocupação a partir de densidades demográficas previstas e um sistema de vias. Ensaia, porém, alguns princípios modernistas ao soltar as edificações circundadas por área livre. Seu projeto acaba por ser posteriormente substituído por outros de Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva, este último autor o projeto executado.

Para o bairro da Gávea (Figura 26), em 1943, propõe um núcleo residencial com seis grandes blocos de edificações de uso residencial multifamiliar, com cerca de 600 moradias (SABOYA RIBEIRO, 1943), com equipamentos de uso coletivo dentro do lote, como creche, escolas, comércio local e áreas de lazer. O núcleo projetado está modelado nos grupamentos

habitacionais modernistas, com a criação de massas edificadas de diferentes alturas, edificações em pilotis, áreas livres e múltiplas funções.

A par disso, a maioria dos projetos[33] de Saboya Ribeiro traz elementos característicos presentes nas intervenções de Haussmann em Paris, nas cidades-jardins de Unwin e Parker. Seu sistema de avenidas inspira-se, segundo suas próprias palavras, nos planos de Sir Christopher Wren para Londres no século XVII, de L'Enfant para Washington, no século XVIII, e de Haussmann para Paris, no século XIX (SABOYA RIBEIRO, 1948). Grandes retas encaminham uma perspectiva com uma praça ou parque como ponto focal. Em outros projetos, ruas curvas são desenhadas em respeito à topografia do terreno (Figura 27).
Entretanto, o projeto que parece sintetizar os ideais de Saboya Ribeiro sobre a cidade é a sua proposta para o concurso para a nova capital, Brasília (Figura 28), que não é classificada. Diferencia-se das demais de autoria de outros urbanistas por não apresentar um aproveitamento essencialmente modernista. Podemos concluir que seu projeto se afastou dos ideais de uma sociedade moderna, conforme a desejada por Juscelino Kubitschek, justificando a sua não-inclusão entre os primeiros colocados?

Cabe lembrar que, segundo o presidente na época, a construção de Brasília apresentava uma importância geo-econômica ao unir e dar amplitude ao desenvolvimento

[33] Outros projetos: PA 3564/41, loteamento do Bairro Jardim Redentor, parte do Jardim Botânico, PA 3436/40, urbanização de Lagoa Rodrigo de Freitas, PA 6028/53, urbanização do Recreio dos Bandeirantes, PA 6272/54, Avenida Lineu de Paula Machado, PA 4197/45, Arruamento e loteamento de Estrada da Gávea.

Fig. 25 - Urbanização do Morro de Santo Antônio. Fonte: Passos, Edson. Melhoramentos do Rio de Janeiro, Revista do Clube de Engenharia, 1941.

nacional.[34] Por outro lado, o presidente era sensível à arquitetura modernista e a seus princípios, já tendo contratado Oscar Niemeyer para realizar o projeto do Conjunto da Pampulha, quando prefeito de Belo Horizonte. O projeto vencedor do arquiteto Lúcio Costa, além de outros aspectos técnicos, cuja análise de propriedade não consta dos objetivos deste trabalho, parece atender melhor simbolicamente às aspirações presidenciais.

A proposta de Saboya Ribeiro para Brasília localiza a cidade na parte mais alta do morro então existente, atenuado para que surgisse a área plana que abriga a atual cidade. À semelhança dos planos de Washington e Goiânia, a proposta[35] prevê um eixo monumental, através da qual se desenvolve uma malha reticulada com

[34] Porque construí Brasília, Depoimento de Juscelino Kubitschek. Anuário de Brasília, 1977-1978, pág.17.

[35] Planta Geral da Cidade e seus arredores, 1957.

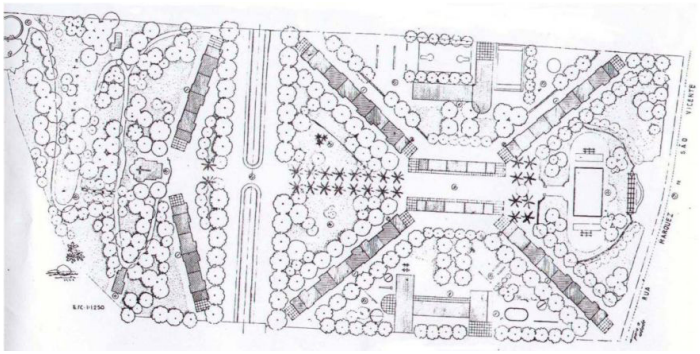


Fig. 26 - Projeto Habitacional para o Bairro da Gávea. Fonte: Saboya Ribeiro. Os núcleos residenciais do futuro, Revista Municipal de Engenharia, 1943.

grandes quadras, e sobre essa malha os eixos diagonais são sobrepostos interligando as principais praças, criando grandes perspectivas. O sistema ferroviário circunda a cidade e a integra com as cidades vizinhas. À semelhança das cidades-jardins, a área é cercada por um imenso cinturão verde. Vias de contorno dão acessa a pontos da cidade e às cidades vizinhas e a outros estados.

Nessa proposta, o autor tenta pôr em prática as suas idéias relacionadas com o planejamento regional. A sua proposta avança sobre os limites impostos pelo Lago Paranoá, prevendo a expansão e o adensamento da nova capital. À época do concurso, metade de seu escritório fica por meses destinado ao estudo dos aspectos regionais do plano,[36] e o fato de não ter a sua proposta classificada constitui um grande desapontamento.

[36] Fatos colhidos a partir de entrevista com o seu filho J. O. SABOYA RIBEIRO, em outubro de 2002.

Fig. 27 - Projeto de loteamento para a Companhia Terrenos Quitandinha S.A., 1941. Fonte: Planta acervo da família Saboya Ribeiro.

O autor no seu tempo

A produção de Saboya Ribeiro é essencialmente propositiva, sob a forma de teorias ou projetos. E, embora tenha atuado em outras cidades do Brasil, é para o Rio de Janeiro que orienta a maioria de seus artigos.[37] Além de livros e artigos, o grande espaço de trabalho de Saboya Ribeiro é no setor público, como colaborador ou consultor. Sua produção mais intensa na Prefeitura do Distrito Federal situa-se no período que vai de 1937

[37] São também projetos elaborados por Saboya Ribeiro: plano de remodelação e Extensão da cidade de Juiz de Fora (1943), projeto de Código de Obras para a cidade de Fortaleza – Ceará (1940), Código de Obras da cidade de São Luiz do Maranhão, Plano de Cidade para a cidade de Fortaleza, plano de remodelação e extensão da cidade de São Sebastião, São Paulo, projeto de loteamento para Quitandinha, Petrópolis.

Fig. 28 - Saboya Ribeiro. Plano Piloto da Nova Capital Federal. Plano Geral da Cidade e seus Arredores, 1957.

a 1946, a época que coincide com a administração H. Dodsworth e o Estado Novo.

Em fins da década de 1940, dá-se um ponto de inflexão em sua intensa produção destinada à Prefeitura. Seu campo de trabalho parece estreitar-se quando o urbanismo modernista se consolida como opção nos meios oficiais. Em meados da década de 1940, ainda participa da Comissão Consultiva de Urbanismo do Distrito Federal, como membro nomeado pelo prefeito Filadelfo de Azevedo. Em 1948, o engenheiro José de Oliveira Reis é substituído na chefia do Departamento de Urbanismo, que se segue à Comissão do Plano da Cidade, pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy. A partir desse ano por nove anos o Departamento de Urbanismo será ocupado pelos arquitetos Affonso Eduardo

Reidy ou Hermínio de Andrade e Silva. Restringe-se duramente a atuação do autor nesse período.[38]

Não devemos perder de vista que essa modificação do espaço de trabalho não se dá somente com Saboya Ribeiro, mas também com outros engenheiros. Até meados da década de 1930 e início da década de 1940, engenheiros como ele e José de Oliveira Reis são responsáveis pela urbanização de diversos bairros, projetos em que estão presentes as definições de parcelamento e praças, mas cuja ênfase se encontra no sistema viário. Já nas décadas de 1940 e 1950, com a aceitação oficial do urbanismo modernista, consolida-se um campo de projeto para os arquitetos dentro do campo maior do urbanismo anteriormente ocupado pelos engenheiros-urbanistas.[39] A arquitetura passa a apoiar as soluções de projeto, fato que determina que os arquitetos sejam os profissionais mais adequados para realizá-los.

Contido, a adesão aos princípios modernistas na Prefeitura do Distrito Federal já pode ser observada a partir de 1938. No período de 1930 a 1938, após a conclusão do Plano Agache, os projetos de alinhamento relativos a quadras da área central na Esplanada do Morro do Castelo são definidos de acordo com as diretrizes desse plano, ou seja, quadras fechadas com pátio interno. A partir de 1938, esses projetos são revogados e substituídos por projetos que contemplam quadras abertas. Nesse mesmo período, são editados artigos de arquitetos como Reidy (1938) e Camargo Almeida (1939), que indicam as desvantagens das propostas de

[38] Exceção feita é a revisão por ele efetuada por solicitação da PDF do Código de Obras, Decreto nº 6000/35.
[39] Sobre a questão cf. Leme (1999).

quadras de Agache e propõesm a sua substituição por quadras segundo os princípios modernistas.

Mas, ainda que o conjunto de seus projetos para o Rio de Janeiro apresente volume correspondente a um plano de obras para uma cidade, não poderíamos classificá-lo como um engenheiro cuja atuação se vincula primordialmente ao urbanismo de melhoramentos. Muito menos pré-modernista. Sua atuação destaca-se pelo fato de ser o profissional urbanista que faz a ponte entre os projetos locais e o planejamento global e a constante defesa do planejamento, do plano diretor e de seus instrumentos, em especial o zoneamento, e do planejamento regional.

E, embora com incursões pelo modernismo ao longo de sua vida profissional, o urbanista consolida um conjunto de princípios teóricos que mais se aproxima do campo do planejamento urbano de raiz americana, em que está presente o planejamento regional e a instituição de instrumentos de gestão urbana.

É a esse tipo de planejamento que consideramos que o engenheiro acaba por pertencer, segundo nos foi possível concluir de seus escritos doutrinários (MORAES, 2000).[40] Suas idéias parecem seguir os próprios caminhos que o urbanismo em nosso país percorre a partir de 1930. Seus escritos e projetos traduzem a valorização do pensamento urbanístico, a tentativa de se implantar um planejamento regional e, por vezes, as tensões entre a cidade existente e a nova cidade proposta pelo modernismo.

[40] Destaca-se aqui o livro *Planificação e desenvolvimento – por uma política de descentralização urbana e industrial no Brasil,* Rio de Janeiro, 1983.

Nesse ponto, cabe nos perguntarmos, quais os princípios filosóficos e ideológicos com os quais Saboya Ribeiro se achava afinado.

Em seus textos, encontramos referências a Jacques Maritain[41] no campo da filosofia. Esse filósofo defende um humanismo cristão como forma de atuação do homem na sociedade. Suas idéias, que parecem partilhadas pelo engenheiro, se contrapõem ao humanismo socialista e buscam tornar o homem mais verdadeiramente humano, desenvolvendo as suas forças criadoras e fazendo do mundo físico a sua liberdade.

E, qual o cenário em que se expressam os ideais presentes nos textos de Saboya Ribeiro? Torna-se importante entendermos que, na década de 1930, um Estado forte, tal qual o desejado pelo engenheiro no seu caso capaz de implementar o urbanismo e o planejamento regional, faz parte das aspirações de alguns setores da intelectualidade,[42] não só brasileira como internacional.[43]

Cabe lembrar que, em linhas gerais, o Movimento de 1930 que traz Getúlio Vargas ao poder caracteriza-se por ser uma articulação pelo alto, tendo em vista que não inclui a participação das classes subalternas, mas que traz ao poder setores das elites que não se viam representados no governo anterior. Com esse movimento, ascendem, pois, setores agrários não diretamente ligados à produção cafeeira ou à exportação,

[41] Jacques Maritain nasceu em Paris em 1882 e morreu aos 90 anos em 1973. Ao longo de sua vida como filósofo, empreendeu uma viagem rumo ao cristianismo.

[42] Sobre o assunto ver Moraes (2000).

[43] Nessa mesma década na Europa, cresce também a ânsia por governos fortes, o que acaba por dar respaldo às formulações dos estados nazista ou facista.

representantes das classes médias ligados ao tenentismo e representantes da burguesia industrial.[44]

Configura-se como uma oposição ao liberalismo, ao Estado dominado pelas oligarquias regionais e à proteção incondicional ao modelo agrário exportador. E, embora o movimento tenha sido gestado nas regras do próprio jogo de interesses das classes proprietárias rurais, traz profundas mudanças ao país com a centralização do poder político e administrativo necessário a uma política intervencionista e mudanças quanto ao processo de industrialização (MORAES, 2000, p. 66).

Tendo em vista que o período que vai do final do século XIX ao início da década de 1930 testemunha a formação e a consolidação do capital industrial, já existe na época um setor capaz de exigir sua inclusão numa política nacional. A participação da burguesia industrial, entretanto, não é relevante, tendo em vista a sua pequena participação, no início da Revolução de 1930. Ela é, contudo, crescente (MORAES, 2000: p. 71), já que uma política industrializante, empreendida pelo governo a partir de 1930, torna-se uma opção como parte de um projeto de nação que visa criar um Brasil urbanizado e industrial.

As afirmações de Saboya Ribeiro refletem o desejo por um Estado forte e organizador, antiliberal e, portanto, contra as oligarquias, que resolva as grandes questões nacionais expressas nas cidades e que estruture o campo a partir da localização de indústrias pelo território nacional. Ser contra o liberalismo, denunciado em seus textos, traduz-se nesse período por ser contra as oligarquias dos estados que dominavam há longo

[44] Sobre o assunto ver, entre outros, Saes (1984) e Queiroz (1983, 1984).

tempo o cenário político. Ser contra o liberalismo e as oligarquias dos estados traduz-se, também, por ser a favor de um desenvolvimento industrial e não somente agrário. Tais ideais parecem justificar a sua afinidade e, por conseqüência, as oportunidades de trabalho ao longo da vigência do Estado Novo.

Pelo exame de seus textos, entretanto, não podemos falar de um apoio à ditadura instalada. Pelas informações obtidas em entrevistas com membros de sua família, sabemos que em 1938[45] é preso, mas imediatamente solto. Nessa época, sem integrar as fileiras, simpatizava com os ideais integralistas.[46]

Anos mais tarde, no final da década de 1940 e início da década de 1950, após exaurido o Estado Novo como possibilidade de progresso social e evidenciadas as mazelas da longa ditadura, vemos em seus textos (SABOYA RIBEIRO, 1948, 1953) críticas à excessiva centralização de decisões empreendida pelo governo central no período, em detrimento de outras formas de gestão por comissões nos moldes daquelas defendidas pelo autor.

Nas décadas de 1050 e 1960, seus princípios ideológicos estão mais próximos daqueles defendidos pelo General Juarez Távora, a quem faz referências[47] e, portanto, daqueles que se haviam oposto à ditadura do Estado

[45] Entrevista com J. O . Saboya Ribeiro Filho,em outubro de 2002.

[46] A Ação Integralista de tendência anticomunista apóia o governo Vargas e o advento do Estado Novo, mas é fechada logo após a sua implantação, em 1937.

[47] São citados o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Juarez Távora, este último com trechos transcritos de seu discurso no III Congresso Nacional de Municípios em 1954, ano em que disputa a presidência com JK (SABOYA RIBEIRO, 1983).

Novo. A afinidade de Saboya Ribeiro com Juarez Távora se dá ainda no que se refere à gestão das cidades, já que, a par de sua atuação política nacional, Távora é também um defensor do fortalecimento dos municípios.

Não devemos esquecer, entretanto, que Juarez Távora, um dos tenentes do Movimento de 1930, havia sido Ministro da Agricultura do Governo de Getúlio Vargas de 1932 a 1934. A partir da década de 1940, Juarez Távora estará cada vez mais alinhado com os setores mais conservadores, filiando-se em 1945 à UDN, partido que reúne elementos de oposição à ditadura do Estado Novo e pelo qual concorre como candidato à presidência da República, em 1954, contra Juscelino Kubitscheck. A trajetória política e ideológica de Távora parece inspirar em Saboya Ribeiro princípios e ideais semelhantes, sem contudo se transformar em prática política.

Teria, pois, a afinidade ideológica com o Gal. Juarez Távora, candidato pela UDN derrotado nas eleições de 1954 por Juscelino Kubitscheck, concorrido, ao lado de razões técnicas e simbólicas do projeto urbanístico, para a não-inclusão do projeto de Saboya Ribeiro entre os finalistas do concurso para Brasília? A oportunidade do concurso para a seleção do projeto para Brasília do qual participa parece colocar em campos opostos diferentes visões de sociedade que se expressariam em diferentes visões de cidade.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO H. D. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 4, julho., 1940, p. 255.

ALMEIDA, P. C. Projeto de Remembramento do 3 **Urbanismo**, Natal, 2000.

A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XIª Feira Internacional de Amostras. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 6, nov., 1938, p. 670 a 693.

Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 6, nov., 1941, p. 314 a 334.

SABOYA RIBEIRO, J. O Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo. In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 14, jan., 1935, p.222.

SABOYA RIBEIRO, J.O. **A cidade e o estado, urbanismo problema político, evolução urbana do Brasil**. Rio de Janeiro, 1936. (mimeo).

SABOYA RIBEIRO, J. O. Introdução ao estudo dos problemas dos espaços livres no Rio de Janeiro. In: **Revista do Clube de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 4, out., 1938, p. 1946 a 1950.

SABOYA RIBEIRO, J. O. Os Núcleos Residenciais do Futuro. In: **Revista Municipal de Engenharia** , Rio de Janeiro, nº 4, out., 1943, p. 225-226.

SABOYA RIBEIRO. Urbanização da Esplanada Santo Antonio e de suas adjacências. In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, v.1, jul., 1945, p.6-13.

SABOYA RIBEIRO, J. **O. Urbanização do Rio de Janeiro**

e o Problema do Tráfego. Conferência pronunciada no Clube de Engenharia, Revista do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, novembro de 1948, p. 327-333.
SABOYA RIBEIRO, J.O. **O espaço exterior na composição arquitetônica**. 1952. Tese (para Professor Catedrático de Construção Civil e Arquitetura) - Escola Nacional de Engenharia, Rio de Janeiro, 1952.

SABOYA RIBEIRO, J. O. Por uma política de descentralização urbana. In: **Revista do Clube de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 267, nov., 1953, p. 53 a 58.

SABOYA RIBEIRO, J . O . **Centros de Estudos Sociológicos**, Junta de Planificação Municipal das Regiões Metropolitanas, Juiz de Fora, 1967.

SABOYA RIBEIRO, J.O. **Planificação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1983, p.38.

SABOYA RIBEIRO, J, entrevista em 15 de março de 2002.

SZILARD, A.; O. REIS, J. **Urbanismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. O Construtor, 1950.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Bibliografia Complementar

SABOYA RIBEIRO, J. O. Urbanização da Baía de Botafogo. In: **Revista do Clube de Engenharia**, Rio de Janeiro, nº 1-4, set., 1934, p. 139 a 141.

SABOYA RIBEIRO, J. O. Introdução ao Estudo de Arquitetura e Urbanismo. In: **Anuário da FNA**, Rio de Janeiro, 1964.

REZENDE, V. F. O urbanismo moderno no Rio de Janeiro, a contribuição de Saboya Ribeiro. **Anais do VII Seminário de História da Cidade e do** Urbanismo, Salvador, 2002.

REZENDE, V. F. Refazendo Caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. **Anais do X Encontro Nacional da Anpur**, Belo Horizonte, 2003.

Capital moderna e cidade colonial: a preservação na história do urbanismo ludovicense

José Antônio Lopes

Nas décadas de 1930 e 1940, no momento em que a fragilidade da indústria têxtil maranhense era patente e as funções comerciais da cidade estavam sendo solapadas por uma nova conjuntura política e econômica nacional,[48] resta, para São Luís, a função de sede administrativa. Não por acaso, o discurso e as iniciativas do poder público estariam orientados para a construção da moderna sede do Estado.

Em um momento em que São Luís começa a perder a hegemonia econômica na região, processar-se-ia uma nova tentativa de modernização de sua estrutura urbana, possibilitada pelo contexto da Segunda Grande Guerra Mundial. Com a nomeação do engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro e logo depois do médico Pedro Neiva de Santana para o cargo de prefeito da capital, o governador e, logo depois, interventor federal Paulo Martins de Souza Ramos garantiu a elaboração e a execução continuada de uma série de intervenções urbanísticas, organizadas em um Plano da Cidade.

---

[48] A política de *integração nacional* do governo Vargas baseava-se na circulação de mercadorias, principalmente pelo transporte rodoviário, em todo o território nacional a partir do Rio de Janeiro e São Paulo. O próprio Interventor Paulo Ramos investiu na recuperação da rede rodoviária do estado. Segundo Ribeiro Júnior (1999, p. 80) "o paradoxo deste esforço foi que, ao mesmo tempo que facilitava o escoamento da produção regional (algodão e arroz), ao integrar-se numa rede nacional de estradas em expansão, promovia o enfraquecimento de São Luís como pólo do comércio de exportação."

Dessa forma, a partir de 1936, o Estado Novo utilizou o saber urbanístico para legitimar-se, propondo e operacionalizando a idéia da *remodelação urbana*. É importante salientar que os planos, leis e intervenções propostos para a cidade nas administrações de Saboya Ribeiro (1936 – 1937) e Neiva de Santana (1937 – 1945) se referiam ou estavam orientados para a área que hoje é considerada de grande valor cultural. Até o início dos anos 1940, essa área, constituída pelo traçado original do século XVII e sua expansão nos séculos XVIII e XIX, configurava o principal núcleo urbano da Ilha, ou seja, todas essas iniciativas colocavam em discussão as relações entre urbanismo lusitano e urbanismo moderno.

As propostas apresentadas nesse período exigiram uma nova postura com relação ao passado da cidade e os intelectuais locais, coordenados por Antonio Lopes da Cunha, se preocuparam em institucionalizar as idéias e práticas de preservação do patrimônio histórico construído, com a instalação de uma Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município, em 1943.

Alguns trabalhos – de alcance nacional, inclusive – utilizam a análise da evolução urbana de São Luís para discutir o pensamento urbanístico português,[49] que orientou o traçado original da cidade, mas a historiografia maranhense, no entanto, ainda não realizou a crítica do pensamento urbanístico local e suas relações com as transformações do espaço urbano.[50] Essa lacuna da historiografia parece legitimar o preconceito corrente

[49] Ver REIS FILHO, 2000 e SANTOS, 2001.

[50] O engenheiro Ruy Ribeiro Mesquita, em seu *Plano de Expansão da Cidade de São Luís* (1958), chega a afirmar que "a cidade de São Luís nasceu e desenvolve-se caótica e desorganizadamente sem a orientação de um plano básico para o seu crescimento".

de que nunca existiu um pensamento urbanístico – expresso em algum tipo de planejamento – que orientasse o desenvolvimento urbano de São Luís.
Neste capítulo, examinaremos os planos propostos para a cidade e as leis e decretos que organizaram as intervenções urbanísticas e as relações com o patrimônio cultural nas décadas de 1930 e 1940, construindo uma pequena narrativa sobre o momento e a forma como o urbanismo moderno se relaciona com a herança do urbanismo lusitano, com o foco sobre a tensão que se intensifica, nesse momento, entre os gestores da modernização e os intelectuais preservacionistas.

Tão Bella quão Decadente: Saboya Ribeiro e o ante-projecto de remodelação da cidade

Como prefeito da cidade de São Luís, capital do Maranhão, o engenheiro Saboya Ribeiro[51] elabora e defende a adoção de uma proposta abrangente de remodelação urbana a partir de três idéias distintas e complementares:

[51] Nascido no Ceará, José Otacílio de Saboya Ribeiro (1899 – 1967) forma-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1930. Saboya Ribeiro assume o cargo de prefeito da cidade de São Luís no dia 15 de setembro de 1936, oriundo da Secretaria de Viação e Obras do Rio de Janeiro, onde exercia o cargo de engenheiro-chefe do 5° trecho da nova adutora do rio das Lages, e permanecerá como prefeito da capital maranhense por cerca de dez meses, até 7 de julho de 1937. Depois de deixar São Luís, Saboya Ribeiro continuaria envolvido com o setor público, atuando como consultor da prefeitura do Distrito Federal na gestão de Henrique Dodsworth, e ingressaria na carreira acadêmica. Além dos vários projetos desenvolvidos para o Rio de Janeiro, Saboya elaborou um Plano de Extensão e Remodelação da cidade de Juiz de Fora, em 1940, um projeto de Código de Obras e um Plano de Cidade, para a cidade de Fortaleza, um Plano de Remodelação e Extensão para a cidade de São Sebastião, em São Paulo, e um projeto de loteamento para Quitandinha, Petrópolis.

as representações negativas da cidade antiga, o atraso cultural em que São Luís estaria imersa e o alcance parcial das intervenções anteriores sobre a cidade.
Saboya Ribeiro via em sua atuação à frente da administração municipal

> a occasião de estudar e preparar a reforma de uma cidade, que sabia tão bella quão decadente, remanescente unica, talvez, das capitaes brasileiras que conservaram o cunho caracteristico das cidades do século passado, com suas vias tortuosas, estreitas e ingremes e com seus velhos trapiches (SABOYA RIBEIRO, 1937).[52]

Aos defeitos de higiene (ruínas), Saboya Ribeiro acrescenta problemas de ordem social (cortiços) e de estética (*das fachadas mal cuidadas, dos beiraes sujos e da mal apparencia geral das ruas*) que identifica na cidade antiga.

Da leitura dos relatórios oficiais do interventor Paulo Ramos e do prefeito Saboya Ribeiro, um engenheiro sem vínculos com os grupos políticos locais e com o conhecimento em reformas de cidades, depreende-se que a eficiência da gestão se revelaria por meio de intervenções que pretendiam conferir racionalidade e funcionalidade à cidade velha. Fazia-se necessário "modificar a feição colonial de São Luís" (RAMOS, 1940), promovendo uma "radical transformação da cidade" (SABOYA RIBEIRO, 1937), organizada

[52] Em uma mensagem dirigida à Câmara Municipal quando de seu desligamento da função pública que exercia e publicada no Diário Oficial em agosto de 1937, com o título *Mensagem apresentada pelo Prefeito dr.José Octacilio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho p. passado, quando da installação dos trabalhos da Câmara Municipal* (SABOYA RIBEIRO, 1937), o ex-prefeito faz um balanço de suas ações e deixa entrever os problemas que enfrentou ao pôr em prática as idéias que defendia.

em um plano de remodelação abrangente. Assim, o prefeito informa que "utilizando-nos da planta da cidade que encontramos, fizemos um primeiro esboço da remodelação da parte velha da cidade de São Luiz" (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Uma Comissão de Plano da Cidade foi criada pelo decreto n° 233, em abril de 1937, para detalhar esse *ante-projecto de remodelação da cidade* (SABOYA RIBEIRO, 1937), elaborado por Saboya. Dela fizeram parte o Coronel José Luso Torres, ex-prefeito, ex-interventor e figura respeitada por políticos e intelectuais locais, os Drs. Carlos Macieira e Heitor Pinto, o industrial Américo Pacheco de Carvalho, o competente professor Luiz Rego e o engenheiro Pinheiro Costa, chefe da Diretoria de Serviços Urbanos. Por outro lado, a Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município, prevista no Código de Posturas aprovado por Saboya Ribeiro em 1936, só se instalaria, em outros moldes, em 1943.

O *ante-projecto de remodelação da cidade*, definido por Saboya Ribeiro, contemplava os aspectos sociais – habitação popular, salubridade – e econômicos – investimentos privados, barateamento dos materiais de construção, criação de um hotel – do desenvolvimento urbano, além de apresentar os elementos e as soluções urbanísticas defendidos pelo engenheiro, e compreendia um período de dez anos:

> Assim, nos dez anos próximos teremos dispendido um total de cerca de vinte mil contos de réis, quantia suficiente para realizar uma radical transformação da cidade, capaz de abrir-lhe os novos horizontes do progresso, integrando-a na comunhão das demais cidades progressistas do Brasil (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Para Saboya Ribeiro, a remodelação de São Luís resultaria da aplicação de novos traçados viários ao tecido urbano antigo, com a construção e a interligação de equipamentos urbanos (Mercado Central, Estação Ferroviária) e espaços públicos (Centro Cívico, praças e um parque central).

Em seu esboço de remodelação, Saboya Ribeiro (Figura 29) liga os principais espaços públicos da cidade, existentes ou a construir: a Praça João Lisboa, a Praça do Mercado e a Avenida Pedro II – onde se localizam os prédios públicos mais importantes da capital –, além da estação ferroviária, em frente à qual seria construída uma praça. Esses espaços seriam ligados por um sistema de avenidas que ora aproveitam o leito carroçável de ruas existentes que seriam alargadas (para quinze metros), ora rasgam o tecido urbano em uma reta diagonal que exigiria demolições de quadras inteiras e a implantação de uma tipologia arquitetônica diferente da usual. Outras avenidas propostas complementariam o tecido urbano definindo seus limites. É o caso do cais sanitário a ser construído nas margens do mangue e da Avenida Getúlio Vargas, que faria a ligação com os subúrbios. Esse sistema de avenidas facilitaria o tráfego eficiente entre as diversas zonas da cidade, conferindo a essas áreas salubridade, iluminação e arborização que, aliados à adoção de novos padrões estéticos para a arquitetura (*art déco*), emprestariam uma imagem de modernidade à cidade.

Assim, o *anteprojeto* previa a abertura de um eixo diagonal (Avenida 10 de Novembro, atual Magalhães de Almeida) e quatro grandes avenidas – algumas com vinte e cinco metros de largura – arrematadas por praças que funcionariam como rótulas de organização do tráfego e ponto focal da perspectiva; previa também

a conexão do sistema de avenidas ao sistema ferroviário, ao fazer a ligação da Estação Ferroviária *com os diferentes pontos da cidade* (SABOYA RIBEIRO, 1937), em uma preocupação própria do planejamento regional, bem como a criação de áreas verdes e de um grande Parque Central, no Campo do Ourique (atual Praça Deodoro). Estavam previstas também a reconstrução ou relocação de edifícios voltados para o abastecimento da cidade (Mercado Central e Matadouro Municipal, além dos açougues),[53] com a intenção de melhorar suas condições de higiene, e a criação de um Centro Cívico:

> Como fundamento do ante-projeto de melhoramento da cidade, reservamos o trecho compreendido entre a avenida Pedro II e seu prolongamento até a rua Tarquinio Lopes, e seguindo por esta ultima (que deverá ser alargada constituindo uma avenida) até a avenida 5 de Julho (cáes da Sagração) e por este até o armazém do Tesouro, para que nele sejam localizados os principiais edifícios públicos e semi-publicos, constituindo o que se convenciona denominar *Centro Cívico* (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Para Saboya, era necessário, também, fazer a ligação *entre a cidade velha e a nova que se esta formando, tendo como centro, aproximadamente, o sitio denominado João Paulo*, com a construção de uma avenida (João Pessoa)[54] *cuja largura total deverá ser de 40ms*, possuindo

[53] A demolição e transferência, para o subúrbio, do Matadouro Municipal foi o centro de uma polêmica travada na imprensa de São Luís, o que complicou a situação política de Saboya Ribeiro.

[54] Atual Avenida Getúlio Vargas, construída entre 1940 e 1943, com duas pistas de sete metros de largura.

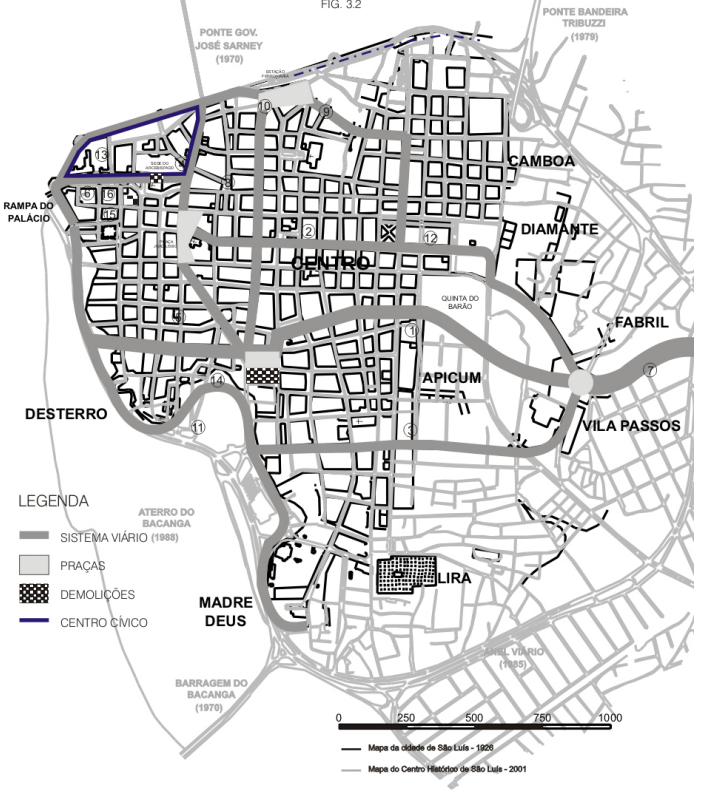


Fig. 29 – *Ante-projecto de remodelação da cidade*, de José Otacílio de Saboya Ribeiro. Fonte: Reconstituição a partir de Mensagem apresentada pelo prefeito dr. José de Octacílio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho p. passado, quando da installação dos trabalhos da Câmara Municipal. Fonte: Saboya Ribeiro, 1937.

INTERVENÇÕES PROPOSTAS

Avenida 1: "...da intersecção da Rua Senador João Pedro com a rua Oswaldo Cruz, cortando os terrenos da Companhia Fabril Maranhense, atravessando a "Quinta do Barão", seguindo pelas ruas Berlarmino Mattos e Jacintho Maia, até o encontro do cáes projectado. A largura desta avenida deverá ser superior a 25,00 ms".

Avenida 2: "...da praça João Lisboa prosseguindo pela rua da Paz e Praça Gomes de Castro, atravessando o parque Urbano Santos, attingindo a rua Oswaldo Cruz na altura do actual Galpão e seguindo pela mesma

dita rua Oswaldo Cruz alargada, até o ponto em que se inicia a primeira avenida citada".

Avenida 3*: "...partiria do mesmo ponto que a primeira [Avenida 1], seguindo em direção das fontes do Apicum, rua José Barreto, passando pelo lado Norte da praça 1° de maio, cruzando-se com a rua Antonio Rayol, proseguindo até encontrar o cáes sanitaio projectado entre a ponta do Desterro e a praia da Madre Deus".

Avenida 4 – Av. João Lisboa*: "...da praça João Lisboa até a avenida 5 de Julho (Beira-Mar), acompanhando, mais ou menos, a directriz da rua Tarquínio Lopes".

Avenida 5 – Av. 10 de Novembro*: "da parte sul da avenida João Lisbôa, partiria o segundo trecho, na direcção do Mercado em construcção, cuja praça constituirá uma rotula do systema viario, articulando as zonas commercial, industrial e residencial".

Avenida 6 – Av. Pedro II*: "...ligação com o ponto em que se inicia a rua Portugal, abolindo a escadaria ali existente, diminuindo a sua declividade. Por outro lado, seria necessario prolongar a mesma avenida Pedro II atravez da actual sede do Arcebispado até encontrar-mos a quarta avenida já descrita [Av. João Lisboa]".

Avenida 7 – Av. João Pessoa*: "...desde a junção da rua Senador João Pedro (onde se iniciam as três avenidas já citadas) até 500,00 ms. adiante da Estação do João Paulo. D'ahi por deante, deverá seguir até o Anil em via simples de 7,50 ms. de largura, de superfície carroçável". Deveria ter largura total de 40m.

8 – Rua Sete de Setembro: "Alargamento progressivo, até alcançar a largura de 15,00ms", para "quatro filas" de veículos.

9 – Rua Jansen Muller: "...deverá soffrer alargamento, do mesmo modo que a rua Sete de Setembro".

10 – Construção da "praça fronteiriça à Estação Ferroviária, que passaria a ser uma rotula do novo systema de vias".*

11 – "...construcção de um cáes sanitario pela margem do mangal que contorna a cidade".*

12 – "...creação de um parque central".

13 – Criação de um Centro Cívico, "entre a avenida Pedro II e o seu prolongamento até a rua Tarquínio Lopes, e seguindo por esta última (que devera ser alargada constituindo uma avenida) até a avenida 5 de Julho (cáes da Sagração) e por este até o armazém do Thesouro".

14 – "...demolição do velho pardieiro que constituia o antigo Mercado Municipal".*

15 – Demolição do "Palacio dos Hollandezes".*

16 – "...construcção de um hotel".*

*Iintervenções realizadas, no todo ou em parte, por administrações posterioes, com base no Plano de Saboya Ribeiro.

> uma faixa central, onde serão montadas duas linhas de bonds, ladeada de duas faixas rodoviarias, com 7,50 ms. de largura cada uma, havendo, ainda, margem para construcção de amplos passeios arborisados (SABOYA RIBEIRO, 1937).

A preocupação com a salubridade das edificações e sua adequação aos preceitos de iluminação e ventilação do *urbanismo moderno* (SABOYA RIBEIRO, 1937) e a abertura ou alargamento de vias justificavam as demolições:

> Outra constante preocupação da administração atual tem sido promover a demolição de prédios que, pelo seu estado de conservação, oferecem perigo aos transeuntes, e cuja estrutura não permite obras de reforma ou reconstrução de qualquer natureza. Nossa atenção tem sido voltada, sobretudo, para as ruínas situadas em ruas cujo alargamento impõe (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Além do alargamento de ruas, pelo menos duas de suas propostas teriam impactos sobre as edificações existentes: a abertura de avenida que ligaria a Praça João Lisboa ao Mercado Central,[55] cortando a malha urbana em diagonal, através de várias quadras; e o prolongamento da avenida Pedro II até a Rua Tarquínio Lopes, também alargada, para o que se fazia necessário demolir o Palácio Episcopal,[56] sede do Arcebispado, anexo à Catedral da Sé (Figura 30).

[55] Avenida 10 de Novembro, atual Magalhães de Almeida.

[56] Importante exemplar de arquitetura neoclássica, recentemente restaurado por iniciativa do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

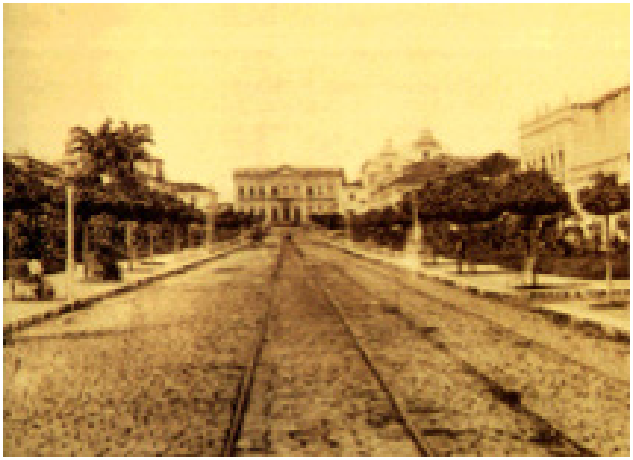


Fig. 30 – Avenida Maranhense (atual Pedro II) e Palácio Episcopal, ao fundo, em 1908. Fonte: CUNHA, 1908.

Por fim, a preocupação com a estética urbana se reflete na proposição de novos jardins públicos,[57] nos passeios arborizados previstos para as novas avenidas, nas intervenções nos edifícios públicos notáveis e na substituição da *arquitetura colonial Portuguesa típica sem nenhum valor de ordem arquitetônica ou interesse de ordem pitoresca* e na defesa do *interesse paisagístico* de São Luís (SABOYA RIBEIRO, 1937).

Para viabilizar as intervenções previstas no *ante-projeto de remodelação da cidade*, e como forma de dotar a cidade das referências necessárias à modernização, Saboya implementou a renovação da legislação urbanística local, introduzindo os princípios e instrumentos do urbanismo moderno em São Luís. A cidade passou a contar, desde

[57]"Toda a cidade possui terrenos baldios que permitirão o traçado e construção de novos jardins públicos" (SABOYA RIBEIRO, 1937).

1936, com um sistema de regulação urbana moderno, baseado na aprovação de um *Código de Posturas* (Decreto n° 205, de 3 de novembro de 1936), um novo *Regime Tributário* (Decreto n° 217, de 19 de dezembro) e de um *Zoneamento* (Decreto n° 219, de 19 de dezembro), o que propiciaria a execução de transformações estruturais no espaço urbano e na arquitetura das edificações.

Considerando que as diversas zonas do Município de S. Luiz, acham-se sujeitas a dispositivos variáveis (Decreto n° 219, de 19 de dezembro), o zoneamento proposto por Saboya Ribeiro (Figura 31) divide o município em quatro zonas a partir de referências geográficas: Zonas Central, Urbana, Suburbana e Rural.[58]

A importância dos subúrbios é reconhecida no decreto que estabelece que: *considera-se também para efeito dos dispositivos legais, como zona suburbana, as partes centrais dos povoados do Anil, São José, Paço do Lumiar, São Joaquim, Mayoba, Olho d'Água, Turú, Pedrinhas e Estiva*. Abrangente, o zoneamento apresentado por Saboya Ribeiro inclui toda a Ilha de São Luís.

A remodelação sistemática da cidade, sob um enfoque aristotélico, totalizante, exigiria a remodelação da região em que a cidade se encontra.[59] Nesse sentido, o enfoque regional das propostas de Saboya Ribeiro está expresso no zoneamento abrangente que considera toda a Ilha (Decreto 219, de 19 de dezembro de 1936),

[58] A área definida por esse zoneamento (Figura 31) coincide com o traçado urbano representado no mapa da cidade desenhado por José Abranches de Moura em 1926. É provável que Saboya Ribeiro tenha utilizado esse mapa para definir o zoneamento e também para traçar o esboço do *ante-projeto de remodelação* de São Luís.

[59] A cidade de São Luís divide a Ilha de São Luís com três outros municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

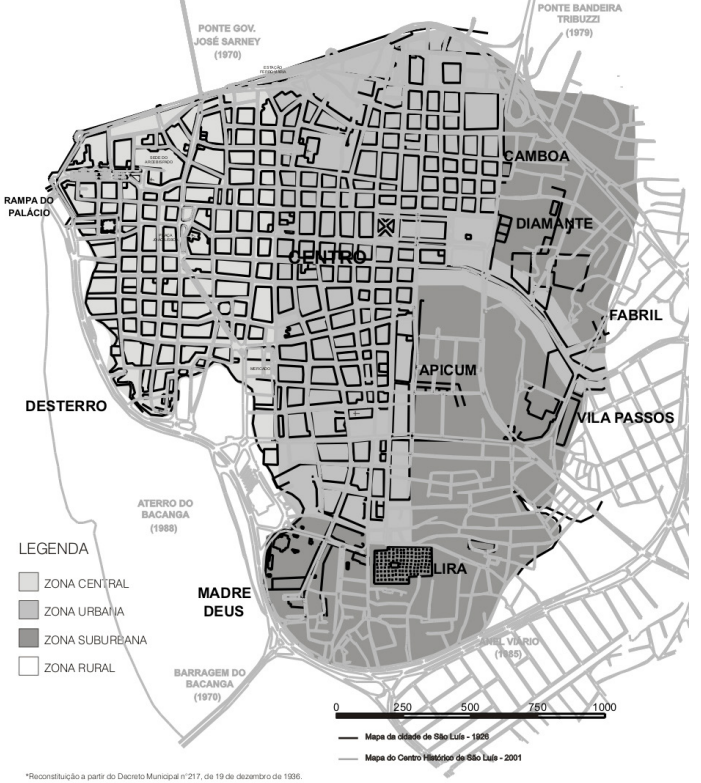


Fig. 31 – Zoneamento da Cidade de São Luís (1936). Fonte: Reconstituição a partir do Decreto Municipal n°217, de 19 de dezembro de 1936.

na preocupação com a infra-estrutura e os serviços na Ilha (SABOYA RIBEIRO, 1937), na proposta de integrar a Estação Ferroviária ao sistema viário da cidade (no anteprojeto de remodelação de São Luís) e na proposição de um *plano regional da Ilha de São Luiz* (no Código de Posturas). Tais preocupações, próprias do planejamento regional, o aproximam do urbanismo americano do início do século (REZENDE, 2002).

Coerente com as propostas urbanísticas de Saboya Ribeiro, o Código de Posturas de 1936, abrangente, fornece os elementos para a implementação das mudanças necessárias à remodelação da cidade, quais sejam, as técnicas executivas – seja de construção, com o concreto, seja de projeto, com as normas de desenho de vias, por exemplo –, as formas de financiamento das intervenções urbanísticas, com a aplicação de taxas e dos investimentos diretos do município, os instrumentos de planejamento, como o zoneamento e os planos urbanísticos, além dos princípios norteadores do desenvolvimento de uma cidade moderna: a higiene e a estética.

Por seus dispositivos, o Código incentiva a verticalização das edificações no centro urbano, a substituição da arquitetura insalubre dos cortiços que seriam expulsos do centro, mas também dos sobrados e casas com alcovas que seriam reformados ou reconstruídos dentro de novos padrões de higiene. Ao oferer as condições necessárias para o alargamento de vias e as mudanças do sistema viário, o Código de Posturas enfatiza, sobretudo, a necessidade de adoção de novos alinhamentos e recuos para as edificações, e confere agilidade a instrumentos, como as desapropriações por utilidade pública.

O impacto das primeiras obras previstas no plano de remodelação da cidade, principalmente a demolição do Matadouro Municipal e do Mercado, e a tributação criada para financiar essas obras, pela criação das taxas estipuladas no Regime Tributário e aumento de outros impostos, suscitaram as críticas e a insatisfação de setores da sociedade, principalmente daqueles ligados à Associação Comercial do Maranhão, complicando a situação política de Saboya Ribeiro.

Diante de uma situação política insustentável, Saboya é exonerado e retorna para o Rio de Janeiro. Em 7 de julho de 1937, o financista Clodoaldo Cardoso assume o cargo de prefeito da capital, no qual permaneceria até restabelecer as relações com a Associação Comercial, três meses depois, quando assume Pedro Neiva de Santana, em novembro de 1937, alguns dias antes do golpe que instauraria o Estado Novo. Clodoaldo Cardoso visitara, no dia de sua posse, a *secção de engenharia e desenho* da Prefeitura, onde "teve opportunidade de ver o gigantesco plano de reforma da cidade, que lhe foi mostrado pelo Dr. Barros e Vasconcelos" (O NOVO GOVERNADOR, 1937).

Desse modo, as idéias e propostas de Saboya Ribeiro instauram a tensão entre o desejo de transformar a cidade em nome de sua atualização com relação às cidades e sociedades ditas modernas, e a necessidade de preservar os elementos que definiriam a sua identidade e a caracterizariam como cidade colonial.

A capital moderna: Pedro Neiva de Santana e o novo plano da cidade

Neiva de Santana,[60] ao assumir, apesar dos reveses

[60] Pedro Neiva de Santana, nascido na cidade maranhense de Nova York e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assume a Prefeitura de São Luís em novembro de 1937. Ao deixar a prefeitura, Neiva de Santana trabalharia como médico legista da Polícia Civil do Estado e ingressaria na carreira acadêmica, como professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito (1944) e de Sociologia na Faculdade de Filosofia (1952). Em 1967, chegaria a reitor da fundação Universidade do Maranhão. Nesse período também assumiria a Secretaria de Fazenda do governo José Sarney (1966 – 1970), sucedendo-o no governo do Estado (1971 – 1974). Foi eleito para a Academia Maranhense de Letras em 1979.

políticos de seu antecessor, a continuidade das ações traçadas na administração de Saboya Ribeiro, propõe ajustes na legislação urbana aprovada, com a definição dos critérios para as isenções de impostos que incentivam a verticalização no centro urbano e um novo zoneamento para a cidade. Com o Decreto Municipal nº 330, de 3 de junho de 1938, o prefeito propõe um novo zoneamento (Figura 32). Indicado no Código de 1936 como uma divisão distrital (com zonas central, urbana, suburbana e rural), nesse decreto ele assume o caráter de um *zoneamento funcional*, típico do urbanismo moderno, no qual a cidade é dividida em um Centro Administrativo ou Cívico e em quatro zonas definidas por diferentes funções: zonas comercial, industrial, residencial e agrícola.

O zoneamento funcional, instituído por Pedro Neiva de Santana em 1938, limita-se em sua quase totalidade à zona central criada por Saboya Ribeiro no zoneamento de 1936, ou seja, não abrange toda a área ocupada pela cidade na época, mas coincide com as áreas que, mais tarde, seriam valorizadas como patrimônio cultural nas instâncias estadual, nacional e internacional. Os perímetros urbanos nomeados por Saboya Ribeiro, em 1936, de zona urbana, zona suburbana e zona rural, ficam fora da legislação urbanística de Neiva de Santana.

Desse modo, o prefeito muda o foco das ações do governo municipal. Se com Saboya Ribeiro a área de abrangência englobava todo o perímetro urbano e sua ligação com o subúrbio e o restante da ilha, Neiva de Santana iria privilegiar as intervenções na parte mais central e antiga da cidade, aquelas que teriam maior visibilidade e impacto. Outra característica marcante do zoneamento de 1938 era o incentivo à verticalização

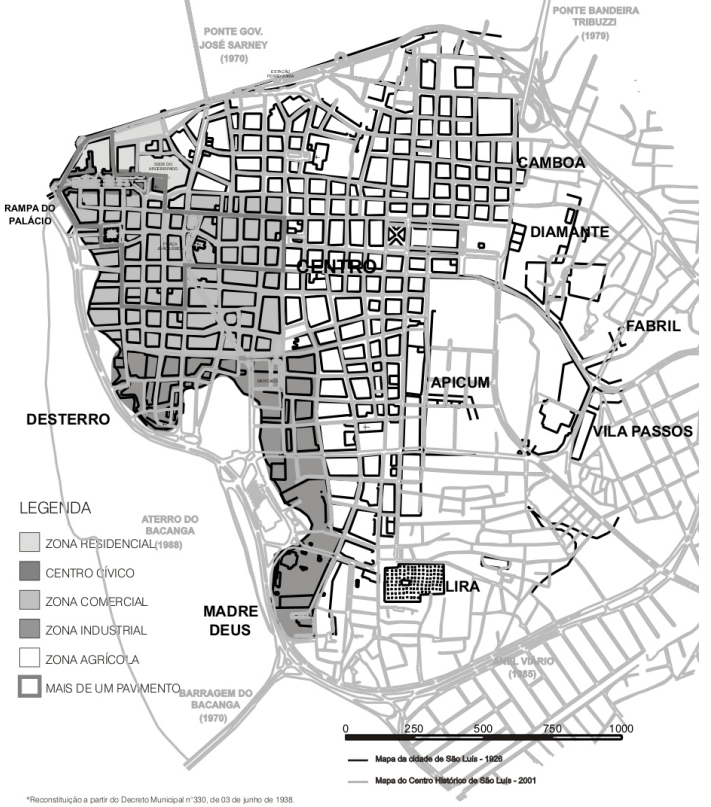


Fig. 32 – Zoneamento da Cidade de São Luís (1938). Fonte: Reconstituição a partir do Decreto Municipal n°330, de 03 de junho de 1938.

da cidade, ao definir uma determinada área da cidade que compreende diferentes zonas urbanas, onde não seriam permitidas construções novas com apenas um pavimento.[61] Esse zoneamento anunciava que a cidade moderna de Pedro Neiva de Santana, funcional,

[61] Os dois zoneamentos e, em particular, a área destinada por Neiva de Santana a edificações com mais de um pavimento nos indicam as áreas privilegiadas da cidade, possivelmente servidas de toda a infraestrutura disponível à época.

centralizadora e excludente, deveria construir-se sobre a cidade antiga.

O *Novo Plano da Cidade*, citado no Art. 9° do decreto que institui o zoneamento de 1938, previa uma série de medidas de caráter higienista, a substituição de estruturas tradicionais por novos edifícios e mudanças no sistema viário da cidade.[62] As intervenções do prefeito Neiva de Santana (Figura 33) são justificadas pelo interventor Paulo Ramos nos relatórios que encaminhava anualmente à Presidência da República:

> [...] levou a Prefeitura, no exercício findo [1939], importantes melhoramentos a diversos logradouros públicos, dotando-os de maiores facilidades de transito e das indispensáveis condições de higiene e estética exigidas pelo desenvolvimento da Cidade (RAMOS, 1940).

Assim, em nome da facilidade do tráfego (de automóveis), da higiene – iluminação e ventilação - e de uma estética baseada em *perspectivas modernas*, em uma nova arquitetura (*art déco*) e na presença do verde na cidade, Neiva de Santana implementou várias das proposições do *anteprojeto de remodelação da cidade* de Saboya Ribeiro, principalmente aquelas relacionadas com o sistema viário da cidade, às quais acrescentou outras intervenções, geralmente em edifícios públicos municipais e estaduais.[63]

---

[62] Esse plano da cidade coincide com a implementação de vários projetos de remodelação urbana em andamento no país, nas décadas de 1930 e 1940, como a remodelação do bairro de Santo Antônio, no Recife (37/45), o plano de avenidas de Prestes Maia, em São Paulo (1938), e o plano de urbanização de Porto Alegre (1938).

[63] Dentre as obras realizadas por Neiva de Santana, podemos destacar a reforma das praças da Saudade, Antônio Lobo, Gonçalves

Dentre as obras viárias realizadas por Pedro Neiva, destaca-se o alargamento da Rua Oswaldo Cruz, com a demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, "a qual, por estar fora do alinhamento, foi necessário demolir" (RAMOS, 1940), o que colocou em perigo um outro templo de inegável valor histórico e artístico para a cidade, a pequena capela da Quinta das Laranjeiras, *o único morgadio instituído em São Luís, senão em todo o Maranhão*, segundo Antonio Lopes, que acrescenta que esse também possui *o mais belo portão colonial de São Luís* (LOPES, 1975). Assim, a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras são tombados pelo SPHAN,[64] como patrimônios históricos e artísticos nacionais em 1940, a partir de indicações e orientação dos intelectuais locais que, desde 1937, mantinham relações de colaboração com o órgão federal.

Dias, Benedito Leite e da Alegria; a criação do horto municipal; a construção do novo estádio municipal; a reforma do Hospital Geral e do Instituto Oswaldo Cruz; a construção de um novo Mercado Central (*art déco*); a construção do Palácio do Comércio (*art déco*); a remodelação do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa; a construção do prédio do Tribunal de Justiça (eclético); a construção da Maternidade e Hospital Infantil; a construção de três Grupos Escolares; a reforma de prédio para a instalação do Grupo Escolar *Luiz Serra*; a construção dos novos armazéns do Estado; a instalação do novo quartel do 24° Batalhão de Caçadores, no João Paulo; a construção da Praça Duque de Caxias, no João Paulo; a reforma do prédio da Prefeitura.

[64] Segundo Féres (2002, p. 18) "durante o regime autoritário do Estado Novo e calcado na retórica nacionalista, neste primeiro momento privilegiou-se a preservação do período colonial brasileiro, sendo a arquitetura barroca considerada a expressão máxima da cultura e identidade brasileiras. A atuação inicial do órgão restringiu-se ao tombamento dos centros históricos homogêneos, em cidades como Olinda, Recife, Ouro Preto e Salvador. Nos outros centros urbanos o órgão realizou tombamentos de bens públicos e bens pertencentes às instituições religiosas."

Fig. 33 – Praça João Lisboa, durante as reformas de 1939. Fonte: Arquivo pessoal.

O tombamento da Capela de São José da Quinta das Laranjeiras e do Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras (Figuras 34 e 35) levou em consideração, portanto, os valores intrínsecos a essas obras e, por sua localização, os planos urbanísticos que se propunham executar em São Luís naquela época, conhecidos e refutados pelos intelectuais ludovicenses. No entanto, o primeiro tombamento federal no Maranhão é de um sambaqui, um sítio arqueológico descoberto e estudado por Raimundo Lopes da Cunha, o Sambaqui do Pindahi, na localidade de Paço do Lumiar, vizinha a São Luís, ainda na Ilha. O sambaqui é tombado em 19 de janeiro de 1940, enquanto a capela e o portão são tombados em 16 de abril. Dessa forma, as idéias dos intelectuais que defendiam, desde 1917, a necessidade de preservar o passado construído serão ratificadas pelo governo federal em 1940, por meio do Ministério da Cultura.

Fig. 34 – Capela das Laranjeiras, restaurada pelo IPHAN. Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

Apesar dos artigos de proteção ao *aspecto típico* da fisionomia urbana de São Luís incluídos no Código de Posturas de 1936, ou mesmo dos tombamentos federais de 1940, Neiva de Santana promove a abertura da Avenida Magalhães de Almeida no início da década de 1940 (Figura 36) que, segundo o interventor Paulo Ramos em relatório ao presidente Getúlio Vargas referente ao exercício de 1940, seria "outro melhoramento de grande vulto e destinado a modificar por completo a feição colonial de São Luiz" (RAMOS, 1941).

De uma só vez, dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira e imóveis de estilo eclético foram desapropriados e demolidos, em uma obra que cortava todo o centro da cidade, praticamente ligando o rio Anil ao Bacanga e que, em 1941, "acha-se em fase de execução bem adiantada, emprestando, já,

Fig. 35 – Portão Harmoriado da Quinta das Laranjeiras. Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

ao centro urbano, o efeito sugestivo de sua moderna perspectiva" (RAMOS, 1942). Para tanto, fez-se também o alargamento e alinhamento da Rua Tarquínio Lopes.

Mesmo com a adesão de parte da iniciativa privada às mudanças promovidas pelo poder público, no auge do processo de transformação da estrutura urbana e arquitetônica tradicional, podemos identificar a existência de uma tensão entre os desejos e ações de modernização e as idéias de preservação divulgadas ou apoiadas pelos intelectuais locais. Essa tensão foi capaz de redirecionar o discurso e as ações dos poderes públicos locais e, já em 1941, constatamos um novo posicionamento de Paulo Ramos sobre o patrimônio construído de São Luís, expresso em seu relatório ao presidente Getúlio Vargas:

> Secundando o esforço do Governo no sentido de modernizar quanto possível a cidade de S. Luiz, sem, contudo, lhe tirar a feição colonial que lhe é tão própria e convém seja conservada, a iniciativa

Fig. 36 - Av. Magalhães de Almeida. Fonte: Jorge, 1950.

> particular, até há pouco quase inexistente, entrou a se fazer sentir, por meio da construção de magníficos prédios nas ruas e praças que vão sendo melhoradas pela Municipalidade (RAMOS, 1941).

Esse novo discurso do governo da cidade, no qual são incorpora os argumentos dos intelectuais locais e se leva em consideração as ações preservacionistas, parece não desestimular o entusiasmo dos gestores pela modernização da cidade, denunciado pelo parágrafo seguinte do mesmo relatório:

> São Luiz vai assim apresentando, de dia para dia, aspectos novos, que a tornam quase irreconhecível por todos quantos dela se tenham mantido afastados nestes últimos quatro anos (RAMOS, 1941).

Desse modo, seja com Otacílio Saboya, seja com Pedro Neiva à frente da prefeitura, prevalece a idéia de racionalização da cidade existente a partir de um modelo ideal, um plano. Pretendia-se impor à cidade antiga uma São Luís moderna, uma cidade sem cortiços ou ruínas, higiênica, com avenidas de *moderna perspectiva*

(RAMOS, 1940) em um centro urbano verticalizado, com arranha-céus, prédios públicos notáveis e espaços verdes em abundância. Nessa cidade moderna, as casas não teriam alcovas insalubres onde não penetra a luz do sol, todas as construções possuiriam banheiros com pisos impermeáveis e esgotamento sanitário e belos jardins. Suas fachadas seriam pintadas regularmente e seus beirais, quando ainda houvesse beirais, estariam limpos e sem vegetação.

Essa São Luís moderna teria um Centro Cívico (administrativo) onde os prédios públicos mais importantes refletiriam a autoridade do Estado, e seus moradores poderiam circular tranqüilamente em seus automóveis de casa, na zona residencial, para o cinema, na zona comercial, ou para a periferia – a cidade nova – que se estava consolidando nos bairros mais distantes, através de grandes e arborizadas avenidas. Foi em nome dessa imagem de cidade, inexistente em São Luís, que se realizou o esforço de transformação da estrutura urbana herdada do urbanismo lusitano.
A essa visão idealizada da cidade, os intelectuais locais irão contrapor a valorização da cidade antiga e a necessidade de manter suas características, sua identidade e autenticidade. Assim, ao mesmo tempo em que a cidade atravessa um período de mudanças significativas, esses intelectuais conseguem institucionalizar suas idéias a respeito da preservação do passado da cidade, com a instalação de uma Comissão, já prevista no Código de Posturas de 1936, mas que não havia saído do papel até então.

A cidade colonial: a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município

No ano de 1943, por iniciativa de um grupo de intelectuais locais inconformados com o descaso para

Fig. 37 - Av. Magalhães de Almeida e seus edifícios. Fonte: Arquivo pessoal, 2004.

com o patrimônio cultural, coordenados por Antônio Lopes da Cunha,[65] a Prefeitura Municipal instalou a

[65] Natural de Viana, MA, Antônio Lopes (1889 - 1950) formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade do Recife, em 1911. Exerceu intensa atividade jornalística em São Luís, chegando a fundar e presidir, em várias ocasiões, a Associação Maranhense de Imprensa. Começou a escrever na *Pacotilha* em 1914, sob o título *O Dia*, com o pseudônimo Ariel, depois passou a escrever as crônicas *Prosa Avulsa*. Foi redator-chefe numa das melhores fases da *Pacotilha*, onde trabalhou até 1925. Lopes fundou e dirigiu o *Diário do Norte*, até que esse jornal fosse vendido aos *Diários Associados*. Em São Luís, Antonio Lopes foi professor de Literatura no Liceu e da cátedra de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito do Maranhão. Fundou, em 1925, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e foi consultor do Diretório Regional de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presidente da Comissão de Folclore do Maranhão, foi membro da Academia Maranhense de Letras e da Sociedade Brasileira de Geografia. Sócio da Associação Brasileira de Imprensa, Antonio Lopes colaborou em revistas de São Paulo, do

Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional, criada no Código de Posturas do Município, de 1936, mas que não fora efetivamente instalada naquele momento.
Em um ambiente em que as idéias de preservação já estavam presentes desde os anos 1910, sentindo os efeitos da ação preservacionista institucionalizada em escala nacional, com os tombamentos do SPHAN em 1940, e dispondo de um mecanismo de gestão aprovado no Código de Posturas vigente, Neiva de Santana, finalmente, instala a Comissão prevista por Saboya Ribeiro, a qual trataria da proteção do patrimônio histórico e artístico local. Dessa forma, os intelectuais preocupados com as questões preservacionistas constroem um espaço institucional adequado para dialogar com os poderes constituídos e articular o apoio político para suas considerações.

Segundo Joaquim Vieira da Luz, em artigo escrito em 1945, a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município,

> [...] constituída de figuras marcantes do nosso meio cultural, como o Des. Leopoldino Lisboa, Drs. Antonio Lopes da Cunha, Almir de Aguiar Marques e Fernando Perdigão, instalou-se em sessão solene realizada no Palácio da Educação, na qual o Cel. Luso Tôrres, também membro da mesma, externou, em formosa e erudita peça oratória, algumas idéias sobre a importância dos objetivos da comissão e o passado da capital maranhense. Posteriormente integrou a comissão o Des. Henrique Costa Fernandes (VIEIRA DA LUZ, 1948).

Rio de Janeiro, de Teresina, Belém, Manaus e Recife.

Portanto, por meio do Decreto-Lei nº474, cria-se a *Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município*, primeira instância local com autonomia para tratar das questões da preservação, cujas atribuições seriam:

> [...] proceder ao reconhecimento e catalogação de todos os monumentos, edifícios, sítios e objetos que interessem ao patrimônio artístico e histórico da cidade e de propor ao Governo Municipal as medidas para a conservação desses tesouros (Decreto-Lei nº474, 15 mai. 1943).

O Decreto afirma a necessidade de produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural local, incluindo nessa categoria os edifícios, sítios e obras de arte, e imputando ao governo municipal a responsabilidade da sua preservação. Esse decreto amplia a atuação dos conservadores do patrimônio com relação ao que estabelecia o Código de Posturas de 1936, que os limitava ao exame das fachadas das novas construções pelos funcionários da secção de arquitetura da Diretoria de Serviços Municipais. Introduz, também, um termo que não estava presente naquela lei, a *conservação* do patrimônio.

Em fins de 1944, Antônio Lopes publica artigo em *O Imparcial* (7 de outubro), no qual comenta os problemas e ações preservacionistas na cidade. Com o título 'Nossa cidade', o artigo traz, de início, um comentário acerca da iniciativa de instalar a Comissão, fazendo notar que essa não faz parte do Poder Público, mas deve *cooperar* com esse poder na *conservação* do patrimônio cultural local, ou seja, que manteria certa autonomia com relação à estrutura governamental:

> Sem a menor sombra de dúvida a instituição de um órgão incumbido de cooperar com os poderes públicos para conservar o patrimônio artístico e tradicional de S. Luís veio demonstrar que o Maranhão não perdeu de todo a idéia do que a cidade de La Ravardière representa na história da civilização no Brasil (LOPES, 1944).

A composição da Comissão também deve ser considerada, na medida em que repercute em sua dinâmica. Não eram, como se poderia pensar, engenheiros ou arquitetos,[66] mas desembargadores (Leopoldino Lisboa, Henrique Costa Fernandes), jornalistas (Fernando Perdigão), políticos (Luso Torres), advogados (Antônio Lopes), todos atuantes na imprensa local e vinculados às principais instituições culturais do estado, como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, e nacionais.[67] Eram profissionais que atuavam em diversos campos e que já eram, naquele momento, reconhecidos como autoridades intelectuais da cidade. A Comissão de Patrimônio Artístico e Tradicional, portanto, tinha o peso político necessário para negociar suas posições com a administração municipal. Sobre sua atuação, Antonio Lopes informa:

> Problemas importantes para a *conservação* do patrimônio artístico de S. Luís já se acham em estudos naquela comissão, como sejam o do comércio de antiguidades, exercido sem ao

[66] Sabemos que na administração de Saboya Ribeiro havia, pelo menos, um arquiteto em atividade na prefeitura.

[67] Almir de Aguiar Marques era diretor do Diretório Regional de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e Antonio Lopes era membro da Sociedade Brasileira de Geografia, por exemplo.

> menos pagarem impostos os indivíduos que há uns 5 anos se vêm entregando metodicamente e com ótimos lucros à tarefa de *limpar* S. Luís de tudo quanto ainda cá existe de valor histórico e artístico - móveis, telas, porcelanas, cristais, obras de ouro e prata, etc. (LOPES, 1944).

Vale notar que a data mencionada por Antônio Lopes (*há uns 5 anos*), corresponde ao período em que se intensificaram as desapropriações e obras realizadas pela prefeitura municipal, em 1939, ano em que, por exemplo, foi demolida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Rua Oswaldo Cruz. O artigo informa ainda que a Comissão pretendia publicar um boletim ou revista trimestral e realizar um *plano de nomenclatura* das ruas:

> Teremos de elaborar um plano da nomenclatura das ruas de São Luís, Capital que tem nomes de não poucos indivíduos que não a conheceram nem foram úteis ao Maranhão, mas não possui rua ou praça que lembre os nomes de seus fundadores ou daqueles que a incorporaram à América Portuguesa (LOPES, 1944).

Alguns dos objetivos da Comissão demonstram sua preocupação com a cultura viva – os costumes, as festas, as danças – e principalmente com as manifestações da cultura popular, aproximando-se do programa de ações do movimento regionalista pernambucano:

> Até agora a atividade da comissão tem se limitado quase tão somente ao patrimônio artístico - estético da urbs, principalmente, - e histórico. Terá, porém, de penetrar a fundo no setor - tradição.

> Deve trabalhar pela restauração das festas tradicionais da cidade. Não é impossível ao Maranhão de agora dar vida nova à festa dos Remédios e fazer voltar do passado a festa de Santa Filomena. Podemos e devemos, os sanluizenses de hoje, realizar tais festas até com brilho mais intenso do que tiveram outrora. E porque não havemos de fazer um esforço nesse sentido? (LOPES, 1944).

No texto que Antonio Lopes pretendia publicar no boletim da Comissão, intitulado *As Inscrições Lapidares de S. Luís*, o pesquisador maranhense informa que:

> A Comissão de Patrimônio Artístico e Tradicional de São Luís elaborou um plano de legislação aplicável ao comércio de objetos de arte e antigüidades, estando os projetos em estudos no Gabinete do Interventor Federal e no do Prefeito Municipal da Capital.
>
> Ao atual Prefeito Municipal de São Luís devem-se leis sobre a conservação das casas de azulejo e mirante, bem como dos sobrados (LOPES, 1975).

Esse texto informa também que, àquela altura, os intelectuais locais já se haviam apropriado dos instrumentos do planejamento urbano moderno para atingir seus objetivos, propondo um zoneamento que, no entanto, parece não ter saído do papel.

Com a colaboração da Comissão de Patrimônio Artístico e Tradicional, já está feito o zoneamento da cidade para conservação dos bairros mais caracteristicamente coloniais. (LOPES, 1975).

Como conseqüência dos trabalhos da Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional, a Prefeitura, em Decreto datado de 1º de julho de 1943, proíbe a demolição ou reforma de casas que possuíssem mirantes ou fossem revestidas de azulejos, com o objetivo de conservar *o aspecto tradicional e, mesmo, peculiar da cidade*. A identidade de São Luís, como cidade colonial, estava baseada na preservação da arquitetura tradicional luso-brasileira que a caracteriza.

Tais demolições (ou reformas), entretanto, seriam permitidas

> [...] quando o exigir, de modo absolutamente indeclinável, a execução do plano de urbanização da cidade [...] ou mesmo para as casas que, por suas condições de higiene e salubridade, não satisfaçam as exigências do Regulamento de Saúde Pública e do Código de Posturas do Município (SÃO LUÍS. Decreto 476, de 01 de Julho de 1943).

o que demonstra a vinculação (subordinada) das idéias preservacionistas ao planejamento urbano (higienista) moderno e testemunha a perspectiva de continuidade na execução de um *plano de urbanização da cidade*.

De qualquer modo, esse decreto institui ou expressa o respeito pelas edificações antigas (com mirantes ou azulejos), generalizando para toda a sociedade os valores atribuídos por uma parcela da população a esses vestígios do passado da cidade.

A mudança de perspectiva dos gestores do Estado Novo no Maranhão, sinalizada pela criação da Comissão de Patrimônio Artístico e Tradicional, é comentada por

Joaquim Vieira da Luz em carta a José Luso Torres, em 1943:

> [...] tanto o interventor Paulo Ramos, como o prefeito Pedro Neiva de Santana, desejam, como marco luminoso da sua administração, concretizar em fatos indiscutíveis, por todos os meios, tudo o que diga respeito ao nosso patrimônio artístico cultural, assunto relegado pelas administrações passadas a lamentável descaso (VIEIRA DA LUZ, 1957, p. 136).

A Comissão é citada, em dezembro de 1946, por Antonio Lopes, em discurso comemorativo do vigésimo primeiro aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, fundado a 2 de dezembro de 1925. Dessa forma, a idéia de conservar a cidade colonial sobreviveu ao esforço oficial de construção da capital moderna.

Capital moderna ou cidade colonial?

Até meados da década de 1930, operava-se a *remodelação* dos edifícios e os *melhoramentos* da cidade; a partir de 1936 buscar-se-ia a *remodelação* da cidade. As idéias de modernização da cidade, sempre presentes desde fins do século XIX, voltariam a ganhar força com José Otacílio de Saboya Ribeiro e o urbanismo moderno carioca que, influenciado pela cultura urbanística européia, aportariam em São Luís em 1936 com a atribuição de construir a *Capital Moderna*.

Sintonizadas com os anseios de modernização da cidade, as administrações municipais do Estado Novo, basearam-se em uma idéia de desenvolvimento como expansão urbana e transformação das características da cidade herdada. A partir das fontes pesquisadas,

percebemos que, nos discursos oficiais (em relatórios e mensagens), destaca-se a vontade de transformação da cidade com a busca da racionalidade técnica e do planejamento. Entendia-se que, para mudar as condições de vida na cidade, era necessário mudar a cidade, a sua *feição colonial.*

No seio de um Estado autoritário, o discurso da *Capital Moderna* corresponde à função administrativa que caracterizaria a cidade na nova configuração econômica regional. Assim, mesmo no contexto de reformulação do papel econômico da cidade, no início dos anos 1940, a sua modernização seria justificada pela posição que mantinha como sede do poder estatal. Nesse período em que o poder de decisão e os recursos estão centralizados pelo Estado que se dispõe a executar intervenções urbanísticas importantes, o urbanismo perde o cunho científico de diagnóstico da realidade que apresentava no primeiro momento (1936), assim como o caráter regional e a dimensão totalizante das intervenções propostas por Saboya Ribeiro.

Na administração de Neiva de Santana, o urbanismo apresenta-se como um plano de obras, direcionadas, em sua maioria, para o centro urbano antigo, com a abertura de avenidas, o alargamento de ruas e a construção ou reforma de espaços públicos (praças) e equipamentos urbanos (Mercado, hospitais). Por outro lado, as transformações do espaço urbano propostas por qualquer plano urbanístico que se pretendesse moderno exigiriam, como foi feita, a renovação da legislação urbanística do município.

Se Otacílio de Saboya Ribeiro havia caracterizado a cidade a ser remodelada como a "remanescente única, talvez, das capitais brasileiras que conservaram o cunho

característico das cidades do século passado, com suas vias tortuosas, estreitas e íngremes e com seus velhos trapiches" (SABOYA RIBEIRO, 1937), o interventor Paulo Ramos iria afirmar, já em 1941, a superação de uma herança, em sua opinião, indesejável:

> Velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, foram alargadas ou transformadas em modernas avenidas [...] A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até bem pouco tempo (RAMOS, 1941).

Se o foco da análise passa dos relatórios oficiais para a legislação, percebe-se que nas leis há uma preocupação em citar, ou até definir, os contornos da ação preservacionista, criando um espaço institucional para a atuação dos intelectuais locais. Nesse sentido, é possível notar que os termos utilizados e os objetivos expressos nos decretos que regulamentavam a preservação do patrimônio cultural local, instituídos no período da administração de Neiva de Santana, refletem o pensamento dos intelectuais locais.

Às idéias de transformação do presente da cidade, estimuladas pelo poder público centralizador, foram contrapostas idéias de *conservação* do passado da cidade, e a *Cidade Colonial*, imagem construída a partir do reconhecimento do traçado urbanístico original e da valorização da arquitetura tradicional luso-brasileira remanescente (do século XIX), é um registro recorrente na fala dos intelectuais que trabalharam pela identificação e defesa do patrimônio histórico local.

Se a escala das remodelações passou dos edifícios para a cidade, também seria nesse patamar que se deveria colocar a questão da preservação, e os propositores da *conservação* do patrimônio histórico, em todos os textos que dialogam com as práticas governamentais, tendem a enfatizar o caráter urbano desse patrimônio (as casas com mirantes ou azulejos nas fachadas) que, quer por sua quantidade, quer por sua unidade, configurava uma *Cidade Colonial.*

Com a instalação e atuação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional, as iniciativas dos intelectuais maranhenses que, pelos mais variados meios, mas principalmente pela imprensa, utilizaram a idéia de *Cidade Colonial* para fundamentar suas posições na década de 1930, foram absorvidas pela instância política municipal, de modo a consolidar uma mentalidade preservacionista local e contribuir efetivamente para a conservação do acervo urbanístico e arquitetônico que hoje é reconhecido como um Patrimônio Cultural da Humanidade.

Referências Bibliográficas

FÉRES, L. R. A Evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES,

E.; RUGANI, J. M. **Cidade, memória e legislação:** a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB – MG, 2002.
LOPES, A. Nossa cidade. In: **O Imparcial,** São Luís, 07 out. 1944.

LOPES, A. **Dois estudos maranhenses**. São Luís: FUNC, 1975.

MESQUITA, R. R. **Plano de expansão da cidade de São Luís**. São Luís: [s.n.], 1958.

O NOVO GOVERNADOR da cidade. In: **O Imparcial**, São Luís, 08 jul. 1937.

RAMOS, P. **Relatório apresentado pelo Interventor Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, ao Presidente Sr. Dr. Getúlio Vargas**. São Luís: Imprensa Oficial, 1940 - 1942.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.

REZENDE, V. F. **Refazendo caminhos**: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. 2002. (mimeo). Rio de Janeiro.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612 – 1991. São Luís: Edições FUNC, 1999.

SABOYA RIBEIRO, J. O. **Mensagem apresentada pelo Prefeito Dr. José Otacílio Saboya Ribeiro,** no dia 28 de julho p. passado, quando da installação dos trabalhos da Câmara Municipal. São Luís: Imprensa Oficial, 09 de julho de 1937.

SANTOS, P. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SÃO LUÍS. **Decreto nº205, de 03 de Novembro de 1936**. Manda pôr em execução o novo Código de Posturas do Município e dá outras providencias.

SÃO LUÍS**. Decreto nº219, de 19 de Dezembro de 1936**. Faz a divisão do Município de S. Luiz, para efeito de classificação das diversas zonas.

SÃO LUÍS. **Decreto nº233, de 08 de Abril de 37.** Cria a Comissão do Plano da Cidade.
SÃO LUÍS. **Lei Nº329, de 03 de Junho de 1938.** Regula a concessão de isenções de Imposto Predial dos predios construidos, reconstruidos, etc.

SÃO LUÍS**. Decreto nº330, de 03 de Junho de 1938**. Estabelece o zoneamento da cidade de São Luíz, Capital do Estado do Maranhão.

SÃO LUÍS. **Decreto 474, de 15 de Maio de 1943**. Criou a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município.

SÃO LUÍS. **Decreto 476, de 01 de Julho de 1943**. Proibiu a demolição e reforma de casas de mirantes ou revestidas de azulejos.

VIEIRA DA LUZ, J. A Pedra da Memória. In: **Revista de Geografia e Históra.** São Luís, 1948.

VIEIRA DA LUZ, J. **Fran Paxeco e as figuras maranhenses**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal S.A. – Edições Dois Mundos. 1957.

Planos urbanísticos e cidade colonial: a preservação na história do urbanismo dos anos 30 do século XX

Virgínia Pontual

A gênese da modernização da cidade do Recife remonta ao século XIX, porém não se constituiu num processo em que sucessivamente foram elaboradas representações e realizadas intervenções modificadoras da fisionomia da cidade. Como bem mostrou Moreira (1994), a modernização do Recife teve origem quando do governo do Conde da Boa Vista (meados do século XIX). O segundo período modernizador ocorreu entre 1909 e 1913, com um extenso programa de planos e obras, consistindo no Plano de Saneamento do Recife, numa reforma completa do bairro do Recife, no reaparelhamento do porto e num incremento das ações higienistas, com a reorganização da Inspetoria de *Hygiene*. Posteriormente, entre 1922-1926, no governo Sérgio Loreto, presenciaram-se as obras de expansão urbana na periferia, com a urbanização do Derby, a construção da Avenida Boa Viagem e a reforma de vários largos e praças nos núcleos suburbanos. O quarto período de modernização foi o empreendido no Estado Novo, cujos governantes eram o Prefeito Novaes Filho e o Interventor Agamenon Magalhães. Teria sido esse o último período de modernização da cidade do Recife?

Essa indagação remete a outra: o que se entende por modernização? Não está adotado um conceito balizador da narrativa, mas a explicitação de dois entendimentos excludentes ou não: seria a modernização um processo cumulativo e complementar das práticas dos detentores do saber e do poder? Seria uma atualização e uma diferenciação dessas práticas, impulsionadas pela motivação e desejo pelo controle da cidade?

Nos anos 1920 a 1930, presenciou-se no Recife um ambiente de efervescência cultural favorável

ao modernismo. Os eventos ocorridos na cidade irradiavam-se por todo o Nordeste, dado que a mesma exercia posição de centro cultural da região. Dentre eles, tiveram maior destaque: a arquitetura de Luiz Nunes, a formação do grupo da *Revista do Norte*, o movimento Ciclo do Recife, o Movimento Regionalista de Gilberto Freyre e a diversificação do ensino superior (SOUZA BARROS, 1972).

Luiz Nunes[68] foi contratado pelo governo de Carlos de Lima Cavalcanti para trabalhar na criação de espaços arquitetônicos destinados às instituições governamentais, tendo realizado dezenas de projetos de arquitetura moderna, inclusive em colaboração com o engenheiro calculista e poeta Joaquim Cardozo. Mais tarde, Nunes trouxe para a Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU) outros arquitetos adeptos do movimento moderno, como Fernando Saturnino de Brito e João Correia Lima; e, em fins de 1936, passou a contar com Ayrton Carvalho e Antônio Bezerra Baltar como estagiários de engenharia.

A *Revista do Norte*, entre 1923 e 1926, foi dirigida por José Maria de Albuquerque Mello e reunia poetas como Benedito Monteiro, Ascenso Ferreira e Joaquim

[68] Nunes chefiou a Secção Técnica de Engenharia e Arquitetura (nov./1934), transformada depois em Diretoria de Arquitetura e Construções (DAU), em agosto de1935. Com a insurreição de 24 de novembro de 1935 em Pernambuco, a Diretoria foi fechada por suspeita de atividades subversivas, vindo a retomar às suas atividades de maneira ampliada em 1936, como Diretoria de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo do Estado. Com o Estado Novo, em 1937, o DAU foi praticamente extinto, e Luiz Nunes, com tuberculose em estágio avançado, morreu no mesmo ano. A descrição detalhada da obra de Nunes é encontrada em Vaz (1988).

Cardozo, o pintor Luís Jardim, o desenhista Manoel Bandeira, o escritor José Lins do Rêgo, dentre outros. A linha nacionalista e de renovação da revista propiciou a divulgação da poesia moderna e, ao enaltecer as tradições e os aspectos característicos da paisagem local, teve pontos de convergência com o Movimento Regionalista.

O movimento Ciclo do Recife, entre 1923 e 1933, produziu treze longas-metragens e vários documentários de boa aceitação junto ao público da região, tendo assim contribuído para a formação de um ambiente cultural propício ao modernismo.

O Movimento Regionalista teve em Gilberto Freyre a sua maior expressão intelectual. Estudos elaborados mostram traços controvertidos e complexos de sua obra e trajetória política.[69] Esses traços também estão presentes no Manifesto Regionalista,[70] no qual está sugerido que singularidade e universalidade, regional e nacional, moderno e tradicional nem sempre se excluem. Os valores ingênuos e simples a preservar e contemplar, como os culinários, mesclam-se nas palavras do manifesto com referências a homens cultos e cientistas, indicando ser a tradição ainda uma possibilidade de integração do corpo social do Nordeste, conservando,

[69] Ver em Bernardes (1996) a crítica ao regionalismo gilbertiano; interpretações de sua obra e trajetória política, ver em Cunha (1986) e Lima (1993); e uma análise do discurso freyriano com foco no mocambo e no regionalismo, ver em Lira (1996).

[70] O Manifesto Regionalista foi redigido por Gilberto Freyre e divulgado quando da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926. Esse manifesto representava o pensamento de um grupo de intelectuais que se reuniam para discutir os problemas sociopolíticos e culturais da região.

a despeito das ondas modernizadoras, a aura da cana-de-açúcar.

Nas décadas de 1920 e 1930, foram fundadas diversas escolas e faculdades de ensino superior, com destaque para a Universidade Popular de Pernambuco, fundada em 20 de junho de 1932, por iniciativa do Dr. Aníbal Bruno (Diretor Técnico de Educação do Estado), por ter se constituído na primeira instituição do gênero criada no Brasil destinada a fornecer gratuitamente educação secundária e superior de adultos (CAVALCANTI, 1995).

Nesse ambiente cultural, foram introduzidos os preceitos do modernismo na arquitetura e no urbanismo. Para disseminar esses preceitos, era veiculada na época a necessidade da formação de uma mentalidade urbanística, tendo a imprensa exercido o papel de principal meio de divulgação desses preceitos. Dentre os dispositivos técnicos, os planos urbanísticos elaborados por Domingos Ferreira, Nestor de Figueiredo, Atílio Corrêa Lima, Ulhôa Cintra e Comissão do Plano da Cidade, a seguir apresentados, foram os que conferiram maior visibilidade a esses preceitos. O lugar priorizado nesses planos foi o bairro de Santo Antônio, onde se localizava o comércio varejista e de luxo, as principais edificações religiosas e as organizações governamentais, enfim, o lugar com maior concentração dos elementos simbólicos citadinos. Os planos desses urbanistas eram divulgados e polemizados na imprensa, principalmente, pelos jornalistas Aníbal Fernandes,[71] Mário Melo[72]

[71] Aníbal Fernandes foi diretor-redator chefe do Diário de Pernambuco, escrevia com vários codinomes, como Rui Lara e Delara, e utilizava R, X, Z na sua coluna diária "Cousas da Cidade", que tinha grande destaque na época.

[72] O advogado e jornalista Mário Melo, uma das figuras mais

e José Campello,[73] cujas opiniões adquiriram grande popularidade.

O plano de Domingos Ferreira

O engenheiro Domingos Ferreira pertencia à Seção Técnica da Prefeitura do Recife. Seu plano previa aberturas de vias, desapropriações de prédios e terrenos e, ainda, isenções de taxas e pagamentos de licença para novas construções. Sua proposta inicial de 1926, posteriormente revisada e ajustada ao sistema de esgoto existente, resultou em outro projeto em 1931.

> Os dois planos de Domingos Ferreira não diferem em sua concepção geral. O que mudou de uma proposta para a outra foram às posições e larguras de algumas ruas a serem abertas. Ambos os projetos consistiam no desvio do tráfego canalizado pelo chamado 'corredor da cidade', formado pela Rua 10 de Março, Praça da Independência e ruas Sigismundo Gonçalves e Barão da Vitória (atual Rua Nova), através da

eminentes destes tempos, publicava suas opiniões nas colunas diárias de diversos jornais da cidade, cujo assunto principal era a cidade do Recife. No entanto, alguns temas lhe eram mais gratos, como o Plano de Expansão da Cidade, a Comissão do Plano da Cidade, a Reforma do Bairro de Santo Antônio e o Açude de Apipucos. A preferência por tais temáticas deveu-se à sua participação no processo de elaboração dos planos, como membro da primeira Comissão do Plano da Cidade, na qualidade de secretário (1931), representando o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, tendo, como tal, permanecido nas que se seguiram.

[73] O Jornalista José Campello era redator chefe da Folha da Manhã, pertencente ao círculo político mais próximo de Agamenon Magalhães. Escrevia uma coluna diária sobre a cidade, além de ter sido membro da Comissão do Plano da Cidade, desde sua criação, em 1931, até o ano de 1949, como representante da Associação de Imprensa de Pernambuco.

> abertura de uma larga avenida que ligaria as praças da Independência e Duarte Coelho (atual junção da Av. Guararapes com a Rua do Sol). A essa avenida seguir-se-ia uma nova ponte projetada sobre o Rio Capibaribe, ligando os bairros de Santo Antônio e da Boa Vista através da Rua Formosa (atual Av. Conde da Boa Vista). Além dessa avenida, a mais importante, propunha-se à abertura de outras, o alargamento de algumas ruas e a demolição de vielas e casario antigos (OUTTES, 1991, p. 45).

Durante a administração municipal do engenheiro Lauro Borba, foi por esse solicitado ao Clube de Engenharia um parecer sobre o plano elaborado pelo engenheiro Domingos Ferreira. A Comissão responsável pela elaboração do parecer[74] era composta pelos engenheiros Manoel Antônio de Moraes Rêgo, Eduardo Jorge Pereira e José Estelita, além de um representante oficial da Prefeitura. Esse fato, antecedendo a criação da Comissão do Plano da Cidade,[75] evidenciou três aspectos: i) o reconhecimento pelo poder municipal de uma categoria

[74] Diário da Manhã de 24/01/1931, p. 4 ; 25/01/1931, p.1 e de 27/01/1931, p. 3. O parecer foi concluído pela comissão de técnicos em 16 de dezembro de 1930 e aprovado pela direção do Clube de Engenharia em reunião realizada em 13 de janeiro de 1931.

[75] Anteriormente à institucionalização da Comissão do Plano da Cidade, em 1931, cabe registrar duas experiências: a Comissão de Saneamento da Cidade e a Comissão Especial para Execução da Nova Planta. Segundo Moreira (1994, p. 107), em setembro de 1909, quando Saturnino de Brito vem ao Recife inspecionar o local, é aproveitada a oportunidade para se criar a Comissão de Saneamento, órgão gerenciador dos trabalhos de construção de uma nova rede de esgotos da cidade. Quanto à Comissão da Nova Planta, foi a mesma organizada em 1916, na qual "os engenheiros civis tomam a frente: Miguel de Oliveira; depois Nestor Moreira Reis e João Holmes Sobrinho, o astrônomo" (LIRA, 1995, p. 5). Em 1918, essa planta é aprovada pelo Conselho Municipal.

profissional como detentora do saber urbanístico; ii) a prática de consulta e ausculta a especialistas sobre os problemas da cidade; iii) a adoção de um modelo de funcionamento de comissão consultiva que não marcava a separação entre sociedade civil e poder público.

Com a entrega do parecer[76] pelo Clube de Engenharia ao executivo municipal, instaurou-se o debate entre o engenheiro Domingos Ferreira e os signatários do referido documento. Em matéria divulgada em 25 de janeiro de 1931, o engenheiro Domingos Ferreira apresentou sua justificação de voto contrário ao parecer do Clube de Engenharia e a defesa ao seu plano do reforma do bairro de Santo Antônio. Nesse momento, era identificado pelos engenheiros, dentro e fora do poder municipal, o tráfego como sendo o problema magno da cidade, o que denota a preocupação com a busca do funcionamento eficiente da mesma.[77]

A planta da cidade era então o instrumento técnico indispensável à elaboração de planos urbanísticos, Por essa razão, Domingos Ferreira deteve-se na discussão das diferenças e alterações na planta da cidade.

---

[76] A Comissão do Clube de Engenharia apresenta um plano alternativo, mais modesto e com menor número de desapropriações, com apenas alguns alargamentos de ruas. Uma diferença a ser destacada entre os projetos de Domingos Ferreira e o da Comissão era a inexistência da avenida que ligaria as praças Duarte Coelho e da Independência. Por outro lado, a idéia de uma ponte que ligasse os bairros de Santo Antônio e da Boa Vista, já existente em projetos anteriores, era mantida (OUTTES, 1991, p. 65).

[77] Diário da Manhã de 25/01/1931, p. 1. - "A reforma do bairro de Santo Antônio deve atender ás exigências de progresso da cidade - uma justificação de voto apresentado no Clube de Engenharia de Pernambuco pelo autor do primitivo projeto de remodelação".

> A Commissão resolveu aconselhar a adopção da planta approvada pelo Conselho em 1918 e organizada pela Prefeitura sob a orientação do Dr. Moraes Rêgo. A nova planta apresenta-se com algumas modificações que em nada alteram o criterio que presidiu sua primeira confecção. Essa Planta faz parte de um plano geral de arruamentos, abrangendo os principais bairros. Não é bem um plano de remodelação da cidade, procurando attender suas provaveis necessidades futuras, segundo as modernas leis de urbanismo. É antes um simples conjunto de traçados de alargamentos e rectificações dos alinhamentos existentes *(*Diário da Manhã, 25/01/1931, p. 1).

Diante da constatação de que a planta apresentada pelo Clube de Engenharia pouco acrescentava à organizada em 1918, isto é, pouco modificava o traçado das ruas e do conjunto arquitetônico, concluiu Domingos Ferreira ser o plano da agremiação profissional desvalorizador do bairro. As suas palavras demonstravam, ainda, a associação entre progresso e beleza como uma imagem futura de transformação do existente.

> Comparem-se as duas praças, a da planta antiga e a da nova planta, uma monumental, como convem ao bairro, com seu aspecto imponente e o bello efeito das ruas que nella desembocam em sistema radial, a outra com a actual disposição rectangular, nella desembocando duas ruas, uma de 17 metros e outra de 8 metros e ter-se-á a desoladora certeza de que a esthetica urbana foi esquecida. Escolhido o melhor plano de remodelação, aquelle que tenha sido estudado para um largo futuro, julgando-se com optimismo o desenvolvimento da cidade, a própria Prefeitura poderá ir executando o projeto, com os minguados recursos que lhe

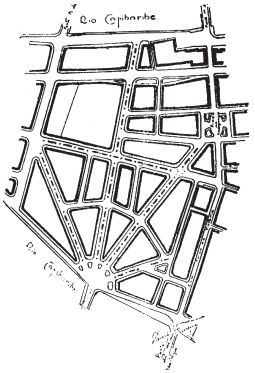


Fig. 38 - Plano de Domingues Ferreira de 1931. Fonte: Diário da Manhã de 25/01/1931

Fig. 39 - Plano de Nestor de Figueiredo de 1932. Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife.

> proporcionam suas debilitadas fontes de receita. A Commissão no louvavel empenho de offerecer á crítica um trabalho completo, detalhou os perfis transversaes das diversas ruas no trecho projectado. Nada mais plausível, uma vez que, a rua é também um elemento de decoração da cidade, influindo preponderantemente no seu caracter e embellezamento, pois, da harmonia decorativa das partes depende a esthetica do todo urbano (Diário da Manhã, 25/01/1931, p. 6).

A credibilidade ao plano devia-se ao fato de o seu autor ser um conhecedor da ciência urbanística e, portanto, estar fundamentado na racionalidade científica. Assim, estava presente no discurso de Domingos Ferreira a citação ao *Code de La Route*, admitido na França depois de 1922, o que confirmava a apropriação da sua proposta quanto às larguras das ruas e avenidas. Para Domingos Ferreira, a reforma do bairro de Santo Antônio

representava, além de uma mera solução do problema de tráfego, o progresso da cidade. A sua concepção sobre plano urbanístico fundava-se, principalmente, no gosto estético, lastreado no conhecimento da realidade por meio da planta da cidade e em teorias urbanísticas egressas da Europa.

O engenheiro José Estelita, um dos membros componentes da Comissão do Clube de Engenharia, contra-argumentou em dois sentidos: primeiro, a inexeqüibilidade das idéias, por não estarem adequadas à realidade financeira do erário municipal; segundo, a desqualificação teórica do seu colega profissional. Para esse engenheiro, quem tivesse conhecimento técnico possuía uma capacidade superior na condução de projetos urbanísticos, ou seja, a disputa pelo poder passava pela apropriação do saber. Iniciou o engenheiro José Estelita a defesa do parecer dessa comissão criticando as práticas anteriores dos governos municipais de realizar melhoramentos na cidade do Recife sem obedecer a planos.

> Eis porque me sinto agora satisfeito com o processo do novo Prefeito do Recife, procurando ouvir a associação de engenheiros, auscultando a opinião dos que se dedicam a esses estudos solicitando suggestões a quem realmente está no caso de poder fornecel-as *(*Diário da Manhã, 31/01/1931, p. 1).[78]

Em seqüência, defendeu a criação da Comissão do Plano da Cidade.

[78] "O projeto de remodelação do bairro de Santo Antônio - aceito pelo Club de Engenharia attende ás exigências de progresso da cidade".

> Mostrei as vantagens que poderiam advir se as remodelações do Recife e o seu traçado director fossem confiadas não a um estrangeiro, mas a uma commissão permanente de profissionaes habilitados com o poder autonomo, e da qual fizessem parte o engenheiro civil, o sanitarista, o architecto, o jurista e até o financista. O principal era que tal commissão não se transformasse de nenhum modo numa succursal da administração municipal [...]. Pensam assim os ignorantes na matéria, porquanto esta é a doutrina seguida pelos norte-americanos e allemães, para quem o urbanismo é a sciencia de estabelecer ligações entre as cousas, conforme definiu Raymond Unwin. A City Plan Commission é o orgão director em mais de 500 cidades de 44 Estados da Norte-America, segundo nos informa a revista City Planning que assigno *(*Diário da Manhã, 31/01/1931, p. 1).

O engenheiro José Estelita citou no seu parecer Anhaia Mello e o norte-americano John Nolen, para justificar a apologia de uma política financeira para a concretização dos planos de cidades, para distinguir as funções de legislar, administrar e projetar, e desqualificar tecnicamente Domingos Ferreira como autor de planos urbanísticos.

> É um erro entregar-se os planos de remodelação, os planos geraes, os planos de embellezamento de uma cidade a funccionarios municipaes que vivem occupados com detalhes de cousas diárias [...]. Esses funccionarios por mais habeis que sejam jamais terão tempo para grandes reflexões, para deliberações muito sérias, de alta responsabilidade, e que exijam uma larga visão de futuro. Hoje é uma cousa que não mais se discute

> nas cidades americanas e allemãs: projectar é uma função absolutamente distincta de legislar e administrar (Diário da Manhã, 31/01/1931, p. 1).

Ainda afirmou ter Domingos Ferreira improvisado o cálculo da contribuição excedente da vazão d'água e do número de veículos, com vista a justificar a necessidade do alargamento das vias e do canal de drenagem. A exigência de um plano urbanístico para o bairro de Santo Antônio e a cidade era, também, veiculada pelos jornalistas, a exemplo de Mário Melo.

> É a única das capitais de Estado brasileiro que ainda não tem plano de urbanismo e cresce como menina mal educada, cheia de vontades, a fazer o que bem entende! Abrem-se ruas, alargam-se ruas, fecham-se ruas - sim, também, há caso de ruas que se fecham - sem plano de expansão (Jornal do Comércio, 09/08/1941)

> Permitta-me entretanto, o sr. Prefeito sustentar a necessidade do plano da cidade [...] Se tivessemos um plano, amplamente debatido e estudado não seria posta abaixo a casa do patriota Gervasio Pires Ferreira, a unica historica daquella rua. (Jornal do Comércio, 06/03/1941).

A obstinação e a ansiedade pelo Plano da Cidade, expressas nas palavras de Mário Melo e transmitidas aos indivíduos da cidade, estavam presentes na mentalidade dos urbanistas como plano reformador, plano de expansão, plano geral. Esses sentimentos, registrados em diversas passagens de suas crônicas, significavam a tônica de um desejo, ambição por progresso e grandeza.

O plano de Nestor de Figueiredo

O arquiteto Nestor de Figueiredo, tomando

conhecimento da polêmica entre os engenheiros autores dos planos de reforma do bairro de Santo Antônio, deu a sua contribuição, apresentando um trabalho sobre o mesmo tema no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos (Diário da Manhã, 22/04/1931).[79] Posteriormente, foi o mesmo convidado pelo Prefeito Lauro Borba para vir ao Recife e projetar o crescimento da cidade (Diário da Manhã, 05/08/1931, p. 1).[80]

Em entrevista fornecida à imprensa, em 3 de setembro de 1931, esse arquiteto falou sobre as principais diretrizes do seu plano de remodelação para o bairro de Santo Antônio e das influências recebidas de urbanistas europeus e americanos (Diário da Manhã, 03/09/1931, p. 1).[81] O objetivo central era o progresso da cidade, decorrente da ordenação do seu crescimento construtivo. Não estabelecer uma certa composição na expansão arquitetônica da cidade resultava em prejuízos futuros imprevisíveis; poupar recursos financeiros no momento presente significava, na visão de Figueiredo, prejuízos econômicos de maior monta depois. O arquiteto ainda destacava em sua exposição, como paradigmas de atuação urbanística, o francês Haussman, o austríaco Sitte, além do alemão Stubben.

[79] "Pelo embellezamento do Recife", notícia sobre o anteprojeto de remodelação do Recife, de Nestor de Figueiredo, apresentado no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos.

[80] "A remodelação artística do Recife - acha-se entre nós, desde ontem, o notável arquiteto conterrâneo Dr. Nestor de Figueiredo, que vai colaborar no plano da reforma da cidade", nessa matéria é anunciada a criação da Comissão do Plano da Cidade.

[81] "Pelo embellezamento e progresso do Recife - conferencia do architecto Nestor de Figueiredo, hontem, na Radio Club de Pernambuco."

> [...] Já em 1919 a França elaborava a Lei de 14 de Março que determinava pela primeira vez medidas de carater geral de urbanismo, proclamando que todas as cidades de população superior a 10.000 habitantes estavam na obrigação de organizar planos sistematicos de desenvolvimento [...] Era que os seus homens de Estado tinham verificado os graves defeitos resultantes do desenvolvimento desordenado das cidades crescidas ao acaso e o exemplo de Haussman em Paris já evidenciara, atravéz de varias dezenas de anos os otimos resultados do plano de urbanização. Simultaneamente a lei francesa outras leis surgiram pelo continente europeu, determinando medidas defensoras do interesse publico pelo estabelecimento de planos previos das cidades. As leis que os genios de Camillo Sitte e Stubben preconizavam com a mais serena logica entravam na faze vitorioza da execução. O que tem sido feito ultimamente nas cidades européas e norte-americanas constituem exemplo que todos os povos civilizados estão na obrigação de seguir (Diário da Manhã, 03/09/1931, p. 1).

As palavras de Nestor de Figueiredo, ao propalarem a ordenação espacial dos homens, afirmavam a perspectiva, dominante na época, de racionalização pela ciência e pela técnica. Assim sendo, o plano de reformas significava a possibilidade de um futuro ordenado e promissor.

> O Plano de uma cidade não é medida de execução imediata. Ele tem uma função de precaver o futuro, determinando medidas disciplinares atravez das quaes a cidade seguiria o seu ritmo natural. Em nosso caso especial, quem observa a cidade do Recife, verifica o enorme prejuizo

> causado á coletividade em virtude do seu crescimento desordenado, quer sob o ponto de vista economico de séria influência material, quer sob o ponto de vista estetico, de lamentavel reflexo moral sobre a cultura do nosso povo Diário da Manhã, 03/09/1931, p. 1).

O plano, ao prever o futuro, criava a idealização própria ao contexto do pós-guerra, pois se referenciava em dispositivos racionalizadores, cujos efeitos seriam o controle do caos e o apaziguamento dos conflitos citadinos. A racionalidade técnica imanente ao plano representava não só a ordenação espacial como também a beleza prefigurada para a cidade. Os sentidos de harmonia e beleza tornaram-se indissociáveis enquanto possibilidade e desejo de uma cidade do amanhã.

> No entanto, estabelecido o plano geral de remodelação, este centro será transformado numa das mais belas recepções da cidade, que dificilmente encontraremos outras semelhantes. Dessa praça nobre deverão partir as grandes avenidas de comunicação com as zonas condensadas da população, onde estarão localizados. os seus edifícios principais e erguidos os monumentos glorificadores dos nossos maiores (Diário da Manhã, 03/09/1931, p. 5).

Quando da visita de Nestor de Figueiredo, foi criada pelo Prefeito Lauro Borba a Comissão Consultiva do Plano da Cidade, em 11 de agosto de 1931, tendo por atribuições preparar pareceres, cujos subsídios auxiliariam Figueiredo na elaboração do plano. A comissão era composta por representações de instituições governamentais e de organizações profissionais e corporativas, ou seja, por intelectuais, a maioria dos quais engenheiros.

Nestor de Figueiredo apresentou o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade do Recife à Comissão em 4 de fevereiro de 1932 (Diário da Manhã, 05/02/1931, p. 1),[82] constando de zoneamento e sistema viário. O zoneamento funcional foi assim definido: - zona comercial, compreendendo os bairros de Recife (comércio em grosso e negócios bancários), Santo Antônio e Boa Vista (comércio luxo), e São José (comércio menos luxuoso); – zona residencial, subdividida em principal, dos bairros-jardins e rural e – zona industrial. Outros elementos merecem ser salientados, como os índices urbanísticos, o sistema de parques e jardins e a ampliação da área portuária. Para este último elemento, foi adotado o Plano de Expansão elaborado pelo engenheiro Moraes Rego (1924), sem utilizar a bacia de Santo Amaro como ancoradouro. A estrutura viária era radial-perimetral, conforme tinha sido sugerido pela subcomissão do traçado de um plano geral de melhoramentos da cidade. Essa estrutura seria composta por duas radiais e três perimetrais. As radiais partiriam simetricamente da Praça da Independência, uma ligando o centro à zona oeste e a outra ligando o centro aos bairros da zona sul da cidade, enquanto as três perimetrais fariam as seguintes integrações: uma articularia a estação ferroviária central com a parte sul do porto; outra ligaria Olinda e Boa Viagem, e a terceira, partindo do Largo da Paz, atingiria Casa Amarela.

Posteriormente, alguns membros da Comissão do Plano da Cidade emitiram críticas àquele desenho preliminar, tendo sido mais contundentes as dos engenheiros

[82] "O plano de remodelação do Recife - o urbanista Nestor de Figueiredo apresentou, na reunião de hontem, da Commissão do Plano da Cidade, o esboço da parte referente ao bairro de Santo Antônio."

Domingos Ferreira[83] e José Estelita.[84] A crítica deste último ao plano do arquiteto Nestor de Figueiredo centrou-se no partido construtivo escolhido para as quadras e os pátios internos, fechados por blocos de edifícios.

> Este systema é antiquíssimo e tem inconvenientes graves como nos revelam os maiores tratadistas europeus que, nos bairros novos, o condemnam fortemente. A obra mais moderna e mais completa sobre urbanismo publicada na França, da autoria de Augustin Rey, membro do Conselho Superior de Habitação, prohibe terminantemente o emprego desses pateos nos quarteirões modernos (Diário da Manhã, 17/02/1932, p. 1).[85]

O plano de Nestor de Figueiredo, embora referendado pela Comissão do Plano da Cidade e aprovado por

[83] Diário da Manhã de 17/02/1932, p. 1 - "O aspecto economico da remodelação do bairro de Santo Antônio - voto do Dr. Domingos Ferreira, engenheiro da prefeitura do Recife, apresentado na reunião de hontem da Commissão do Plano da Cidade, sobre o projeto de remodelação da futura city, do architecto Nestor de Figueiredo, critica as propostas por conterem uma flagrante despreocupação, aos direitos da propriedade privada e as possibilidades financeiras da Prefeitura".

[84] A contribuição do engenheiro José Estelita para a formação do pensamento urbanístico no Recife é, sem dúvida, um estudo a ser realizado. A sua participação como atuante associado do Clube de Engenharia, membro da Comissão do Plano da Cidade, ocupante de cargos do poder público, professor universitário, além de produtor freqüente de artigos sobre urbanismo publicados em revistas técnicas e periódicos lhe confere mérito.

[85] "A momentosa e debatida questão do bairro de Santo Antônio - voto apresentado hontem pelo engenheiro José Estelita, Director de Obras Publicas Municipaes do Recife, impugnando o esboço do bairro de Santo Antônio, de autoria do architecto Nestor de Figueiredo."

decreto municipal, foi, no ano de 1935, revogado, e a comissão, dissolvida, como modo de aplacar as querelas entre os detentores do saber urbanístico.

O plano de Atílio Corrêa Lima

Nesse mesmo ano, o urbanista Atílio Corrêa Lima foi convidado pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti para dar parecer sobre o plano de autoria de Nestor de Figueiredo. Três pontos foram marcantes em suas palavras: i) a necessidade da visão de conjunto da cidade; ii) a ausência do levantamento de informações como um pré-requisito para a elaboração de um plano; iii) a falta da diretriz do plano, qual seja, a que antecipava o crescimento e a ordenação do espaço edificado da cidade.[86]

O plano regulador, à medida que fazia a correspondência do todo com as partes, referendava a perspectiva da racionalidade presente na ciência urbanística. E o conhecimento da realidade por meio da pesquisa foi introduzido como elemento-suporte do plano.

> O anteprojeto de um plano de cidade, deverá apresentar em definitivo, todas as observações locaes, quer se relacionem com os elementos estáticos de caráter physico, geographico, planimetrico, etc., quer com os dynamicos, da economia, trafego, estatistica, etc., formando o conjunto informativo, que por influencia

[86] Diário da Manhã de 20/03/1935, p. 3. "O plano de remodelação da cidade do Recife: o parecer do engenheiro architecto e urbanista Attílio Corrêa Lima sobre o ante-projeto de autoria do engenheiro architecto Nestor de Figueiredo." O parecer foi transcrito pelo Diário da Manhã na seguinte seqüência de dias 12, 14, 17 e 20 de março de 1935.

> americana é hoje universalmente designado por 'survey'. De posse desses elementos é possível esboçar um plano, pois um bom 'survey', bem feito constitue grande parte do problema resolvido, porque as soluções se impõem por si mesmas. Em urbanismo como em mathematica o dificil não é resolver a equação, mas sim armal-a (Diário da Manhã, 12/03/1935, p. 3).

Atílio Corrêa Lima apresentou o Plano para o Bairro de Santo Antônio e o Plano de Expansão da Cidade. Dentre as propostas para o bairro de Santo Antônio, cabe destacar a do sistema viário na Praça da Independência, por diferir daquelas apresentadas nos planos anteriores. O sistema viário proposto desviava o tráfego da Praça da Independência, substituindo a grande avenida de ligação entre essa praça e a Praça Duarte Coelho, prevista nos planos de Domingos Ferreira e Nestor de Figueiredo. Também preservava o traçado retangular desigual, remanescente de Pieter Post, na Praça da Independência e ruas adjacentes.

O Plano de Expansão da Cidade (agosto de 1936) chegou apenas a ser apresentado como anteprojeto, compreendendo o zoneamento e o sistema viário. O modelo desse sistema era radial-perimetral, visando romper com a centralidade da forma exclusivamente radial de então, na qual se destacavam uma grande radial que partia da praça Duarte Coelho, passando pela ponte projetada sobre o Capibaribe, o alargamento da Rua Conde da Boa Vista e a transformação de uma das perimetrais na avenida-parque às margens do canal, ligando o bairro dos Coelhos aos de Santo Amaro, Derby e Espinheiro. Outros elementos foram, ainda, tratados: para a expansão do porto, adotou o projeto Teixeira de Mello, referendando a ampliação pela bacia

externa da ilha do Recife, para a ilha Joana Bezerra, propôs um parque; e a estação ferroviária de passageiros ficou localizada em Cinco Pontas.

Diante das divergências entre os planos de Figueiredo e de Corrêa Lima, foi nomeada uma Comissão do Plano da Cidade pelo Prefeito Novaes Filho, em 1937, no sentido de realizar uma revisão técnica das duas idéias e a indicação de procedimentos para a continuidade dos trabalhos, com o aproveitamento máximo do realizado. O relatório por ela produzido desaprovou o plano de Corrêa Lima e apresentou um Plano de Remodelação, a partir do qual a Prefeitura iniciou a execução das obras da Avenida 10 de Novembro e da Praça da Independência.[87]

Aprovado o Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio, restava fazer o Plano de Expansão para o Recife, dado que o de Atílio Corrêa Lima havia sido sustado antes mesmo de sua conclusão. Com tal objetivo, seguiram-se as iniciativas dos urbanistas.

As sugestões de Ulhôa Cintra

Reorganizada a Comissão do Plano da Cidade em 1942, foi sugerida, pela unanimidade de seus membros ao Prefeito, a formulação de convite ao urbanista João Florense de Ulhôa Cintra (Diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo), para que o mesmo viesse elaborar o plano

[87] Folha da Manhã de 23/04/1938, p. 8. - "O plano de reforma do bairro de Santo Antônio: a entrega do relatório, hoje, no theatro Santa Izabel." Folha da Manhã de 24/04/1938, pp. 1, 3 e 8. –"Entregue á municipalidade o plano definitivo de reforma do bairro de Santo Antônio: a solenidade de hontem, no theatro Santa Izabel – os discursos do Interventor Federal, Prefeito da Capital e Jornalista José Campello."

da cidade, juntamente com a comissão. Em junho, Ulhôa Cintra apresentou as *Sugestões para Orientação do Estudo de um Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife*[88] e, em 15 de julho de 1943, foram as mesmas aprovadas por unanimidade pela Comissão. Embora as contribuições de Cintra pudessem ser consideradas como anotações e condensação dos planos de Figueiredo e de Corrêa Lima, foi inegável a sua aceitação. Assim sendo, após a sua aprovação, as questões levadas para a Comissão opinar tinham sempre como referência a compatibilização com as indicações de Cintra.

As sugestões compreendiam os seguintes aspectos: a remodelação do centro, a remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José, a estrutura viária, o porto e sua futura expansão, a localização da nova estação central e o transporte ferroviário. Em oposição à solução centralista proposta nos outros planos e evitando a Praça da Independência como foco de atração e distribuição da circulação do núcleo central, Cintra propôs um perímetro de irradiação. Esse perímetro partiria do aterro a ser realizado na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe na bacia de Santo Amaro, por meio de duas pontes, uma na direção da Praça da República, ao norte do bairro de Santo Antônio, e a outra, no sentido da Praça Tiradentes, no bairro do Recife.

A implantação desse perímetro exigiria a abertura e o alargamento de ruas nos bairros de Santo Antônio e Recife, principalmente a construção da Avenida Coronel Suassuna (atual Dantas Barreto). Ulhôa Cintra assim justificou sua proposta:

[88] Segundo a ata da 11ª reunião da comissão realizada em 22 de junho de 1943.

Fig. 40 - Plano de Atílio Corrêa Lima de 1936.
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife.

> Se constituirá na grande cirurgia inevitável e máxima, aconselhável para os bairros de Santo Antônio e São José [...] Isso permite indicar para as partes restantes tratamento cirúrgico muito mais discreto, simples cirurgia plástica, por assim dizer, que se limite a curar as feridas e as chagas causadas pelo tempo, respeitando-lhes a feição própria tão característica e tão comovedoramente tradicional (ULHÔA CINTRA, 1943, p. 269).

A concepção de plano de remodelação em Cintra passava pela coexistência do novo com o antigo. No seu relatório, está transcrito um trecho do urbanista inglês Barry Parker para o caso do plano da cidade do

Porto, no qual está apontada a possibilidade de outro caminho, diverso daquele que propagava a necessidade de arrasamento do antigo para a construção do novo.

O esboço elaborado para o Recife era semelhante ao utilizado na cidade de São Paulo, fundado no esquema teórico de viação proposto para essa cidade em 1924, ou seja, a racionalidade técnica não continha especificidade, era apropriada a Paris, São Paulo ou Recife.

> A parte fundamental de qualquer esquema de viação é naturalmente a que deve abranger o núcleo central da cidade, imã de atração para todos os efeitos de administração, de cultura, de negócios, diversões, etc... É o que nos indica o esquema teórico de viação de São Paulo. Comparando com os esquemas de Moscou, Berlim e Paris, tirados dos notáveis trabalhos de Hénard, ressalta imediatamente o enorme partido que podemos tirar das nossas condições atuais. (ULHÔA CINTRA, 1943, p. 266)

Além do perímetro de irradiação, propôs um esquema complementar à estrutura viária da cidade, composto de cinco radiais (duas avenidas-parques) e três perimetrais, denominadas de Primeira Ordem, de Segunda Ordem e de Cintura.

Quanto ao porto e à futura expansão, ateve-se ao projeto do engenheiro Moraes Rêgo, excluindo o avanço previsto pela bacia de Santo Amaro. Localizou a nova estação central de passageiros em Cinco Pontas e sugeriu como solução para o transporte ferroviário uma linha férrea auxiliar que, partindo da Estação de Areias (sudeste), cortando o rio Capibaribe entre Monteiro e Apipucos e utilizando-se da ponte ao norte, entrava

no porto. Ao longo dessa linha ferroviária, indicou o estabelecimento de núcleos industriais secundários e de pequenas estações de passageiros, além de prever uma zona industrial ao norte – entre Peixinhos e o porto, equilibrando-se com a zona industrial ao sul – entre Afogados e Areias.

Esse plano, apesar de ter-se constituído de simples sugestões, manteve-se como referência para a realização de intervenções na cidade até a aprovação do Código de Obras, em 1961.

A Comissão do Plano da Cidade

A institucionalização da Comissão do Plano da Cidade data do início dos anos 1930, mais precisamente, ela foi criada pelo Prefeito Lauro Borba em 11 de agosto de 1931, como Comissão Consultiva do Plano da Cidade, constituindo-se numa transferência do urbanismo americano. As atribuições dessa primeira Comissão foram de duas ordens: preparar pareceres que fornecessem subsídios ao arquiteto Nestor de Figueiredo, contratado pela municipalidade para

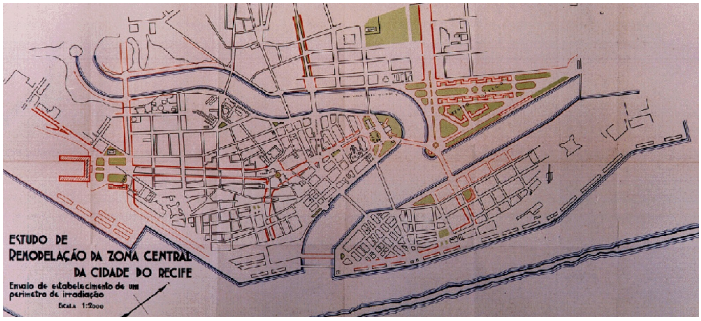


Fig. 41 - Plano de Ulhôa Cintra de 1943 – Perímetro de Irradiação. Fonte: Revista Arquivos, nº 1 a 11, dez. 1943.

elaborar o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade, e fiscalizar as administrações municipais na execução do plano. A composição apresentada por essa Comissão tinha como presidente o Prefeito, e os membros indicados foram: José Cândido de Moraes, Brandão Cavalcanti, Moraes Rêgo, Mário Melo, José Estelita, Nestor Moreira Reis, Paulo Guedes Pereira, Artur Siqueira, José Campello, Romeu Figueiredo, José Oscar, Eduardo de Moraes, J. Caminha Franco, Paulo Câmara, Jansen de Mello, Romulo Cahú e Heitor Maia Filho. Esses urbanistas eram, em sua maioria, engenheiros que representavam instituições governamentais e organizações profissionais,[89] tais como: Prefeitura, Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, Clube de Engenharia, Sindicato dos Engenheiros e Associação da Imprensa de Pernambuco.

O funcionamento da Comissão do Plano da Cidade não foi contínuo; na sua história, foram verificadas várias interrupções por motivos nem sempre identificados. A primeira comissão foi dissolvida em 1935, provavelmente, em conseqüência das querelas entre seus membros, voltando a ser institucionalizada por Novaes Filho, segundo o Ato nº 17 de 16 de dezembro de 1937, com a principal e premente atribuição de apresentar o Plano de Reforma para o Bairro de Santo Antônio,[90]

[89] Diário da Manhã de 12/08/1931, p. 3. A comissão tinha como secretário geral Mário Melo, tendo sido dividida em 7 subcomissões: a do traçado de um plano geral de melhoramentos da cidade; a de unificação das leis e regulamentos das diversas repartições referentes à construção; a de estudos relativos aos terrenos de Marinha, em face dos interesses da cidade; a de loteamentos e estudo econômico dos terrenos; a de história, tradição e monumentos da cidade; a de rede de esgotos pluviais e a de confecção de um regimento interno para a comissão.

[90] Diário dos Municípios de 17/12/1937. A Comissão nomeada

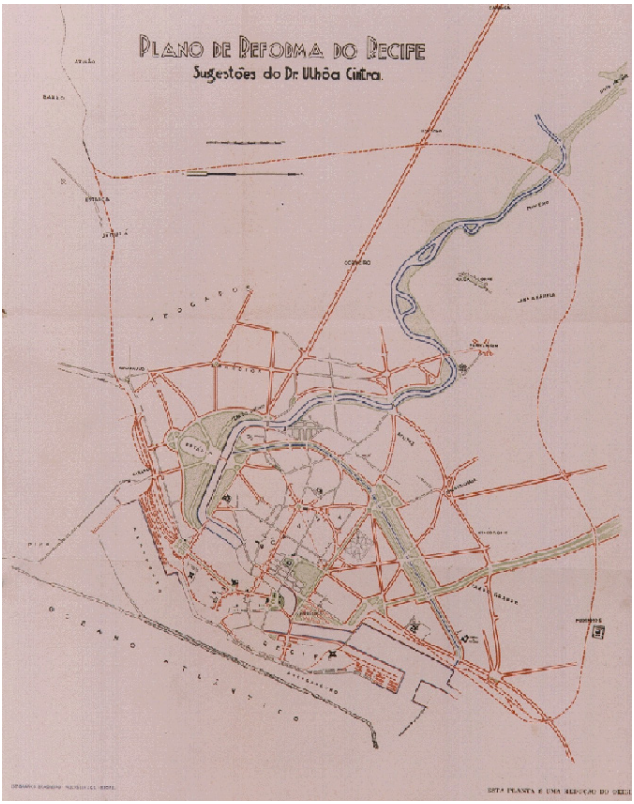


Fig. 42 - Plano de Ulhôa Cintra de 1943. Fonte: Revista Arquivos, nº 1 a 11, dez. 1943.

tinha as seguintes atribuições: i) a apreciação técnica dos serviços executados e em andamento no bairro de Santo Antônio; ii) o exame da exeqüibilidade do plano adotado em face dos recursos de que a municipalidade podia dispor; iii) a indicação de normas para o prosseguimento do bairro de Santo Antônio, com o máximo aproveitamento do que estava realizado e sem prejuízo dos projetos de edificações já estudados. Os membros dessa comissão já tinham participado da comissão anterior. Foram eles: eng.º Domingos

diante das divergências entre os planos de Figueiredo e de Corrêa Lima.

O relatório apresentado pela Comissão desaprovou o plano de Corrêa Lima e apresentou um Plano de Remodelação a partir do qual a Prefeitura iniciou a desapropriação e demolição do tecido urbano para a abertura da Avenida 10 de Novembro.

A entrega desse relatório à municipalidade foi marcada por solenidade no principal teatro da cidade – o Santa Isabel –, com a presença das altas autoridades civis e militares, corpo consular e representantes dos jornais da capital. O discurso do jornalista José Campello, nessa solenidade, como secretário da comissão, dava sentido à cidade moderna de então e expressava o conteúdo racionalizador e disciplinar da ciência urbanística.

> Urbanizar é hygienizar, facilitar, disciplinar, embellezar, dar, emfim, ao homem, os elementos de uma vida que o afaste, cada vez mais das formas iniciaes dos estagios inferiores da communidade humana [...] A urbanização abrange as grandes avenidas e as pequenas ruas, os grandes predios e os pequenos edificios, as habitações sumtuosas e as habitações modestas [...] (Diário dos Municípios, 17/12/1937).

Cabe observar a presença marcante dos engenheiros ao lado dos arquitetos como aqueles intelectuais detentores do saber urbanístico; porém, anota-se, ainda, a presença de jornalistas que, junto aos outros, discutiam e decidiam sobre a melhor alternativa para o progresso urbanístico da cidade dos anos 1930.

Ferreira, jornalista José Campelo, eng.º José Estelita, eng.º Tolentino de Carvalho e o eng.º Paulo Guedes.

> A entrega à municipalidade do plano definitivo de reforma do bairro de Santo Antonio, não poderia deixar de causar á população a alegria e o enthusiasmo [...] Essa alegria e esse entusiasmo são de todo recifense que ama a sua cidade, desejando vel-a transformada numa metropole elegante, moderna e bonita como lhe permittem as suas caracteristicas naturaes [...] Não será exaggero dizer-se que o progresso material do Recife depende da reforma do bairro de Santo Antonio [...] (Diário de Pernambuco, 25/04/1938).
>
> Fez reviver a idéia de Domingos Ferreira, aproveitada por Nestor de Figueiredo, duma avenida na parte podre do bairro de Santo Antônio [...] (Jornal Pequeno de 1/06/1938).[91]

Atendido o motivo da sua criação, essa Comissão deixou de funcionar, sendo recriada pelo Decreto nº 102, de 3 de outubro de 1938 (Diário do Estado de 4/10/1938) e logo suspensa, e reencetados os seus trabalhos com o Decreto nº 317 de 2 de junho de 1942 (Revista Arquivos, 1942). Por esse decreto, a Comissão do Plano da Cidade passa a ter caráter de órgão coordenador, incumbida de prosseguir nos estudos já iniciados e de organizar em definitivo o Plano Regulador de Expansão do Recife. Essa Comissão, presidida pelo Prefeito, foi constituída em sua quase totalidade por engenheiros, embora fosse dado destaque, também, à participação de jornalistas, os quais representavam os seguintes órgãos e entidades: Diretoria de Obras Municipais (engenheiro José Hermógenes Tolentino de Carvalho); Secretaria de Viação e Obras Públicas (engenheiro Paulo Guedes Pereira); Sindicato dos Engenheiros (engenheiro José

[91] A avenida em questão é a 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes.

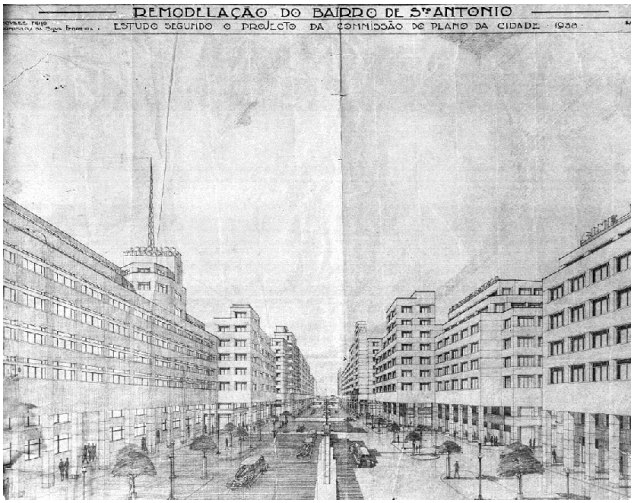


Fig. 43 - Plano da Comissão do Plano da Cidade de 1938. Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual.

Estelita); do Clube de Engenharia (engenheiro Lauro Borba); Fiscalização do Porto do Recife (engenheiro Décio Fonsêca); Departamento de Saúde Pública (Joaquim da Costa Carvalho); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (jornalista Mário Melo); Associação da Imprensa (jornalista José Campello); Estado Maior da 7ª R.M. (Major Frederico Carneiro Monteiro); Departamento Nacional do Saneamento (engenheiro Sidney Herskorst); Escola de Belas Artes de Pernambuco (engenheiro Heitor Maia Filho); Procuradoria dos Feitos da Fazenda (advogado Romulo Cahú) e Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura (jornalista Souza Barros).

Após 1942, a Comissão[92] tratou de muitos assuntos ligados à cidade: o Plano de Expansão – aprovação

[92] Conforme a análise do livro de atas do período de 17 de junho de 1942 a 14 de setembro de 1945.

e implantação; projetos de engenharia de pontes, canais, praças e galerias; demolições de prédios para a abertura de vias; definição de gabaritos e aprovação ou indeferimento de pedidos de diversas naturezas, ou seja, eram levados para a comissão os casos polêmicos que a Diretoria de Obras da municipalidade não tinha respaldo para decidir. A partir dessa data, a Comissão permaneceu exercendo suas atribuições até 1952, tendo sido substituída pela Comissão de Estudos e Planejamento do Recife, porém, com outras atribuições e outra composição.[93]

Muitos urbanistas permaneceram participando da composição das várias comissões e vários escreviam sobre diversos assuntos ligados à urbanização e à expansão construtiva da cidade em revistas técnicas especializadas, a exemplo de José Estelita e Antônio Baltar, e, na imprensa local, como os jornalistas Mário Melo e José Campello. Ao incorporar urbanistas fora dos quadros técnicos da municipalidade, de vários campos do conhecimento e com distintos modos de atuação profissional, a comissão adquiriu uma conotação para além do prescrito nos decretos, tornou-se um modo de legitimar os planos e os atos dos urbanistas e dos governantes.

Intervenções modernizadoras do governo de Novaes Filho

O governo de Novaes Filho iniciou-se a 3 de dezembro

[93] Segundo o terceiro livro de atas, estão registradas reuniões até o ano de 1952; em 1953, a comissão foi substituída, em decorrência da reforma organizacional da Prefeitura, conforme Lei nº 2.198 de 19 de maio de 1953.

de 1937 e terminou a 29 de outubro de 1945, ou seja, ele permaneceu como Prefeito do Recife durante todo o período do Estado Novo. Na primeira entrevista concedida à imprensa logo após a sua nomeação pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães, Novaes Filho propagou como pauta de seu governo o equilíbrio das finanças, com a elevação da arrecadação dos impostos municipais; a probidade na aplicação dos recursos públicos; a elaboração do plano de remodelação da cidade; a extirpação dos mocambos; a melhoria do abastecimento de gêneros alimentícios, principalmente da carne verde e do peixe; a organização do tráfego da cidade; a melhoria dos meios de comunicação, particularmente do serviço de ônibus; a execução das obras de drenagem dos canais, de acordo com o projeto de Saturnino de Brito e o incentivo à construção de edificações em altura, notadamente, no bairro de Santo Antônio.

Excluindo-se os atos relativos às finanças municipais e à administração dos recursos públicos, os demais tratavam da relação dos governados com a cidade, na perspectiva da eficiência e do controle. A eficiência da cidade era um desejo dos governantes de então, afirmado nas palavras de Novaes Filho:

> Estou de consciência tranquilla pela certeza de que venho envidando todos os esforços em prol dos supremos interesses da cidade do Recife. Em menos de dois annos de administração, o governo municipal pode apresentar, sem vaidades e sem exhibicionismo, um eschema de realizações que conforta e tranquiliza. Posso recordal-o, isento de ostentação e vangloria, porque o trabalho que vimos realizando foge, rigorosamente, aos quadros do esforço pessoal: é fruto do regimen de trabalho e acção administrativa que o Estado

> Novo, em boa hora, veiu inaugurar para a salvação do paiz (Folha da Manhã, 31/08/193).[94]

Para tanto, Novaes Filho submeteu-se às normas ditadas pelo Interventor Federal e ancorou-se no saber urbanístico dos engenheiros e arquitetos. Esse governante fazia constantemente alusões aos seus assessores, reconhecendo-lhes a competência técnica, o devotamento e a utilidade do livre exercício de propor o novo; enaltecendo a perspicácia em ajustar as idéias às condições econômicas e financeiras da realidade; enfim, louvando o emprego da inteligência na integração homem-cidade-organização política. Todos esses atributos dos urbanistas significavam mais do que um saber, o *cumprimento do dever patriótico*.[95]

A conjunção das idéias dos urbanistas aos atos do governo proporcionou as condições indispensáveis para a efetivação da ansiada modernização da cidade do Recife. A ansiedade por modernização, sentida pelos governantes e urbanistas, provinha da necessidade de modificar nos lugares do centro o tecido colonial, por representar insalubridade e incompatibilidade com o tráfego de veículos motorizados, e de controlar a intensa expansão de seu espaço construído, tanto no lugar urbano como no suburbano. A cidade crescia, e tornar positivo esse crescimento constituiu-se na essencial tarefa do governo municipal.

---

[94] Discurso de Novaes Filho, por ocasião da inauguração do Parque 13 de Maio.

[95] Folha da Manhã dos seguintes dias: de 24/04/1938 - discurso de Novaes Filho, por ocasião da apresentação do Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio; de 31/08/1939 - discurso de Novaes Filho, por ocasião da inauguração do Parque 13 de Maio; de 19/03/1941 - "A nova ponte"; de 23/01/1941 - "Plano da cidade" e de 02/07/1942 - "Desejando acertar" - colunas assinadas por Novaes Filho.

Nessa direção, foram efetivados pelo governo de Novaes Filho atos que promoveram grande impacto na configuração territorial da cidade, não só no centro, mas também nos subúrbios, concretizando, em grande medida, a anunciada pauta de governo, ou melhor, a versão municipal do Estado Novo. Desses atos, cabem ser destacados: as obras públicas, abrangendo diversos aspectos construtivos, como a abertura de avenidas e a pavimentação de ruas; a construção de pontes; o Parque 13 de maio e outras praças; a iluminação pública e a regulação urbanística aprovada por meio de decretos e leis.

A abertura de avenidas e a pavimentação de ruas

Para os urbanistas, as obras de pavimentação elevariam o Recife à condição de grande metrópole, onde os fluxos das trocas e dos encontros deveriam ser assegurados pelas articulações, pelos movimentos diversos do ir e vir através das avenidas, ruas e estradas. Cabia, portanto, atender a toda a cidade com obras de pavimentação, fosse centro, fosse subúrbio, cada lugar tinha um papel a desempenhar na grande metrópole, o desafio era de monta para os minguados recursos municipais, mas a imagem perseguida punha-se como a motivação maior:

> Temos desenvolvido um grande esforço em pról da bôa pavimentação da cidade. Aos bairros do Recife, Bôa-Viagem e São José, demos um índice consolador de área calçada, o Prado, Caxangá e Campo Grande foram grandemente beneficiados. O nosso desejo é levar os serviços de calçamento a Dois Irmãos, Casa Amarela e Beberibe. Pavimentadas as estradas que ligam esses três arrabaldes á cidade, os seus habitantes e toda gente que mora na zona marginal ficarão muito bem servidos [...] Dentro de poucos dias,

> pretendemos iniciar o calçamento da Estrada dos Remédios, facilitando as communicações com os Mercados da Magdalena, Casa Amarella, Encruzilhada e Santo Amaro [...] (Folha da Manhã, 29/08/1940).

As obras de pavimentação executadas pelo governo de Novaes Filho contribuíram para a urbanização da cidade com 20% a mais sobre o total da área pavimentada, assegurando o terceiro lugar para o Recife entre as cidades de maior pavimentação urbana. O balanço do programa de aberturas de avenidas e pavimentação de ruas segundo o lugar da cidade indicou os bairros centrais como os mais contemplados.

Dentre os logradouros pavimentados, os que propiciaram a transformação da cidade foram a Avenida 10 de Novembro, a Avenida Dantas Barreto e a Praça da Independência, seguidas secundariamente pela Avenida Caxangá, Estrada dos Remédios, Estrada de Belém e Estrada de Beberibe.

A abertura da Avenida 10 de Novembro modificou o padrão dominante das ruas coloniais presentes no bairro de Santo Antônio, conferindo a monumentalidade necessária a esse centro político e econômico, e introduzindo a verticalização arquitetônica na cidade. Tal idéia já figurava no projeto de Domingos Ferreira, de 1927, e permaneceu sendo a principal intervenção do Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio. A sua execução iniciou-se a partir da aprovação do Plano da Comissão da Cidade, em 23 de abril de 1938, com as desapropriações, vendas e doações dos lotes lindeiros à avenida, estabelecendo a ligação entre as Praças da Independência e Duarte Coelho.

Dando prosseguimento à remodelação do centro da cidade, o governo de Novaes Filho iniciou os trabalhos para a construção da Avenida Dantas Barreto, prevista por Ulhôa Cintra como parte do perímetro de irradiação. Em 1943, as demolições foram iniciadas, o que fez desaparecer várias edificações significativas, como a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso, o Hospital São João de Deus (1686), o Quartel do Regimento de Artilharia (1786) e a Academia do Paraíso, reduto do movimento de 1817. Entretanto, o governo de Novaes Filho não concluiu a Avenida Dantas Barreto. Apenas demolições foram realizadas.

Passados os anos 1930 e já nos anos 1940, a atualização do Recife permaneceu como sinônimo de destruição do tecido colonial, de salubridade e de monumentalidade arquitetônica. Em discurso sobre as realizações de seu governo, Novaes Filho equiparou esse período aos de Maurício de Nassau, do Conde da Boa Vista, de Dantas Barreto e de Sérgio Loreto, pelos progressos urbanísticos de corte moderno que todos esses haviam feito no Recife, aos quais a população reconhecia e aplaudia, portanto, o mesmo sentimento estaria presente na memória do recifense do período (Folha da Manhã, 24/07/1941).

Contribuiria para a formação desse sentimento a pavimentação empreendida nos subúrbios. Para Novaes Filho, pavimentar os subúrbios era estabelecer a ligação desses lugares com os demais lugares da cidade. Exerceram essa função, dentre os logradouros pavimentados, a Avenida Caxangá (acesso oeste), a Estrada dos Remédios (acesso sudoeste), a Estrada de Belém (acesso norte), e a Estrada de Beberibe (acesso noroeste).

As obras de pavimentação foram prioritariamente realizadas nos bairros centrais, embora tenham sido feitas também nos subúrbios. As aberturas das avenidas propostas nos planos urbanísticos tornaram-se símbolos do Estado Novo, por destruírem o tecido colonial e implantarem a monumentalidade e a imponência arquitetônica. Esses atos do governo de Novaes Filho, ao concretizarem idéias dos urbanistas, atualizaram a conduta desse governante e o ordenamento espacial do Recife.

A construção de pontes

Para dar maior mobilidade aos veículos motorizados e tornar eficiente o funcionamento da cidade, os atos do governo de Novaes Filho relativos à abertura de avenidas e à pavimentação de ruas eram insuficientes, dado o fato de a cidade ser cortada por rios e canais de drenagem. Portanto, fazia-se imprescindível, também, a valorização dos elementos singulares da fisionomia do Recife: as pontes, os pontilhões e as margens dos rios, com a construção da Ponte Duarte Coelho e da Ponte de Caxangá (Folha da Manhã, 19/08/1940)[96] e da pavimentação da Ponte Motocolombó (Afogados) e da Ponte do Vintém (PMR/DEPT, 1945 e Folha da Manhã, 04/01/1945).[97] Dentre essas intervenções, a de maior impacto na cidade e importância técnica foi a Ponte Duarte Coelho.

O projeto de uma ponte ligando a Praça Duarte Coelho à Rua Conde da Boa Vista já tinha sido previsto, desde

[96] A Ponte de Caxangá seguiria as seguintes especificações: 84,00 metros de comprimento e 9,00 metros de largura, sendo 7,00 para a faixa de rolamento e 2,00 para os passeios.

[97] PMR/DEPT, 1945, p. 23 e Folha da Manhã de 04/01/1945 - "Dando explicações" - coluna assinada por Novaes Filho.

1927, no primeiro plano de Domingos Ferreira para o bairro de Santo Antônio. Em 1938, a Comissão do Plano da Cidade marcou nova etapa na história das pontes do Recife, sugerindo a Novaes Filho promover um concurso de projetos de âmbito nacional para a construção da Ponte Duarte Coelho. Entretanto, a nova ponte não poderia ser igual às pontes de estradas de rodagem e de estradas de ferro existentes sobre os rios que cortavam o Recife. Fazia-se mister imprimir novos rumos às construções das pontes no Recife, conjugando, na mesma obra artística, tecnologia e desenho modernos (Folha da Manhã, 14/12/1938). Novaes Filho acordou com essas exigências, propalando como benefícios da construção da Ponte Duarte Coelho a melhoria do tráfego e o embelezamento da cidade (Folha da Manhã, 19/03/1941).

O Edital nº 10 de 28 de maio de 1938 da Diretoria de Obras da Prefeitura, acusou o recebimento de propostas para a construção da ponte, assim como estabeleceu a premiação de cinqüenta contos aos três primeiros projetos classificados. A comissão constituída para o julgamento dos dezenove projetos concorrentes era composta pelo engenheiro Domingos Ferreira (da Prefeitura), pelo arquiteto Nestor Moreira Reis (da Escola de Bellas Artes) e pelo arquiteto Correia Lima (da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado), e classificou os seguintes projetos: em primeiro lugar, o do arquiteto Giacomo Palumbo; em segundo, o do arquiteto Hugo Marques e, em terceiro, o do engenheiro Júlio Maranhão Filho. Novaes Filho preferiu o projeto do terceiro colocado e discordava do desenho da balaustrada do projeto vencedor, mas, como era de seu perfil não se confrontar com decisões técnicas, aprovou o parecer da comissão.

Construir pontes visando a tornar a cidade eficiente e bela foi outro ato do governo de Novaes Filho, promotor da atualização do Recife, respaldado nas idéias dos urbanistas, fossem elas de ordem técnica ou artística.

O Parque 13 de Maio e outras praças

A amenização e a valorização paisagística foram alguns dos princípios preceituados para a cidade funcional no IV Congresso do CIAM (1933). A sua transposição e a utilização no Recife foram ardorosamente afirmadas pelos urbanistas, principalmente com a construção e a reforma de praças e jardins. O governante Novaes Filho encampou, também, esses ditames, efetivando as seguintes obras: i) reformas de jardins: Praças da República (Santo Antônio), Maciel Pinheiro (Boa Vista), do Derby, Dezessete (Santo Antônio), do Entroncamento (Boa Vista), da Faculdade de Direito (Boa Vista), da Estação Central (São José) e canteiros do Teatro Santa Isabel e do Largo das Cinco Pontas (São José); ii) construção dos jardins da Praça do Grande Hotel (Santo Antônio) e da Praia de Santa Rita (Santo Antônio) (Diário do Estado, 10/11/1938).

Entretanto, a reforma do Parque 13 de Maio representou o empreendimento de maior impacto urbanístico e de grande efeito cívico para a cidade. O Parque 13 de Maio, no bairro da Boa Vista, tinha sido cedido à 7ª Região Militar, perdendo a cidade a possibilidade de sua fruição. Novaes Filho, com o apoio do Interventor Federal e com a disposição dos generais Cristóvão Barcelos e Manoel Rabelo, empreenderam entendimentos com o Ministro da Guerra, general Eurico Dutra, tendo como resultado o seu retorno à municipalidade, em 1938 (PMR/DEPT,

1945).[98] Com a transferência da posse, foi elaborado o projeto do Parque pelo engenheiro Domingos Ferreira, com profusa iluminação, ornamentação florística eminentemente regional e um lago artificial.

A valorização paisagística, ao compor o elenco dos atos do governo de Novaes Filho, conferiu magnitude à cidade e acalentou o orgulho dos detentores do saber urbanístico.

A iluminação pública

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, em uma grande cidade, a iluminação ocupava lugar de singular relevo. Água e esgoto eram tidos como necessidades, mas os enlevos e as aspirações dos urbanistas convergiam para energia elétrica e iluminação, símbolos de progresso em associação direta com maquinismo (Folha da Manhã de 15/07/1938). Esse espírito foi traduzido pelo governo de Novaes Filho nas obras de iluminação pública e constava de duas linhas de atuação: a substituição da iluminação a gás por elétrica e a dotação e ampliação do número de velas nos logradouros e praças públicas.

A substituição da iluminação a gás nas avenidas, ruas e praças da cidade foi rapidamente executada, abrangendo a quase totalidade dos bairros da cidade e concluída em 1944, sob a responsabilidade financeira e técnica da concessionária a Pernambuco Tramways and Power Company Ltd. (PMR/DEPT, 1945). A partir do início desse empreendimento, cresceu significativamente o consumo público de energia elétrica, o que representou

[98] O retorno do parque fez parte de uma negociação, a partir da qual a Prefeitura teve que desapropriar um terreno, em outro local da cidade, para permutar com o ministério.

um acréscimo de 133%. Dessa maneira, o número de lâmpadas, que era de pouco mais de 3.000 em 1937, passou a uma cifra próxima a 7.500 lâmpadas, em 1943.[99]

A iluminação pública, conjuntamente com a pavimentação das ruas, constituiu-se nos dois principais atos do governo de Novaes Filho nos subúrbios. Entretanto, o centro permaneceu como prioridade dos urbanistas e desse governante. A valorização do centro sobrepujou o atendimento das necessidades dos pobres moradores dos subúrbios, pois a atualização e a diferenciação da cidade só seriam reconhecidas pelos urbanistas e governantes caso se transformasse o centro em símbolo do progresso.

A regulação urbanística

A imagem do Recife transmitida por Novaes Filho nos primeiros dias de sua administração era a de uma cidade onde pululavam os infectos mocambos, onde o homem não se diferençava da lama e da fauna características dos mangues e das áreas alagadas recifenses. Mudar tal imagem, extirpar essa chaga do ambiente citadino, tornou-se um compromisso e uma obsessão.

> E para orientar uma acção benefica em defesa das abandonadas populações dos mangues, ao lado de uma intensa movimentação social, é meu proposito criar um departamento para estudar e orientar este magno assumpto. Neste meu plano, de substituir os mocambos pela construcção de casas populares, procurarei interessar a iniciativa privada, conclamando os nossos homens de

[99] Segundo levantamento das ruas iluminadas nos relatórios de prestação de contas de Novaes Filho.

> dinheiro a que collaborem nesta obra de longo alcance social e humano (Diário de Pernambuco, 10/12/1937).

Em editorial do Diário de Pernambuco, do dia 11 de dezembro de 1937, foi elogiado esse propósito de Novaes Filho, constituindo-se a substituição dos mocambos por casas populares não só uma questão social como uma exigência de salubridade e de engenharia hidráulica; ou melhor, a drenagem e o disciplinamento das águas, o aterro dos alagados, dos mangues e dos pântanos redundariam no desaparecimento dos mocambos (Diário de Pernambuco de 11/12/1937). As antinomias mocambo-alagado, casa popular-salubridade passaram a ser propaladas como questões inseparáveis no resguardo dos pobres.

Se nos primeiros momentos Novaes Filho falava sobre o combate ao mocambo como uma linha de atuação de seu governo, logo em seguida passou a colocar-se na posição de colaborador do programa de mesma finalidade conduzido pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães e executado pela Liga Social Contra o Mocambo. O fundamental era conferir feitos e glórias ao Estado Novo. Assim, reconheceu Novaes Filho a eficácia da Liga por ter destruído seis mil mocambos em três anos e confirmou a empolgação de todas as classes sociais por essa atuação (Folha da Manhã, 30/05/1941).[100] Entretanto, algumas iniciativas foram realizadas pelo seu governo, como a construção de uma

[100] Entrevista concedida por Novaes Filho ao *Diário Carioca*, falando das grandes realizações do Interventor Federal, da ação do poder público e da colaboração privada, da remodelação do Recife e da maior avenida retilínea do Brasil (a Avenida 10 de Novembro), dentre outras.

vila com 70 casas populares, localizada na Cabanga, e a concessão do auxílio de 100:000$000 (cem contos de réis) para a Comissão Censitária de Mocambos.[101]

Paralelamente, Novaes Filho instituiu decretos normalizaram duas ordens de conflitos: proibiu a construção, reforma ou melhoria dos mocambos e incentivou a construção de casas populares. Os decretos que proibiam a construção de mocambos previam, também, penalidades aos infratores, constituindo-se num mecanismo eficiente de legalização das demolições e perseguições aos seus moradores.

O Decreto nº 50 de 20 de abril de 1938 (Diário do Estado, 21/04/1938), art. 1º, proibia a construção de mocambos nas zonas urbana e suburbana e prescrevia, ainda, para toda construção feita clandestinamente, o pagamento de multa e a sua demolição pela municipalidade. No art. 2º, foram proibidos os consertos e reconstruções de mocambos nas zonas urbana e suburbana, e aplicava-se aos transgressores o disposto no parágrafo do artigo anterior. O Decreto nº 121 de 22 de novembro de 1938 (Diário do Estado, 23/11/1938) complementava o de nº 50 ao conceder licenças de construção e reconstrução de mocambos apenas mediante a apresentação de autorização do proprietário do terreno.

Após esses decretos, outro de maior impacto foi institucionalizado. O Decreto nº 181 de 15 de julho de 1939 (Diário do Estado, 16/07/1939), não só proibia a construção e a reconstrução de mocambos nas

[101] Folha da Manhã de 14/04/1938 – "As realizações da Prefeitura do Recife na administração Novaes Filho" e Diário do Estado de 10/11/1938 – "Exposição dos trabalhos da Prefeitura do Recife."

zonas urbanas e suburbanas da cidade, como definia que qualquer habitação tida como mocambo seria considerada clandestina e demolida pela municipalidade, o que acarretava multa para o proprietário do terreno caso a tivesse consentido ou dela tivesse ciência. O art. 6º incentivava os proprietários de terrenos a substituírem os mocambos situados em suas propriedades, isentando-os de pagamento do imposto predial pelo prazo de quinze a vinte anos, desde que construíssem no mínimo vinte casas populares de alvenaria. Por fim, no art. 7º, ficava possibilitado ao governo municipal o fornecimento gratuito, àqueles que o requeressem, de três tipos de plantas para a construção de casas populares. O Decreto nº 284 de 26 de agosto de 1941 foi um desdobramento do de nº 181 e prescrevia para os terrenos onde houvesse mocambos e cujos proprietários estivessem tomando providências para extingui-los a suspensão de cobrança dos impostos municipais (Diário do Estado, 27/08/1941).

Era insuficiente para governar a cidade apenas reprimir e penalizar. Fazia-se necessário incentivar a construção e beneficiar os proprietários pobres de casas. Nessa perspectiva, outros decretos foram institucionalizados, dentre os quais tiveram destaque os citados a seguir: o Decreto nº 49 de 13 de abril de 1938 (Diário do Estado, 14/04/1938), que possibilitava ao governo municipal construir casas econômicas para operários em terrenos de sua propriedade ou de domínio útil. O Decreto nº 49, que estabelecia que os serviços de distribuição e controle das casas construídas pela Liga Social Contra o Mocambo eram tarefa da Prefeitura. O Decreto nº 9 de 09 de dezembro de 1937 (Diário do Estado, 11/12/1937),[102] estabeleceu isenções e dispensa de

[102] O abatimento previsto era o seguinte: 50% sobre os prédios de

impostos e multas aos proprietários de terrenos que realizassem construções. E o Decreto nº 46 de 05 de abril de 1938 (Diário do Estado, 06/04/1938), que determinou o abatimento de 20% nos impostos de décima e taxa de limpeza e saneamento sobre edificações que servissem de residência aos seus proprietários.

Novaes Filho instituiu ainda atos normativos, com o intuito de potencializar a utilização dos lugares atendidos por algum serviço público, incentivando novas construções verticalizadas e restringindo reformas em casas de um pavimento por meio dos seguintes decretos: o de nº 109 de 15 de outubro de 1938 (Diário do Estado, 16/10/1938), o de nº 109 depois reformulado pelo de nº 273 de 18 de abril de 1941 (Diário do Estado, 19/04/1941) e o de nº 388 de 09 de junho de 1944 (Diário do Estado, 11/06/1944).

Incentivar construções em toda a cidade era um objetivo perseguido, porém, para o bairro de Santo Antônio, tratava-se de estimular a construção verticalizada. Essa intenção estava presente não só no Decreto nº 109, como também no Decreto nº 75 de 30 de julho de 1938 (Diário do Estado, 31/07/1938), ao rever os gabaritos de altura constantes do Regulamento das Construções de 1936, passando a permitir pés direitos de 6,30 m para o primeiro pavimento (compreendendo loja e sobreloja) e 3,50 m para os demais. As possibilidades de verticalizar ampliavam-se, os novos padrões construtivos transpostos da Europa e da América do Norte encontravam ambiente receptivo para espraiar-se e transformar paisagens, estimulando a ambição

valor locativo até 1:200$000; 40% para os de valor até 2:400$000; 30% para os de valor até 3:600$000; 20% para os de valor até 4:800$000 e 10% para os de valor excedente, até o exercício de 1936.

e a idealização dos doutos urbanistas, às quais os governantes se dobravam. O significativo aumento da área edificada da cidade, após 1938, foi provavelmente um efeito da legislação urbanística adotada por esses vários decretos municipais.

Construções no decênio - 1934-1943

Os decretos instituídos ao lado da ação da Liga Social Contra o Mocambo formaram os atos governamentais propiciadoras do sucesso da campanha contra essa tipologia habitacional. Esses decretos, bem como o Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio e o Plano de Expansão da Cidade constituíram-se em contrapontos aos enunciados negativos de crescimento urbano desordenado e descontrolado e concretizaram as novas idéias propugnadas pelos urbanistas para a cidade do Recife.

A narrativa empreendida apresenta as idéias de ordenação de cidade, presente nos planos urbanísticos eivados de influências do urbanismo modernista, e os atos do governo de Novaes Filho. A importância dessas idéias para os urbanistas devia-se à conformidade no atendimento das necessidades da cidade, mas, principalmente, constituía-se em objetivações da racionalidade técnica, cerne das teorias urbanísticas em voga nos anos 1930. A cidade, resultado da aplicação do ideário do urbanismo moderno, fascinava os urbanistas do Recife, nos anos 1930, à medida que configurava o progresso citadino, mesmo sendo uma imagem fabricada com o lápis e o papel. Frente ao fantasma da cidade colonial, associado ao temor de perder o Recife a terceira posição entre as grandes cidades brasileiras, apresentava-se o plano de reformas, de remodelação ou

de expansão, para os urbanistas e jornalistas, como a atualização e diferenciação das teorias sobre a cidade na perspectiva de um futuro promissor. O plano significava o modo de recuperar o caos, a sublimação do conflito, a cidade ordenada, sem desperdícios ou disfunções generalizadas, enfim, a dominância da lógica positivista da cultura burguesa.

A atualização e a diferenciação dos atos de governo de Novaes Filho foram efetivas por estarem em sintonia e sinergia com as novas idéias propugnadas pelos urbanistas para a cidade do Recife, pelo fato de esse governante escutar e acatar os ditames técnicos dos detentores do saber urbanístico, constituindo-se esse reconhecimento num modo de legitimar a mentalidade e a conduta do governante.

Tais acontecimentos possibilitaram uma efetiva modernização do Recife, porém não foi um processo contínuo e permanente. Ela se verificou em alguns períodos de tempo, podendo ser entendida como atualização e diferenciação das práticas dos urbanistas e dos governantes. Mas, a objetividade não foi exclusiva na escolha das outras práticas. Existiu um componente subjetivo que operou como motivação e desejo pelo controle e dominação da cidade.

Cabe avocar outros entendimentos de modernização, tais como os afirmados por Bermam (1994) e Calabi (2001):

> Processo social, caracterizado pela rapidez das mudanças das estruturas econômicas, sociais e políticas e pela automatização das mesmas.
> Idéia de 'progresso' social e físico-urbano, a partir de modelos de cidade referenciados nas noções de salubridade e embelezamento (abertura de

vias, redesenho do tecido urbano, demolição da memória civil ou 'desventramento' do velho centro, tradução de conflitos políticos e fundiários em instrumentos técnicos e construção de casas populares).

A escolha de um ou de outro conceito, ou ainda a formulação de um terceiro opera por distanciamento ao objeto de reflexão e sensibilidade na interpretação das fontes. É ofício dos que pensam a cidade refletir sobre tais escolhas.

Referências Bibliográficas

Entrevistas:

Antônio Bezerra Baltar. Urbanista e vereador eleito em 1955. realizadas em 08/03/1993 e em 16/02/1995; além da gravação da palestra realizada no MDU/UFPE em 11/09/1989.

Antônio Geraldo de Azevedo Guedes. secretário de Novaes Filho de 1942 a 1945. realizada em 03/03/1996.

Conceição Lafaiete. arquiteta. realizada em 25/01/1995.

Geraldo Santana. arquiteto. realizada em 06/12/1993.
José Luiz da Mota Menezes. historiador. realizadas em 22/03/94 e em 07/03/1995.

Manoel Correia de Andrade. geógrafo. realizada em 06/04/1993.

Maria Ana Carneiro de Novaes. esposa de Novaes Filho. realizada em dez/1995.

Mário Lacerda. geógrafo. realizada em 15/03/1993.

Marcos Domingues. arquiteto. realizada em 25/01/1995.

Pelópidas da Silveira. engenheiro e ex-prefeito da cidade do Recife em: fev-ago/1946 (1ª gestão); 1955-1959 (2ª gestão) e 1962-1964 (3ª gestão). realizada em 22/09/1993.

Iconografia:

Acervo: DIRCON/SEPLAM/PCR.

Acervo: Museu da Cidade do Recife

Acervo: Arquivo Público Estadual

Planos, relatórios e artigos:

EMENTÁRIO de Decretos Municipais. **Revista Arquivos**, Recife, nº 1 e 2, 1942.

EMENTÁRIO de Decretos Municipais. **Revista Arquivos**, Recife, nº 1 e 2, 1943.

EMENTÁRIO de Decretos Municipais. **Revista Arquivos**, Recife, nº 5 e 6, 1944.

EMENTÁRIO de Decretos Municipais. **Revista Arquivos**, Recife, nº 4 a 20, 1945 – 1951.

EMENTÁRIO de Decretos Municipais. **Revista Arquivos**, Recife, nº 21 a 47, 1952-1965.

LIVRO de Atas da Comissão do Plano da Cidade. Recife, jun./1942 a abr./1952.

Prefeitura Municipal do Recife-PMR/DEPT (1945). "Seis Anos de Administração Municipal-1937/1943". relatório de prestações de contas do Prefeito Antônio de Novaes Filho ao Interventor Federal Agamenon Magalhães. In: Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Recife, nº 30, dez./1945.

ULHÔA CINTRA**,** J. F. de. Sugestões para orientação do estudo de um plano geral de remodelação e expansão da cidade do Recife. In: **Revista Arquivos**. Recife, nº 1-11, dez, 1943.

Periódicos:

Diário da Manhã, Diário de Pernambuco, Folha da Manhã, Jornal do Comércio, e Jornal Pequeno, 1930/1945.

Comissão do Plano da Cidade: Diário da Manhã de 12/08/1931 (transcreve o decreto que cria a comissão); Diário Oficial: ato nº 17 de 17/12/1937 do Prefeito do Município do Recife restaura a comissão e Decreto nº 317 de 02/06/1942.
Diário dos Municípios e Diário do Estado, 1930 a 1945.
Revistas e outros:

Boletim da Cidade e do Porto do Recife- PMR/DEPT. Recife, abrangendo os nº 01 a 34, set./1941 a dez./1949;

Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP). Recife. ano I, set./1939 a ano III, jun./1941;

Revista Arquivos. (1942). Recife. PMR/DEPT. ano 1, nº 1, mar./1942.

Bibliografia:

AC/GATEPAC. 1931-1937. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A , 1975.

ALMEIDA, M. G. A. A. **A construção da verdade autoritária:** palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco – 1937/1945. São Paulo: Dep. de História/FFCH/USP, 1995.

ANDRADE, M. C. **Recife:** problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Editora Universitária, 1979.

BEBOCH**,** I.; ABREU**,** A. A. (org). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro - 1930/1983**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FINEP/Forense Universitária, ANO.

BERNANDES**,** D. **Recife:** o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE,1996.
BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

BENEVOLO, L**. O último capítulo da arquitetura moderna.** Lisboa/São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, 1985.

BENEVOLO, L**. As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

BOBBIO, N.; MATTENCCI**,** N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Linha Gráfica Editora/ Editora Universidade de Brasília, 1991.

BRAYNER, N. M. M. **Luta e resistência:** o operariado do Recife nos anos 30. Recife: PIMES/Dep. de Ciências Sociais/UFPE, 1985.

CARONE**,** E. **O Estado Novo- 1937-1945.** São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, P. F. **O Planejamento na instância política da luta de classes:** análise de planos para a metrópole recifense. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, 1992.

BOLETIM CASTRO, J. Perspectiva ideal da cidade do Recife. In: **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**. Recife, nº 19-34, jan-dez, 1946/49.

CAVALCANTI, C. B. **O Recife:** um presente do passado. Recife: Gráfica e Editora Ltda, 1995.
CHOAY, F. **O urbanismo:** utopias e realidades, uma antropologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS DO RECIFE (1939). Observações Estatísticas sobre os Mucambos do Recife. Recife. Imprensa Oficial.

CUNHA, A.H.G. **Políticas de um sociólogo culturalista**. Recife: Dep. De Ciências Sociais/UFPE, 1986.

DELGADO, L. **Carlos de Lima Cavalcanti:** um grande de Pernambuco. Recife: CEPE, 1975.

DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In FAUSTO, B. (org.). In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1983.

DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade.** Lisboa/Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

DRAIBE, S. **Rumos e metamoforses:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESTELITA, J. Urbanismo e sanitarismo. In: **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**. Recife, nº 2, out.-dez, 1941.

FORTIN, C. J. **The politics of public land in Recife, Brasil:** the case of Brasília Teimosa, 1934-1984. Sussex. Graduate School in Arts and Social Studies/University of Sussex (1987).

FREYRE, G. **Manifesto Regionalista de 1926.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

FREYRE, G. **Manisfesto Regionalista de 1926.** 4. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/ MEC, 1967.

FURTADO, C. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUNN, P. As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta. In ANPUR, Encontro Nacional, 6., 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUR, 1995.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1975.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

JAGUARIBE, H. **Sociedade e política:** um estudo sobre a atualidade brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

KOOP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LEITÃO, M. R. F. A. **Caracterização e contribuição para interpretação da política de habitação popular:** Recife-Estado Novo-1937 a 1945. Recife: MDU/Dep. de Arquitetura e Urbanismo/UFPE, 1987.

LEVINE, R. **A velha usina - Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA FILHO, A. **China Gordo-Agamenon Magalhães e sua época.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976.

LIMA, M. H. G. **Gilberto historiador**. Recife: Dep. De História/UFPE, 1993.

LIRA, J. T. C. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. ecife, década de 30. In: **Espaço & Debates**. São Paulo, nº 37, 1994.

LIRA, J. T. C. **Técnica sanitária e o traçado da cidade:** representações de planta e plano no trabalho do urbanismo em Pernambuco na década de 1920. São Paulo. FAU/USP. (texto mimeo). (1995).

LIRA, J. T. C. **Mocambo e cidade:** regionalismo na arquitetura e na ordenação do espaço habitado. São Paulo. FAU/USP, 1996.

MELO, M. A. B. C. de. **Estado, capital e política urbana na formação social brasileira**. Recife. MDU/UFPE, 1982.

MELO, M. A. B. C. de. **The State, the housing question and policy formation in Brasil, 1937-1975.** Sussex. Graduate School in Arts and Social Studies/University of Sussex. (1987).

MELO, M. A. B. C. de. **A ideologia municipalista e a modernização do Estado no Brasil - 1920/1960.** Recife. MDU/UFPE. (texto mimeo) 1993.

MELO, M. L. de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife.** Recife: UFPE/Dep. de Ciências Geográficas, 1978.

MELLO, E. C. de. **Aspectos da descaracterização do Recife.** Recife: Edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa, 1951.

MENEZES, J. L. M. A Ocupação do Recife numa perspectiva histórica. In: **Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife**. Recife. Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento Urbano/Consórcio Procenge/Urbana/ Acqua-Plan. 1990.

MOREIRA, F. D. **A Construção de uma cidade moderna:** Recife (1909-1926). Recife. MDU/UFPE, 1994.

NETO, L. L. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros, de 1826 a 1986**. Brasília: Projeto de Biografia dos Senadores do Império e da República, 1986.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

OUTTES, J. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas, 1927-1945**. Recife: MDU/UFPE, 1991.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães:** consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1984.

PENA FILHO, C. **Guia prático da cidade do Recife**. Recife: PCR/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

PEREIRA, N. **Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal.** Recife: Taperoá Editora, 1973.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. In: **Memorium - Agamenon Magalhães.** Recife: Imprensa Oficial, 1952.

PERNAMBUCO, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Arquivo Público Estadual. In: **O jornalista Agamenon Magalhães.** Recife: Imprensa Oficial, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE-PMR. **Guia da cidade do Recife.** organizado por Mário Pessôa de Oliveira por solicitação do Prefeito Antônio de Goés Cavalcanti. Recife, 1935.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/ SECRETARIADEPLANEJAMENTOEURBANISMO-PCR/SEPLAN. "A formação política e cultural da cidade do Recife". In: **Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife.** Recife: PCR/SEPLAN/Consórcio Procenge-Urbana-Acquaplan, 1990.

PONTUAL, V. Ordem e Progresso: o pensamento urbanístico no Recife dos anos 30. In :ANPUR. **Anais do VI Encontro Nacional.** Brasília: ANPUR, 1996.
QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RIOS, G. S. L. **Linhas apagadas: do coletivo como arcaico ao individual como moderno** (a extinção dos bondes na década de 40). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

REZENDE, A. P. **Desencantos modernos:** histórias da cidade do Recife na década de XIX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIOS, Lêda Maria Rivas Cervinõs (1988). **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial :** o conflito visto por um jornal de província. Recife. Dep. de História/ PIMES/UFPE.

SILVA, G. **Constituintes de 1946 - dados bibliográficos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SKIDMORE, T. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco - 1930/1964. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOUZA BARROS, M. **A década de 20 em Pernambuco:** uma interpretação. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica Ltda, 1972.

SOUZA, M. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SUDENE/DEP. DE SANEAMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Planejamento do sistema de abastecimento d'água da área metropolitana do Recife.** Recife: 1968.

TAFURI, M. **Projecto e utopia.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VAZ, R. **Arquitetura moderna em Pernambuco:** Luiz Nunes, 1934-1937. São Paulo: FAU-USP, 1988.

Patrimônio de segunda

Geraldo Gomes

Existem vários tipos de monumentos. Alguns foram feitos com este objetivo e sempre se referem a alguma comemoração ou homenagem. Arcos de triunfo, colunas decoradas com feitos de guerra, bustos, estátuas eqüestres, etc. foram feitos para homenagear alguém ou comemorar algum feito notável.

Um outro tipo de monumento é aquele que não foi feito com os objetivos referidos, mas foi classificado como monumento *a posteriori* por seu valor histórico, documental ou artístico.

A grande maioria de monumentos no Brasil é desse tipo e é interessante notar que a lista de monumentos nunca deixa de crescer, porque as pesquisas históricas sempre revelam aspectos notáveis que estavam encobertos e, também, porque os gostos mudam com o tempo.

Em 1937, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a totalidade de monumentos tombados era constituída de edifícios construídos até o século XVIII. O ecletismo do século XIX era, na época, tratado com um relativo desprezo, e até mesmo o neoclassicismo não foi bem assimilado nem aquinhoado com expressivo número de monumentos.

A verdade é que o valor de qualquer monumento é um valor atribuído e, como tal, coerente com a sociedade e a lei que os institucionalizou.

A Sé de Olinda, quando foi restaurada em 1973, não era monumento nacional. O bairro do Recife, na cidade de mesmo nome, pólo de atração turística nacional por sua inédita revalorização cromática, foi tombado

recentemente, porque se compõe de edifícios ecléticos, portanto malditos na ocasião de criação do IPHAN.

Em 1970, resolveu-se ampliar o número de monumentos do Brasil, mas, como os recursos já eram escassos para manter de pé os existentes, resolveu-se criar categorias de monumentos. Assim, surgiram os monumentos estaduais e municipais, cada um sendo cuidado em sua respectiva esfera. Essa divisão não era somente oportunista e administrativa, porque havia, implicitamente certa hierarquia; um monumento nacional era mais importante do que um monumento estadual e esse era mais importante do que o monumento municipal.

Em todos os casos, os monumentos tinham um tratamento especial e não se podia construir qualquer coisa na sua vizinhança. A vizinhança do monumento, o seu entorno imediato, deveria receber um tratamento especial para que o monumento focal não se amesquinhasse ou tivesse sua observação ofuscada ou perturbada por maus exemplos de arquitetura. No princípio, tratou-se somente de garantir a visibilidade da integridade do monumento. Nada poderia interferir na sua admiração. Logo se percebeu que o tamanho dos edifícios construídos na vizinhança dos monumentos também poderia vir a se constituir numa agressão, e as normas de proteção passaram a conter limitações de gabaritos máximos. A altura dos edifícios a serem construídos na vizinhança dos monumentos nunca poderia ultrapassar a altura desses. Os bairros de São José e de Santo Antônio, no Recife, têm seus gabaritos máximos definidos em função dos monumentos ali existentes.

A partir da década de 1960, fruto de discussões de âmbito internacional, desenvolveu-se o conceito de sítio histórico, que podia nem conter um monumento de valor excepcional. O sítio histórico poderia constituir -se de um conjunto de edifícios típicos, e a sua unidade formal não era tão rígida a ponto de se limitar a um estilo. A diversidade e a tipicidade passaram a ser valores atribuídos aos conjuntos urbanos e rurais. Esse novo conceito induzia a um maior rigor quanto ao que se podia construir de novo num sítio histórico. Não era somente o tamanho dos edifícios novos que se limitava, mas, também, a sua forma e os materiais com que eram construídos.

Em 1976, foi elaborado pela FIDEM (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife) um Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife e, com subsídios fornecidos por esse plano, a Prefeitura da Cidade do Recife encaminhou à Câmara Municipal uma lei, que tomou o Nº13957, criando os sítios históricos do município e normas para a sua proteção. Mais recentemente, a mesma Prefeitura da Cidade do Recife instituiu os Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), elaborando uma lista que contemplava não somente edifícios de valores históricos e artísticos reconhecidos e incontestáveis, como também exemplares da nossa arquitetura de construção mais recente, mas já testemunhos da fiel aplicação dos princípios da arquitetura moderna.

As normas de proteção dos IEPs diferem das utilizadas para a proteção dos sítios históricos instituídos pela própria Prefeitura do Recife, porque permitem a construção de imóveis novos no mesmo terreno onde estão situados os IEPs, até mesmo abrindo mão das

taxas de ocupação e dos coeficientes de construção vigentes para o local.

A vantagem dessas normas é a garantia da preservação física dos IEPs, mas, por outro lado, ignora-se, propositadamente, o conceito de vizinhança do monumento presente nos monumentos nacionais. Pode-se imaginar o impacto que teria o revestimento da fachada de um sobrado vizinho à Igreja de São Pedro dos Clérigos com chapas de acrílico na cor lilás. Um projeto dessa natureza não seria, com certeza, aprovado pelo órgão competente, porque, mesmo preservando a integridade física e a visibilidade do monumento, a presença, na vizinhança da citada aberração se constituiria numa agressão ao monumento vizinho, sem que esse tivesse sido tocado.

Uma outra desvantagem é a permissão para a construção, no mesmo terreno dos IEPs, de edifícios muito mais altos do que os imóveis que se pretendem preservar, o que vai gerar um outro problema, o da escala.
Para ilustrar esse problema, lembramos um episódio que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. A pressão da especulação imobiliária naquela cidade exercia-se propondo a liberação dos gabaritos dos edifícios que poderiam ser construídos à margem da lagoa Rodrigo de Freitas. O arquiteto Lúcio Costa, consultado para opinar sobre essa pretensão, afirmou, em seu parecer, que do jeito que estava a lagoa era uma lagoa, mas se os gabaritos fossem liberados, a lagoa não passaria de uma poça.

A visão da arquitetura da cidade, clara para Lúcio Costa, nosso reconhecido mestre, contemplava a escala, parâmetro imprescindível para a emissão de qualquer

juízo de valor. No Recife, há dois casos, o primeiro na Avenida Boa Viagem, com a construção de um edifício no mesmo terreno onde ainda existe o Castelinho, e o segundo, da mesma natureza, na esquina da Rua Amélia com a Avenida Rosa e Silva (Figura 44).

Em ambos os casos, os IEPs tiveram sua integridade física garantida e, parcialmente, a sua visibilidade, mas amesquinharam-se diante dos edifícios que foram construídos nos fundos dos seus terrenos. Devido aos problemas, de escala os IEPs preservados se afiguram como casas de bonecas. Tudo indica que foi esse o preço que a Prefeitura do Recife se dispôs a pagar pela preservação de seus IEPs. De fato, esses imóveis são muito especiais, porque a eles não se aplica o conceito de vizinhança de monumento. Talvez porque esses imóveis não sejam considerados como monumentos de nossa arquitetura, como os nacionais que seriam de primeira. Os IEPs seriam, também, monumentos, mas de segunda, para os quais devemos abrir mão de certos conceitos e ser mais tolerantes?

Parte II

Os fundamentos do *New Urbanism* e suas relações com outras teorias urbanísticas

Adriana Veras

Introdução

O *New Urbanism* surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980, como oposição ao modernismo e ao *sprawl* (Figura 45), fenômeno espacial recorrente no território americano (BARNETT, 1996; DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000; RYKWERT, 2000), caracterizado pela suburbanização excessiva e pela eliminação da experiência urbana. Exemplares como Seaside[103] (Figura 46), publicações como *Suburban Nation* (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK; 2000) e filmes como *O Show de Trumam – O Show da Vida*[104] demonstram sua popularidade.

---

[103] Seaside, localizado na Flórida e projetada por Duany e Plater Zyberk, é o primeiro projeto construído do *New Urbanism*.

[104] Na trama, Seaside se torna Seaheaven que é uma cidade cenográfica onde o protagonista tem sua vida vigiada e manipulada. Sobre o assunto ver: NAME, Leonardo. Apontamento sobre a relação entre Cinema e Cidade. http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq037/arq037_02.asp.

Fig. 44 - Edifício situado na esquina da Rua Amélia com a Avenida Rosa e Silva (Ed. Costa Azevedo).

O objetivo do *New Urbanism* é restabelecer a experiência pública dos antigos povoados americanos. Para tanto, foram definidos princípios e regras que conduzem decisões de projeto e estabelecem configurações espaciais específicas. Alguns desses princípios e regras envolvem certas características da malha urbana, como acessibilidade e uso do solo, atingindo diretamente a maneira como as pessoas utilizam os espaços.

O espaço prometido pelo *New Urbanism* é compacto, capaz de promover a vida em comunidade e proporcionar uma mistura eqüitativa de pessoas, rendas, etnias, idades e estilos arquitetônicos. Este capítulo busca analisar os pressupostos teóricos desse movimento, verificando em que medida contribuem para atender os seus objetivos, ou simplesmente recaem no que Peponis (1989) denomina crítica reducionista ao modernismo.

A cidade tradicional, o modernismo e o *sprawl*

O *New Urbanism* extrai lições da cidade do passado (ELLIS, 2002), sobretudo aquela que predominou nos Estados Unidos até a Segunda Guerra Mundial, a qual denominam de cidade tradicional. Ela resulta da combinação entre o princípio da cidade-jardim de Howard e o do bairro de Clarence Perry[105] (RYKWERT, 2000). Acredita-se que a reutilização de elementos morfológicos da cidade tradicional vá restabelecer a convivência nos espaços públicos das cidades. Não é à toa que Camillo Sitte (1992) e Raymond Unwin (1971) sejam importantes referências para o *New Urbanism*.

[105] Segundo Perry, o bairro corresponde a uma população grande o suficiente para manter uma escola primária e comércio para garantir as necessidades cotidianas da população, sendo limitado por vias arteriais propícias à instalação da escola e de outras instituições.

O ideal de padronização, ordem, eficácia e pureza geométrica do modernismo é repudiado no *New Urbanism*. Segundo afirmam líderes do movimento, o zoneamento baseado nas necessidades humanas universais de morar, trabalhar, circular e de lazer contribuiu para a segregação espacial, ao reduzir a acessibilidade para pedestres. Grandes recuos e dedicação exclusiva ao automóvel concorreram para a abolição da rua, elemento essencial na composição urbanística tradicionalista. O modernismo gerou, com algumas exceções, lugares socialmente desérticos, insegurança e desorientação.

Nos Estados Unidos, o modernismo adquiriu feição própria, adaptando-se à cidade-jardim e a situações econômicas específicas. A década subseqüente à quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, foi marcada por um grande investimento em estradas e vias de transporte, em detrimento de qualquer forma de transporte de massa. Após a Segunda Guerra Mundial, foram construídas mais estradas e residências para ajudar a reerguer a indústria da construção civil. As construções cresceram nas periferias das cidades, e os subúrbios se espalharam por todo o país (RYKWERT, 2000; DUANY, PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000).

A economia local e o processo excessivo de suburbanização definiram o *sprawl*, cujo *acesso* foi possibilitado graças a vias expressas conectadas a sistemas espaciais em forma de árvore, formados pelas coletoras e *cul-de-sacs* (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000) (Figuras 45 e 48). As coletoras, devido à quantidade reduzida de vias e ao superdimensionamento dos quarteirões, concentram o tráfego local reduzindo as opções de percurso. Ao longo dessas coletoras,

geralmente congestionadas, estão situados *shopping malls,* instituições públicas, lojas de conveniência, complexos empresariais e restaurantes *fast-food*. Estacionamentos superdimensionados ampliam a abrangência desses equipamentos, o que aumentou as distâncias e reduziu ainda mais a acessibilidade dos pedestres.

As áreas residenciais, isoladas umas das outras, são formadas por quarteirões superdimensionados, ruas excessivamente largas, recuos frontais generosos, calçadas estreitas e pobremente arborizadas. Algumas vezes, muros de condomínios e outros equipamentos de grande porte, criados por razões de segurança, geram espaços cegos e enormes barreiras físicas para a circulação de pedestres e automóveis.

A dependência do automóvel (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000) contribui para a desertificação dos espaços públicos abertos, o que favoreceu a ocorrência de crimes. O *lay out* das vias estimula altas velocidades e acidentes de trânsito. A ordenação física do *sprawl* conduz à falta de vitalidade nos espaços públicos abertos, ao isolamento e ao tédio (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000). Grandes centros urbanos foram abandonados e devido à ausência de transporte público eficiente, crianças e idosos não têm mobilidade porque não podem dirigir. Esse estilo de vida promove a ocupação arbitrária de terra fértil e aumenta os custos com a manutenção dos automóveis e da infra-estrutura, devido à baixa densidade dos arranjos urbanos.

Sobre princípios e regras

Para combater a fragmentação urbana e resgatar a vitalidade dos espaços públicos (CONGRESS FOR

Fig. 45 - Esquema viário do *sprawl*. Fonte: DUANY, PLATER-ZYBERK e SPECK, 2000. (Cortesia de Tom Low, Duany Plater-Zyberk & Co)

THE NEW URBANISM, 1999), o *New Urbanism* defende a valorização do pedestre, a utilização do transporte coletivo e a diversificação da população quanto a faixa etária, classes sociais e etnias.

Seguindo essas premissas, foram definidos princípios e regras compositivas organizados em três escalas: (a) regional; (b) distrito, bairro e corredor; e (c) rua, quarteirão e edifício. A região possui limites geográficos claros, estabelece relação direta com o meio rural e o ambiente natural. É formada por vários centros que são os centros das cidades e povoados, os quais devem também possuir limites claros (Figura 47).

O sistema subúrbio/cidade visa à acessibilidade do pedestre, à densidade e à estrutura do bairro, correspondendo à forma urbana que acomoda melhor um sistema de transporte inter-regional, imprescindível

Fig. 46 - Plano de Seaside Fonte: Autor, adaptado de desenho original de Duany Plater Zyberk & Company. Data: 2004

para estabelecer uma convivência harmônica com a metrópole. Apesar de o subúrbio ser um fenômeno natural e, sob determinados aspectos, saudável, prioriza-se a revitalização de áreas urbanas abandonadas, porém geralmente dotadas de boa infra-estrutura (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000).

O bairro é uma área limitada, com uma combinação equilibrada de atividades estruturadas em volta de um centro bem definido, onde se concentram as áreas de maior densidade e vida urbana (KATZ, 1994; DUANY; PLATER-ZYBERK, 1997). A distância do centro ao limite do bairro corresponde a uma caminhada de cinco minutos em ritmo confortável.[106] Em um bairro deve haver residências, escritórios, comércio, recreação, terminais de transporte e outros usos públicos (Figuras 48 e 49).

Um único bairro isolado no território é uma vila. A partir de quatro bairros se tem um povoado. Uma

[106] Aproximadamente 402 metros.

cidade é formada por bairros e distritos articulados por corredores, possuindo um centro principal e vários outros centros que correspondem aos centros dos bairros e distritos que a formam. Quando possível, elementos naturais da paisagem devem determinar os limites e o centro do bairro. Distritos são setores onde, apesar da existência de vários usos, um deles predomina. É o caso dos distritos médicos, universitários, industriais, etc. O corredor é um elemento contínuo que integra e articula a estrutura regional (Figura 49).

Os assentamentos do *New Urbanism* devem conter diversos tipos de ruas distribuídas entre quarteirões reduzidos. O traçado das ruas deve ser permeável e legível (BENTLY et al, 1999). O convívio nas calçadas torna os habitantes das ruas seus vigilantes naturais (JACOBS, 2001). As ruas devem ser estreitas e seu desenho deve contribuir para reduzir a velocidade dos veículos. As fachadas frontais dos edifícios devem ser diretamente acessíveis ao espaço da rua. Busca-se um número maior de transições entre os espaços internos e externos dos edifícios, combatendo-se as fachadas cegas.

Outras opções de percurso oferecidas são as ruas de serviço e os passeios para pedestres. As ruas de serviço, são convenientes nos casos de carga e descarga, quando servem de acesso a garagens e edículas, e para a localização de equipamentos, como depósitos de lixo, medidores e transformadores, dentre outros. As ruas sem saída devem ser evitadas.

Os *new urbanists* defendem a coexistência de diferentes classes sociais num mesmo quarteirão (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000), reeditando modelos de antigos quarteirões norte-americanos

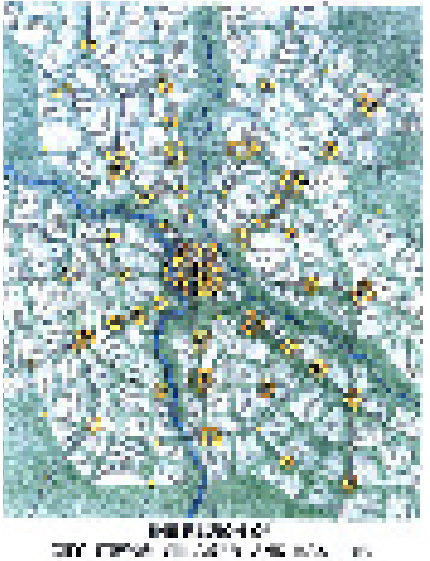


Fig. 47 - A região do *New Urbanism*.
Fonte: Cortesia de Tom Low, Duany Plater-Zyberk & Co.

que acomodam edifícios e pessoas diversas. Nesses quarteirões os tipos residenciais são segregados por rua, e a transição entre eles ocorre sempre no interior do quarteirão. Assim, apartamentos ficam de frente para apartamentos, casas conjugadas ficam de frente para casas conjugadas, e assim por diante. Além disso, deve haver uma residência subsidiada a cada dez unidades, a preço de mercado. Segundo os *new urbanists*, tais medidas preservam o valor da propriedade e garantem a consistência na paisagem da rua (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000).

Edifícios cívicos e espaços públicos abertos devem ser situados em locais de destaque e devem ter formas distintas, o que contribui para reforçar a identidade da comunidade. Os recuos frontais dos edifícios devem ser mínimos, mas não são recomendados nos edifícios

comerciais (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000), cujos andares superiores, em alguns casos, destinam-se a habitação e escritórios.

Os parques de estacionamento devem ser localizados atrás dos edifícios. A grande disponibilidade de vagas nas ruas, o sistema de transporte eficaz e o compartilhamento de vagas por usos, cujos horários de funcionamento se complementam, reduzem a necessidade de grandes espaços de estacionamento. Os edifícios-garagem devem ser localizados estrategicamente como âncoras, de modo a não conduzirem diretamente aos demais edifícios, mas lançando os pedestres nas calçadas e gerando atividade nas ruas.

Os arranjos resultantes dos princípios analisados apóiam-se no ideal de permeabilidade dos percursos; na legibilidade; no enclausuramento; no aumento da densidade e superposição de usos; na implantação dos edifícios próximos aos espaços abertos; na localização das entradas dos edifícios e na estrutura do bairro. Percebe-se ainda que a legibilidade é apoiada no emprego dos cinco elementos morfológicos sugeridos por Lynch (1998): marcos, limites, pontos nodais, percursos e setores.

A crítica ao *New Urbanism*

O *New Urbanism* assemelha-se a outras teorias urbanísticas recentes apontadas por Peponis (1989) como críticas reducionistas ao urbanismo modernista. Essa semelhança é percebida nos seguintes aspectos dessas teorias:

a) Investem em questões formais no intuito de promover certos comportamentos sociais;

Fig. 48 - Comparação entre o bairro (acima) e o *sprawl*. Fonte: Cortesia de Tom Low, Duany Plater-Zyberk & Co.

b)Repetem erros do urbanismo modernista, ao darem continuidade a programas antiurbanos e autoritários;

c) Falham por não considerar os padrões globais de fluxos contínuos, de centralidade e de diferenciação, que conferem ao espaço suas peculiaridades culturais (PEPONIS, 1989);

d)Defendem o desenho das cidades como uma agregação de localidades autocontidas;

e)Adotam a cidade tradicional como ideal.

Para analisar a crítica ao modernismo, Peponis (1989) baseou-se na teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984), que é uma teoria descritiva e uma metodologia de representação, quantificação e interpretação da configuração do espaço construído, visando compreender as relações entre a configuração

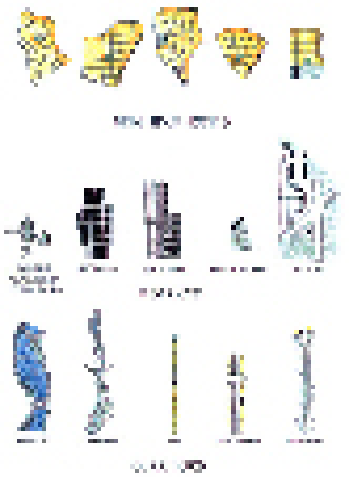


Fig. 49 - Bairro, distrito e corredor. Fonte: Cortesia de Tom Low, Duany Plater-Zyberk & Co.

de cidades e o modo como as pessoas permanecem ou se movem nos seus espaços, além das implicações sociais desses fatos. Essa teoria procura demonstrar tanto empiricamente, quanto teoricamente, a autonomia do objeto urbano, e argumenta que é pela compreensão dessa autonomia que se pode entender a forma material da cidade como um aspecto intrínseco de sua existência social. Ela se diferencia de outras teorias voltadas para as relações entre sociedade e forma espacial, porque estabelece uma descrição consistente das características mórficas do espaço construído, de maneira a se compreender as leis responsáveis pela sua geração por meio de processos e estruturas sociais, bem como uma descrição das características mórficas da sociedade que exijam uma materialização espacial.

Dentre os revisionistas analisados por Peponis, são do interesse deste trabalho: Jacobs (2001), Schumacher (*apud* PEPONIS, 1989), os Krier (1991) e Frampton (*apud* PEPONIS, 1989). Jacobs e Schumacher criticam

o urbanismo modernista por gerar lugares monótonos e subutilizados. Eles atacam o zoneamento e propõem a densidade, o uso misto e padrões superpostos de movimento como solução para os problemas identificados. Esses autores contribuíram para a valorização de questões de distribuição, porém não investigaram como esses padrões superpostos de usos densos e mistos se articulam no contexto urbano global.

Jacobs analisa os centros culturais e cívicos modernos subutilizados e os subúrbios monótonos. Suas recomendações influenciaram o *New Urbanism* e resultam da observação empírica dos centros urbanos cheios de vitalidade. Ela defende ruas e calçadas bem utilizadas, a diversidade de pessoas e atividades, além de ampla permeabilidade. Segundo Jacobs, o sentimento de segurança nos espaços públicos depende da vigilância natural que depende, por sua vez, da presença de pessoas. Para isso, é necessário evitar as paredes cegas, e a demarcação entre o espaço público e o privado deve ser clara.

Schumacher defende o equilíbrio entre pedestres e veículos, assim como a demarcação dos espaços públicos por meio das fachadas contínuas dos edifícios. Ele condena os sistemas hierárquicos em forma de árvore, responsáveis pela fragmentação e pelo aumento de barreiras, como os arranjos de alguns conjuntos habitacionais modernistas e do *sprawl*.

Os princípios do *New Urbanism* reproduzem os ideais de Jacobs e Schumacher sem grandes alterações. Porém, para criar vida nos espaços públicos é preciso mais que isso. Devem ser consideradas propriedades morfológicas da malha, como o grau de acessibilidade de

um determinado espaço, o que o diferencia dos outros por meio do número de intermediações necessárias para se ter acesso a todo o sistema. Os espaços mais acessíveis são aqueles que aproximam todos os demais, integrando o conjunto (HILLIER; HANSON, 1984).

Os Krier (KRIER, 1991) propuseram o resgate do urbanismo tradicional, da arquitetura clássica e da construção contínua da abordagem de Sitte (1992), como sendo um caminho para o renascimento da vida e da cultura pública. Sitte deixa explícito que seu foco está nas relações locais e na estética. Os Krier afirmam priorizar a lógica do todo, mas se detêm em questões locais. Eles reduzem a cidade a uma série de cenários urbanos ideais, sem lidar com a experiência global. A proposta dos irmãos Krier pára forma arquitetônica, sem se aprofundar na relação entre o grau de acessibilidade da rua em relação aos usos nela apoiados.

Leon Krier vê a cidade como um conjunto de partes e cada uma delas contém usos variados. O tamanho de cada parte é definido a partir de um raio que corresponde a uma caminhada de quatro a dez minutos, o que viabiliza a atividade do pedestre e resolve o problema do tráfego ao reduzir o número de viagens de automóvel na realização das tarefas rotineiras. Nas suas composições urbanísticas, eixos urbanos incidem em edifícios de maneira ligeiramente descentrada, definindo uma espécie de retorno informal ao classicismo. Elementos construídos interrompem as linhas de visão, evidenciando a ênfase em espaços localizados e pressupondo uma fragmentação espacial. No *New Urbanism*, isso corresponde ao princípio da terminação de vistas.

Com a terminação de vistas, definem-se as perspectivas cujo intuito é provocar sensações no usuário desses espaços percorridos um a um. Essa técnica de origem barroca, dentre outras coisas, justifica o emprego do termo neobarroco (KOSTOF, 1991) para a definição do *New Urbanism*.

Peponis destaca, no pensamento dos Krier, a ênfase em espaços autocontidos e a fragmentação espacial. Para ele, a ideologia dos Krier é tão antiurbana quanto as que geraram a cidade-jardim e a unidade habitacional modernista. As regras compositivas do *New Urbanism* parecem derivar de idéias semelhantes. As partes mencionadas por Leon Krier, por exemplo, são os bairros do *New Urbanism*.
É possível que o *New Urbanism* seja mais uma forma de antiurbanismo. Nesse caso, seria possível estabelecer também uma relação entre o *New Urbanism* e as formas de urbanismo que esse movimento condena, pois o modernismo de Corbusier e o *sprawl* também descendem da cidade-jardim de Howard (JACOBS, 1961; RYKWERT, 2000). Isso significaria uma afinidade com a rigidez do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) e da Carta de Atenas.

Por sugestão de Leon Krier, foi criado o CNU (*Congress for the New Urbanism*), de acordo com os moldes do CIAM (KATZ, 2002). O *Charter of the New Urbanism* foi adaptado da Carta de Atenas e explora princípios do movimento voltados para as transformações físicas e as políticas urbanas nos Estados Unidos. Porém, a Carta de Atenas possui um caráter universal, enquanto o *Charter of the New Urbanism* possui caráter local. Se a pretensão do *New Urbanism* é promover intervenções internacionalmente, então a Carta do *New Urbanism*

deve olhar além dos limites dos Estados Unidos, para reconhecer, analisar e eventualmente formular recomendações acerca dos fenômenos urbanos universais.

Frampton (*apud* PEPONIS, 1989) fundamenta-se na contraposição dos conceitos de espaço e lugar, de modo a vincular o espaço ao urbanismo modernista e às suas extensões abstratas e homogêneas. O lugar se refere ao urbanismo tradicional, que representa as peculiaridades do local. Segundo Frampton, a civilização moderna tende a desprezar o local, o que provoca uma perda da identidade cultural. Ele sugere uma nova ênfase no lugar, baseada no enclausuramento por meio de tipos introspectivos, como pátios, praças fechadas, galerias e átrios.
Tais espaços foram amplamente defendidos pela tradição modernista. Agora o *New Urbanism* pretende resgatar a crença na identificação entre um determinado grupo e a interação social por meio do enclausuramento. Socialmente, essa idéia invoca a noção de território grupal, a necessidade de hierarquia entre o espaço público e o privado, e a idéia de que um lugar só tem significação social se um grupo de pessoas se identifica com ele (HILLIER, 1988). Os *new urbanists* alegam que esse recurso, com saídas limitadas e claras definições de limites, torna o ambiente confortável, acolhedor e seguro para o usuário (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000).

Estudos sobre intervenções urbanísticas em áreas residenciais de Londres, cujas partes renovadas e seu entorno continuam ocupadas pelas mesmas pessoas, revelam uma mudança de escala acompanhada de uma maior quantidade de menores segmentos na malha viária (HILLIER, 1989). As partes renovadas tornaram-

se mais profundas, ou menos acessíveis. Para que se tenha acesso do entorno até o seu centro, é necessário dobrar um número maior de esquinas. Os centros dos conjuntos tornaram-se enclausurados pelo aumento das barreiras. Porém, em vez de bem-estar, interação social e intimidade, essa introversão gerou desertificação, insegurança e desorientação.

O uso indiscriminado do enclausuramento pode provocar fragmentação e subutilização (HILLIER, 1988). Os lugares enclausurados nas cidades históricas transmitem uma sensação agradável, porque suas formas espaciais definem uma estrutura contínua, o que os relaciona com a estrutura global da cidade. No entanto, é possível que os espaços enclausurados, defendidos pelo *New Urbanism*, como não levam em consideração a propriedade de acessibilidade, mesmo associados à diversidade de usos e à alta densidade, se tornem fragmentados em relação ao contexto global (HILLIER, 1988). Assim, a menos que disponham de fortes atratores ou sejam altamente subsidiados, podem tornar-se espaços subutilizados, sem a vitalidade desejada pelo movimento. O lugar típico das cidades tradicionais tem a ver com abertura espacial e não com fechamento. Na realidade, o enclausuramento pode aproximar o *New Urbanism* do modernismo e distanciá-lo da cidade tradicional, que é o seu ideal.

Como o enclausuramento, princípios como as múltiplas opções de percurso oferecidas a pedestres e automóveis e as terminações de vista também podem provocar o esvaziamento de áreas públicas, caso a acessibilidade não seja considerada. Existem pesquisas (COSE, 1994; SHU, 1999; STONOR; CHIARADIA; AMORIM, 2003) que demonstram a ineficácia dessas opções de percurso com

relação à probabilidade de ocorrência de certos tipos de crimes e à sua utilização por parte dos pedestres e motoristas. Shu baseia-se em relatórios policiais e relaciona as propriedades espaciais do local do crime, incluindo o *layout* de residências e de espaços públicos, com a ocorrência dos crimes. Sua análise de crime e espaço não leva em consideração a unidade habitada em si, mas o ponto de entrada em relação ao espaço público. Dentre as variáveis tipológicas, Shu analisou ruas sem saída e passeios de pedestres, e verificou que tais espaços, na maioria das vezes de difícil acesso, são propícios à ocorrência de crimes.

Além da acessibilidade, Stonor, Chiaradia e Amorim (2003) baseiam suas análises nos tipos de vias, no grau de exposição dos edifícios e de vigilância natural da esfera pública por meio de fachadas voltadas para os espaços públicos e suas respectivas portas de acesso que alimentam diretamente esses espaços. A atenção a essas variáveis na implantação de certos equipamentos de comércio e serviços pode contribuir para intensificar a atividade nos espaços públicos abertos.

Quanto ao arranjo dos quarteirões e à disposição das residências da baixa renda, o *New Urbanism* apresenta o exemplo de um quarteirão localizado em uma área histórica de Georgetown em Washington D.C. (DUANY; PLATER-ZYBERK; SPECK, 2000), o qual reúne principalmente as classes média e alta. Enquanto isso, pesquisas revelam alto grau de insatisfação entre os residentes do HOPE VI, um empreendimento do *New Urbanism* numa área degradada de Chicago, do Departamento Americano de Habitação e Desenvolvimento Urbano (LARA, 2002). Uma avaliação mais exata deve ser feita em um assentamento em que

haja a inserção de residências subsidiadas para as classes menos favorecidas em meio a habitações destinadas às classes média e alta, por exemplo, pois,há limites para a integração social via desenho arquitetônico.

Alguns críticos alegam (LARA, 2002; HARVEY, 1997) que o *New Urbanism* é orientado para a classe média alta e perpetua a segregação por classe e etnia, além de negar as diferenças culturais. Assim, uma área residencial de um bairro típico do NU, pode até alcançar diversidade étnica, porém, apoiada na uniformidade estilística resultante dos códigos conservadores.

O *New Urbanism* admite qualquer estilo arquitetônico, porém observa-se, na maioria de seus exemplares, a utilização de uma linguagem vernacular fundamentada na ideologia do bairro tradicional. Alguns exemplares, como o bairro de *Aqua* localizado em Miami Beach, projetado por Duany Plater Zyberk & Company, propõem a combinação da arquitetura contemporânea com o plano mestre tradicional do *New Urbanism*. Há quem questione se a arquitetura é de fato contemporânea e, de qualquer forma, o conjunto resultante é sempre marcado pela homogeneidade.

Alguns críticos consideram os códigos de desenho urbano (*apud* ELLIS, 2002) repressivos, por imporem determinadas formas estilísticas, independentemente das preferências pessoais. Assim, em vez da diversidade prometida pelo movimento, obtém-se uma paisagem monótona. Além do mais, suas prescrições baseadas na sociedade americana distanciam o movimento de outras culturas.

O *New Urbanism* também se propõe a deter a proliferação das *gated communities* ou condomínios fechados, que

também são populares no Brasil e em outras partes do globo (RYKWERT, 2000). Como destacou Jacobs (2001), os espaços coletivos externos gerados nos condomínios fechados não são espaços públicos. Esses espaços não criam uma atmosfera propícia aos encontros entre diferentes pessoas e atividades que o espaço público genuíno consegue. Os condomínios fechados são isolados de seu contexto, policiados e repudiados no discurso teórico do *New Urbanism*. No entanto, o movimento apresenta exemplares que são condomínios fechados, como Windsor, na Flórida.

Um outro aspecto interessante é que, apesar desse movimento invocar a cidade-jardim como ideal, abandona seu princípio mais essencial: a propriedade pública do solo urbano. Segundo Rykwert (2000), assentamentos como Celebration, construída e administrada pela Disney, excluem as classes sociais mais baixas devido ao alto valor dos imóveis. Celebration não pode acomodar, por exemplo, os funcionários do Disney World, os quais, apesar da proximidade do parque temático, vivem em Kissimmee, um povoado próximo. Assentamentos com tais características são, na prática, condomínios fechados.

Em meados da década de 1990, na Nova Zelândia, região de Auckland, que enfrentava sérios problemas com baixas densidades, *sprawl*, tráfego e inadequação da infra-estrutura, foi implementado um projeto *new urbanista* severamente criticado (DIXON; DUPUIS, 2003). Questiona-se a idéia promovida pelo *New Urbanism* de que o ambiente construído pode fazer florescer uma comunidade via interação social. Para esses autores, o conceito de comunidade está além da interação social no nível local do bairro. Foi verificado no local do projeto

que as pessoas realmente se cumprimentam cordialmente, mas não se sabe se a partir daí relações sociais mais íntimas se consolidarão, especialmente numa área onde a maioria das unidades residenciais são destinadas ao aluguel.

Além da conveniência do comércio e de serviços próximos, acredita-se que o *New Urbanism* tem pouca significância na vida das pessoas na região do projeto. Em termos de educação, por exemplo, a complexidade da sociedade atual não combina com a idéia de uma única escola local para todos os estudantes, conforme a prática do *New Urbanism* vem divulgando. O uso regular do transporte público não mudou muito. Os autores também chamam a atenção para contradições entre a busca da diversidade e a homogeneidade no ambiente construído.

Conclusão

Neste capítulo, a teoria do *New Urbanism* foi comparada a outras tendências urbanísticas, como a cidade-jardim, os ideais classicistas dos irmãos Krier (1991) e o urbanismo modernista, no intuito de estabelecer parâmetros que o situassem no cenário urbanístico atual. Essa comparação fundamentou-se na crítica de Peponis a teorias urbanísticas recentes e semelhantes, em diversos aspectos, ao *New Urbanism*. Os princípios e regras apresentados e a crítica a cada um deles evidenciam limitações no discurso teórico do *New Urbanism*, o que gera incertezas sobre a capacidade de estes princípios e regras atenderem às solicitações do movimento.

O *New Urbanism* apresenta-se como uma teoria utópica, prescritiva e determinista. É utópica devido à sua descrição imaginativa de uma sociedade ideal,

fundamentada em princípios e normas espaciais. É prescritiva por tentar com seus princípios e normas impor uma nova estrutura à realidade existente. É determinista porque suas prescrições garantem uma forma resultante, que corresponde a um determinado comportamento social. Tais características indicam a filiação do *New Urbanism* às teorias arquitetônicas que se antecipam em formular projetos antes mesmo de compreender o fenômeno arquitetônico em sua totalidade.

O *New Urbanism* identifica-se com o localismo dos Krier; a cidade-jardim, da qual descende, e com o movimento modernista, que condena. O movimento concentra-se nos fragmentos das cidades e menospreza as articulações desses fragmentos com o contexto global. Tal atitude, também assumida pelos Krier, foi apontada por Peponis (1989) como uma espécie de antiurbanismo semelhante à ideologia gerou a cidade-jardim e a *Ville Radieuse* de Corbusier. Para Jacobs (2001), ironicamente, a *Ville Radieuse* provém da cidade-jardim. Corbusier adaptou a concepção da cidade-jardim para grandes densidades, transformando-a na cidade-jardim vertical. Isso abre espaço para uma investigação que compare os arranjos espaciais do *New Urbanism* com os modernistas, a fim de se identificarem as similitudes e as diferenças entre as duas propostas configuracionais.

O *New Urbanism* não oferece em seu discurso teórico todas as variáveis que garantem a criação de um campo probabilístico de encontros. Princípios e regras baseadas apenas em aspectos visuais, ambientais e funcionais subestimam a autonomia do objeto urbano (HILLIER, 1989). A localização de certos equipamentos não modifica as propriedades morfológicas da estrutura espacial. Assim, o simples resgate de fragmentos

artísticos da cidade tradicional, no intuito de restabelecer a vida comunitária dos antigos centros urbanos, constitui uma fragilidade na teoria e nas configurações do movimento.

Infelizmente, a postura normativa da teoria impede-a de levar em conta a experiência humana que o indivíduo tem em vez da que deveria ter. Porém, o *New Urbanism* é válido como tentativa concreta de elevar o nível do desenho urbano, ao gerar verdadeiros laboratórios, dentre os exemplares espalhados nos Estados Unidos e no mundo. Espera-se que os resultados obtidos da experiência desses laboratórios não sejam tão desastrosos como o dos conjuntos habitacionais modernistas.

Referências bibliográficas

BARNETT, J. **The fractured metropolis:** improving the new city, restoring the old city, reshaping the region. New York: Westview Press, 1996.

BENTLEY, I. et al. Appropriateness. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1999. cap. 5.

BENTLEY, I. et al. Legibility. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1999. cap. 3.

BENTLEY, I. et al. Permeability. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1999. cap. 1

BENTLEY, I. et al. Richness. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1999. cap. 6.

BENTLEY, I. et al. Robustness. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1999. cap. 4.

BENTLEY, I. et al. Variety. In: **Responsive environments a manual for designers**. Oxford: Arrchitectural Press, 1999. cap. 2

CONGRESS FOR THE NEW URBANISM. **The charter of the new urbanism**. New York: McGraw Hill, 1999.

DIXON, J.; DUPUIS, A.. Urban intensification in auckland, New Zealand: a Challenge for New Urbanism. In: **Housing Studies**, v. 18, nº 3, mai., 2003. p. 353-368.

DUANY; PLATER-ZYBERK. **The lexicon of the new urbanism**. Miami: [s. n.], 1997.

DUANY, A.; PLATER-ZYBERK, E.; SPECK, J. **The rise of sprawl suburb and the decline of nation**. New York: North Point Press, 2000.

ELLIS, C. The new urbanism: critiques and rebuttals. In: **Journal of Urban Design**, v. 3, 2002. p. 261-291.

HARVEY, David. The new urbanism and the communitarian Trap. In: **Harvard Design Magazine**, nº1, 1997. p. 1-3.

HILLIER, B. Against enclosure. In: TEYMOR, N.; MARKUS, T.; WOOLEY, T. (Ed.). **Rehumanizing housing**. London: Butterworth, 1988. p. 63-85.

HILLIER, B. The architecture of the urban object. In: **Ekistics,** nº 334-335, jan./abr., 1989, p. 5-21.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: University Press, 1984.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KATZ, P. **Notes on the history of the new urbanism:** The seaside debates: a critique of the new urbanism. New York: Rizzoli International Publications, 2002.

KATZ, P. **The new urbanism, toward an architecture of community**. New York: McGraw-Hill, 1994.

KOSTOF, S.. **The city shaped, urban patterns and meanings**: through history. Londres: Bulfinch Press, 1991.

KRIEGER, A. (Ed.). **Andres Duany and Elizabeth Plater-Zyberk**: Towns and Town Making Principles. New York: Rizzoli, 1991.

KRIER, R. **Urban Space**. Londres: Academy Editions, 1991.

LARA, F. Admirável urbanismo novo. In: **Arquitextos.** Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto056.asp. Acesso em: 24 maio 2002.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAME, L. Apontamento sobre a relação entre Cinema e Cidade. In: **Arquitextos.** Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq037/arq037_02.asp. Acesso em Junho de 2004.

PEPONIS, J. Space, Culture and urban design in the late Modernism and After**.** In: **Eskistics**, v. 56, nº 334-335, 1989. p. 93-108.

RYKWERT, J. The suburbs and the new capitals. In: **The seduction of place**: the city in the first century. New York: Panthen Books, 2000. cap. 6, p. 160-188.

SHU, S. Housing layout and crime vulnerability. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 2., Brasília. **Anais**… Brasília: Urban Themes, 1999. v. 1.
SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. (Série Temas, v. 26).

STONOR, T.; CHIARADIA, A; AMORIM, L. **Derby Derwent NDC:** report on the Space Syntax Study, [S. l.], July, 2003. p. 9-14.

UNWIN, R. **Town planning in practice:** an introduction to the art of designing cities and suburbs. New York: Benjamin Bloom, 1971.

Brasília – a trajetória perversa: de como danificar qualidades e como amplificar problemas

Frederico de Holanda

Introdução

Qualquer cidade detém uma história, de que fazem parte *lugares urbanos* e *edifícios* a sobressaírem na constituição da memória de seus habitantes ou de seus visitantes – a sua *arquitetura*, denominação genérica para as duas escalas de manifestação de um mesmo fenômeno. A memória deve ser objeto de atenção das *políticas arquitetônicas como políticas públicas*, a pressupor cuidadosa caracterização, avaliação e preservação da arquitetura culturalmente significativa. Se isso é verdade para qualquer cidade, mais o será para Brasília, tombada como patrimônio cultural da humanidade. Paradoxalmente, ver-se-á como políticas arquitetônicas têm danificado qualidades e amplificados problemas na capital brasileira.

Arquitetura é realidade multidimensional. A depender do caso, problemas localizam-se mais em alguns aspectos que em outros. O desempenho do espaço urbano está relacionado aos aspectos: funcionais, bioclimáticos, co-presenciais, topoceptivos, econômicos, afetivos e simbólicos.[107] Problemas e qualidades da cidade serão referidos a essa taxonomia.

---

[107] Segundo proposição metodológica dos trabalhos de pesquisa do grupo *Dimensões morfológicas do processo de urbanização*, oficialmente registrado no *Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil*, CNPq. Uma amostra de trabalhos realizados está na página www.unb.br/fau/dimpu. Alguns dos termos da taxonomia não são familiares, *e.g.*, os aspectos *co-presenciais* e os *topocetivos*. Os co-presenciais dizem respeito às possibilidades e restrições que a configuração da cidade implica quanto à presença/ausência de pessoas nos espaços abertos de uso coletivo (HOLANDA, 2003); os topoceptivos dizem respeito à orientabilidade e identificabilidade dos lugares como percebidos visualmente (KOHLSDORF, 1996).

A realidade brasiliense é um todo funcional que não se restringe ao Plano Piloto. Trata-se de uma *metrópole polinucleada*,[108] com 2.051.146[109] habitantes, com variada gama de configurações urbanas – de núcleos vernáculos preexistentes à transferência da Capital a condomínios fechados que hoje cobrem grande parte do Distrito Federal (DF). O texto discute características globais da configuração metropolitana e examina os problemas relacionados aos vários tipos morfológicos na ordem aproximada de sua história.

A macroescala territorial: segregação e excentricidade

Segregação socioespacial e excentricidade morfológica do Plano Piloto de Brasília foram abordados noutra oportunidade (HOLANDA, 2003). Em resumo, o desequilíbrio funcional da capital brasileira diz respeito às relações entre *acessibilidade*, *localização de empregos* e *localização de moradias*:

1) Cerca de 70% dos empregos formais do DF concentram-se na Região Administrativa-1,[110] particularmente na área tombada;

2) A área tombada (Plano Piloto e entorno imediato) não coincide com as partes da metrópole mais acessíveis

[108] Expressão cunhada por Aldo Paviani, organizador da *Coleção Brasília* (Editora Universidade de Brasília), cujos volumes são referência fundamental para se conhecer a cidade.

[109] População dentro do Distrito Federal (IBGE, 2002). Todavia, a conurbação já ultrapassa as fronteiras do DF.

[110] O Distrito Federal é dividido em 19 Regiões Administrativas (RAs), também denominadas *cidades*. A RA-1 chama-se "Brasília". Suas áreas residenciais são as duas asas do Plano Piloto, o Setor Militar Urbano e a Vila Planalto, antigo acampamento de obras.

e contém pouco menos de 10% dos moradores do DF: é *excêntrica* (MOTA, HOLANDA, SOARES, 2000*);*[111]

3) Moradores de poder aquisitivo elevado concentram-se no Plano Piloto e seu entorno imediato (região dos lagos), próximos à maior disponibilidade dos empregos da metrópole.

Esse enorme desequilíbrio teve sua origem antes da inauguração da capital. A admissibilidade limitada de tipos edilícios no Plano Piloto (inicialmente apenas edifícios de seis pavimentos sobre pilotis nas superquadras e *casas individuais* próximas à orla lacustre) resultou no surgimento precoce das cidades satélites, o que implicou a localização dos contingentes populacionais de baixo poder aquisitivo longe da principal concentração de empregos e serviços da capital (HOLANDA, 2003). Sem guarida no Plano, os tipos *inadequados* implantaram-se a quilômetros de distância, inaugurando, *por força do projeto*, a peculiar segregação socioespacial da capital: ela foi comandada por políticas públicas como resposta a princípios ideológicos, não como resposta a forças de mercado, regra nas demais cidades brasileiras. Nem por isso foi menos perversa – talvez mais.[112] Todavia,

[111] Argumento retomado e desenvolvido em Holanda, 2003.

[112] Alguns estudiosos sugerem não haver nada de peculiar – ou particularmente perverso – na segregação socioespacial em Brasília (MACHADO; MAGALHÃES, 1985). Contudo, há pouca ou nenhuma comparação sistemática com outras cidades brasileiras. Nossa pesquisa detecta, sim, indícios de que a segregação em Brasília é maximizada ante outros centros do país, por exemplo: o IPK (índice de passageiros por quilômetro de linhas de transporte coletivo), quatro vezes mais baixo em Brasília do que em cidades como Curitiba; a baixíssima compacidade do tecido urbano, a colocar Brasília como vice-campeã mundial em dispersão (HOLANDA, 2003); as baixas densidades urbanas. Estamos atualmente perseguindo promissora via comparativa de análise.

constata-se a *permanência* de faixas de renda mais baixa no coração da metrópole. Neste trabalho, a questão é: como a arquitetura desses lugares está relacionada com a permanência, mais de quarenta anos após a inauguração da cidade?

Verificou-se uma correspondência entre variações na arquitetura e variações em renda mediante o estudo de oito áreas (a Figura 50 mostra sua localização no mapa viário do DF, a Figura 51 mostra a distribuição da população por faixas de rendimento por área e a Figura 52 mostra o perfil de renda para o DF como um todo).[113] Para a discussão, interessam mais os lugares no Plano Piloto e entorno imediato – Superquadra Sul 103 (Asa Sul), Blocos JK (Asa Sul), Lago Sul, Setor Sudoeste e Vila Planalto – próximos à maior concentração de empregos do DF, o que elimina a distância ao trabalho como possível fator de influência na distribuição espacial das faixas de renda. Para melhor ilustrar o argumento, duas áreas distantes serão também comentadas – Recanto das Emas (26 km do centro do Plano Piloto) e um condomínio na cidade satélite de Sobradinho (Colorado, 19 km).

A parte habitacional da Região Administrativa do Lago Sul (maior poder aquisitivo do DF) é formada apenas por residências unifamiliares, em lotes de pelo menos

[113] Os dados são preliminares. Pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do PIBIC, sob a orientação do autor. A definição de classes de renda varia conforme os autores. Neste texto, delimitamos as classes a partir do rendimento do responsável pelo domicílio: pobres: $\leq$ 2 salários mínimos (SM); classe média-inferior: 2 SM $< x \leq$ 5 SM; classe média-média: 5 SM $< x \leq$ 10 SM; classe média-superior: 10 SM $< x \leq$ 20 SM; classe rica: $>$ 20 SM. (Classificação adaptada de Nunes, 2003).

800m^2.[114] A renda média familiar mensal é de 49 salários mínimos, 15,4 vezes maior do que a renda média da região administrativa com população de menor poder aquisitivo (Recanto das Emas). Cerca de 80% são ricos, há em torno de 10% de classe média superior e a ocorrência de outros estratos é praticamente desprezível (IBGE, 2002).

O Setor Sudoeste[115] inclui duas áreas residenciais distintas, ambas a repetir padrões do Plano Piloto: a área *nobre* tem a configuração das quadras *100*, *200* e *300*, e a *econômica*, a das *400*. A primeira apresenta edifícios de seis pavimentos sobre pilotis, elevadores e garagem subterrânea e vem logo depois do Lago Sul em padrões de renda: 65,2% de ricos e 23,6% de classe média-superior. Os apartamentos custam cerca de 30% mais caros do que seus similares em área nas Asas do Plano Piloto.[116] A preferência resulta da idade recente dos edifícios, dos padrões plásticos *pós-modernos* e dos serviços que oferece – pontos de internet e intranet, TV a cabo, circuito interno de segurança, trituradores de resíduos nas pias, etc. [117] Na Superquadra Sul – 103 (SQS-103), por exemplo, cai o percentual de ricos (56,1%) em benefício de camadas médias.

---

[114] A área verde pública, sempre incorporada, faz essa área subir pelo menos para 1.000 m^2. Os lotes de beira do lago (*pontas de picolé*) são bem maiores, a depender do desenho variável da orla, e valem cerca de R$ 1.000.000,00. Os lotes "pontas de picolé" na Península Norte são duplos e chegam a 10.000 m^2 de área ou mais.

[115] A implantação do bairro data dos anos 1990. (COSTA; HOLANDA, 2004).

[116] Pesquisa em andamento coordenada pelo Prof. Paulo Castilho (FAU/UnB).

[117] *Correio Brasiliense*, 22.09.2003.

No Sudoeste *econômico*, com edifícios de três pavimentos (raros com garagem subterrânea), o percentual de ricos cai para cerca de 38%, equiparando-se ao da classe média-superior. Embora o preço do metro quadrado de construção seja semelhante ao do Sudoeste *nobre*, os apartamentos menores são mais acessíveis a outras composições familiares e a um poder aquisitivo mais baixo (COSTA; HOLANDA, 2004). Para ilustrar, incluiu-se na amostra um condomínio horizontal de classe média (*Colorado*), com padrão aquisitivo ligeiramente abaixo da SQS-103: o perfil dos ricos é semelhante, porém há mais famílias na faixa média-inferior. É exemplo típico da emigração de estratos médios para fora do Plano Piloto, intensificada nos últimos 10 anos.[118] A distância ao Plano é compensada pelo preço do terreno (R$ 70.000,00, com 1.200 m^2 de área) e pela possibilidade de edificar uma casa de bom padrão por cerca de R$ 790,00/m^2 de área construída, contra pelo menos R$ 3.000,00/m^2 dos apartamentos novos no Plano Piloto.[119]

Mais interessantes para o argumento são os *Blocos JK* nas quadras *400* da Asa Sul (Figura 53) e a Vila Planalto (Figura 54). Os *JK* foram projetados para famílias de baixo poder aquisitivo e distinguem-se dos edifícios do Plano Piloto por não terem pilotis; a Vila Planalto é bairro remanescente de antigo acampamento de construtoras. Mais de quatro décadas depois de inaugurada a cidade, forças de mercado não foram capazes de expulsar de ambos os lugares parcelas significativas de moradores de baixo poder aquisitivo. A arquitetura não condiz com os padrões arquitetônicos vigentes da classe média, muito

[118] É o caso do autor, que se mudou da Superquadra Norte 206 para o condomínio referido em 1999.

[119] *Arquitetura & Construção*, out. de 2004 e informações jornalísticas.

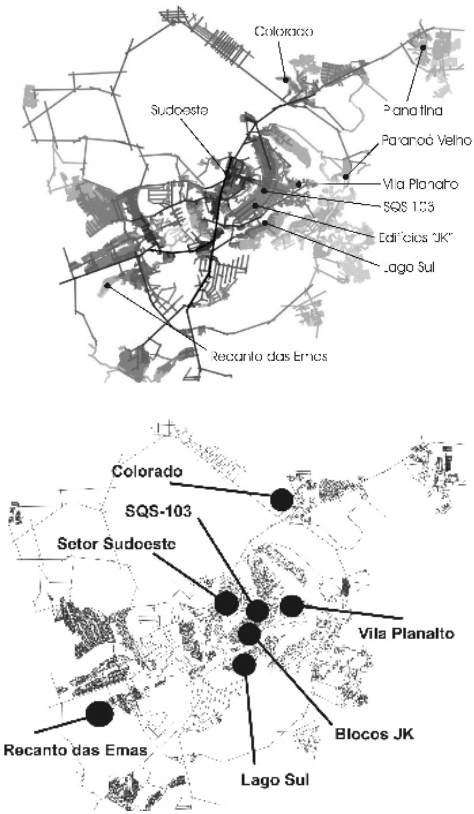


Fig. 50 - Localização das áreas estudadas no mapa viário do DF.

menos dos ricos. Isso reduz a pressão de mercado sobre os imóveis e implica a permanência de famílias pobres. A arquitetura como *variável independente* falou mais alto.[120] Ainda estamos longe do poder aquisitivo da região administrativa mais pobre do DF, Recanto das Emas (Figura 51), onde o número de famílias nos estratos mais

[120] Tem havido algum processo de elitização dessas áreas, particularmente na Vila Planalto, onde é mais variado o estoque construído: casas antigamente ocupadas por técnicos de nível mais elevado prestam-se a adaptações que respondem aos anseios da classe média (há professores da UnB entre os novos moradores). Mas esse processo parece estar chegando ao limite.

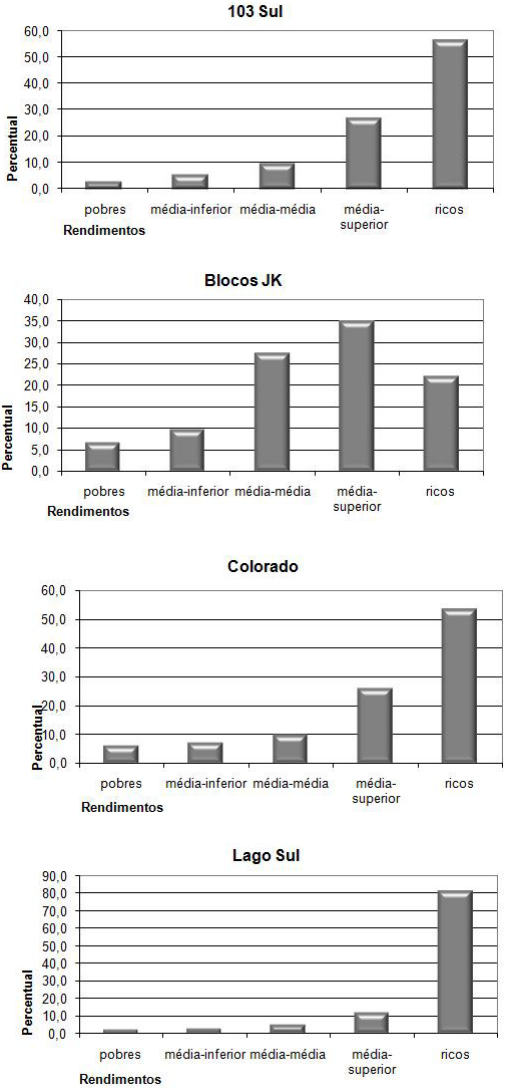


Fig. 51a. Rendimentos dos declarantes em amostra de oito áreas do Distrito Federal. (Fonte: IBGE, Censo 2000.)

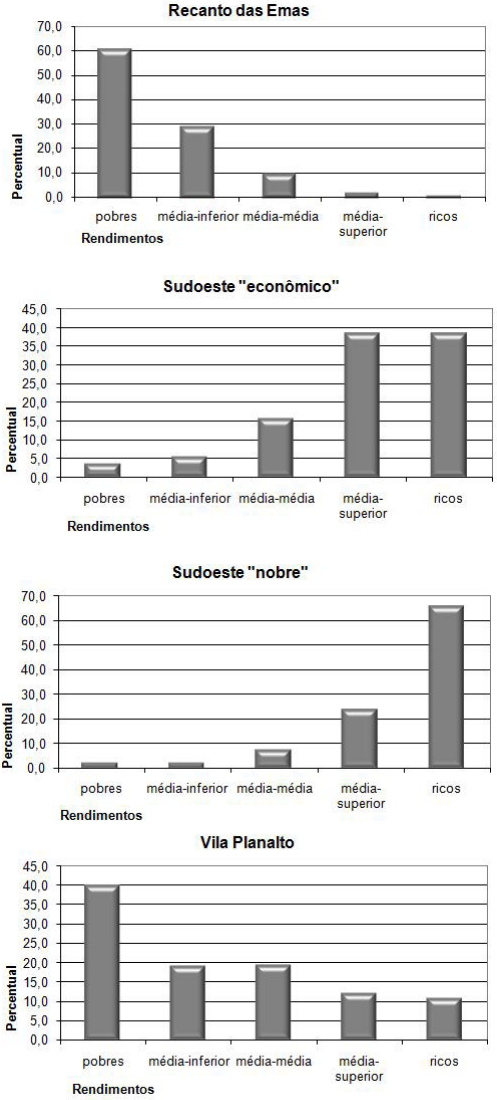


Fig. 51b. Rendimentos dos declarantes em amostra de oito áreas do Distrito Federal. (Fonte: IBGE, Censo 2000.)

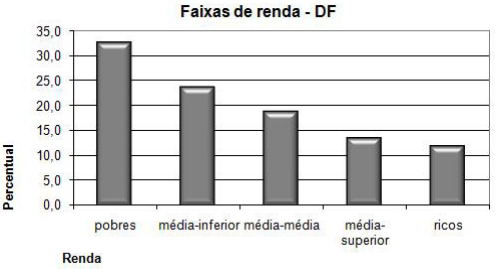


Fig. 52. Perfil de renda do Distrito Federal como um todo.

baixos de renda é quase o dobro daquele da Vila Planalto. Ainda assim, é significativo que a Vila Planalto, quase vizinha da Praça dos Três Poderes, esteja praticamente eqüidistante, em termos de padrões de renda, dos blocos *JK* (Asa Sul) e Recanto das Emas.

Os dados sugerem mais atenção aos tipos edilícios residenciais para os contingentes populacionais ainda por se localizarem no Plano Piloto e entorno imediato. Há áreas passíveis de ocupação urbana, como o Setor Noroeste (projeto preliminar pronto e Relatório de Impacto Ambiental em preparação) e áreas passíveis de incremento demográfico nas duas asas do Plano Piloto. Apenas o trecho sul da Via W-3 poderia absorver mais 20.000 moradores, pressupondo-se pequenas mudanças nas taxas de ocupação das quadras 500, o que as faria semelhantes às da Asa Norte. Vantagens das mudanças:

1) Oferta de configurações habitacionais ausentes nas superquadras;

2) Incentivo à renovação urbana por meio de novas taxas de ocupação, a favorecer a revitalização do local;

3) Maiores contingentes populacionais na Via W-3, criando maior demanda por comércio e serviços locais

e contribuindo para a revitalização da avenida, hoje com comércio e serviços decadentes (Figura 55).[121]

Do ponto de vista da macroescala territorial, é importante: 1) ão incentivar novos empregos na RA-1 (Brasília), utilizando-se as possibilidades remanescentes de ocupação apenas para habitação e seus equipamentos complementares, o que vale até para setores centrais desocupados, *e.g.*, Setor de Autarquias Norte (com a minimização do Estado, que parece irreversível, o setor continuará um imenso vazio urbano por décadas, salvo mudança de destinação de uso); 2) variar os tipos edilícios residenciais para contemplar estratos de renda inferiores. Não foi isso o que aconteceu no Setor Sudoeste, nem o que acontecerá no Setor Noroeste, mantida a configuração habitacional do projeto preliminar. Afinal, para que tempo estamos a projetar? Para um pressuposto futuro quando todos vão *virar, pelo menos, classe média* (COSTA, 1995), ou para a sociedade atual, com seus problemas e contradições? Enquanto esse futuro não chega, vamos admitir a existência dos *desconformes,* mas mantê-los longe da vista? Não. A única posição ética defensável é resgatar as lições de cidades do mundo inteiro, inclusive das brasileiras, onde os pobres têm guarida em locais próximos a empregos e serviços. No Recife, Salvador ou Rio, essa proximidade acontece por desvalorização de áreas insalubres ou perigosas – mangues, fundos de vale, encostas de morros –, mas também pela configuração urbana condizente com um poder aquisitivo mais reduzido (embora não seja a regra). A experiência de Brasília demonstra ser factível a segunda possibilidade, por meio de atributos arquitetônicos como tamanho do lote, dimensionamento do sistema viário, disponibilidade de

[121] Pormenores destes estudos estão em GARCIA *et al.*, *op. cit.*

Fig. 53. Vila Planalto. Sua localização relativa à Praça dos Três Poderes (canto inferior esquerdo na imagem acima) e exemplo de uma rua de casas mais simples (abaixo).

estacionamento, dimensão dos espaços verdes, mistura de usos, etc., que fazem certos lugares corresponderem melhor a determinados estilos de vida que a outros.

Infelizmente, a política urbanística em voga vai na contramão do que seria a desejar. Potencialidades de ocupação favorecidas pela construção do metrô não são aproveitadas e o crescimento da mancha urbanizada do Distrito Federal, de baixa densidade e com grandes vazios, implica uma dependência crescente do automóvel. Novos bairros próximos aos empregos do Plano Piloto destinam-se exclusivamente às classes média e média-alta. A manter-se tão lastimável cenário, Brasília continuará a reproduzir o espaço perverso atual e, mais que outras metrópoles do país, será atingida

por uma nova crise energética, aí incluída uma crise de combustíveis – apenas uma questão de tempo.

Lições vernáculas desprezadas

Planaltina (1810) e Brazlândia (década de 1930) eram, antes de Brasília, pequenas cidades de apoio no meio rural goiano. O tipo mórfico vernáculo permanece nos *setores tradicionais*: malha levemente irregular com muitos cruzamentos, mistura de usos, boa integração interpartes, fácil leitura. Quarteirões têm cerca de 100 x 100m e lotes variam em forma e tamanho. Edifícios ficam quase sempre na testada do lote, a definir claramente o espaço de ruas e praças; há pouco ou nenhum afastamento lateral e grandes quintais nos fundos. Edificações vernáculas remanescentes abrem suas portas diretamente para o espaço público, o que favorece encontros coletivos cotidianos no espaço público.[122]

Após a inauguração da Capital, novas áreas urbanas foram agregadas às cidades, desconsiderando-se os atributos arquitetônicos vernáculos. O contraste é flagrante: zoneamento especializado de uso, ausência de continuidade entre vias existentes e novas, quarteirões muito maiores, grandes áreas livres sem destinação definida, edifícios soltos a fazerem proliferar empenas cegas para o âmbito público, tudo resultando num espaço pouco informativo e de difícil apropriação. Exemplo emblemático é Planaltina: em 1966, implantaram-se um novo bairro residencial (Vila Buritis) e um *setor de integração*, que mais separa que une o novo bairro e a parte tradicional (Figura 56). Quarenta anos depois, o *setor de integração* ainda é sério problema morfológico no coração da cidade, com seus espaços mal definidos,

[122] Mais pormenores em Holanda, 2003.

Fig. 54. Blocos "JK" nas quadras "400" Sul

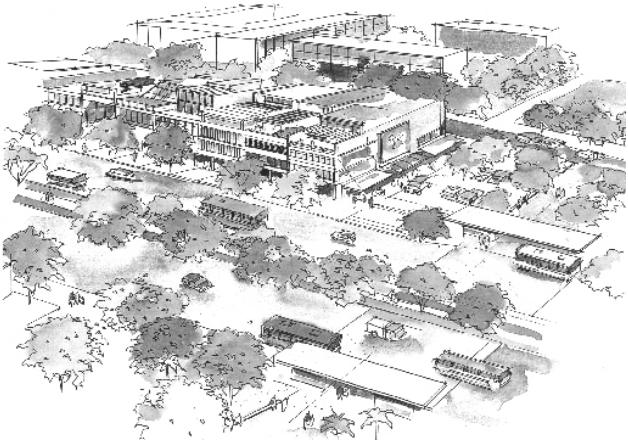


Fig. 55. Nova configuração proposta para a Via W-3.

pouco utilizados e degradados (MOURA, 2003; MOURA; HOLANDA, 2003).

Configurações populares perdidas

Em 1957, teve início a construção da barragem para formar o Lago Paranoá. Na vizinhança, surgiu a Favela do Paranoá, assentamento autoproduzido inicialmente pelos trabalhadores da barragem. Com o tempo, outros moradores uniram-se aos pioneiros. Após árdua luta pela permanência no lugar, os habitantes cederam à pressão por transferência para um local próximo. A favela foi riscada do mapa em 1989.[123]

A Favela do Paranoá foi testemunha da organização do espaço popular, comum em tantas cidades brasileiras – exemplo de como um assentamento autoproduzido é ordenado, todavia, por princípios diversos dos da Carta de Atenas. O mapa dos quarteirões e o mapa dos eixos de deslocamento revelam a ordenação (Figura 57). Hillier a denominou *roda deformada* (HILLIER, 1996): 1) eixos mais longos situados aproximadamente no centro cruzam-se entre si, cortam um grande número de outros eixos, perpassam boa parte da mancha urbana e são mais acessíveis a partir do conjunto do sistema; 2) eixos menores têm menos cruzamentos e são menos acessíveis (a Figura 57 ilustra com tons de cinza, das mais escuras às mais claras, os eixos mais acessíveis a toda a área urbana e os menos acessíveis, respectivamente). Nos grandes eixos, geralmente ficam as atividades de maior centralidade, e nos menores as residências. Os eixos maiores conferem legibilidade global ao lugar, ao contrário de um labirinto ao qual, erradamente, se equipara uma configuração como a

[123] Mais detalhes em Holanda, 2002.

do Paranoá: o labirinto não é diferenciado quanto a tamanho de eixos ou número de seus cruzamentos, e implica má legibilidade.

O espaço da Favela do Paranoá emocionava pela riqueza de sua configuração, comparável à das cidades medievais européias ou às coloniais brasileiras, em sua versão menos regular geometricamente (Figura 58) – uma lição de urbanismo que não mais se repetiria no Distrito Federal. O fator determinante da remoção foi a inadmissibilidade da existência, na metrópole futurista, de um tipo mórfico que, na visão oficial, representa o passado e o atraso. Esse olhar não consegue enxergar *cultura* abaixo da superfície evidente da miséria econômica. Hoje, as *favelas* são parcelamentos ilegais, empresariados por aproveitadores com a conivência do poder público, cuja geometria ortogonal favorece a implantação na calada da noite. Nada mais distante dos procedimentos de implantação e da configuração dos assentamentos auto-produzidos.

O saber urbanístico implícito na Favela do Paranoá é boa referência para a *Planaltina moderna*, já comentada, e para o desenho das demais cidades satélites. Curioso exemplo é o do Guará, a cerca de 15 km da Plataforma Rodoviária, exemplo de grafismo claro na prancheta e de difícil legibilidade na realidade (Figura 59). Quadras geometricamente regulares colam-se umas às outras, com pequenos deslocamentos. A via de entrada à cidade, macroelemento que poderia desdobrar-se em eixos estruturadores do conjunto, morre em junções em *T* nas vias periféricas das quadras. Daqui em diante, o tecido urbano desdobra-se em pequenos segmentos conectados por junções em *T* ou em *L*, aqui, sim, o labirinto por excelência. Comércio e serviços não estão

Fig. 56. À esquerda o "setor tradicional" de Planaltina; à direita a expansão de 1966. Note-se o contraste no tecido urbano.

na via de entrada da cidade, mas em vias segregadas das quadras. A via de entrada passa em meio a uma paisagem de fundos de lotes, longos muros cegos, terra de ninguém, em vez de ser definida por denso conjunto de edifícios para ela voltados, abrigando atividades de maior centralidade. No mapa dos eixos viários, as vias *quentes* são as mais desertas de pessoas. Estamos muito longe da urbanidade da Planaltina *tradicional* e do extinto Paranoá. Estamos muito longe das maiores lições urbanísticas da história.

Escala monumental – o símbolo distante

Há lições de desenho urbano no Plano Piloto de Brasília pouco exploradas nos textos apologéticos e ignoradas pela literatura crítica. Esta última sensibiliza-se com problemas locais, mas escapam-lhe os méritos

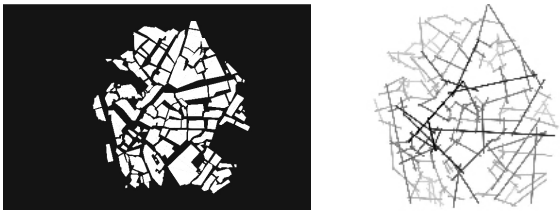


Fig. 57 - Quarteirões da antiga Favela do Paranoá (à esquerda) e mapa dos eixos de deslocamento no espaço público (à direita).

globais da organização espacial da cidade. Uma vez percorrida por inteiro, é fácil reconstruí-la na mente pela força de seus macroelementos – o Eixo Rodoviário e o Eixo Monumental – e pelo impacto dos edifícios emblemáticos da Esplanada dos Ministérios. Isso distingue a proposta escolhida dentre as demais no concurso do Plano Piloto para a Capital, carentes da grandeza que confere a Brasília sua forte legibilidade global e a torna inesquecível (Figura 60).[124] Aqui reside sua inconfundível identidade, posicionando-a junto a marcantes realizações urbanísticas de todos os tempos, como Teotihuacán, sítio arqueológico pré-Colombo, na atual Cidade do México (*Avenida dos Mortos*), Washington (*Mall*), Paris (*Champs Elysées*) (Figura 61).

Dada a qualidade fundamental da cidade, a política urbanística deve visar à *intensificação do uso de tão excepcional espaço* por parte dos habitantes e visitantes. Carece completar a proposta original do Eixo Monumental, não só com os edifícios emblemáticos ainda por construir, *e.g.*, Biblioteca Pública e Museu Nacional, já em obras. Falta implantar um traço fundamental da proposta de Lucio Costa: espaços para comércio e serviços

[124] Os aspectos estão mais longamente discutidos em Kohlsdorf; Kohlsdorf; Holanda, 2003.

Fig. 58 - Acima, Paranoá, Diamantina (Brasil) e, abaixo, Perouges (França)

complementares às atividades principais da Esplanada, indicados nos esboços iniciais para a área (Figura 62). Os blocos dos ministérios seriam interligados por edifícios mais baixos para abrigar os usos.

Os novos serviços convidariam a uma rápida parada dos motoristas a caminho de casa através da Esplanada, cujo fluxo veicular se intensificou depois de construída a Ponte JK, a terceira sobre o Lago Paranoá. Mais vantagens:

1) Os que trabalham no local economizariam viagens feitas para serviços hoje ausentes, particularmente na hora do almoço;

2) Os serviços induziriam uma maior presença no lugar também após o horário comercial, a beleza do espaço a convidar para uma relaxante *happy hour*, hábito comum no centro do Rio de Janeiro – *Cinelândia*, por exemplo;

3) O espaço aberto ganharia em definição, superando-se a inadequada descontinuidade entre os blocos

Fig. 59 - Cidade satélite do Guará, DF.

ministeriais, problema inexistente na proposta original; 4) Toda a Esplanada ganharia em urbanidade ao incorporar contingentes populacionais além daqueles que meramente ali trabalham;

5) O emblemático espaço seria *mais vivido instrumentalmente por dentro*, do que *apenas visto simbolicamente de fora*;

6) A Esplanada estaria mais próxima dos *Champs Élysées* ou do *Mall* de Washigton, referidos por Lucio Costa nos textos.

Em vez de incentivos ao uso e permanência no local, vê-se o contrário – a paranóia radicaliza pela implantação de mais barreiras: novos espelhos dágua restrigem a aproximação aos edifícios (*e.g.*, Congresso, Palácio do Planalto); incompreensíveis cercas maculam a Praça dos Três Poderes, o que prejudica sua mais plena

Fig. 60 - Vista aérea do Plano Piloto de Brasília, que ilustra a forte legibilidade de seus macroelementos: o Eixo Rodoviário e o Eixo Monumental.

apropriação; obstáculos impedem o acesso a lugares antes franqueados à visitação, como a plataforma do Congresso onde pousam as duas conchas; a umas centenas de metros dali, quase 240 hectares de cerrado foram isolados e denominados *área de segurança da Presidência da República* (Figura 63). O Palácio do Catete não precisava disso; dele não precisam a Casa Rosada, a Casa Branca, o Number 10 da Downing Street, etc.

Centro *descosturado*

Lucio Costa propôs um edifício debruçado sobre a Plataforma Rodoviária, conectando os dois setores de diversões, norte e sul:

> O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua expansão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de

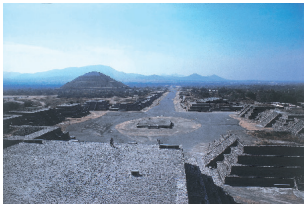
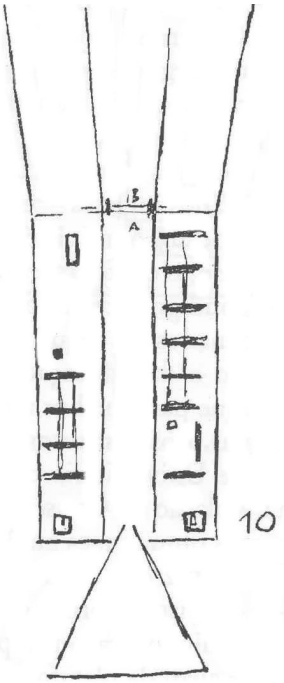


Fig. 61 - Precedentes históricos de Brasília na utilização de macroelementos estruturadores: Acima, Teotihuacan, México, Mall, Washington. Abaixo, Champs Elysées, Paris.



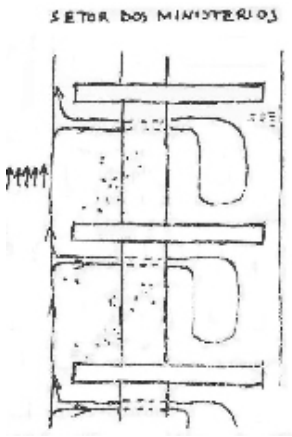


Fig. 62 - Esboços de Lucio Costa constantes do Relatório do Plano Piloto de Brasília, indicando os edifícios mais baixos que conectariam os blocos ministeriais mais elevados

> garantir continuidade à perspectiva. E os andares previram-se envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc. tenham vista, de um lado, para a esplanada inferior, e, do outro, para o aclive do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e, mais acima, para a torre monumental das estações rádio-emissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral (COSTA, 1995).

Nada se construiu – resta um imenso buraco no coração da cidade (Figura 64). A Plataforma Rodoviária é uma das contribuições mais fortes e originais de Lucio Costa no projeto de Brasília, ao trazer para o coração da cidade algo que normalmente se situa em lugares periféricos ou desprivilegiados. Valorizá-la com o elemento previsto fortaleceria a qualidade do lugar. Como está, a Plataforma Rodoviária é antes um obstáculo que um elemento integrador entre os setores a norte e sul do Eixo Monumental e a leste e oeste do Eixo Rodoviário. Recentemente, foi perdida uma oportunidade de ouro para sanar os problemas, quando da implantação da estação central do metrô. Ela poderia ter sido o ponto de partida de um complexo a sanar as descontinuidades.[125] Optou-se, todavia, por construir apenas uma estação subterrânea como mais um apêndice ao conjunto, que nada integra.

Esgarçamento da escala gregária

É instrutivo comparar os setores Comercial Sul (SCS) e Comercial Norte (SCN). Em geral, o urbanismo

[125] Projeto do arquiteto Paulo Zimbres propunha a estação como parte de um complexo definindo ligações norte/sul e leste/oeste. Lamentavelmente, não foi aprovado pelas instâncias decisórias (ZIMBRES, comunicação verbal).

moderno implicou a desconsideração dos espaços abertos das cidades. Contudo, Lucio Costa é dos poucos que tiveram sensibilidade para com o âmbito público. Confrontem sua proposta com o projeto de Rino Levi – imensas torres dispersas em *terra de ninguém*, em que desaparece qualquer definição do espaço público.[126] O plano de Lucio Costa tem *cunhas de urbanidade* que se imiscuem na predominante formalidade de sua concepção[127]. Comércios locais, Via W-3.[128] e Setor Comercial Sul realizam a *escala gregária*, são a *face urbana* da cidade formal.

No Setor Comercial Norte, o contraste com o seu irmão

[126] Outro exemplo está nos projetos contrastantes de Lucio Costa e de Le Corbusier para o campus da Universidade do Rio de Janeiro. (Comentados em Gorovitz, 1993.)

[127] Uso a dicotomia *urbanidade/formalidade* proposta em *O espaço de exceção* (HOLANDA, 2002).

[128] Mesmo que a atual Via W-3 não corresponda à proposta original, ela já constituía ali uma *potencialidade de urbanidade*.

Fig. 63 - A paranóia radicaliza: uma cerca na Praça dos Três Poderes e outra a isolar 2,4 km2 nas proximidades do Palácio da Alvorada (em destaque na ilustração).

sulino é gritante: total ausência de unidade plástica entre os edifícios; imensas manchas de estacionamento a corroer o espaço aberto; configuração intramuros com atividades coletivas introspectivas em *shopping malls* e similares; longos perímetros edificados desprovidos de portas, fazendo opacas as barreiras que definem o âmbito público. Tudo somado = verdadeiro pesadelo para o pedestre (e para motoristas providos de sensibilidade (Figura 65).

A lamentável situação do Setor Comercial Norte, todavia, não fere o estatuto do tombamento e leva-nos à triste constatação: a aplicação do estatuto tem *impedido mais* e *permitido mais* do que devia, concomitantemente. Impede mais do que devia ao bloquear, *e.g.*, a reforma da Plataforma Rodoviária em termos assemelhados aos da proposição original.[129] Permite mais do que devia ao não se contrapor a uma situação como a do SCN. Não se trata de *censura estética*, às vezes brandida como justificativa para não se fazer mais do que já é feito e pela qual se evitariam *arcos romanos* ou congêneres.[130] A experiência internacional mostra que a preservação do patrimônio exige estatutos mais criteriosamente definidos, que não incluem necessariamente a questão do *estilo*. Ao trabalhar as variáveis do vocabulário arquitetônico, permitem a reprodução da unidade da paisagem – ou a sua melhoria – a partir de leis de configuração, sem apelar para pastiches.

Âmbito público privatizado

Invasões do espaço público no Plano Piloto de Brasília são temas recorrentes na imprensa, principalmente os

[129] Projetada por Paulo Zimbres, mas não implantada.

[130] Já temos o nosso arco romano, construído próximo à Ponte Costa e Silva, Lago Sul.

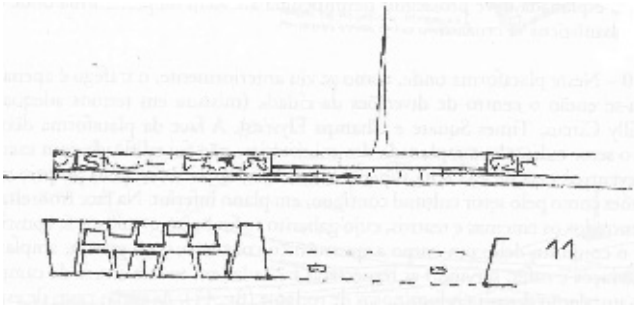


Fig. 64 - O "buraco" entre os setores de diversões sul e norte, ao longo da Plataforma Rodoviária (ao lado). O projeto de Lucio Costa para o lugar nunca foi implantado (acima).

puxadinhos dos comércios de entrequadra e a ocupação da orla do Lago Paranoá. Quanto aos comércios, Grupo inter-institucional (IPHAN, DePHA, IPDF, Região Administrativa-1) realizou exaustivo trabalho de levantamento das ocorrências, diagnóstico da situação e reproposição para as áreas (IPHAN, DePHA, IPDF, 1999). Sem entrar nos méritos do trabalho (são muitos), os cenários alternativos para a regularização do problema especulam com o avanço da área construída sobre a área verde das superquadras residenciais, avanços que variam de cenário a cenário: 3, 4, 5 ou 6 metros.

As origens do problema são várias, da configuração arquitetônica do lugar ao desleixo (para dizer o mínimo)

do governo local na fiscalização e controle das normas urbanísticas vigentes. Quanto à configuração, não é por acaso que, na Asa Sul, as invasões são mais freqüentes: ao implicar fachada de fundos para as superquadras e contar com extensa área verde freqüentemente malcuidada e maldefinida, foi quase natural construir os *puxadinhos* aumentam a área útil comercial.[131] Contudo, o desleixo do poder público é gritante, ao deixar existir durante décadas uma situação irregular. Cabe aos especialistas em direito urbano entrar no mérito das injunções legais envolvidas numa eventual reversão radical do processo, i.é, a volta aos padrões originais de ocupação. Aqui será comentado tão-somente o mérito urbanístico das ampliações propostas – os *cenários*.

As ampliações são injustificáveis, com diversas implicações quanto ao desempenho urbanístico da área:

1) Significam maior freqüência de usuários em um lugar desprovido de condições para abrigar os veículos correspondentes (para uma população altamente motorizada);

2) Encarecerão as propriedades: mais área implica um maior faturamento dos estabelecimentos, junto com uma valorização imobiliária;

3) Estabelecimentos maiores e financeiramente mais fortes virão em detrimento dos estabelecimentos menores, menos ainda os de caráter familiar (a permissão de facultar o remembramento das parcelas

[131] O estudo citado revela que a área construída das invasões em áreas públicas na Asa Sul é de 44% da área construída legal, enquanto na Asa Norte o índice baixa para apenas 11%. (IPHAN, DePHA, IPDF, 1999.)

Fig. 65 - Contraste entre os espaços públicos do Setor Comercial Sul e Setor Comercial Norte.

originais que possibilitam a ocupação de um bloco inteiro por um só estabelecimento, comumente bancos, é urbanisticamente equivocada, mas juridicamente legal);

4) Malgrado as críticas que se fazem à inadequação das dimensões originais das parcelas (muito exíguas, segundo reza o discurso), são inúmeros os pequenos estabelecimentos bem sucedidos em parcelas com *dimensões originais*.

Estabelecimentos maiores contam com localizações alternativas no Plano Piloto, vizinhas às superquadras, a exemplo da Via W-3 (alguns dinâmicos *points* já surgiram aqui). Melhor ainda seria implantar idéias de projeto de revitalização da Via[132] que propõe criar pólos culturais e de alimentação em praças adequadas, combinados a amplos espaços para estacionamento. As propostas de regularização dos comércios de entrequadras mediante a ampliação da área construída fazem deles lugares diferentes da proposta original, não em *benefício* da qualidade urbana, mas em *detrimento* dela.

[132] Projeto de revitalização da Via W-3, de autoria de Claudia da Conceição Garcia, Eliel Américo Santana da Silva, Frederico de Holanda, Gabriela de Souza Tenorio e Geraldo Sá Nogueira Batista, relatado em Holanda (2003).

Quanto à orla lacustre, os problemas têm origem na relação cidade/lago e no modo de ocupação das margens, desde o projeto. Lucio Costa assim definiu a relação:

> Evitou-se a localização dos bairros na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades de toda a população urbana. *Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água (COSTA, 1995).*

Contudo, a distância entre cidade e lago era muito grande (por recomendação do júri foi reduzida em cerca de 500 m; mesmo assim, a orla manteve-se segregada). Por outro lado, ao admitir-se alguma privatização das margens (assinalada em itálico na citação acima), em contraste com a tradição brasileira de se manterem públicas as áreas lindeiras a corpos dágua (rios, lagos, mar) (COUTO, 2002),[133] criou-se precedente que fez da exceção a regra: além dos clubes e restaurantes, surgiram centros de convenções, conjuntos de cinema *multiplex* com praças de alimentação, academias de ginástica e apartamentos de luxo cada vez menos disfarçados de hotéis, como reza um anúncio: *um novo estilo de viver em residenciais com serviço.*[134] Na orla próxima às residências unifamiliares, a regra é a expansão do lote até a água, avançando sobre a área verde que deveria

[133] A autora compara a tradição brasileira de manter públicas as áreas lindeiras a corpos dágua à tradição privatista européia e norte-americana.

[134] O lançamento – *Ilhas do Lago* – é um condomínio fechado em terreno de 64.252,57 m² na orla, ao lado da Concha Acústica, no Setor de Clubes Esportivos Norte. Do anúncio: "Nossa ilha é cercada de água, muitos parques, jardins e qualidade de vida."

permanecer pública. De ambos os lados, as poucas áreas remanescentes não são bem equipadas. Quando o são, o acesso não é fácil e as funções inibem a apropriação popular – *e.g.*, os restaurantes caros do *Pontão* no Lago Sul. A procura por espaços de lazer na orla é intensa nos poucos trechos de acesso franco (Figura 66), a demandar qualificação que potencialize o usufruto de tão privilegiado sítio.

Eixão da morte

O apelido do Eixo Rodoviário conota uma das questões morfológicas mais delicadas de Brasília. A proposta original é uma *rodovia* que leva ao centro da cidade partindo-a em duas – a *Brasília oriental* e a *Brasília ocidental* (Figura 67). O caráter linear da cidade perdeu força no tempo ao acrescentarem-se novas fileiras de quadras paralelas ao *Eixão* (outra denominação do macroelemento urbanístico): as quadras *400*, *600*, *700* e *900*. Se a separação em duas metades já era problemática na solução original, a questão agravou-se pela geração intensa de fluxos transversais de pedestres e veículos, fruto da incorporação das novas quadras. É desconfortável utilizar as passagens subterrâneas disponíveis: são separadas por grandes distâncias, exigem esforço de descida e subida pela diferença de nível que implicam, são malconservadas (como de resto em todo o mundo). Resultado: na luta com os veículos em alta velocidade, o pedestre é derrotado (a velocidade máxima de 80 km/h é geralmente obedecida apenas nos pontos onde há radares de controle).

O problema é controverso. Há alguns anos o IAB-DF realizou concurso de idéias sobre o Eixo Rodoviário. Analogamente à historinha do rei nu, a proposta

vencedora foi feita por adolescentes sugeriam a mais razoável das soluções: repensaram o espaço como generosa avenida semaforizada com canteiro central, contrariando a idéia original de rodovia.[135] Tecnologias modernas como as *ondas verdes*[136] pouco reduziriam a intensidade do fluxo, mas aumentariam a segurança do pedestre. A substituição da atual faixa central por canteiro arborizado amenizaria a paisagem com benéficos resultados bioclimáticos e visuais e aumentaria a segurança do pedestre ao servir de refúgio a meio caminho da travessia das *6 faixas de rolamento veicular*.[137] As medidas fariam do *Eixão* algo mais próximo de um imenso e agradável *bulevar*, a constituir outra reminiscência da *filiação francesa* de Brasília, referida por Lucio Costa.[138] Sim, teríamos um novo atributo urbano, todavia não contraditório com a essência do estatuto do tombamento: as escalas da cidade. Em nada o novo Eixo, arborizado e semaforizado, teria reduzida sua força enquanto macroelemento estruturador da imagem urbana. Uma proposta nesse espírito somente

[135] O concurso de idéias foi aberto a toda a população. Classificou-se em primeiro lugar a proposta dos adolescentes Danilo e Tatiana Furtado, que teve por colaborador o arquiteto Aleixo Furtado.

[136] A tecnologia está implantada em outros eixos viários de Brasília, como em parte do Eixo Monumental e na Via W-3.

[137] A largura de cada faixa de rolamento e do canteiro central é de 3,50 metros, totalizando 24,5 metros de asfalto a ser cruzado, somente na parte central do Eixo Rodoviário. A largura das faixas poderia ser reduzida a 3,15 metros (padrão internacionalmente aceito), a permitir um canteiro central contínuo com 6,2 quilômetros de extensão e 5,60 metros de largura, em cada Asa do Plano Piloto, com bancos para repouso e contemplação, arborização, faixas para pedestres, etc.

[138] "Conquanto criação original, nativa, brasileira, Brasília – com seus eixos, suas perspectivas, sua *ordonnance* – é de filiação intelectual francesa. Inconsciente embora, a lembrança amorosa de Paris esteve sempre presente.(COSTA, 1995, p. 282.)".

Fig. 66 - A orla lacustre para a elite (Pontão do Lago Sul, esquerda) e a orla popular (Setor de Clubes Norte, direita).

não é implantada dados os arraigados preconceitos que presidem o olhar sobre a cidade. A situação atual é indiscutivelmente inadequada, *literalmente* criminosa: mata gente.[139] Parte dessas mortes pode ser atribuída a outros fatores, exceto o desenho, mas é tapar o sol com a peneira ignorar a contribuição urbanística para essas ocorrências fatais. É continuara a acreditar nas belíssimas vestimentas do rei nu...

Epílogo: os condomínios fechados e a morte do espaço público

A negação da urbanidade implicada no desprezo das lições da cidade vernácula, na inadmissibilidade das configurações populares das favelas, no empobrecimento de espaços centrais do Plano Piloto, tem seu ápice na morte do espaço público representada pelos condomínios horizontais que cobrem hoje boa parte do Distrito Federal, Brasília a repetir processo semelhante ao de outras cidades brasileiras. Salvo pequenos parcelamentos onde surgem comércio e serviços para atendimento à vizinhança, proliferam cercas e guaritas que definem lugares cujo uso se reduz à circulação

[139] Em 2003, o Eixo Rodoviário contribuiu com 13 ocorrências fatais, situando-se entre as vias campeãs de acidentes com mortes no Distrito Federal. (*Correio Brasiliense*, 20.02.2004)

Fig. 67 - O Eixo Rodoviário. A distância interfachadas dos blocos das superquadras é de 210 metros; desses, aproximadamente 52 metros são ocupados por faixas de rolamento asfaltadas (circa 25%).

veicular – e uns poucos infelizes pedestres em busca das paradas de transporte coletivo, precário, raro e caro.

Contudo, as características peculiares da Capital facultam grande margem de manobra para o enfrentamento dos problemas, particularmente as grandes superfícies livres e um sistema viário superdimensionado. Várias medidas podem contribuir para reverter a trajetória perversa: ocupação de sítios cuja destinação original perdeu o sentido; intensificação de uso da faixa de domínio do metrô, nos percursos atuais e futuros, com empregos e habitação de alta densidade; implantação de faixas exclusivas para transportes coletivos nos eixos arteriais; implantação de eixos de atividades e de habitação em alta densidade que *costurem* o tecido urbano hoje rarefeito e descontínuo dos condomínios fechados; medidas pontuais aventadas neste texto, etc. Os limites para a ação vêm se estreitando. Não alterar no curto prazo as políticas urbanísticas atuais pode comprometer seriamente o futuro da cidade. É urgente abandonar as posições fundamentalistas que presidem os debates e impedir que preconceitos deixem passar ao largo a *realidade* da cidade.

Referências bibliográfica

COSTA, J. K. B.; HOLANDA, F. Urbanidade ma non troppo. In: **Paranoá** – periódico eletrônico de arquitetura e urbanismo. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/paranoa.htm.

COSTA, L. **Lucio Costa:** registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COUTO, B. A barra [da Tijuca] e a morte anunciada da cidade [maravilhosa]: o capital imobiliário, os urbanistas e a vida urbana no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização Brasileira**: Redescobertas. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003, p. 115-116.

GARCIA, C.; SILVA, E.; HOLANDA, F.; BATISTA, N. Passado, Presente e Futuro de Uma Avenida Moderna: W-3, Brasília. In: HOLANDA, Frederico (org.). **Arquitetura & Urbanidade.** São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003, pp. 60-99.

GOROVITZ, M. **Brasília, uma questão de escala.** São Paulo: Projeto, 1985.

GOROVITZ, M. **Os riscos do projeto - contribuição à análise do juízo estético na arquitetura**. São Paulo/ Brasília: Edunb/Studio Nobel, 1993.

HILLIER, B. **Space is the machine.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
HOLANDA, F. **O espaço de exceção.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, F. (org.). **Arquitetura & Urbanidade.** São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003.

HOLANDA, F. Uma ponte para a urbanidade. In: HOLANDA, Frederico (org.). **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003.

HOLANDA, F. A trajetória perversa: danificar qualidades e amplificar problemas. In: RIBAS, Otto (org). **Visões de Brasília – patrimônio, preservação & desenvolvimento.** Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2005, pp. 77-92.

HOLANDA, F.; KOHLSDORF, M.; KOHLSDORF, G. Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil – **Anais** em CD-ROM. São Carlos: Depto. de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003.

IBGE. Base de informações por Setor Censitário. Censo 2000. Resultados do universo. Distrito Federal. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2002 (em CD-ROM).

IBGE. Base de informações por Setor Censitário. Censo 2000. Resultados do universo. Distrito Federal. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2002 (em CD-ROM).

IPHAN, DePHA, IPDF, **Região Administrativa RA-1.** Comerciais locais Norte e Sul do Plano Piloto de Brasília: Diretrizes para gerenciamento de sua ocupação. Brasília: s.n., 1999.

KOHLSDORF, M. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996).

KOHLSDORF, M.; KOHLSDORF, G.; HOLANDA, F. **Brasília:** Permanências e Metamorfoses. Brasília, s.n., 2003.

MACHADO, L.; MAGALHÃES, T. Imagens do espaço: imagens de vida. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão.** São Paulo: Projeto, 1985.

MOTA, A.; HOLANDA, F.; SOARES, L.; GARCIA, P. Brasília Nasceu Excêntrica? VI Seminário de Estudo da História e do Urbanismo – **Anais** em CD-ROM. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRGN, 2000.

MOURA, A. **Um centro urbano para Planaltina**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOURA, A.; HOLANDA, F. From vernacular to collage city. In: Space Syntax – 4th International Symposium – **Proceedings**. London: Space Syntax Laboratory, 2003, pp. 39.1-39.12 e em www.unb.br/fau/dimpu.

NUNES, B. A lógica social do espaço. In: PAVIANI, Aldo, GOUVÊA, Luiz Alberto de (orgs.). **Brasília: Controvérsias Ambientais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Flexibilidade espacial: entre o princípio e o mito

Luiz Amorim

Sobre espaço e domesticidade

O espaço da moradia do homem vem mudando ao longo do tempo, adaptando-se permanentemente a diversos requerimentos, sejam eles de natureza social, tecnológica, econômica ou mesmo política. Mudanças na organização social – códigos de comportamento e composição familiar –, da mesma forma como a introdução de equipamentos domésticos, do mais tosco fogão a carvão até o mais sofisticado microondas, estão espelhados na forma de organização das nossas moradias. Estão presentes na forma como visitantes são introduzidos e recebidos em nossas casas, como as atividades domésticas são distribuídas no seu interior e no exterior também, e, principalmente, na forma como são previstas as interações entre dos habitantes e dos habitantes e visitantes.

As transformações ocorridas nas moradias recifenses nos últimos séculos são um exemplo de como esse processo ocorre e uma análise diacrônica de um conjunto de residências pode demonstrar esse processo e explicitar como ele ocorreu, revelando rupturas e continuidades na sua estrutura organizacional.

Este estudo procura demonstrar que as transformações ocorridas no espaço doméstico do Recife, entendido como exemplo de um fenômeno mais universal, ocorreram no sentido de modificar estruturas espaciais diacronicamente adaptáveis em sistemas sincronicamente orientados, ou seja, procura demonstrar que as residências pré-modernas, estilisticamente identificadas por suas expressões vernáculas coloniais e ecléticas, são constituídas por planos flexíveis, manifestações primárias

de requerimentos de controle social, onde funções e usuários podem migrar de uma célula para outra de acordo com a conveniência, enquanto as residências modernas expressam prescrições compositivas de natureza funcional. As casas pré-modernas impõem restrições de comportamento (leis sociais) no uso de um plano flexível, enquanto as casas modernas apresentam imbricadas no seu próprio leiaute as restrições ao uso dos espaços.

Sobre teoria, método e alguns exemplares para estudo

Para demonstrar essa hipótese, estudaremos a organização espacial de exemplares típicos de fases significativas da arquitetura (vernáculo colonial, ecletismo e modernismo) e da sociedade (patriarcal, semipatriarcal e moderna) recifense. O procedimento analítico é simples, fundamentado na teoria da lógica social do espaço, como foi formulada por Hillier e Hanson (1984). Seus autores defendem a idéia de que a organização espacial de edifícios (e espaços urbanos, também) é a expressão de valores socialmente constituídos e que, conseqüentemente, a identificação de padrões espaciais podem levar-nos ao entendimento dos valores sociais que os geraram. A leitura dos padrões espaciais é possível por meio de ferramentas analíticas fundamentadas na representação topológica de três dimensões básicas de arranjos espaciais: axialidade, convexidade e campos visuais (Figura 68). A axialidade refere-se aos aspectos unidimensionais do espaço que representam sinteticamente acessibilidade e visibilidade. Essa é uma dimensão global, já que as linhas axiais estabelecem conexões entre as diversas partes do sistema espacial, estando ela intimamente

ligada a movimento. A convexidade, por sua vez, refere-se às dimensões mais locais, estabelecidas pelas propriedades bidimensionais. Os espaços convexos, aqueles em que todos os pontos envolvidos pelo seu perímetro são visíveis ou interconectados entre si, são mais apropriados para a interação das pessoas e o desenvolvimento de atividades. Finalmente, os campos visuais são representações não-convexas do campo visual oferecido por sistemas espaciais, informações importantes para facilitar a orientação, a fruição estética e a co-ciência de outros usuários. Neste estudo, serão exploradas apenas as dimensões convexas, suficientes, acreditamos, para demonstrar como a flexibilidade do arranjo espacial doméstico foi sendo alterada ao longo do tempo.

A representação dessas dimensões espaciais é chave. Porém, elas precisam ser descritas objetivamente para permitir estudos comparativos mais efetivos e descrições mais elegantes dessas propriedades. Um instrumento interessante vem da matemática: a teoria dos grafos. A teoria dos grafos oferece-nos o instrumento para uma análise topológica (relacional) das diversas dimensões espaciais descritas acima. A Figura 69 mostra como a representação convexa do plano e sua posterior transformação em um grafo são feitas. O mapa convexo é composto do menor número de maiores unidades, e o grafo é desenhado a partir da representação de cada espaço como um nó (círculo), e a conexão entre eles, por uma linha. Nessa representação preliminar, pode ser percebido como os diversos espaços da casa estão diferentemente relacionados entre si: alguns são acessíveis por apenas uma porta, outros são francamente abertos para a comunicação com os seus vizinhos. A

justificação do grafo,[140] tendo como referência o espaço externo, oferece um retrato preciso da forma pela qual acesso e movimento são construídos no interior da casa.

Se agora os espaços forem identificados de acordo com os seus usuários e as atividades desempenhadas neles, sendo classificandos de acordo com as suas propriedades comuns, poderemos identificar como atividades e pessoas foram distribuídas no espaço doméstico ao longo do tempo (AMORIM, 1997; 1999). Essa simples estratégia de representação está fundamentada na idéia de que o edifício, como qualquer sistema espacial com fins de ocupação, é concebido sob a égide de três regras básicas: a) aquelas que emergem da própria configuração espacial, de forma tal a estabelecer um campo de possibilidades de arranjo de unidades espaciais; b) aquelas que emergem das relações sociais, ou seja, fazem parte do conjunto de práticas sociais que forjam as diversas sociedades humanas, e c) aquelas que emergem da própria configuração espacial e estabelecem um campo de probabilidades para o estabelecimento de novas práticas sociais. Dessa forma, compreendemos que configuração espacial é ao mesmo tempo uma expressão das possibilidades compositivas espaciais, devidamente selecionadas para atender aos predicados sociais e funcionais de um determinado grupo social, em um determinado tempo, e que essa mesma configuração carrega em si as regras que estabelecem as possíveis interações entre os diversos membros desse grupo social, de tal forma que o encontro e a percepção da eminência de novos contatos sociais têm como mediadora a própria estrutura espacial.

[140] O processo de justificação de grafos foi concebido por Hillier, consistindo no seu ordenamento a partir de uma célula e posicionado as demais células um nível acima, de acordo com a acessibilidade entre elas.

Algumas residências e suas propriedades espaciais

Estabelecidos os pressupostos teóricos e as formas de representação e descrição das unidades habitacionais, podemos deter-nos no exame de alguns edifícios característicos da arquitetura doméstica do Recife. Foram selecionadas três unidades habitacionais de pequeno porte, com o número de espaços convexos semelhantes, para facilitar a comparação entre elas. Vale salientar, no entanto, que o aspecto dimensional não condiciona a distribuição de atividades e usuários no espaço doméstico (AMORIM, 1999).

A casa colonial

Os sobrados coloniais do Recife já foram caracterizados por vários autores como reproduções de um mesmo modelo. Vauthier (1975) talvez tenha sido o primeiro a caracterizá-los mais precisamente e a cunhar a frase: *quem viu uma casa brasileira, viu quase todas*. Trigueiro (1994), em seu estudo sobre as transformações e continuidades nas moradias recifenses construídas entre o século XIX e o primeiro quartel do século XX, demonstrou que essa homogeneidade não é tão consistente quanto Vauthier afirmava. Seu estudo demonstra que, apesar da distribuição semelhante de cômodos dentro da lógica *sala de visitas-corredor-quartos-sala de jantar-quintal*, a forma como são conectados entre si gera distintos padrões de acessibilidade.

Ora, essa aparentemente simples descoberta demonstra algo de fundamental importância: espaço e forma são variáveis independentes da arquitetura. Esse resultado, fundamentado em uma série de estudos configuracionais pode ser tomado como o argumento inicial do nosso estudo: formas semelhantes podem apresentar

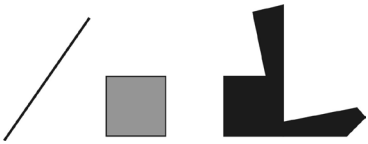
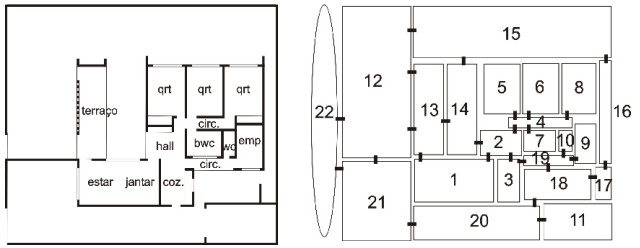


Fig. 68 - Dimensões espaciais: linha axial, espaço convexo e isovista, respectivamente.



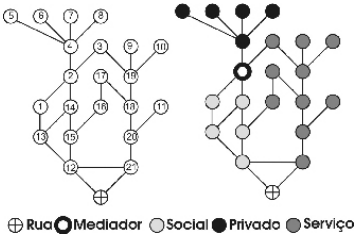


Fig. 69 - Representação: planta baixa, mapa convexo, grafo justificado e grafo dos setores
Fonte: AMORIM, 1999.

estruturas espaciais diversas e, conseqüentemente, oferecer possibilidades diversas para o uso e a ocupação dos espaços.

No entanto, Trigueiro encontrou *continuidades* entre as residências estudadas, entendidas como expressões culturais impressas na forma de morar. Não cabe aqui um detalhamento dos resultados obtidos por Trigueiro, mas ressaltar a importância do seu estudo para o entendimento do quadro que construiremos a seguir, estudo esse baseado em outros procedimentos metodológicos, mas fundado nos mesmos atributos utilizados pela autora.

Vamos observar agora a residência representada na Figura 71. Trata-se de uma típica residência de porta-e-janela, como costuma ser chamada no Recife. Podemos notar a repetição do modelo *visitas-corredor-quartos-jantar-quintal*, mas podemos também observar algumas propriedades referentes à forma de distribuição de atividades e usuários no espaço da casa. O mapa convexo revela-nos que o número e a forma de cada espaço convexo corresponde exatamente ao número e à forma dos diversos cômodos da casa. É um plano simples, compartimentado, em que a transição entre os cômodos corresponde à transição entre os espaços convexos, diferentemente do que acontece em um edifício moderno, como veremos em seguida. O grafo justificado pelo exterior da casa – a rua, revela-nos como o padrão de acessibilidade é construído. Notamos que o grafo é bastante profundo e que existem alguns anéis, circuitos que oferecem opções de movimentação para os usuários da casa. Alternativas de movimento são importantes em alguns sistemas espaciais, porque possibilitam chances ocasionais de encontros, gerando potenciais interfaces entre as diversas categorias de usuários.

Se agora identificarmos no grafo os diversos espaços pelas categorias *atividades* e *usuários*, esse grafo tornar-se-á mais ilustrativo (Figura 71). As categorias e o processo de classificação utilizados nesse conjunto de habitações pré-modernas foram estabelecidos pela consulta a diversos estudos sobre arquitetura (VAUTHIER, 1975; SMITH, 1975) e sociedade (BESSE, 1996; FREYRE, 1964, 1981) recifense, mas também descrições de viajantes (GRAHAN, 1824; KIDDER, 1845; KOSTER, 1816) e literatura oitocentista (VILELA, 1984; FERNANDES,

1908).[141] As categorias *atividades* e *usuários* foram agrupadas em três setores: *de visitas* (v), onde estranhos ao universo familiar são recebidos, mais formalmente quão socialmente bem posicionada a família for; *da família* (f), onde as atividades diárias são desenvolvidas e membros da família interagem, seja em atividades comunitárias, quanto naquelas de maior privacidade,[142] *de serviço* (s), onde as atividades de manutenção doméstica são desenvolvidas, predominantemente por escravos e mulheres.

O que podemos perceber claramente é que o conjunto de espaços dedicados às atividades de serviço encontra-

[141] Para um maior detalhamento do processo de classificação consultar Amorim (1999).

[142] Notar que o atual conceito de privacidade é bastante diverso daquele comungado pelos habitantes da casa colonial. Adultos e homens têm prioridade sobre jovens e mulheres, estabelecendo, portanto, desigualdades na forma de uso e restrição de acesso aos espaços da casa. Vale salientar que, ao escravo, não lhe cabia privacidade alguma.

Fig. 70 - Rua do Bom Jesus, Recife. Desenho de L. Kraus, litogeravura de F. H. Carls. Fonte: Álbum de Pernambuco e seus arredores, 1878. Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

se agrupado na parte mais profunda da casa, mais afastado das visitas. Esse conjunto de espaços é apenas acessível através dos espaços de uso cotidiano da família, possibilitando a interação e o controle mútuo dos membros da família. Finalmente, o visitante encontra-se isolado na parte mais rasa da casa: aquela de acessibilidade direta da rua. O único espaço que faz parte deste setor é conectado ao corredor e à primeira alcova, possivelmente de uso do chefe da família (SMITH, 1975). Essa alcova tem dois acessos: um para a sala de visitas e outro para o corredor. Essa dupla permeabilidade é uma importante característica da casa colonial, pois confere certa flexibilidade ao uso dos espaços, fundamental para garantir que numa residência de pequenas dimensões, constrita aos limites extremos do lote, movimentos alternativos sejam gerados. No momento da chegada de um visitante inesperado, a porta voltada para o corredor permite que todos os necessários arranjos domésticos sejam feitos sem ser percebidos pelo visitante, e a porta voltada para a sala possibilita o surgimento de um dos membros da casa no cenário da recepção, revelando o mobiliário e a cuidadosa arrumação do quarto. Outras cenas podem ser imaginadas.

Observemos, ainda, que os diversos setores apresentam formas muito próprias de se conectarem entre si, característica fundamental, aliás, porque é através destes *portais de intermediação* que diferentes categorias de usuários (visitantes, habitantes e escravos) terão a oportunidade de se encontrar. Mas observemos, também, que existem diferentes formas de estruturação interna dos setores, ou seja, estabelecendo como membros da mesma categoria podem interagir (ver Figura 71). Uma propriedade que emerge, comum aos setores, é a inexistência de anéis internos. As alternativas de movimento na casa são

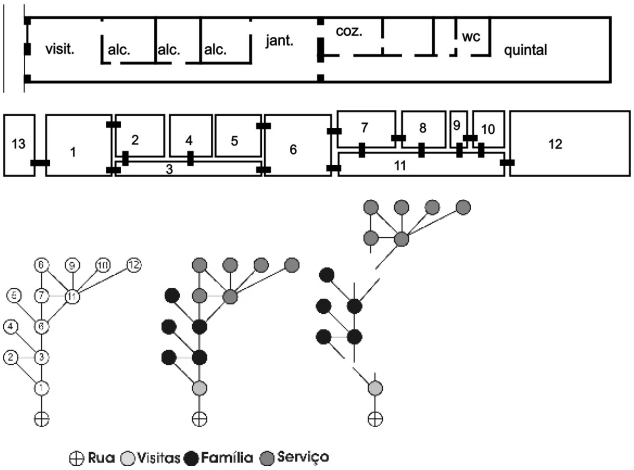


Fig. 71 - Residência colonial. Planta baixa, mapa convexo, grafo justificado e grafo dos setores, respectivamente. Fonte: AMORIM, 1999.

apenas possíveis com a transposição dos limites de cada setor. Dessa forma, aquele ou aqueles que comandam as ações domésticas podem transitar com mais liberdade e exercer eficientemente o seu papel controlador. Por outro lado, alguns setores são mais permeáveis do que outros: o setor de serviço é menos permeável, e o setor de visitas é mais acessível. Essas divergências parecem atender a alguns requisitos importantes: a alta acessibilidade significa potencial de encontros, mas também potencial para o rearranjo da configuração espacial por meio do abrir e fechar de portas.[143]

A casa eclética

Se agora observarmos uma típica casa eclética, poderemos notar algumas mudanças significativas no arranjo doméstico recifense (Figura 73). A primeira

[143] Essas propriedades de *anelaridade* e permeabilidade dos setores podem ser descritas matematicamente (AMORIM, 1999).

delas, talvez a mais aparente, é o aumento da largura do lote, favorecido pela maior oferta de área e menor preço nos novos subúrbios da cidade, suficiente para arejar as claustrofóbicas alcovas coloniais. Porém, o que parece mais interessante é o desaparecimento do corredor, tão importante na articulação dos espaços do sobrado. O plano passa a ser composto exclusivamente por cômodos funcionais interconectados sem a intermediação de espaços de transição. Nesse novo arranjo, a necessidade de oferecerem-se rotas de movimento dentro do sistema, já que os corredores deixam de existir, [144] faz com que as células apresentem um alto número de conexões, de tal forma que o plano é constituído, na sua grande maioria, por espaços de passagem, com exceção do sanitário e da despensa.

Essa aparente permissividade do plano pode ser observada com mais clareza no grafo justificado mais raso e altamente permeável. De fato, os espaços são, com as excisões referidas, no mínimo duplamente conectados, formando uma série de anéis internos e externos, o que possibilita a ampliação do número de rotas domésticas e permite uma maior interface dos diversos componentes do universo familiar, universo, aliás, alterado com a presença do serviçal em substituição ao escravo. Porém, a posição relativa do empregado doméstico é bastante semelhante àquela do escravo: os cômodos para os serviçais e suas áreas de trabalho permanecem na área mais segregada da casa.

Existe um paradoxo nesse argumento. Se existe a introdução de um novo personagem no espaço

[144] Vale ressaltar que o corredor está presente em muitas residências ecléticas, mas sua importância é diminuída pelo número excessivo de conexões entre os diversos cômodos da casa.

doméstico, que inclusive interfere diretamente no cotidiano dos seus moradores, por que o plano é menos segmentado que o plano colonial, quando o *objeto* escravo podia transitar sem gerar significativas interferências na vivência da casa?[145] A resposta para tal indagação é simples. A permeabilidade parece ser a característica principal dessa residência. Caminhos alternativos abundam. Existem anéis locais (o jantar, a copa, e os quartos 5 e 6), mas existem anéis mais profundos, que envolvem espaços internos (1, 3,7 2 8) e externos. Portas também estão presentes, e são elas que desempenham um papel essencial na conformação desse plano a uma lógica de uso doméstico. São as portas que, como já apontado na casa colonial, redesenham constantemente as rotas autorizadas para as diversas categorias de usuários. É notável a sutileza como esse plano é estruturado, principalmente no que se refere ao controle de indesejáveis encontros entre habitantes e visitantes, particularmente no arranjo dos quatro ambientes mais rasos do grafo: a sala de visitas (1), a sala de jantar (3), o *boudoir* (2) e o quarto (4). O arranjo permite que o ambiente de receber seja completamente isolado, o que possibilita os mais diversos movimentos internos, inclusive aquele do senhor ou da senhora da casa que instruem os serviçais sobre como melhor receber o visitante, como na casa colonial, bem como o contato com o visitante no momento e na soleira oportuna - do *boudoir*, do jantar ou da entrada externa. Vale salientar que o acesso do *boudoir* para o terraço da frente, mesmo que pareça estranho aos nossos olhos,

[145] É importante ressaltar que essa relativa interferência do escravo se refere à impossibilidade de ele exercer um papel efetivo no universo familiar, por motivos óbvios. Por outro lado, a história nos revela fatos marcantes da presença escrava na sociedade brasileira, mas parecem momentos de exceção.

Fig. 72 - Passagem da Madalena. Desenho de L. Kraus, litogeravura de F. H. Carls. Fonte: Álbum de Pernambuco e seus arredores, 1878. Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

era essencial para possibilitar uma entrada, ou saída, furtiva, quando uma visita indesejada se fazia presente na sala principal. Portanto, o controle, estabelecido e exercido pelo morador, é a chave para o entendimento de tal arranjo.

O isolamento dos setores (Figura 73) permite responder à pergunta acima formulada. Curiosamente, o setor de visitas apresenta as mesmas propriedades da casa colonial, sendo composto por um único espaço bastante acessível e raso do ponto de vista do visitante. Sua posição relativa no conjunto, porém, é substancialmente diversa, estando presente em diversos anéis. As diferenças são mais perceptíveis no setor da família, pela presença de um anel interno. O setor serviço, no entanto, apresenta as mesmas propriedades da casa colonial: segregada, isolada no fundo do lote, em forma de árvore.

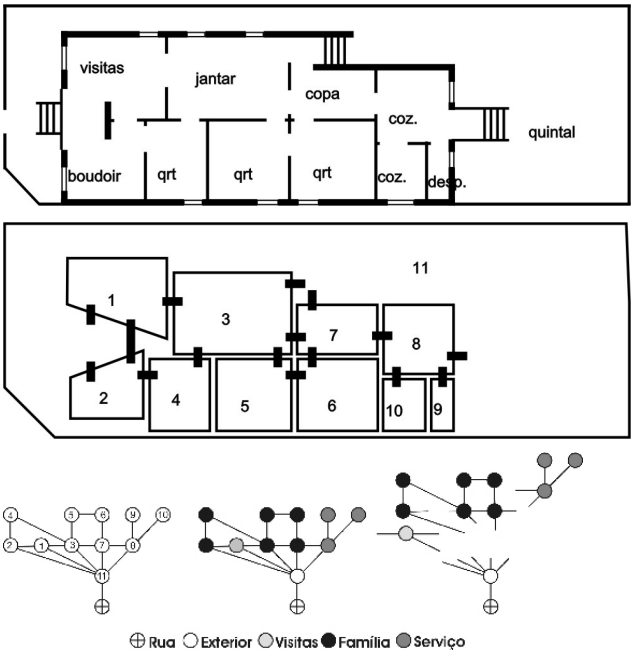


Fig. 73 - Residência eclética. Planta baixa, mapa convexo, grafo justificado e grafo dos setores, respectivamente. Fonte: AMORIM, 1999.

Parece que a estratégia usada nesse plano é bastante semelhante àquela encontrada na casa colonial, mesmo que aparentemente os planos sejam tão diversos. Controle e segregação social são as chaves para o seu entendimento, mas a maior liberdade impressa no plano eclético revela um arranjo familiar mais dinâmico e, conseqüentemente, mais afeito ao momento de transformação social que ocorria no país, com o lento e gradual enfraquecimento do patriarcado e semipatriarcado urbano, e o florescimento de uma nova burguesia, mais integrada às mudanças de comportamento social vindas dos centros urbanos europeus, e ávida por conquistas, principalmente no

que se refere aos direitos da mulher e ao seu papel na família.

A casa moderna

Se essas transformações estão em curso, a casa moderna deveria expressar muitas dessas conquistas sociais, particularmente quanto à emancipação feminina, uma estrutura familiar mais igualitária e simétrica e, certamente, aos muitos predicados arquitetônicos que estabeleceram a ruptura entre a tradição clássica e a experiência modernista. A residência apresentada na Figura 75 foi projetada em meados dos anos 1950, em subúrbio recifense, para uma família de classe média. Nela estão presentes muitos dos valores encontrados nas residências modernas projetadas e construídas no Recife entre o pós-guerra e os anos 1970.[146] A casa é isolada das divisas do lote, adequando-se ao regime de ventos predominantes e à proteção solar dos ambientes onde há maior permanência, o que permite o isolamento dos vizinhos, o florescimento do jardim suburbano e garante o pleno desenvolvimento e usufruto da arquitetura.

A análise de tal exemplar pode ser iniciada pela descrição de alguns aspectos significativos dessa residência, que a destacam dos dois exemplares observados anteriormente. Primeiro, a forma como a casa se espraia no lote, com braços que se estendem, ora para formar pátios, ora para isolar setores. Essa assimetria contrasta fortemente com a compacidade e simetria das casas pré-modernas (AMORIM, 1999). Como conseqüência

[146] Algumas destas características são notadas ainda hoje, porém o nosso estudo deteve-se na observação sistemática de residências no período indicado.

natural desse arranjo, os corredores voltam a aparecer, e dessa feita com certa profusão. Outro aspecto importante é o aparecimento da sala única, ambiente que abriga as atividades de estar e jantar.

Mais significativo é o desaparecimento da sala para o uso exclusivo dos familiares na parte posterior das residências, o que indica que a recepção de visitantes e o convívio familiar são realizados em um mesmo ambiente. Essa transformação é de crucial importância, porquanto revela uma mudança significativa no arranjo doméstico e na forma de morar estabelecida na modernidade. Indica que a família, e mais especialmente os componentes femininos da célula familiar – esposa e filhas – não estão mais sob a constante supervisão e controle dos componentes masculinos da família – pai e filhos. Visitantes podiam ser recebidos sem a necessidade de manter um rígido controle da estrutura

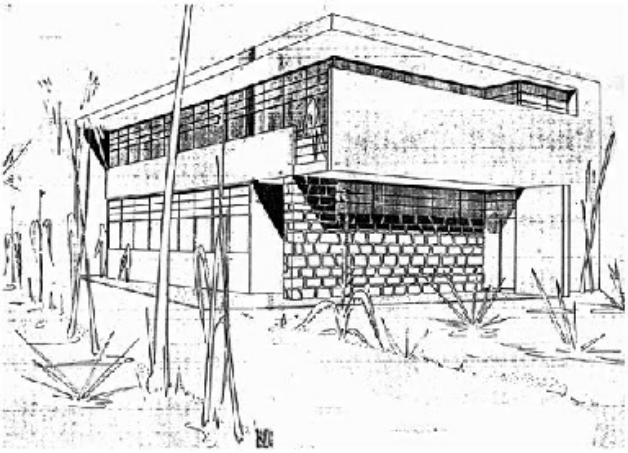


Fig. 74 - Residência Torquato Castro, por Maia Neto. Fonte: AMORIM, 1999.

de acessibilidade para evitar indesejáveis encontros entre estranhos e habitantes. Como seria de se esperar, a sociedade recifense dos anos 1950 já havia superado as barreiras impostas pelo patriarcalismo rural e urbano, como foi retratado pioneiramente por Freyre,[147] tendo sido substituída pela chamada família nuclear. Dessa forma, uma nova prática social é estabelecida, com uma maior diversidade de roteiros sociais, ou seja, de possíveis encenações sociais, com a participação mais intensa e livre dos diversos componentes da estrutura familiar, tanto no cenário da vida pública, quanto no cenário da vida privada.

E a casa parece ter um papel fundamental a cumprir nessa nova condição de convívio social. É na casa, no lar, que um novo cenário é construído para os diários ensaios de como a vida social deve ser desenvolvida. É por esse motivo que a habitação tende a mudar para acompanhar as grandes transformações sociais, e claro, para se adequar às diversas subculturas, ou subgrupos sociais, que constantemente afloram. Se esse argumento é correto, o que nós estamos vendo nessa seqüência de plantas é a lenta, mas gradual, mudança das regras do jogo social. E, certamente, a casa moderna expressa mudanças significativas.

Porém, algumas propriedades parecem manter-se inalteradas. Por exemplo, os cômodos são convexos, com algumas exceções. A sala única é composta de dois espaços convexos, cada qual correspondente a uma atividade – receber-estar e comer – o que demonstra o

[147] Muitos estudiosos criticam a interpretação *freyriana* da formação social brasileira, porém é inegável contribuição dada pelo sociólogo. Das diversas críticas feitas a Freyre podemos citar Cândido (1951) e Besse (1996).

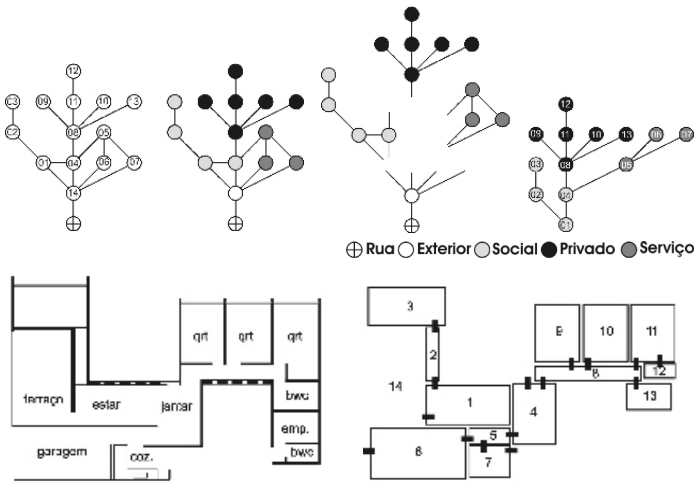


Fig. 75 - Residência moderna. Acima: grafo justificado, grafo dos setores, grafo espaços internos e grafo setores isolados, respectivamente. Abaixo: planta baixa e mapa convexo.

interesse em interromper a continuidade regular da forma do ambiente, para adequar-se às duas atividades e gerar uma continuidade espacial entre os diversos ambientes interconectados. Esse é um exercício compositivo tipicamente moderno, em que a continuidade e a regularidade das superfícies envoltórias dos cômodos é interrompida para estabelecer uma continuidade entre s espaços e substituir aquele equilíbrio ou unidade estática anterior por uma maior instabilidade ou dinâmica. Essa continuidade revela-se também nos fechamentos transparentes para pátio e terraço, e nos acessos para o escritório e zona íntima. A cozinha e o quarto de casal são exemplos dessa mesma estratégia, porém sem a mesma riqueza.

O grafo justificado é mais raso do que o da casa colonial, mas é relativamente mais profundo do que o da casa

eclética e, curiosamente, apresenta anéis apenas com a área externa, como, por exemplo, no percurso estar-pátio-jardim-terraço-estar, ou jantar-copa-garagem-jardim-terraço-estar-jantar. Nenhum anel interno é formado. Se o grafo for redesenhado agora sem a área externa, nossa casa moderna se mostrará mais controlada do que a própria casa colonial (Figura 75).

O que podemos concluir desse aparente paradoxo? Primeiro, o que a grande maioria dos estudos sobre a arquitetura moderna ressalta: a integração ou continuidade interior / exterior representa uma importante conquista do movimento moderno. Segundo, que essa mesma continuidade parece assumir uma outra característica quando observamos o seu espaço interno: alta permeabilidade transforma-se em alta transparência. Isto significa que o edifício moderno[148] prioriza a fruição estética do espaço interno – eu olho, eu observo, eu aprecio as formas e os contornos espaciais –, porém exclusivamente dos espaços autorizados. Nesse sentido, a alta visibilidade é combinada com o alto controle de acessibilidade para garantir a sua própria geração, o que possibilita o atendimento aos requisitos de privacidade.

Continuidade e controle parecem ser peças de jogos diferentes, mas a residência moderna parece mostrar como podem ser combinados. Olhemos de novo o grafo e observemos alguns espaços-chave para a estruturação dessa nova espacialidade doméstica. A copa, a circulação de acesso para o escritório e a própria circulação dos quartos exercem papéis semelhantes: o

[148] Essa generalização é feita no sentido de ressaltar uma qualidade que é notória em um grande número de edifícios modernos, mas claramente não na sua totalidade. Muitas residências modernas recifenses fogem a essa regra (AMORIM, 1999).

de permitir continuidade e o isolamento dos espaços por eles acessados. Funcionam como antecâmaras sem portas. Impedem ou limitam a visibilidade do interior desses espaços, garantem um certo isolamento acústico e estabelecem uma barreira implícita para os visitantes, ou seja, *eu só penetro naqueles ambientes se assim for autorizado*. O que nós temos é um nítido jogo espacial que garante, sem a necessidade do uso de portas, a tão desejada continuidade espacial e o atendimento a alguns predicados de natureza social.

Que predicados seriam esses? O grafo dos setores é útil para respondermos a essa pergunta. Primeiro, temos de entender que o arranjo familiar demanda uma nova forma de organização funcional da casa, largamente preconizada pelo discurso arquitetônico. A palavra que devemos encontrar agora é funcionalidade. Casas que funcionem adequadamente devem ser organizadas em setores distintos (social, serviço e privado), articulados entre si para garantir uma perfeita ordem nas atividades cotidianas.

É esse quadro de articulação que pode ser observado no grafo dos setores. Os espaços voltados para o convívio social são agrupados em um conjunto de espaços, rasos do ponto de vista do visitante, com acessos fáceis e diretos para o exterior. Curiosamente, o conjunto de espaços para serviço é bastante semelhante àqueles identificados nas residências ecléticas e coloniais, particularmente no que se refere à posição da dependência de empregada (não representada no grafo justificado, mas observável na planta baixa), situada fora dos contornos da habitação, mesmo que agora incorporada ao seu volume. Isso significa que a posição relativa do empregado doméstico não foi alterada no decurso dos séculos. De fato, as

significativas mudanças ocorridas na estrutura familiar não foram suficientes para abrandar as diferenças de classe presentes no espaço doméstico. Em certo sentido, o que essas casas nos mostram é o retrato da extrema desigualdade social brasileira e representam, podemos até sugerir, o cenário apropriado para a reprodução tal desigualdade, na medida em que a casa, fração do universo social, estabelece as posições relativas dos seus componentes em claras polaridades, como social/frente x serviço/fundo, patrão/dentro x empregado/fora, habitante e visitante/superior x empregado/inferior, e assim por diante. Dessa forma, a casa se presta como cenário adequado para a reprodução de (pré) conceitos e comportamentos sociais.

Essa assimetria entre habitante, visitante e empregado doméstico é mais claramente expressa no conjunto de ambientes agrupados sob o rótulo de espaços privados. Antes, porém, devemos discutir o que se entende por privacidade e como ela passa a ser um ingrediente importante na organização da casa. Privacidade é um predicado relativamente recente na sociedade ocidental, privacidade entendida como a garantia ao isolamento do indivíduo ou de um grupo de pessoas. O conceito de privacidade parece ter sido construído em paralelo à valorização do indivíduo na sociedade e conseqüentes liberdades individuais conquistadas nos regimes republicanos mais democratas. Voltando a Freyre (1981), ele nos diz em *Sobrados e Mucambos* que um novo arranjo social se formava, em que os sujeitos e depois os cidadãos começam a emergir, para formar uma nova organização da família, economia e sociedade que alguns chamam de particularismo ou individualismo. Em 1936, data de sua publicação, Freyre antecipava o fortalecimento e a democratização do predicado

privacidade na sociedade recifense, contemporaneamente aos primeiros exemplares da arquitetura moderna naquela cidade.

É essa privacidade requerida pelos indivíduos componentes da família que gera a gradativa separação dos cômodos de dormir dos ambientes de ocupação da família, como antes foi observado nas casas coloniais e ecléticas, isto porque a privacidade da família, que determinava a separação entre espaços de receber e de estar, é agora preterida pela privacidade de cada indivíduo da família, sejam eles do sexo masculino ou feminino.[149] Por esse motivo, os quartos estão situados na parte mais profunda da casa e são acessíveis apenas pelo corredor interno. É um arranjo em árvore, ou seja, sem anéis, em que cada movimento é sempre feito através dos mesmos espaços, cotidianamente. A explosão dos setores (Figura 75) mostra também que diferentemente dos outros setores, que apresentam várias oportunidades de acesso, o setor privado tem um único portal de interface. Portanto, isolamento e privacidade são espacializados de uma forma muito clara: quartos profundos, distantes dos estranhos, acessíveis por uma única porta.

Um olhar sobre o conjunto: uma interpretação arquitetônica e social

Essas três simples residências, semelhantes em dimensão e número de ambientes, apresentam um quadro de

[149] Cabe aqui uma outra observação. Quanto mais abastada a família, maior o grau de privacidade, ou seja, um quarto para cada membro da família. Porém, o que se pode notar é que, de maneira geral, alguns critérios prevalecem: o casal sempre tem um quarto isolado, depois as filhas e, por último, os filhos.

como a estrutura da moradia recifense, poderíamos até dizer brasileira, não fossem as claras particularidades de cada região e a modéstia deste estudo, foi alterada em um intervalo de tempo de dois séculos. Para uma melhor clareza dos argumentos utilizados e das análises descritas, apresentamos um breve resumo:

a) Os espaços para uso comunitário da família e os espaços para receber e entreter os convidados eram inicialmente isolados em diferentes territórios da casa, de forma a sustentar e reforçar a privacidade da família. Esse modelo, digamos patriarcal e semipatriarcal, ajudou a manter a unidade da família e o controle do patriarca sobre ela. Nesse sentido, rigorosos códigos de comportamento social prevaleceram sobre a potencial ocupação dos espaços, mediante a restrição de acesso e a delimitação de barreiras físicas entre os setores domésticos.

b) Com a decadência do patriarcado e semipatriarcado urbano e o estabelecimento de uma sociedade moderna, a privacidade individual tornou-se um predicado essencial.[150] O isolamento dos espaços para uso individual ou privado dos membros da família trouxe a primeira mudança fundamental na organização espacial doméstica, principalmente no que se refere à organização setorial. Os quartos foram isolados em

[150] A exacerbação do indivíduo em nossa sociedade vem sendo reforçada cada vez mais, como demonstra a moradia contemporânea, onde cada quarto foi transformado em um complexo autônomo, composto por áreas de estar e receber, dormir, guarda e troca de roupas, sanitário e banho, além de espaço para trabalho. Logicamente, a popularização dos eletrodomésticos e equipamentos de comunicação (computador, telefone celular, televisão a cabo, etc.) em muito contribui para a consecução dessa nova forma de vida doméstica, timidamente anunciada nas residências modernas.

um setor e o número de conexões dos quartos diminui drasticamente entre a casa eclética e a casa moderna. Os espaços para o uso comunitário da família passam a ser agrupados juntamente com os espaços para receber visitantes em um único setor social. Esse novo arranjo supunha representar uma moderna atitude em direção a um estilo de vida mais espontâneo e prático e substituir a antiga sala de visitas, repositório da memória familiar, por uma vitrine do que um moderno e prático estilo de vida deveria ser.

c) O conflitante interesse em isolar os espaços para o uso privado e a necessidade de abrir os espaços para estar e receber gerou a necessidade de introduzir estratégias compositivas espaciais nas residências modernas que permitissem o isolamento entre setores definidos da casa. Nessa sociedade mais livre, em que códigos de comportamento são mais relaxados, o espaço foi utilizado como uma forma de estabelecer o necessário isolamento entre os setores domésticos, construindo uma certa profundidade espacial, em substituição às barreiras físicas (portas e paredes) e sociais.

d) Em resumo, as casas pré-modernas são primariamente manifestações sociais, controladas por códigos de comportamento social, enquanto as casas modernas são dominadas por arranjos espaciais, sendo os códigos de comportamento menos importantes. Enquanto a primeira impõe restrições no uso de um plano flexível, a segunda já apresenta as restrições de uso do espaço imbricadas no próprio leiaute.

Funcionalismo e flexibilidade: do princípio ao mito

Casas ditas funcionais, as casas modernas claramente estabeleceram um novo cenário para a moradia das

classes média e alta no Recife. [151] E funcionais claramente elas eram: atendiam aos predicados setoriais, espaciais e técnicos demandados pela modernidade. Também expressavam um certo sentido de flexibilidade, já que ofereciam arranjos diversos para a ocupação dos seus espaços, quase sempre bem planejados para permitir uma certa liberdade na distribuição do mobiliário. A extensão dos espaços sociais para as áreas externas também oferecia a possibilidade de ampliação dos ambientes internos, tanto do ponto de vista de suas dimensões físicas como das possibilidades de uso e ocupação.

No entanto, parece que a flexibilidade do espaço doméstico moderno recifense tem seu limite, e o limite é ponderado pelo rigoroso sentido de segregação social e privacidade. A flexibilidade deve ser entendida dentro do contexto em que a expressão foi introduzida no movimento moderno. Forty (2000, p. 142) aponta que o termo funcionalismo apareceu no discurso arquitetônico moderno nos anos 1950, e seu objetivo foi redimir o funcionalismo do seu determinismo, ao introduzir a variável tempo e o desconhecido, ou seja, ao introduzir a impossibilidade da previsão do que poderia ocorrer em termos de modificação no uso, na tecnologia, nos requerimentos que geraram o próprio edifício. Dessa forma, continua Forty, a incorporação do conceito de flexibilidade ao processo de projeto de edifícios "permitiu aos arquitetos a ilusão de projetar seu controle sobre o edifício para o futuro, para além do período de sua responsabilidade sobre ele" (FORTY, 2000, p. 143).[152]

[151] As primeiras experiências em conjuntos populares (IAPI, IAPTEC) na região privilegiaram os edifícios multifamiliares, principalmente pela oportunidade em abrigar um maior número de famílias. Existem, no entanto, experiências isoladas de conjuntos populares em que a casa é tomada como unidade habitacional base (IPSEP).

[152] Do original: '[...] allowed architects the illusion of projecting their

De certo que o princípio de flexibilidade não fundamentou o arranjo da grande maioria das residências modernas projetadas no Recife entre 1940 e 1970. São raros os exemplares que estabelecem limites menos rígidos tanto na forma como no uso dos territórios domésticos. Apesar de a flexibilidade espacial ter sido um tema que permeou o debate arquitetônico, prevaleceram os pressupostos funcionalistas de atendimento rigoroso aos pressupostos do programa, muito bem representado no método projetivo baseado na sistemática classificação e ordenamento das atividades em setores funcionais. Também prevaleceu o ajuste de temas e conceitos arquitetônicos aos limites impostos pelo modo de morar local, definidos pelas relações entre os componentes do universo familiar e pelas ordens hierárquicas de classe social, muito bem representadas no universo doméstico pela dicotomia patrão / empregado doméstico.

A flexibilidade, portanto, parece ter sido negligenciada pelo maior interesse em dar a cada objeto arquitetônico a inteireza e individualidade que ambos, arquitetos e moradores, desejavam. O custo pago por esse rigor foi a substituição de um arranjo espacial diacrônico e mutante por um sistema sincrônico e estático. O princípio da flexibilidade arquitetônica parece constituir-se em mais um mito da arquitetura moderna.

---

control over the building into the future, beyond the period of their actual responsability for it.'

Referências bibliográficas

AMORIM, L. The Sectors' Paradigm: understanding modern functionalism and its effects in configuring domestic space. In: SPACE SYNTAX SYMPOSIUM. 1. 1997. Londres. **Anais**…Londres: UCL, 1997, vol2, p. 18.1-18.14.

AMORIM, L. **The sextor's paradigm:** a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast Brazil. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Advanced Architectural Studies) University of London, Londres, 1999.

BESSE, S. **Restructuring Patriarchy:** the modernization of gender inequality in Brazil, 1914-1940. Chapell Hill and London: The University of North Carolina Press, 1996.

CÂNDIDO, A. The Brazilian family. In: SMITH; MARCHANT (Ed.) **Brazil:** Portrait of Half a Continent. New Yoork: Dryden Press, 1951, p. 291-311.

FERNANDES, C. **A Renegada**. Recife: Livraria Econômica, 1908.

FORTY, A. **Words and Buildings:** a vocabulary of modern architecture. Londres: Thames&Hudson, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

GRAHAN, M. **Journal of a Voyage to Brazil and Residence There, during part of the years 1821, 1822, 1823**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824.

HANSON, J. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HILLIER, B., HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KIDDER, D. **Sketches of Residence and Travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces.** Londres: Wiley & Putman, 1845.

KOSTER, H. **Travels in Brazil**. Londres: Logman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816.

MAIOR, S.; SILVA, L. (Ed) **O Recife:** quatro séculos de sua paisagem. Recife: Editora Massangana, 1992.

SMITH, R. Arquitetura civil no período colonial. In: **Arquitetura Civil I** São Paulo: FAU-USP / MEC-IPHAN, 1975.

TRIGUEIRO, E. **Change in Domestic Space Design**. 1994. Tese (Doutorado em Advanced Architectural Studies) University of London, Londres, 1994.

VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAU-USP / MEC-IPHAN, 1975. p. 1-94.

VILELA, J. **A Emparedada da Rua Nova.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984.

A ordem do cristal: classe, controle e encontro no espaço escolar

Claudia Loureiro

A função social da escola e suas relações espaciais

Escola parece ser um conceito que todo mundo entende e compreende o que é. Escola é tanto um lugar, um espaço, quanto uma instituição e uma idéia, e, mais, idéia e instituição tornam-se concretos no espaço. Assim sendo, o tipo arquitetônico 'escola' está subordinado às funções sociais que a instituição deve desempenhar: atende a certa agenda de eventos, que se realiza segundo regras claras, pelas quais atores, agentes, atos e cenários são distribuídos no tempo e no espaço – quem faz o quê, com quem, como, onde e quando. Assim, 'escola' reúne, por um lado, os atributos sociais necessários a constituir aquilo que a sociedade define como sua função, e, por outro, os atributos espaciais e físicos que dão forma a tais expectativas, numa certa seqüência temporal, como foi discutido por Markus (1993).

Como organismo social, para além da transmissão de habilidades específicas, a escola tem o papel fundamental da formação do caráter do educando e da representação de um certo *status*. Essas funções, de forma inter-relacionada, definem a instituição como um agente de transformação cultural. Como formadora do caráter do educando, a escola está referenciada a uma *ordem expressiva,* segundo Bernstein (BERNSTEIN, 1975): a escola tem por objetivo transmitir imagens de conduta, caráter e modos por meio de determinadas práticas e atividades; atua, portanto, na transmissão de crenças e do sistema moral. Com relação ao aprendizado formal, espera-se que a escola transmita os fatos, procedimentos, práticas e julgamentos necessários à aquisição de habilidades específicas, o que foi denominado por Bernstein de *ordem instrumental.* Ambas referem-se à estrutura social

que controla a transmissão de habilidades e de valores morais, bem como as respostas a essa transmissão. Ordem expressiva e ordem instrumental distinguem-se, ainda, em termos das formas de relação social que controlam a transmissão. Relativamente à primeira, as formas de relação social são não-burocráticas, enquanto, no segundo caso, tais relações são burocráticas (BERNSTEIN, 1975).

Os elementos relacionados com a ordem instrumental – as habilidades específicas – podem ser examinados e avaliados de forma objetiva pelas competências adquiridas pelo educando. Já as imagens de conduta e caráter, relacionadas com a ordem expressiva, são avaliadas, via de regra, pelo comportamento e conduta fora da escola.

Como tipo arquitetônico, devendo dar suporte à realização dessa função social, o edifício escolar é visto como *'primariamente um objeto social'* e, como tal, suporta relações sociais de dois tipos: 1) relações de poder e 2) relações de vínculos (MARKUS, 1987). Poder refere-se a recursos. Assim, segundo Markus, dessa relação resulta uma distribuição assimétrica de recursos e de poder. No espaço, tais relações estão presentes no controle da interface entre indivíduos e entre indivíduos e objetos. Refletem-se, dessa forma, nas estratégias formais, funcionais e espaciais (MARKUS, 1993). Vínculos, por outro lado, permeiam as relações de poder e referem-se à identificação dos indivíduos e, desta forma, estão relacionados com as práticas pelas quais o aluno se reconhece como membro de um grupo e reconhece outros, ou seja, estão relacionados a formas de interação social.
Relações de poder e relações de vínculo estão implícitas em estratégias de projeto arquitetônico, relacionadas, por

um lado, com a necessidade de estabelecer mecanismos de controle para que pautas operacionais se cumpram, com a manutenção da autoridade pela qual códigos de identificação se realizam, e, por outro, promover o encontro, base necessária à socialização.

Da ordem expressiva

A socialização na escola está relacionada com o conjunto de práticas concernentes à ordem expressiva, sendo essa uma fonte de coesão, por meio da qual formas de interação social se realizam. Quatro são os contextos envolvidos na socialização: a) o contexto regulativo – que se refere às relações de autoridade pelas quais o aluno toma ciência de regras da ordem moral; b) o contexto instrucional – em que o aluno aprende sobre a natureza objetiva de objetos e pessoas e adquire habilidades de vários tipos; c) o contexto imaginativo – em que o aluno é encorajado a experimentar e recriar seu próprio mundo a partir de seus próprios termos e maneiras; d) o contexto interpessoal – no qual o aluno toma ciência de estados afetivos, do seu próprio e do de outros (HASAN, 1973).

Quanto aos modos de identificação, eles variam de um sistema orientado por tarefa a um outro modelo abstrato de rótulos categóricos (ZIMRING; PEATROSS, 1997). Nakane (1970, *apud* ZIMRING; PEATROSS, 1997) argumenta que a identificação pode ser considerada de duas formas: a) orientada por referências – indivíduos tendem a se identificar com grupos ou famílias; b) orientada por atributos – em que a identificação se dá por associação a papéis ou rótulos abstratos, tais como "pai", "chefe", "vice-presidente", etc. (ZIMRING; PEATROSS, 1997 e HILLIER; HANSON, 1984).

Segundo Hillier e Hanson (1984), a identificação categórica por referência associa-se a grupos espaciais e funcionais interdependentes, enquanto a identificação categórica por atributo relaciona-se com grupos transpaciais e dispersos, sem um lócus espacial identificável. Padrões de identificação estão, na edificação, associados a rótulos que são atribuídos a espaços e que são de duas naturezas diversas: a) rótulos que identificam atividades ou funções especializadas – secretaria, cantina, ou b) rótulos que identificam representantes de ações especializadas – sala do diretor, sala de professores, etc. Dessa forma, o espaço proporciona a realização física de princípios classificatórios que, supostamente, tornariam as divisões de classe imediatamente inteligíveis.

Da ordem instrumental

Padrões de relação social são constituídos pela edificação segundo um código associado a um modelo de regras. No caso da edificação escolar, as características mais gerais do tipo, para cumprir sua função instrumental, podem ser resumidas nos seguintes aspectos: a) são tipos baseados em regras de classificação referenciadas a um modelo de relações extenso, com muitas regras – espaciais e transpaciais; b) ritualístico, dado que se refere a um padrão relativamente rígido de atos, específicos de uma situação, que constrói um referencial de significados para além dos significados situacionais específicos.[153]

[153] Para Bernstein (1975), a função simbólica do ritual é relacionar o indivíduo com a ordem social por meio de atos ritualísticos, para aumentar o respeito por aquela ordem, bem como aprofundar a aceitação dos procedimentos usados para manter ordem e limites.

Com referência à ordem instrumental, portanto, no projeto do prédio escolar está implícita a idéia de que a edificação desempenha um certo papel em constituir espacialmente, e simbolicamente, o sistema pedagógico. Isso significa dizer que a coerência espacial de grupos funcionais corresponde à coerência com relação à maneira como espaço e tempo se colocam para definir unidades pedagógicas. Tais requerimentos têm como objetivo regular formas de realização do discurso organizacional, de modo a garantir as condições 'ideais' e eliminar as tensões e conflitos, ou patologias. Têm, portanto, uma ação preventiva. São, pois, constituídos como um conjunto de regras que a organização espacial deve atender para dar suporte às normas de condução da atividade. Tais regras se traduzem na especificação, por exemplo, de setores ou zonas funcionais.

Na definição dos critérios para a delimitação de tais setores, hierarquia, classificação de agentes e de atividades e espaço aliam-se para a definição de unidades organizacionais, espaciais e funcionais. Daí resulta uma certa coesão entre grupos os organizacionais, funcionais e os grupos espaciais, ou entre vida organizacional, vida espacial e padrão espacial. Assim, compartilham de proximidade aqueles espaços destinados a atividades que não representem fonte de perturbação de uma para a outra; ou, ainda, porque devem compartilhar instalações, como banheiros e cozinhas; ou, ainda, compartilham de certa posição relativa no leiaute em função dos relacionamentos especificados previamente – isto é, atividades que se realizam por meio de certas relações mais freqüentes entre agentes: direção, em sua relação com a comunidade, outros funcionários, professores, pais e alunos, por exemplo.

Classificação e espaço

Se a escola suporta relações sociais de poder e de vínculo, como argumenta Markus, a edificação escolar opera, portanto, de forma direta a relação entre pessoas. A escola pertenceria, segundo Markus, ao grupo tipológico de edifícios onde pessoas desprovidas de poder são classificadas e submetidas a um controle disciplinar para a formação de seu caráter. Havendo falha nesse propósito, existe a necessidade de re-formação. Para a escola, se o alvo são as patologias potenciais, nas instituições re-formativas, o alvo são as patologias presentes, sendo que cada uma delas gera mecanismos próprios de controle através do espaço A escola seria, dessa forma, um instrumento de classificação (MARKUS, 1993).

O conceito de classificação utilizado por Markus toma como base as formulações de Bernstein (1975) e refere-se aos princípios que regem a divisão de pessoas (coisas ou conhecimento) em classes, bem como ao limite entre as classes. Assim, a relação entre os atributos sociais e os atributos espaciais é mediada por um conjunto de regras, que são tanto transpaciais quanto espaciais, e que atuam na geração de formas (HILLIER; PENN, 1991). As relações entre as classes associam-se a uma escala que varia de forte, se os limites entre as classes são rígidos e bem definidos, a fraco, se tais limites são tênues, definindo, dessa forma, a extensão do modelo de regras que estrutura tais relações. Refere-se, portanto, ao número de regras impostas às relações que a edificação suporta. O número de regras impostas ao processo de geração de relações e formas, ou seja, a proporção de relações possíveis que são especificadas, resulta numa variação de modelo que vai de 'curto' a 'longo'

(HILLIER; PENN, 1991). Modelos curtos apresentam maior potencial à morfogênese. Por sua vez, modelos longos são aqueles em que a proporção de relações especificadas pelas regras - espaciais ou transpaciais - é maior e mais global em seu escopo, tendem ser mais conservadores, ou seja, apresentam um menor potencial de morfogênese (HILLIER; PENN, 1991; HILLIER, 1996).

A natureza desses diferentes modelos pode ser ilustrada por dois eventos carnavalescos: o carnaval de rua em Olinda e Recife e o desfile de escolas de samba no Rio de Janeiro. No primeiro caso, trata-se de um evento estruturado por um modelo curto – encontros e seqüência de acontecimentos acontecem de forma não-programada, aleatória. Novos padrões de relacionamento são gerados e a casualidade do encontro entre pessoas é maximizada mediante a proximidade espacial e de movimento. Nesse caso, a informalidade do evento associa-se a espaços menores, mais comprimidos – ladeiras de Olinda, as estreitas ruas do Bairro do Recife, ou o pequeno Pátio de São Pedro dos Clérigos. Uma das características do modelo curto é justamente a geração aleatória de eventos, que não acontece quando distâncias devem ser superadas. Assim, além de um menor número de regras, essas são locais em seu escopo.

Por outro lado, o desfile de escolas de samba no sambódromo do Rio de Janeiro atende às características de um modelo longo – todas as seqüências e relações são especificadas por regras, espaciais e temporais –, o que elimina, desta forma, qualquer casualidade, e tem como objeto conservar e re-expressar sua forma. A possibilidade de ocorrência de encontros aleatórios ou não-programados deve ser eliminada, sob pena

de comprometer seriamente o evento, fazendo com que objetivos não se cumpram (a nota para a escola e a posição no campeonato). Assim sendo, o espaço atua para reafirmar a separação espacial e estabelecer relacionamentos que não se processam naturalmente no domínio espacial cotidiano. É um evento fortemente classificado: as alas das escolas seguem uma determinada seqüência e devem desenvolver-se no espaço num tempo prédeterminado. A platéia é também classificada em função da capacidade financeira de adquirir o ingresso para uma localização prédefinida no espaço destinado à audiência. Barreiras impedem o encontro entre as classes de espectadores durante o desenrolar do evento.

Segundo Hillier e Penn (1991), quanto menor o modelo, maiores as possibilidades de os objetos pertenceram a uma classe global de equivalência e de compartilharem similaridades, ainda que apresentem diferenças individuais. Quanto maior a extensão da descrição requerida, por outro lado, menor a classe de equivalência e maior a semelhança entre os elementos individuais. Em outras palavras, modelos curtos tendem à individualização tanto quanto à morfogênese, enquanto modelos longos tendem à conformidade tanto quanto à conservação. Segundo os autores, a variação de modelo de longo a curto caracteriza as relações entre os padrões espaciais e os tipos de encontro – para os autores, realizações das relações sociais – definidos, ainda, pela freqüência de encontros.

A Figura 76 mostra os planos de duas escolas construídas no Recife, entre as décadas de 1920 e 1930, cujos princípios de organização espacial se estruturam em torno de eixos de simetria, atendendo a regras de classificação que tomam por base o sexo do educando,

como preconizava o sistema educacional na época. Respondendo a esses preceitos, a edificação organiza-se de forma simétrica e estabelece, assim, uma distribuição equilibrada, sendo que meninos se localizam à direita, e meninas, à esquerda. Esse equilíbrio traduz uma certa ordem do mundo – uma ordem matemática, em que coisas diferentes estão separadas, mas respondem a certo sistema de equivalência. Da mesma forma, um eixo de simetria transversal estabelece uma classificação baseada no *status* da atividade, ou de seus ocupantes – na frente, o diretor e as atividades de gestão da escola; nos fundos, funcionários e atividades ancilares. No século XX, pouco a pouco a divisão por sexo vai desaparecendo, mas permanece a divisão por idade. Estabelecem-se outras regras de classificação e de organização espacial: seguindo os preceitos funcionalistas, a divisão por idades é expressa formalmente na edificação por meio do isolamento de blocos, ou, verticalmente, em andares. A Figura 77 mostra a maquete para o Instituto de Educação de Pernambuco, onde cada bloco corresponde a uma faixa etária, e, por conseqüência, a uma determinada modalidade de ensino

Do ponto de vista da edificação, três dimensões são fundamentais: 1) o grau em que o espaço é estruturado como um todo; 2) o grau em que significados sociais específicos são atribuídos a cada espaço, e 3) o tipo de configuração usada (HILLIER; PENN, 1991). A primeira dimensão resulta num *continuum* de 'não-ordem' para 'ordem'; a segunda de 'não-significado' a 'significado', e a terceira resulta em diferenças significativas na forma, segundo uma variação de atributos espaciais expressos em barreiras, permeabilidade e visibilidade, como meio de constituir espacialmente categorias, a fim de traduzir princípios de classificação.

Os princípios de classificação regulam, pois, a relação entre as categorias, as formas de controle para manter e reproduzir as relações particulares entre as categorias, bem como as potencialidades que a organização espacial oferece como palco de tais atividades e relações. Dessa forma, o prédio escolar teria como função exercer certo papel ao constituir configuracionalmente mecanismos de controle que transcendem seu papel na constituição de símbolos pela localização de agentes em posições relativas no leiaute. A edificação é, pois, o palco para mecanismos de controle.

Sugere-se, desse modo, a existência de relações entre os atributos configuracionais e certas dimensões de natureza social – o espaço, em função de sua sintaxe e independentemente de sua semântica –, carrega consigo conteúdos sociais determinados, que não estariam relacionados à sua imagem e ao uso que se faz dele, ou seja, a semântica da arquitetura (o que ela significa) já estaria, em grande medida, contida em sua sintaxe (sua própria configuração), como ressalta Holanda (2002).

Assim, mais que relações espaciais, considera-se a configuração espacial. O conceito é desenvolvido a partir das formulações de Hillier e Hanson (1984)[154] para uma teoria da lógica social do espaço. Configuração significa relação entre relações e se define pela medida em que a relação entre dois espaços (uma relação espacial) é modificada pela consideração dos outros espaços que formam o sistema. Dessa forma, descrições configuracionais lidam com as maneiras pelas quais os espaços se inter-relacionam para construir padrões de co-presença, de uso e de movimento (HANSON, 1998).

[154] Ver também Hillier, 1996, Hanson, 1998.

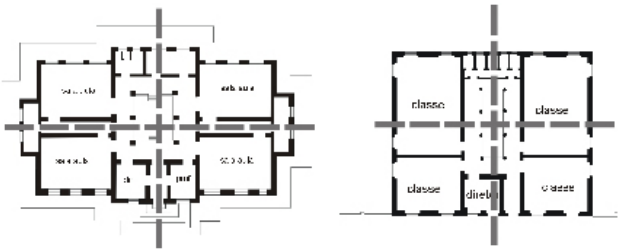


Fig. 76 - Escola Sérgio Loreto (1924), à esquerda; Escola Mathias de Albuquerque (1933), à direita.

Fig. 77 - Maquete do projeto vencedor do concurso de projeto para o Instituto de Educação de Pernambuco (1957). Arquitetos Marcos Domingues da Silva e Carlos Corrêa Lima. Fonte: Lima, 1985 - redesenho da autora.

O espaço carrega em si conteúdos sociais que lhes são inerentes e que se relacionam segundo uma certa sintaxe, incorporando e expressando princípios de ordem e classificação (PEARSON; RICHARDS, 1994).

A apreciação das relações espaço x sociedade se dá, pois, segundo níveis analíticos que expressam: a) o **padrão espacial,** que se define pelo sistema de barreiras e permeabilidades, fechamentos e aberturas, conformando o lócus onde eventos acontecem, considerando a edificação como um instrumento

classificatório; b) a **vida espacial,** que se define pelo arranjo de grupos sociais mais ou menos classificados e pelas regras que regem o sistema de encontros entre eles – quem, como e onde, expressando, assim, modelos de regras que regulam tanto a organização espacial quanto os padrões de encontro, co-presença e co-ciência; c) a **vida social**, que define a classificação de agentes sociais relativamente a dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social (HOLANDA, 2002). Esses níveis assim definidos serão tomados como um referencial analítico para a análise específica neste trabalho.

A ordem do cristal: entre desejo e espaço

A ordem do cristal deriva das idéias de Henri Atlan (1992) e refere-se à repetição, à regularidade e à redundância na organização de sistemas. De fato, da análise de projetos de prédios escolares construídos para a rede pública estadual do Recife, observa-se que o padrão espacial é regido pela repetição e regularidade de um conjunto finito de regras (LOUREIRO, 2000).

A passagem da idéia, que expressa um papel social abstrato, ou expectativas e atribuições que se conferem à edificação, para a materialização concreta, é modulada[155] por meio de sistemas de tradução. A idéia, pertencente ao âmbito da ordem expressiva, traduzida em programa arquitetônico, sofre uma primeira sintonia,[156] passando para a ordem instrumental, por meio de referências normativas e prescritivas do desempenho esperado. Assim, na passagem do enunciado 'oferecer inúmeras

[155] A palavra modulação está aqui sendo utilizada na conotação que ela tem em música, de passagem de um modo a outro segundo regras.
[156] A palavra sintonia está sendo utilizada no sentido de ajuste.

oportunidades de aprendizagem' para o enunciado normativo 'conjuntos funcionais e seus relacionamentos', ocorre um primeiro estágio de modulação, que se realiza por meio de princípios subjacentes de classificação. A Figura 78 ilustra esse primeiro momento de tradução – a Figura mostra um diagrama de relações prescritas, utilizado pela CONESP em seu manual de projeto de edificação escolar (Conesp - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo, 1977) – atividades e pessoas são classificados por atributos e suas relações são prestabelecidas.

Esta primeira sintonia aponta para um dos dilemas do projeto, que pode ser traduzido pela passagem de um contexto imaginativo, que estaria implícito no enunciado expressivo, para um contexto regulador, governado por relações de autoridade, implícito na estratégia de projeto mais persistente ao longo do tempo, que é a da setorização. É por meio dessa que regras de relacionamento adquirem, primeiramente, uma dimensão espacial de ordem instrumental. A força normativa da divisão em conjuntos funcionais, como estratégia de projeto, é tão presente em textos prescritivos e descritivos quanto o é na forma construída, como afirma Amorim com relação à arquitetura doméstica moderna no Recife (AMORIM, 1999).

Uma segunda sintonia ocorre por meio do segundo sistema de tradução - do enunciado verbal do desempenho (o programa) para o desenho do plano e de seus elementos. Ai operam sistemas de correspondência entre função e forma, sendo que diagramas analíticos são traduzidos em sínteses que indicam as precondições para as maneiras como as pessoas irão ocupar a edificação, indicando, portanto, um certo formato para a vida espacial, ou seja, para os

sistemas de encontro (AMORIM, 1999). A um currículo de forte classificação, chamado por Bernstein (1975) de currículo de coleção, correspondem unidades espaciais igualmente classificadas. As Figuras 79 e 80 ilustram esse processo.

A Figura 79 mostra a proposta dos arquitetos Maurício e Márcio Roberto para o ginásio polivalente a ser construído em zonas pobres do Nordeste brasileiro. Segundo os autores, o zoneamento proposto representaria a forma correta de organizar o prédio escolar, além de garantir a possibilidade de crescimento para qualquer direção (Revista AB, 1972). Concebido no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, esse modelo foi amplamente utilizado no Nordeste, com algumas variações. Por se tratar de um programa novo, havia a necessidade de novas soluções arquitetônicas, peculiares, uma vez que, segundo os arquitetos, a construção dessas escolas no Nordeste deveria atender a usanças peculiares de "gente peculiar" (ROBERTO et al., 1972, *apud* AB-ARQUITETURA BRASILEIRA, 1972). No entanto, o referencial metodológico, inicialmente pensado como um conjunto de princípios geradores de projeto, aberto para incorporar os fatores locais ao processo, oferecendo alternativas para diferentes situações, acaba por gerar um modelo de espaço que é tomado como prescrição.
Na Figura 80 observa-se uma correspondência entre o diagrama analítico e o resultado espacial, como um processo metodológico de equivalência, reproduzindo a ordem do cristal, um sistema balanceado. A Figura apresenta o esquema de zoneamento e o plano arquitetônico da Escola Cândida de Andrade Maciel, construída na década de 1970, em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife. Essa é

apenas uma das escolas onde o esquema foi aplicado. Na Figura 81, outras variações são apresentadas. O efeito cumulativo da separação, para efeitos de análise do programa e formulação de requisitos, de pessoas, funções e atividades, traduzido numa relação de correspondência de elementos espaciais, conduz a atributos de vida espacial da mesma forma baseados em separação.

Algumas estratégias de projeto garantem essa correspondência. A primeira refere-se à classificação: categorias transpaciais, identificadas por atributo do sujeito, adquirem força de norma e transformam-se em categorias espaciais. Dessa forma, a organização espacial legitima, por meio de barreiras, divisões entre categorias de pessoas. Assim sendo, o edifício é um instrumento classificatório em si. A natureza classificatória da divisão em conjuntos funcionais, como meio de análise dos requerimentos da edificação, transforma-se em conceito concreto da natureza de relacionamentos; forte classificação, desse modo, contradiz o enunciado expressivo de oferecer ou ampliar os limites da experiência.

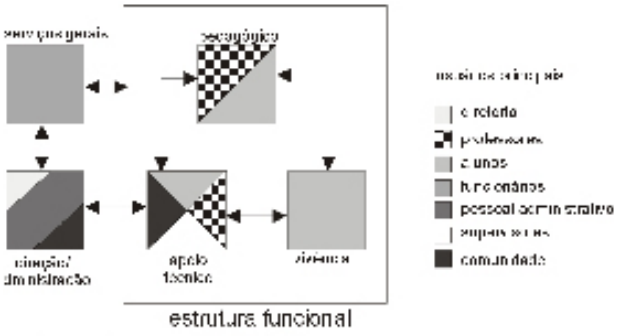
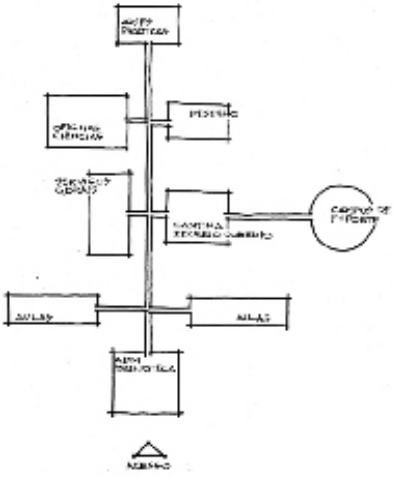


Fig. 78 - Diagrama da estrutura funcional da escola. Fonte: CONESP, 1977 - redesenho da autora.

Uma segunda estratégia de projeto é adotada, e que, de certa forma, confirma a primeira, é a separação entre função e movimento. Funções classificadas tanto do ponto de vista organizacional, quanto do ponto de vista espacial, são mantidas à parte, não por estruturação espacial (forte diferenciação), mas por meio do sistema de espaços expressivos, que engloba tanto os corredores, quanto os espaços exteriores e as áreas de recreação. Esse sistema atua para estabelecer uma diferença entre destinação (função) e movimento (circulação) Dessa forma, o sistema de espaços expressivos torna-se o lócus para a supervisão, mantendo os espaços terminais próximos entre si, e não o lócus de encontro e as relações informais.

Na Figura 82 tais estratégias são ilustradas de modo a representarem a estrutura espacial das edificações por meio de grafos, em que os setores funcionais (de destinação) estão em branco.

Tais estratégias resultam em configurações nas quais, independentemente de diferenças fenotípicas, investe-se mais na realização de um contexto instrucional que no contexto interpessoal. É verdade que conjuntos de espaços relacionados com atividades expressivas caracterizam-se por uma maior proximidade de outros espaços e por distributividade – fazem parte do sistema distributivo que dá acesso à edificação, o que, aparentemente seria um indicativo de a possibilidade da configuração dar suporte à interação entre os diversos personagens. No entanto, esse núcleo integrador e distributivo tem um papel articulador, mantendo a coesão, mas garantindo a separação entre os setores funcionalmente classificados, retirando o movimento de áreas dedicadas às atividades de diversas naturezas instrumentais. Estabelece-se



"O programa do ginásio polivalente, constituído pela setorização de vários elementos, faculta este tipo correto de adaptação." (Maurício e Márcio Roberto. Revista AB, 1972)

Fig. 79 - Esquema de setorização para ginásios polivalentes em zonas pobres do Nordeste, proposto pelos arquitetos Maurício e Márcio Roberto. Fonte: Revista AB, 1972.

assim uma distinção entre rota e destinação. De fato, nos casos aqui apresentados, o arranjo funcional segue um modelo de posições setorizadas conectadas a um sistema distributivo de forma simétrica, numa relação de congruência, um modelo de correspondência funcional-espacial, muito próximo do que Foucault chamou de espaço analítico – pela divisão interna regionalizada –, onde cada indivíduo, ou grupo, tem seu lugar apropriado (FOUCAULT, 1995). O resultado foi assim descrito por Lima (1989, p. 58):

> […] (o) esquema dava às escolas um ar de caserna ou de presídio, onde as crianças caminhavam em filas, sob as vistas dos professores ou bedéis […] O condicionamento à disciplina dá o tom geral dos espaços escolares […]

Conclusão

A passagem das expectativas em torno do papel do prédio escolar e sua realização acaba por apresentar contradições que não se resolvem pelo projeto. Enquanto no primeiro nível, o das expectativas, se investe na ordem expressiva, investe-se na ordem instrumental como método (caminho para se chegar a um objetivo) para a realização dessa. Estão aí subjacentes uma questão conceitual e uma questão de método – entre enunciado e realização – que residem, em última instância, na natureza normativa das teorias de projeto. Nesse sentido, a escola, mais que operar a relação de interação entre os diversos tipos de pessoas no sentido formativo, atua sobre três aspectos – classe, controle e encontro, de maneiras diversas, sendo, dessa forma, limitadora da experiência. Esse ponto foi ainda ressaltado por Guimarães, quando afirma que o sucesso da escola tem uma maior dependência da sua eficácia como instituição normalizadora e controladora de comportamentos que do seu desempenho como instituição que visa ao desenvolvimento do aluno em sua aprendizagem (GUIMARÃES, 1988), ou seja, a disciplina prevalece sobre todas as dimensões, mas certo tipo de disciplina. Segundo Singer (1997), há dois tipos de disciplina: a do quartel e a da orquestra. A disciplina do quartel é a normalmente adotada nas escolas. A disciplina da orquestra lida com a conjugação de todos num mesmo espírito e caracteriza-se por permitir o desenvolvimento máximo de cada um (SINGER, 1997, p. 111).

Basta comparar-se a organização espacial de um contingente militar em forma com o de uma orquestra.

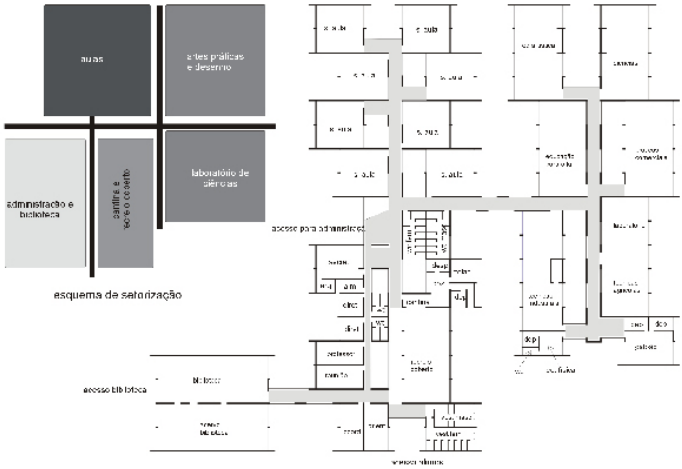


Fig. 80 - Escola Cândida de Andrade Maciel, Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife. Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, redesenhado pela autora.

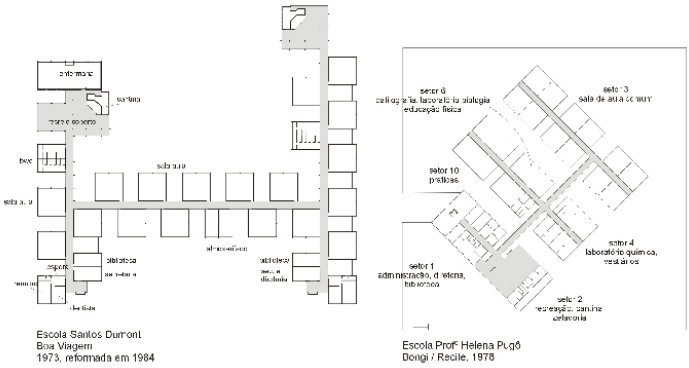


Fig. 81 - Escolas da década de 1970 que seguem o princípio projetual da setorização espacial. À esquerda, Escola Santos Dumont, Boa Viagem (1973, reformada em 1984). À direita Escola Prof. Helen Pugô, Bongi (1978).

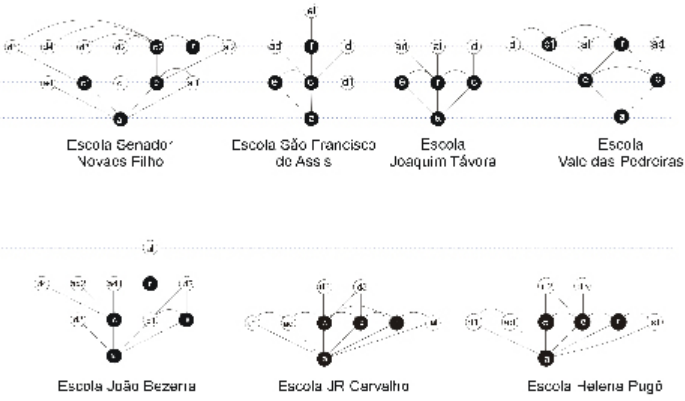


Fig. 82 - Grafos representando a estrutura setorial

Referências bibliográficas

AB-ARQUITETURA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Vicente Belleza Gagliardi, no 7, 1972.

AMORIM, L. **The sector's paradigm:** a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast Brazil. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Advanced Architectural Studies) University of London, Londres, 1999.

ATLAN, H. **Entre o cristal e a fumaça:** ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

BERNSTEIN, B. **Class, code and control:** towards a theory of educational transmission, Vol III. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.

CONESP - COMPANHIA DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de diretrizes gerais para projetos de construções escolares de 1º grau**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Educação, 1977.

FOUCALT, M. **Discipline & Punish:** the birth of prison. New York: Vintage Books, 1995.

GUIMARÃES, A. M. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

HANSON, J. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HASAN, R. Code, register and social dialect. In: B. BERNSTEIN (Ed.). **Class, codes and control:** applied studies towards a sociology of language. Vol. II. London: Routledge & Kegan Paul, 1973. Code, register and social dialect, p.253-292.

HILLIER, B. **Space is the machine:** a configurational theory of architecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, B. e J. HANSON. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B. e A. PENN. Visible colleges: structure and randomness in the place of discovery. In: **Science in Context**, v.4, nº1, 1991, p.23-49. 1991.

HOLANDA, F. D. **O espaço de exceção**. Brasilía: Universidade de Brasília, 2002.

LIMA, E. **Modulando**: notas e comentários sobre arquitetura e urbanismo. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1985.

LIMA, M. W. de S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, (1989).

LOUREIRO, C. **Classe, controle, encontro: o espaço escolar**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARKUS, T. A. Building as classifying devices. In: **Environment and Planning B: Planning and Design**, v.14, p.467 - 484. 1987.

MARKUS, T. **Buildings and power: freedom and control in the origin of modern building types**. London: Routledge. 1993.

PEARSON, M. P. e C. RICHARDS, Eds. **Architecture & order:** approaches to social space. Materila Cultures Series. London: Routledge, Materila Cultures Series, 1ª ed. 1994.

SINGER, H. **República das crianças:** sobre experiências escolares de resistência. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ZIMRING, C. e D. PEATROSS. Cultural aspects of workplace organization and space. In: G. Moore e R. Marans (Ed.). In: **Advances in environment, behavior, nad design:** towards the integration of theory, methods, reserach, and utilization. Volume 4. New York: Plenum Press, 1997.

O espaço da Justiça em Pernambuco

Cristiana Griz

A Justiça no Brasil

No Brasil, a história da organização judiciária começou a nascer com a implantação das capitanias hereditárias. A primeira instituição que era responsável pela justiça do país funcionava, juntamente com as funções executivas e legislativas, nas Casas de Câmara e Cadeia. A elas cabia legislar, administrar, policiar e punir (BARRETO, 1978).

Ainda no primeiro século, com o desenvolvimento das atividades da administração e da justiça e a fixação da população, sentiu-se a necessidade de criar um tribunal de segunda instância [157] no Brasil. Esse tribunal, o chamado Tribunal da Relação do Estado do Brasil, foi criado em 1587, com sede na Bahia, e instalado somente em 1609. Porém, nos assuntos que esse tribunal não conseguia resolver, recorria-se ao da Casa da Suplicação de Lisboa ou ao da Relação da Casa do Porto. Ambas eram as supremas instâncias judiciárias da época, que ainda era no país metrópole, como mostra o organograma da Figura 83. Assim, percebe-se que o sistema jurídico brasileiro ainda não estava completamente independente da metrópole.

Essa estrutura permaneceu durante os séculos XVII e XVIII até a mudança da Corte de Lisboa para o Brasil (início do século XIX). Com a independência, o império se institucionaliza e a Constituição de 1824 garante aos estados – então chamados de províncias – o direito de instalar suas próprias Cortes de Justiça. Com

[157] Quando a primeira sentença do juiz não é aceita por alguma das partes, o processo é julgado novamente por desembargadores, num tribunal de segunda instância, ou seja, é um segundo julgamento de um mesmo processo.

isso, a Justiça se diversifica e o Tribunal da Relação do Estado do Brasil, com sede na Bahia, perde a sua extensa jurisdição, à medida que outros foram instalados: o do Rio de Janeiro (1812), o do Maranhão (1821) e o de Pernambuco (1822).

Apesar da tentativa de estabelecer que as funções judiciais ficariam exclusivamente a cargo das autoridades judiciárias, mesmo tendo sido iniciadas no começo do século XIX, foi somente com a Proclamação da República, em 1898, que o Brasil passou a ter sua soberania expressa por meio de um poder que, embora seja uno e indivisível, possui diferentes faces conhecidas como Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Nesse novo contexto, o poder público exigia novas estruturas administrativas, resultado da ampliação e desenvolvimento das três funções principais (administrar, legislar e julgar), o que fez surgir as sedes independentes para cada um dos poderes, nos níveis federal, estaduais e municipais.

Atualmente, o poder judiciário é descentralizado e organizado em quatro níveis (federal, distrital, estadual e municipal). De acordo com o art. 1º da atual Constituição Federal, temos:

> A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, distrito federal e dos municípios, o que se constitui o Estado democrático de Direito (COSTA; ALVES, 2002, p.1).

Ao mesmo tempo em que descentraliza em unidades federadas, atribui a cada uma delas, ou seja, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, os três tipos de poder, com exceção do Distrito Federal e dos

Municípios, cuja função judiciária é acolhida pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual, respectivamente.

De acordo com a atual Constituição Federal (COSTA; ALVES, 2002), o Poder Judiciário é exercido por meio de de vários órgãos, hierarquicamente organizados (ver organograma Figura 84). O de mais alta hierarquia é o Supremo Tribunal Federal, pois é considerado como o Guardião da Constituição da República. Seus onze ministros possuem Jurisdição em todo o país, o que significa que podem resolver conflitos advindos de todos os lugares, desde que esses conflitos estejam expressos na Constituição. Abaixo do Supremo Tribunal Federal, existem o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar. Esses tribunais são os órgãos máximos da Justiça Comum, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Justiça Militar, respectivamente.

Para que haja uma racional divisão do trabalho, a Constituição Federal instaura essas diversas 'Justiças', ao instituir organismos distintos para cada uma delas. Em todas essas Justiças existem juízos de primeiro e segundo graus. Os de primeiro grau de jurisdição são exercidos por juízes de primeiro grau, nos fóruns ou nos juizados especiais. Os de segundo grau de jurisdição (ou de segunda instância) são exercidos por desembargadores nos tribunais de justiça.

No Brasil, a Justiça Comum também é subdividida em Justiça Federal e Justiça Estadual. A primeira é composta pelos Juízes Federais e pelos Tribunais Regionais Federais. A segunda, pelos Juízes Estaduais (que exercem suas atividades nas varas que formam os fóruns e nos juizados especiais, julgando processos

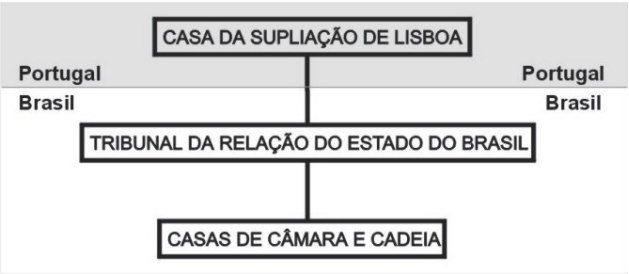


Fig. 83 - Organograma do Poder Judiciário do Brasil Império. Fonte: GRIZ, 2004.

em 1ª instância) e pelos Tribunais de Justiça (onde os desembargadores julgam os processos em 2ª instância) (COSTA; ALVES, 2002). A competência de cada uma das justiças está descrita na atual Constituição brasileira.

É assim que está organizado o Poder Judiciário brasileiro atual (Figura 84). Esse não é uma instituição unificada, mas um complexo de órgãos autônomos e hierarquizados, tanto na administração interna como na realização de seus julgamentos. Porém, isso não significa completa liberdade para cada um deles. Todos os órgãos têm atribuições e competências diferentes, que não devem ir contra os princípios estabelecidos na Constituição Federal, que é a lei maior do país.

Como mostra o organograma da Figura 84, a Justiça Comum Estadual é formada pelas seguintes instituições: os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os Fóruns e o Tribunal da Justiça (Tribunal Regional Estadual). As duas primeiras são responsáveis por processos judiciais e primeira instância. A última é responsável por processos de segunda instância.

Para a Justiça Estadual, o Estado se divide em comarcas,[158] que são o foro em que tem competência o juiz de primeiro grau e pode abranger um ou mais municípios. Em cada comarca há um Fórum, que surgiu com o crescimento do número dos processos e a especialização das varas (varas cíveis, criminais, de família, etc.). Os Fóruns reúnem num só local os mais variados tipos de varas judiciais[159] e o tribunal de júri, que é o único que pode julgar os crimes dolosos[160] contra a vida (em primeira instância) e o que mais diferencia o Fórum das demais instituições judiciárias do Estado.

O Fórum: instituição e espaço

A aplicação da justiça é uma atividade de grande importância para toda e qualquer sociedade organizada. Por essa razão, tanto a instituição responsável por essa atividade quanto a edificação que a abriga têm lugar de destaque na sociedade e na cidade. A principal atribuição das instituições judiciárias é julgar e resolver conflitos, com o objetivo de se aplicar a justiça. Dessa maneira, essas instituições se caracterizam por ser uma complexa organização social que requer certos atributos espaciais para garantir o seu adequado funcionamento.

---

[158] A palavra comarca é empregada para indicar o território compreendido pelos limites em que termina a jurisprudência de um juiz de direito (LIMONGI, 1977).

[159] De acordo com Limongi (1977), a palavra vara tanto pode significar o cargo ou as funções do juiz de direito, bem como pode significar cada uma das divisões de jurisdição, nas comarcas onde há mais de um juiz de direito.

[160] Existem dois tipos de crimes contra a vida: o doloso e o culposo. O primeiro é o crime premeditado, ou seja, a pessoa teve a intenção de matar. O segundo é o crime que não foi premeditado, em que a pessoa não teve a intenção de matar. Existem quatro tipos de crimes dolosos contra a vida: o homicídio, o aborto, o infanticídio (matar a criança logo após o parto) e o auxílio ao suicídio (GRECO FILHO, 1995).

Originalmente, da palavra Fórum se referia à praça pública onde eram tratados os assuntos de interesse do povo. Ao longo dos tempos, a palavra não sofreu grandes modificações no seu significado, e a atual conceituação converge para uma assunção em comum: a palavra fórum é usada para se referir ao local onde se exerce a jurisdição (LIMONGI, 1977).[161]

O atual poder judiciário brasileiro não possui nenhuma conceituação, norma ou legislação que especifique o que seria essa instituição, bem como determine o programa arquitetônico ou como deve ser espacialmente organizado um fórum. Porém, analisando exemplos de fórum existentes em algumas cidades, percebe-se que o programa é relativamente semelhante para todo o país (Quadro 1), salvo algumas exceções, que apresentam particularidades para atender a necessidades locais.

Percebe-se, portanto, que o Fórum apresenta duas atividades principais: julgar e aplicar a justiça, desenvolvidas nas Varas judiciais e no Tribunal do júri. Neles, realizam-se eventos de acordo com regras bem definidas, vindas da organização social, e que deveriam estar reproduzidas na organização espacial. Porém, para que o fórum exerça essas atividades, é preciso ser composto por, no mínimo, uma vara, o salão do júri, a defensoria pública, a promotoria e algumas atividades para manutenção e serviços (banheiros, depósitos, etc.). Esse é o programa básico de um fórum adotado pelo setor encarregado dos projetos arquitetônicos de fóruns no Estado de Pernambuco.

[161] Atividade mediante a qual os juízes estatais examinam as pretensões e resolvem os conflitos. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2002, p. 23)

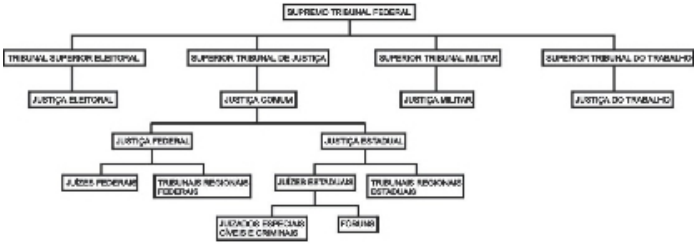


Fig. 84 - Organograma esquemático das instituições do poder judiciário brasileiro. Fonte: GRIZ, 2004.

Ao se identificar a principal função social do fórum – julgar e aplicar a justiça – e entender a maneira como a instituição se organiza para cumprir essa função, pode-se resumir os atributos sociais do Fórum nas palavras-chave **hierarquia, poder e controle**. Hierarquia, pois a instituição tenta reproduzir a hierarquia do Direito, à medida que em todas as atividades desenvolvidas no fórum sempre há uma autoridade máxima: o juiz, nas varas ou no tribunal do júri; o promotor, na promotoria pública; o advogado do Estado, na Defensoria Pública. Poder, pois algumas dessas autoridades (o juiz, o promotor) sempre agem como representantes do poder do Estado. O controle é necessário para que os atos jurídicos aconteçam da maneira pré-programada.

Como o objetivo deste capítulo é analisar a correlação entre os atributos sociais e espaciais do Fórum, é necessário que a sua estrutura espacial atenda aos requisitos especificados pela sua estrutura social, ou seja, é preciso que a primeira tenha correspondência com a segunda (Figura 85).

A função social primordial do fórum é julgar e aplicar a justiça. Essa é feita por meio da figura do juiz, que representa o **poder** do Estado. Esse poder, dentre

outras formas, pode ser reconhecido na estrutura espacial de duas maneiras. A primeira é pelo do grau de acessibilidade do espaço onde esse poder é materializado. Conforme argumenta Dovey (1999), o poder também é socialmente reconhecido por meio de símbolos. Os rituais, as cerimônias e as manifestações simbólicas podem ser considerados o meio pelo qual a autoridade do Estado é reproduzida. São exatamente esses rituais simbólicos que evidenciam o poder do Estado. Porém, para fazer com que esses rituais formais aconteçam da forma pré-programada, os espaços a eles destinados devem ser **segregados**, ou seja, a distância topológica relativa desse espaço em relação a todos os demais de um sistema tem de ser grande, o que indica um baixo grau de acessibilidade (HILLIER; HANSON, 1984).

A segunda maneira de reconhecer o poder na estrutura espacial é por meio do grau de profundidade em relação à rua onde esse poder é materializado – espaço mais raso, ou espaço mais profundo. Segundo Hillier e Hanson,

> [...] a profundidade em relação à rua indica diferença de nível tanto para os habitantes como para os visitantes, como se o espaço mais profundo estivesse num altar (HILLIER E HANSON, 1984, p.180, tradução nossa).

Goodsell (1988) discute essa relação entre poder e profundidade ao descrever o caminho que o visitante tem de fazer desde o momento em que entra na edificação da Chancelaria do III Reich até o gabinete de Hitler. Segundo o autor, a estrutura espacial prepara o visitante para ir ao encontro do ditador, à medida que

posiciona o seu gabinete num dos seus **espaços mais profundos.**[162] Além disso, o autor lembra que

> [...] grandes alturas são quase sempre associadas à alto status; posições centrais são para as pessoas mais importantes; distâncias físicas se relacionam com distâncias sociais; em muitas culturas, aquilo que está do lado direito é considerado mais superior do que aquilo que está do lado esquerdo. Essa era a forma humana de usar o espaço em 1789 (GOODSELL, 1988, p.9).

Os atributos espaciais acima descritos também têm uma relação direta com o grau de hierarquia definido pela estrutura social,[163] uma vez que a figura que representa o poder no sistema jurídico (o juiz), também é a categoria de usuário de maior hierarquia da instituição. Porém, a **hierarquia** aqui referida também leva em conta outro tipo de requerimento espacial: a **diferenciação** entre os espaços. Para que os espaços que formam a estrutura espacial possam ser hierarquizáveis, é preciso que eles apresentem atributos espaciais distintos, ou seja, é preciso que haja diferenciação entre esses atributos.

O **controle** requerido pela instituição, para que todas as regras pré-estabelecidas sejam cumpridas da forma programada, pode ser alcançado pela estrutura espacial de duas maneiras. A primeira acontece mediante a restrição das possibilidades de movimento. Para que isso aconteça, é necessário que haja um **baixo grau**

[162] "Quando alguém entra na Chancelaria do III Reich, deve sentir que está visitando o mestre do mundo". (palavras de Hitler, citadas em GOODSELLl, 1988, p. 4).

[163] Alguns autores (HILLIER; HANSON, 1984; GOODSELL, 1988; LOUREIRO, 2000; HANSON, 1996) sugerem que o *status* está também está associado à localização na estrutura espacial global.

Quadro 1 - Programa de necessidades de um Fórum. Fonte: GRIZ, 2004.

Atividades		Função
Vara	Recepção	Conjunto de processos sob a jurisdição de um juiz
	Secretaria	
	Arquivo	
	Gabinete Juiz	
	Audiência	
	Vestiário	
Tribunal do Júri	Salão do júri	Local reservado para realização de julgamento de crimes dolosos contra a vida
	Ass. Militar	
	cela	
	W.C. cela	
	S. de testemunhas	
	Copa	
	sala jurados	
	W.C. jurados	
Promotoria pública		Formado por advogados que defendem causas para o Estado
Defensoria Pública (ou Assistência judiciária)		Atende a pessoas que não têm condições financeiras para arcar com os custos de um processo
OAB		Para a consulta de livros e para os advogados
Núcleo psico social		Apoio psicológico às partes
Distribuição		Responsável pelo encaminhamento dos processos para as varas (dispensável em fóruns de vara única)
Protocolo		Responsável pelo protocolamento das petições e pela informação do andamento dos processos
Comando		É a central de comandos. Responsável pela distribuição dos mandados aos oficiais de justiça
Oficiais de justiça		Responsáveis pelo encaminhamento dos mandados aos seus destinatários

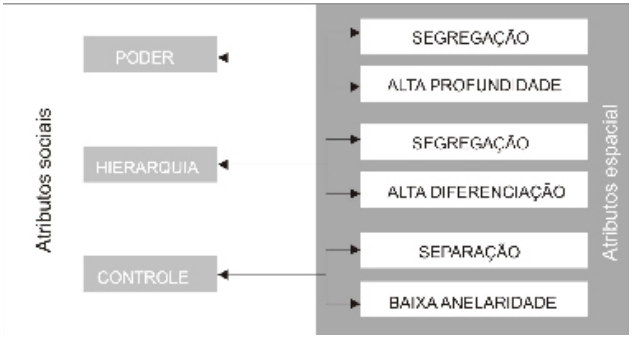


Fig. 85 - Relação entre os atributos sociais e os atributos espaciais dos fóruns. Fonte: GRIZ, 2004.

de anelaridade entre os espaços que formam essa estrutura. A segunda maneira é pela **separação** da circulação por categoria de usuário. De acordo com Hanson

> [...] o programa social da edificação [do fórum inglês] é prover a separação entre esses diferentes grupos de usuários e somente integrá-los sob condições bem controladas e programadas (1996, p.55, tradução nossa).

O método

Como estudos de caso, foram selecionados 10 fóruns (Quadro 2). A maioria deles é formada por edifícios projetados para abrigar Fóruns de vara única, denominados no presente trabalho de Fóruns Modelo. Os demais são edificações concebidas exclusivamente para abrigar o Fórum e que possuem mais de uma vara judicial, sendo denominados Fóruns Projetados.

Para a análise da estrutura espacial dos edifícios dos fóruns, foi feito o mapa de convexidade bem como o grafo justificado de cada um deles (Figura 86).[164] Esses espaços foram divididos em setores funcionais, adotando-se procedimento semelhante ao utilizado por Amorim (1999). De acordo com esse autor, a organização funcional em setores sugere que as pessoas pertencentes a um mesmo grupo tendem a compartilhar espaços com as mesmas características e localização na edificação. Por tal razão, as classes são não só espacialmente setorizadas, como sua localização na estrutura espacial segue as mesmas regras. Nesse sentido, percebe-se que existe uma correspondência entre a natureza espacial e a

[164] Por meio de estudos numéricos da relação entre esses espaços é possível obter dados sintáticos da estrutura espacial da edificação.

natureza social, ou institucional. A organização setorial dos Fóruns de Pernambuco foi realizada conforme o Quadro 3 e a Figura 86.

Pode-se dizer que estes setores são de duas naturezas: os judiciais e os não-judiciais. Os setores Vara e Tribunal são os judiciais, formados pelos espaços diretamente relacionados com o ritual de julgamento. Os setores Apoio à justiça e Interface são os não-judiciais. O primeiro é formado pelas atividades desenvolvidas por uma classe de usuários que participa, como visitante, do processo de julgamento e aplicação da justiça. O segundo é responsável pelas atividades burocráticas da instituição e é a interface entre o que é requerido pelos visitantes (a entrada do processo por parte dos advogados e seus clientes) e o que é desenvolvido pelos habitantes (julgamento dos processos por parte do juiz).

Alguns Fóruns de Pernambuco agregam funções extrajudiciais.[165] Por esse motivo, em alguns Fóruns pode haver a existência de um quinto setor, o Extrajudicial, referente a atividades que poderiam funcionar em edificações isoladas. Além desses setores funcionais, específicos para o tipo arquitetônico 'Fórum', existem aqueles que aparecem na maioria dos tipos arquitetônicos. São os setores Manutenção (almoxarifado, administração, depósito, CPD, telefonista, etc.) e Serviço (banheiro, copa, etc.).

[165] São funções extrajudiciais: oficial de registro de imóveis; oficial de registro civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos; oficial de protestos; tabelião de notas; oficial de registro cível de pessoas naturais, cartório eleitorais e juizados. Os serviços extrajudiciais devem ser instalados fora do edifício do fórum, salvo se houver espaço suficiente e sua permanência seja conveniente à prestação do serviço na Comarca, nesse caso com autorização por parte do Presidente do Tribunal da Justiça (PAES BARRETO, 2002, p. 57).

Hanson (1996) descreve sintaticamente os edifícios que abrigam funções judiciais como um complexo sistema de circulação que separa o público, o júri, os advogados, os juízes, os acusados e os funcionários do fórum. Cada grupo de usuários tem um território distinto, separado e, na maioria das vezes, com acesso controlado. Isso acontece, segundo a autora, para "manter a necessária segurança física entre os vários usuários do edifício, prevenindo a contaminação dos cidadãos de bem e dos oficiais da justiça, pelos criminosos" (HANSON, 1996, p. 57). Nesse sentido, ao ser composta por um sistema de circulações que separa as diversas categorias de usuário, os espaço da edificação do fórum são percebidos de forma diferente por cada um deles.

Desse modo, e tomando como base que o próprio edifício é um instrumento classificatório em si (MARKUS, 1987), em que a classificação de atividades remete à classificação de usuários, o edifício do fórum teria, por um lado, a divisão de um número de pessoas em categorias ou classes e, por outro, sua disposição de maneira a representar o movimento feito por cada uma dessas categorias (Figura 87).

Por fim, com a descrição do padrão espacial das edificações, feita mediante a análise das relações espaciais, mostradas mais claramente nos mapas de convexidade e nos grafos de permeabilidade justificados, é possível investigar as relações entre a organização social e a organização espacial.

Quadro 2 - Identificação geral dos fóruns. Fonte: GRIZ, 2004.

Fóruns		Nome do Fórum	Autor projeto	Projeto	Const.	Área	nº pav.
Fóruns Modelos	Modelo 1		Secretaria de Justiça	1992	-------	388,66	1
	Modelo 2		Secretaria de Justiça	1992	-------	382,36	2
	Modelo 3		Hugo Patrão	1998	-------	270,75	1
	Modelo 4		Marcelo Novo / Janine Castro	2002	-------	360,50	1
Fóruns Projetados	Abreu e Lima	Serventuário Antônio Camarotti	Helena Sá	mar/2003	-------	1949,74	3
	Camaragibe	sem nome	Milena Lacerda Chaves	jun/2003	-------	3041,20	4
	Carpina	Dr. José Gonçalves Guerra	Helena Sá	nov/2002	-------	1520,82	1
	Garanhuns	Ministro Eraldo Gueiros Leite	Hugo Patrão	2003	-------	5261,22	2
	Ipojuca	Tomaz de Aquino Cyrilo Wanderley	Marisa Moraes	nov/2002	-------	840,89	2
	Limoeiro	Des. João Batista Guerra Barreto	Marisa Moraes	abr/2000	2001	870,40	1

Quadro 3 - Organização Setorial dos Fóruns. Fonte: GRIZ, 2004.

Setores	Vara	Tribunal do Júri	Apoio à Justiça	Interface
Atividades	(1) Recepção (2) Secretaria (3) Arquivo (4) Gabinete juiz (5) Audiência	(1) Salão do júri (2) Assessoria militar (3) Copa (wc) (4) Sala de testemunhas (5) Sala de jurados	(1) Promotoria pública (2) Defensoria pública (3) OAB (4) Núcleo psico- social	(1) Distribuição (2) Progeforo (3) Cartório (4) Sala oficiais de justiça

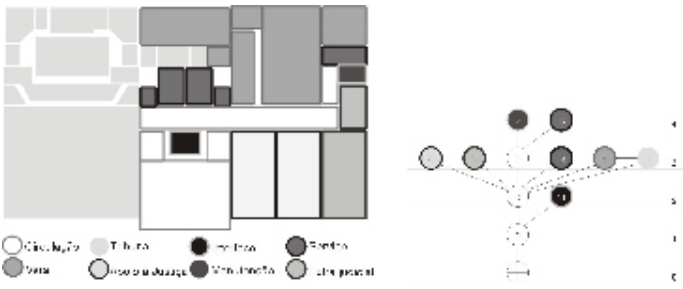


Fig. 86 - Mapa convexo e grafo justificado indicando a setorização do Fórum Modelo 4. Fonte: GRIZ, 2004.

Os resultados

O fórum

O atributo social *poder* e seus atributos espaciais correspondentes *segregação* e *profundidade* foram observados na posição relativa do Juiz (da sua bancada), tanto no sistema convexo quanto no sistema setorial (Setores Tribunal e Vara). As edificações analisadas mostraram que o poder não está relacionado com a segregação, já que em 50% dos casos os setores Tribunal e Vara são os mais integrados (Quadro 4).

Quanto à profundidade (em relação à rua), o setor Vara é o mais profundo do sistema em 50% dos casos (Figuras 86 e 88), enquanto o setor Tribunal é o mais profundo somente em 40% dos casos. Esse resultado sugere que o poder requerido pela organização social não está representado na organização setorial das edificações.

A hierarquia, expressa na edificação por meio de uma forte segregação e uma alta diferenciação entre os espaços, também não está representada na organização espacial das edificações. O resultado mostra que os fóruns são edificações centradas em espaços de transição (Figura 89), um tipo de edificação que "cria mais segregação interna entre os espaços e menos diferenciação espacial entre eles" (HILLIER et al, 1986, p.382). Os corredores integrados articulam o acesso a todos os setores e espaços funcionais, sem fazerem nenhuma diferenciação entre eles (FBD[166] igual a 0,98).

[166] O Fator Básico de Diferenciação (FBD) é um índice que quantifica o grau de diferenciação entre valores máximo, médio e mínimo de integração de um sistema espacial (HILLIER et al, 1987).

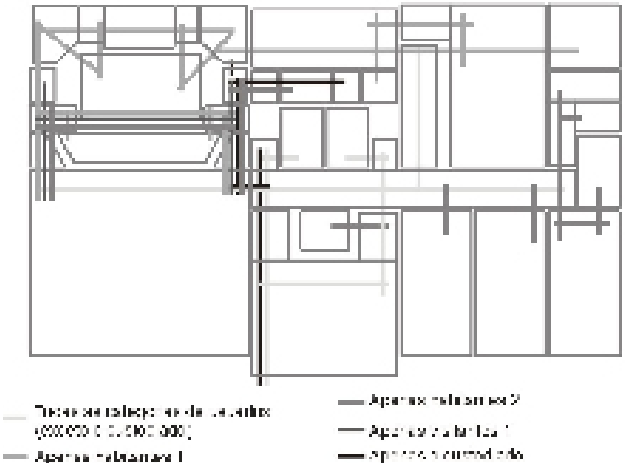


Fig. 87 - Movimento feito por cada categoria de usuário mapeado no mapa convexo do Fórum Moldeo 4.
Fonte: GRIZ, 2004.

Categorias de usuários	
Habitantes 1	juízes, funcionários das varas e jurados.
Habitantes 2	Promotores, advogados da defensoria pública e funcióríos dos setores de apoio à justiça, interface e manutenção.
Visitantes 1	Advogados e seus clientes .
Visitantes 2	Público em geral (espectador).
Visitantes 3	Custodiado.

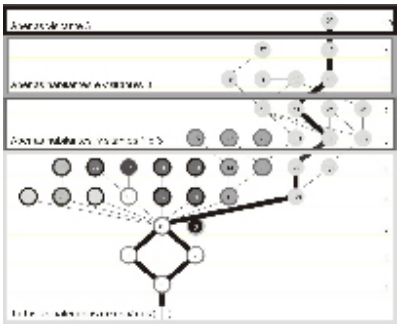


Fig. 88 - Mapa justificado do Fórum Modelo 4 mostrando a profundidade por categoria de usuário.
Fonte: GRIZ, 2004.

Um dos requerimentos da instituição é estabelecer um certo grau de controle entre os habitantes e os visitantes, para que todas as regras prestabelecidas sejam cumpridas. O grau de controle é verificado por meio do número e localização de anéis no sistema espacial. Os grafos justificados (Figuras 86, 88 e 89) são predominantemente em forma de árvore, com eventuais anéis que conectam as diferentes circulações ou os setores Tribunal e Vara. Como resultado, do ponto de vista da circulação, a estrutura espacial dos Fóruns controla o movimento de seus usuários, à medida que a organização dos espaços não oferece muitas oportunidades de movimento.

Entretanto, outro atributo espacial requerido pela instituição é a *separação* da circulação para os diferentes tipos de usuários. Essa separação não se verifica em nenhum exemplo. A Figura 87 mostra que o movimento não é separado para cada tipo de usuário. A circulação principal é o único acesso aos setores e espaços funcionais.

Esses resultados mostram que a edificação do Fórum não suporta completamente os requerimentos sociais da instituição.

Os espaços de julgamento – a Vara e o Tribunal

Como a Vara e o Tribunal são os locais onde a justiça está espacialmente representada, foi necessária uma análise mais aprofundada desses setores.

O programa das varas, independente do tipo (criminal, civil, de família, etc.) e salvo algumas exceções, incluem três atividades principais: (AT) o atendimento ao público (recepção e atendimento); (SI) o desenvolvimento dos

Quadro 4 - Inequações setoriais. Fonte: GRIZ, 2004.

Inequações Setoriais								
Fóruns Modelos	Modelo 1	Tribunal	>	Vara	>	Apoio à Justiça	>	Interface
	Modelo 2	Tribunal	>	Interface	>	Apoio à Justiça	>	Vara
	Modelo 3	Tribunal	>	Vara	>	Apoio à Justiça	>	Interface
	Modelo 4	Vara	>	Tribunal	>	Apoio à Justiça	>	Interface
Fóruns Projetados	Abreu e Lima	Interface	>	Vara	>	Tribunal	>	Apoio à Justiça
	Camaragibe	Vara	>	Apoio à Justiça	>	Interface	>	Tribunal
	Carpina	Apoio à Justiça	>	Vara	>	Tribunal	>	Interface
	Garanhuns	Tribunal	>	Vara	>	Interface	>	Apoio à Justiça
	Ipojuca	Vara	>	Interface	>	Tribunal	>	Apoio à Justiça
	Limoeiro	Tribunal	>	Vara	>	Apoio à Justiça	>	Interface

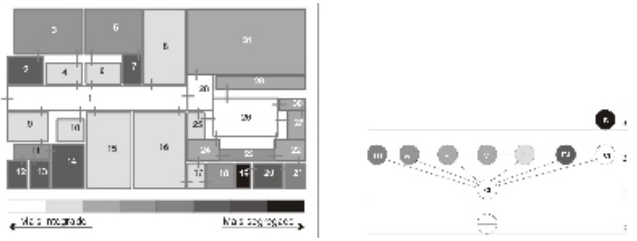


Fig. 89 - Mapa convexo e grafo justificado do Fórum Modelo 3 com a distribuição dos valores de integração. Fonte: GRIZ, 2004.

serviços internos; (AU) o julgamento dos processos. As duas primeiras nada mais são do que apoio para a principal função da vara: o julgamento dos processos. Nesse sentido, uma vara típica conta com os seguintes espaços: atendimento, recepção, secretaria, arquivo, gabinete do juiz e sala de audiência. Estes dois últimos, em alguns casos, funcionam numa mesma sala (de acordo com a determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco).

A sala de audiência, lugar de interação entre o juiz e as duas partes, representadas por seus respectivos advogados, sempre contém dois acessos independentes: um para o juiz e os funcionários da vara [que formam a categoria dos usuários 'responsáveis pela justiça' e, de acordo com a definição de Hillier e Hanson (1984), representam os *habitantes* do edifício] e o outro para as duas partes (que

fazem parte da categoria de usuários *público em geral* e representam os *visitantes* do edifício).[167] Isso acontece, pois, para um melhor desenvolvimento de processos judiciais, é necessário que esses atores só interajam no momento e lugar predefinidos. Nesse sentido, os dois acessos separados servem para minimizar qualquer tipo de encontro não-programado entre eles.

Num típico leiaute do salão do júri, a posição do juiz se destaca das demais categorias de usuário – este está localizado numa plataforma mais elevada, de frente para a platéia (auditório do tribunal) e no espaço mais afastado do acesso principal do salão. A defesa e a acusação ficam em posição simétrica em relação ao juiz: à sua esquerda fica a defesa; à sua direita, a promotoria. A posição do jurados (de costas para a platéia) segue o mesmo eixo de simetria que os distancia igualmente das duas partes envolvidas no julgamento (defesa e acusação) (Figura 88).

Essa organização espacial adotada é justificada por alguns juízes e desembargadores do Estado. Segundo eles, em princípio, o jurado, quando presta o juramento, não pode comunicar-se com nenhum dos atores responsáveis pelo processo nem com a platéia. Assim, a sua localização no tribunal dificulta a interferência de informações que não sejam aquelas expostas pelos atores do processo, tornando estes últimos os seus mais fortes vigilantes. Os promotores e os advogados de defesa, por sua vez, ficam em posição simétrica e imparcial em

[167] Toda edificação identifica, no mínimo, um tipo de *habitante*, que é a pessoa que possui acesso especial e controle sobre os espaços, além de selecionar, do universo de estranhos, o conjunto de *visitantes* que têm permissão para entrar, temporariamente, na edificação, sem que tenha nenhum tipo de controle sobre os espaços que a formam.

relação ao juiz e aos jurados, atores responsáveis pelo ritual do julgamento.

No Tribunal existe um alto grau de co-presença quanto aos tipos de usuários, porém não existe a possibilidade de interação direta dos mesmos. Isso acontece porque o espaço do Tribunal é dividido e os atores são separados por barreiras físicas que quebram esse espaço em territórios separados. Nesse caso, a visibilidade atua como um instrumento de controle.

Assim, a análise dos setores Vara e Tribunal, feita por meio das mesmas variáveis e procedimentos metodológicos descritos na análise da edificação como um todo (Quadro 4 e Figura 89), mostra que:

a) Os padrões genotípicos estão coerentemente relacionados com os atributos sociais da instituição [mesmo encontrando um alto grau de Fator de Diferenciação (DF) igual a 0,90];
b) Os espaços destinados a categorias de usuários hierarquicamente destacadas, no caso do Tribunal, além do juiz, o jurado, são segregados, profundos e diferenciados;

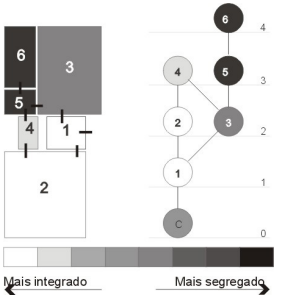


Figura 90 - Mapa convexo vara do Fórum de Ipojuca com distribuição dos valores de integração. Fonte: GRIZ, 2004.

Quadro 5. Inequações grupos funcionais da vara.
Fonte: GRIZ, 2004.

Abreu e Lima	AU>AT>SI
Camaragibe	AU>AT>SI
Carpina	AU>AT>SI
Garanhuns 1	AT>SI>AU
Garanhuns 2	AU>AT>SI
Garanhuns 3	AU>AT>SI
Garanhuns 4	AU>AT>SI
Ipojuca 1	AT>AU>SI
Ipojuca 2	AT>SI>AU
Limoeiro	AU>SI>AT

AU=Audiência - AT=Atendimento - SI=Serviços Internos

c) As categorias de usuários que não têm permissão contactarem entre si (o custodiado e as testemunhas) permanecem isoladas até a hora exata da interação, no salão do júri;

d) Os espaços permitidos para os contatos entre habitantes e visitantes (centro do salão do júri e auditório) são os mais segregados desse sistema espacial.

É desta maneira que a formalidade do ritual do julgamento se expressa: por meio de um consistente conjunto de propriedades espaciais que enfatizam o significado social da cerimônia. Esse resultado mostra que os Fóruns construídos no Brasil apresentam as duas faces de uma mesma moeda: uma mostra a complexidade da organização social e suas rígidas regras de conduta social, e a outra, caracterizada espacialmente por um raso, integrado e indiferenciado sistema de circulação que revela certo grau de informalidade.

Conclusão

A estrutura espacial do fórum pode ser descrita, resumidamente, da seguinte maneira: sistema aberto e

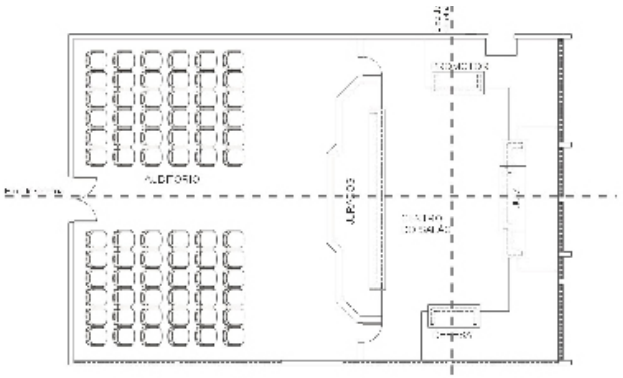


Fig. 91 - Típico leiaute de um Tribunal do júri. Fonte: GRIZ, 2004.

Quadro 6 - Inequações Tribunal. Fonte: GRIZ, 2004.

Inequações Tribunal			
Fóruns Modelos	Modelo 1	P>D>JU	P>JR>D
	Modelo 2	D>JU>P	D>P>JR
	Modelo 3	D>P>JU	D>P>JR
	Modelo 4	D>P>JU	D>JR>P
Fóruns Projetados	Abreu e Lima	P>D>JU	D>P>JR
	Camaragibe	P>D>JU	D>P>JR
	Carpina	P>D>JU	JR=P=D
	Garanhuns	P>JU>D	P>D>JR
	Ipojuca	P>JU>D	JR>P>D
	Limoeiro	P>D>JU	P>D>JR
P = Promotor	D = Defesa	JU = Juiz	JR = Juri

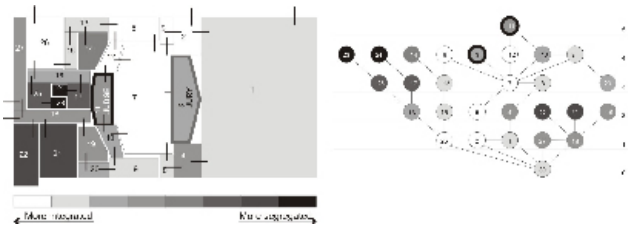


Fig. 92 - Mapa convexo e grafo justificado com distribuição dos valores de integração. Fonte: GRIZ, 2004.

não-diferenciado (edifício visto como um todo) *versus* sistema fechado e diferenciado (tribunal e varas isoladas). O edifício do fórum, visto como um todo, age de uma maneira informal, não diferenciando hierarquicamente os espaços que o constituem, à medida que apresenta um integrado sistema de circulação que distribui, de forma igualitária, os setores funcionais e as categorias de usuários. Em compensação, os setores Vara e Tribunal apresentam uma organização espacial relativamente isolada do sistema espacial como um todo e coerente com os requerimentos sociais da instituição, apresentando na sua organização espacial toda a formalidade requerida pela instituição.

Como já comentado, isso se deve ao fato de ser nesses dois setores que se desenvolve a atividade ritualística principal de um fórum – o julgamento de processos. Assim, percebe-se que somente as interações formais são ordenadas por um longo modelo de regras. Essas interações começam no momento em que o papel social de cada categoria de usuário aparece mais claramente, ou seja, no momento em que muda o lócus do sistema aberto e não-diferenciado (corredores gerais do edifício) para o sistema fechado e diferenciado (dentro da Vara e do Tribunal). Neste último, os espaços passam a ser classificados e a separação física dos diversos atores acontece. Isso é característico dos programas fortes e dos modelos de regra longos, em que cada atividade tem lugar e momento programado para acontecer.

Porém, o argumento mais forte, que responde à questão proposta, está no setor Tribunal. Como foi visto no capítulo 2, uma importante função desempenhada no fórum (e que o diferencia das demais instituições jurídicas do Estado) é o julgamento de crimes dolosos

contra a vida, realizado no salão do júri. Essa distinção é um elemento-chave para a instituição. Crimes contra a vida são julgados de uma maneira especial e contam com mais uma categoria de usuário – o jurado – para aumentar a garantia de se aplicar a justiça. Por essa razão, existe um maior rigor na forma de organizar os espaços e de ordenar as relações entre as categorias de usuários. No tribunal do júri encontram-se relações claras entre a organização espacial e a social: maior rigor na lei / maior rigor nos procedimentos / maior rigor na configuração espacial. Assim, já que a legislação estabelece que os crimes contra a vida devem ser vistos de uma maneira especial, a edificação indica que os espaços onde é julgado esse crime – o tribunal do júri – devem ser organizados de uma maneira especial, coerente com os requisitos da instituição.

Por fim, percebe-se que, de fato, o fórum como edifício, não cumpre a função social que deveria cumprir, uma vez que: a) não obedece a um modelo de regras longo; b) apresenta uma classificação fraca; c) não apresenta hierarquia espacial; d) não separa a circulação para as diversas categorias de usuários. Essa função social é verificada somente nos espaços de maior cerimônia, dentro da Vara e do Tribunal do júri, que guardam toda a formalidade requerida pela instituição e é traduzida em espaços hierárquicos, controlados e que representam o poder do Estado.

Referências bibliográficas

AMORIM, L. **The sector's paradigm:** a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast Brazil. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Advanced Architectural Studies) University of London, Londres, 1999.

BARRETO, P. T. Casas de Câmara e Cadeia. In: REIS, J. S. **Arquitetura Oficial I.** São Paulo: Ministério de Educação e Cultura, 1978. p. 101-235.
CINTRA, A. C.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2002.

COSTA, N. N.; ALVES, G. M. **Constituição Federal Anotada e Explicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DOVEY, K. **Framing Places.** Mediating power in built form. Londres e Nova York: Routledge, 1999.

GOODSELL, C. **The Social Meaning of Civic Spaces**. Kansas: University Press of Kansas, 1988.

GRECO FILHO, V. **Manual de Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 1995.

GRIZ, C. **Poder, hierarquia e controle: o espaço da justiça em Pernambuco.** 2004. 194f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

HANSON, J. The architecture of justice: iconography and space configuration in the English law court building. **ARQ**, Cambridge, v1,nº 4, p. 50-59, 1996,

HANSON, J. The architecture of justice: iconography and space configuration in the English law court building, **ARQ**, No 4, Vol. 1, 1996, pp 50-59.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**, Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B.; HANSON, J.; GRAHAM, H. Ideas are things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. **Enviroment and Planning B:** Planning and Design. Londres, v 14, p. 363-385, 1987.

LIMONGI, R. **Enciclopédia Saraiva do Direito.** São Paulo: Saraiva, 1977.

LOUREIRO, C. **Classe, Controle, Encontro:** o espaço escolar. 2000, 315 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2000.

MARKUS, T. Buildings as classifying devices. **Enviroment and planning B**: Planning and Design. Londres, v 14. p.467-484, 1987.

PAES BARRETO, R. **Administração Judiciária**. Recife: Bagaço, 2002.

Os autores

Adriana Veras

Professora substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, possui graduação em arquitetura e urbanismo (1990) e mestrado em desenvolvimento urbano (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco. Concluiu *MArch em Suburb and Town Design* na Universidade de Miami, Estados Unidos da América, onde lecionou e participou da elaboração de projetos urbanos no estado da Flórida. Recentemente, elaborou cinco planos diretores urbanísticos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Tem experiência na área de projeto arquitetônico, planejamento e projeto urbano.

Claudia Loureiro

Professora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1974), especialização em conforto ambiental pela Universidade Federal da Paraíba (1979), mestrado (1988) e doutorado (2000) em estruturas ambientais urbanas pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados de Arquitetura (lA2), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e integrou a Comissão de Especialistas em Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (CEAU/SESu), no período 2000-2002.

Cristiana Griz

Professora assistente do Departamento de Expressão Gráfica da UFPE, possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1998), especialização em patrimônio construído pela *Universidad Politécnica da Cataluña* (1999) e mestrado em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), onde é doutoranda. Tem experiência na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em planejamento e projetos de edificação e estudos do ambiente construído, atuando principalmente nos seguintes temas: morfologia da arquitetura e urbanismo, configuração espacial, projeto arquitetônico e sintaxe espacial.

Cristiano Felipe Borba do Nascimento

Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal Pernambuco, tudo em um fôlego só, entre 1999 e 2013. Entre 2006 e 2008, foi assessor do Núcleo Técnico de Operações Urbanas do Governo do Pernambuco; desde 2008 é analista em ciência e tecnologia na Fundação Joaquim Nabuco; foi conselheiro no Docomomo Brasil de 2014 a 2016; e a partir de 2015 passou a atuar como professor colaborador no MDU. Do lado de fora das instituições, foi um dos fundadores do grupo Direitos Urbanos e do coletivo Contravento e frequentemente participa, apoia ou oferece incentivo em textos, publicações, produções audiovisuais, ativações cívicas e ações de promoção do entretenimento, quando voltados para boas causas.

Francisco Xico Costa

Francisco Xico Costa Professor Associado da UFPB, Professor Permanente e Coordenador do PPGAU UFPB, Professor Colaborador do PPGAU UFBA onde foi Coordenador (2010-2014) e Professor Visitante Sênior CAPES na *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona* (2018-2019). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPB, 1981), especialização em *Formas de Análisis e Intervención en el Patrimonio Construído* (ETSAB, Barcelona, 1990), doutorado em *Teoría e Historia de la Arquitectura* (ETSAB, Barcelona, 1999) e pós-doutorado na *Universidad Politécnica de Cataluña* (2007, 2019). Foi pesquisador do *Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona* (CCCB, 1992 a 2000), onde trabalhou nos projetos *Atlas Histórico de Ciudades Europeas, European Cities Multimedia Atlas* e *L'Esprit des Villes d'Europe. Atua*."

Frederico de Holanda

Arquiteto (UFPE, 1966). PhD em Arquitetura (Universidade de Londres, 1997). Professor Titular aposentado, Pesquisador Colaborador Sênior, Professor Emérito, Universidade de Brasília, onde ministra desde 1972. Livros: *O Espaço de Exceção* (2002), *Arquitetura & Urbanidade* (org.) (2003, 2011), *Brasília – cidade moderna, cidade eterna* (2010), *Oscar Niemeyer: de vidro e concreto* (2011), *Ordem e desordem: arquitetura e vida social* (org.) (2012), *10 mandamentos da arquitetura* (2013, 2015), *Construtores de mim* (2019). Fundou uma editora – a FRBH – com dez títulos publicados de arquitetura e literatura. Dedica-se à realização de filmes sobre arquitetura e cultura – da coleção, constam 81 títulos públicos disponíveis na rede mundial de computadores. Investiga relações entre configuração edilícia e urbana, uso dos espaços abertos

públicos, e segregação socioespacial. Coordena o grupo de pesquisa "Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização" (CNPq). Pesquisador 1-A (CNPq).

Geraldo Gomes

Professor adjunto da UPFE, possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1965), mestrado (1984) e doutorado (1990) em estruturas ambientais urbanas pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na elaboração de planos de preservação de sítios históricos e na elaboração de projetos de restauração de monumentos históricos e artísticos, bem como na pesquisa sobre a história da arquitetura do ferro no Brasil, da arquitetura dos antigos engenhos de açúcar em Pernambuco e da arquitetura moderna também em Pernambuco.

José Antônio Lopes

Arquiteto e urbanista pela Universidade Estadual do Maranhão (1998), possui especialização em Conservação Urbana e Territorial Integrada pelo Centro de Estudos da Conservação Integrada (CECI, 1999) e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Foi assessor técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município (IPLAM, 1999 a 2005), chefe de Assessoria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município (SEPLAN, 2006) e exerceu a presidência da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH, 2006 a 2007). Foi secretário adjunto da Secretaria Municipal Extraordinária de Projetos Especiais.

Luiz Amorim

Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, onde coordena os laboratórios de Estudos Avançados de Arquitetura (lA2) e de Inovação e Tecnologias do Ambiente Construído (LAC) e o grupo de pesquisa "Morfologia da Arquitetura e do Urbanismo" (CNPq). É arquiteto e urbanista pela UFPE (1982) e PhD pela *University College Londo*n (1999). Desenvolveu estudos pós-doutorais no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (2017-2018) e atuou como professor visitante do *Taubman College of Architecture and Urban Planning – University of Michigan*, em 2004 . É Pesquisador 1-A (CNPq).

Roberto Araújo

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possui graduação em Arquitetura (1979) e Mestrado em Desenvolvimento Urbano (1996) pela UFPE e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2002). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura brasileira, arquitetura vernácula, modernismo, urbanismo, revitalização, tectônica e história da arquitetura e do urbanismo. Compõe a equipe de pesquisadores do LIA - Laboratório de Investigação do Espaço na Arquitetura (MDU-UFPE). É professor do CECI - Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada.

Vera Rezende

Professora associada da Universidade Federal Fluminense- UFF e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975), mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo-USP (1995).e pós-doutorado em Urbanismo pela Universidade de São Paulo-USP (2007). Exerceu cargos públicos na área de planejamento urbano no Governo do Estado do Rio de Janeiro e na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Fundamentos e Teoria do Planejamento Urbano e Regional e História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, história do urbanismo, planejamento ambiental, urbanismo e políticas urbanas e ambientais. É Pesquisador 1-B (CNPq).

Virgínia Pontual

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE), desenvolveu estudos pós-doutoradais na Universidade de Lille1, França, e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e doutorado (1998) na mesma instituição. Foi Presidente da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (2013-2015), e Membro Titular do ConCidades (2014-2015). Representante no Comitê de Assessoramento (CA-SA) do CNPq, área planejamento

urbano e regional. Líder do grupo pesquisa CNPq/ UFPE: Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP: http:// lup-ufpe.net.br). Pesquisadora da rede de Pesquisa: Urbanismo no Brasil. Membro da Rede Internacional Lebret-Irfed. Compõe conselhos científicos e editoriais de instituições e periódicos e é autora de artigos, livros e capítulos de livros científicos. É Pesquisadora 1-C (CNPq).

C568i **Cidade: urbanismo, patrimônio e sociedade** [recurso eletrônico] / Luiz Amorim, Cristiana Griz (orgs.); prefácio de Cristiano Borba. – 2. ed. – Brasília : FRBH, 2020.

378 p. : il. ; 18,5 cm.

Vários autores.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-992816-0-0

1. Urbanismo – História. 2. Urbanismo - Brasil. 3. Desenvolvimento urbano – Brasil. 4. Saneamento – Brasil. 5. Saneamento – Recife (PE). 6. Urbanização. I. Amorim, Luiz. II. Griz, Cristiana.

CDU 711
..... CDD 711

(Thereza Rosa Borges de Holanda, CBR-1/149, bibliotecária)

Este livro foi composto em Garamond 11 e Arial 12/14. Esta edição comemora os 60 anos da cidade de Brasília e os 45 anos da criação do Programa em Desenvolvimento Urbano - MDU da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Francisco Xico Costa
Roberto Araújo
Vera Rezende
José Antônio Lopes
Virgínia Pontual
Geraldo Gomes
Adriana Veras
Frederico de Holanda
Luiz Amorim
Claudia Loureiro
Cristiana Griz

A Série Cidades reúne artigos de autoria de mestres e doutores formados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE), bem como de professores e pesquisadores convidados, associados ou não ao MDU. Este primeiro número da série é fruto do I Seminário Cidades, realizado em 2004, sob minha coordenação, tendo sido publicado em 2008 pela Editora Livro Rápido. Esta 2ª edição em formato e-book, torna possível seu acesso para os estudiosos da arquitetura e do urbanismo. O livro é organizado em duas partes. A primeira é composta por artigos dedicados à história da cidade e do urbanismo. Abordam temas como higienismo, urbanismo moderno e conservação urbana. A segunda parte é dedicada à morfologia edilícia e urbana compreendidas segundo a teoria da lógica social do espaço.

Luiz Amorim

laboratório de estudos avançados em arquitetura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO